

ISSN 2237-5929



ANAIS

*Sim*FiP **2015**

SIMPÓSIO DE PESQUISA CIENTÍFICA DAS FIPMoc



ANAI S SIMFIP

SIMPÓSIO DE PESQUISA DAS FIPMoc

MAIO 2015



ANAIS SIMFIP
SIMPÓSIO DE PESQUISA DAS FIPMoc
Número 05 – Maio 2015

DIRETORA EXECUTIVA

Profa. Ms. Maria de Fátima Turano

DIRETOR FINANCEIRO

Prof. Ms. Eliziário Pereira de Rezende

DIRETOR ACADÊMICO

Prof. Ms. Dalton Caldeira Rocha

VICE-DIRETORA ACADÊMICA

Profa. Ms. Thaís Cristina Figueiredo Rego

**DIRETORA DE AVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL**

Profa. Ms. Rosina Maria Turano Mota

DIRETOR DO CAMPUS

Prof. Clinton Xavier Rocha

DIRETORA DE MAKETING

Profa. Letícia Turano Trindade

DIRETOR DE EXPANSÃO

Prof. Rafael Silva Gontijo

**COORDENADOR DE PESQUISA E PÓS-
GRADUAÇÃO**

Prof. Dr. Antônio Caldeira Prates

CORREÇÃO LINGUÍSTICA

de responsabilidade dos autores

CAPA

Ilimitada Propaganda e Marketing

PROMOÇÃO E ORGANIZAÇÃO

Faculdades Integradas Pitágoras - FIPMoc

COMISSÃO ORGANIZADORA

Andréa Maria Oliveira Versiane Santiago

Antônio Carlos Moreira da Costa Júnior

Antônio Prates Caldeira

Carlos Eduardo Mendes D'angelis

Cynara Silde Mesquita Veloso

Diogo Fabiano Ferreira

Dorothea Schmidt França

Ernestina Dourado S. C. Machado

José Osmane Lopes Junior

Letícia Turano Trindade

Marcela Cursino de Menezes Capella Masid

Thatiane Laís Santos Silva

Fellip Gustavo Rodrigues Murça

Marcos Filipe Porto Silva Ribeiro Gama

Lucas Rodrigues Ferro

Gabriela Lages Lemos

Herbert Souza e Silva

Jaqueline Duarte de Oliveira Medeiros

Elaine Almeida Teixeira

Tamara Azevedo Rabelo

Ludmila Braga Silvério

Mariana Barreto Mees

Pablo Perón de Paula

Patrícia Guedes Dias

Ramon Alves de Oliveira

Ramon Risério Dourado Leite

Ricardo de Fernandes de Paula

Simone Monteiro Ribeiro

Thaís Cristina Figueiredo Rego

NOTA AO LEITOR

A correção ortográfica e gramatical dos
trabalhos apresentados é de inteira
responsabilidade dos autores

FIPMoc

Av. Profa. Aida Mainartina Paraíso, 80 –

Ibituruna - Montes Claros – MG – 39.400-000

SUMÁRIO

A (IN) OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA NA SUCESSÃO DO COMPANHEIRO NA UNIÃO ESTÁVEL.....	15
A AÇÃO DO MARKETING DE RELACIONAMENTO NO SEGMENTO DA CONSTRUÇÃO CIVIL.....	15
A ANÁLISE DA VERTICALIZAÇÃO DA ZONA COMERCIAL 2 EM MONTES CLAROS-MG: UM ESTUDO SOBRE A AVENIDA JOÃO XXIII	16
A ATUAÇÃO DO CENTRO DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE EM MONTES CLAROS-MG.....	16
A BUSCA PELA QUALIDADE DE VIDA NA GESTAÇÃO DIANTE DOS DESCONFORTOS FISIOLÓGICOS	17
A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: A APAC COMO PROPOSTA DE HUMANIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE PENA	17
A DOENÇA DE ALZHEIMER E SEUS IMPACTOS AO PACIENTE IDOSO.....	18
A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS ATRAVÉS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	18
A EFICÁCIA DA REINTEGRAÇÃO DOS PRESOS NA SOCIEDADE APÓS A PASSAGEM PELA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS (APAC).....	19
A EMPATIA NO PENSAMENTO DE EDITH STEIN E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A CLÍNICA PSICOLÓGICA	20
A GESTÃO DE PESSOAS NA VIVÊNCIA LABORAL: UM ENFOQUE SOBRE O OLHAR DO TRABALHADOR.....	20
A IMAGEM DA SORVETERIA “GOSTO DO CERRADO” JUNTO AOS CONSUMIDORES E FUNCIONÁRIOS DA EMPRESA.....	21
A IMPORTÂNCIA DA VACINAÇÃO NA PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE DOENÇAS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	21
A IMPORTÂNCIA DO AUXÍLIO-RECLUSÃO: REQUISITOS E BENEFICIÁRIOS...	22
A INCORPORAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PRIMAZIA DA REALIDADE PELO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.....	23
A INFLUÊNCIA DOS FATORES BIOLÓGICOS NO COMPORTAMENTO VIOLENTO	23
A LEGITIMIDADE DA SUCESSÃO PELO NASCITURO CONCEBIDO POR INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL HOMÓLOGA POST MORTEM.....	24
A MINERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE E O COMPROMISSO DOS APOIOS E AUXILIARES.....	25

A NECESSIDADE DE TIPIFICAÇÃO DOS CRIMES VIRTUAIS, EM ESPECIAL O DE ESTELIONATO, PELO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	25
A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA RESSOCIALIZAÇÃO DO PRESO NO MÉTODO APAC	26
A RESPONSABILIDADE CIVIL DAS RELAÇÕES DE CONSUMO: A OBSOLESCÊNCIA PROGRAMADA.....	27
A RESPONSABILIDADE CIVIL E O DEVER DE INDENIZAR POR DANOS MORAIS NAS RELAÇÕES FAMILIARES	28
A RESPONSABILIDADE CIVIL PELO ABANDONO AFETIVO NAS RELAÇÕES FAMILIARES	28
A RESPONSABILIDADE CIVIL PELO ASSÉDIO SEXUAL NAS RELAÇÕES TRABALHISTAS	30
A RESSOCIALIZAÇÃO DO APENADO ATRAVÉS DA METODOLOGIA DA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AO CONDENADO (APAC)	31
A TEORIA DISCURSIVA DE JÜRGEN HABERMAS E SUA INFLUÊNCIA NA CIÊNCIA JURÍDICA.....	32
A TERCEIRIZAÇÃO E O PROJETO DE LEI Nº 4.330-A/04	32
A UTILIZAÇÃO DA ENGENHARIA REVERSA COMO FERRAMENTA NA (RE) ENGENHARIA DE SOFTWARE	33
A UTILIZAÇÃO DO FMEA PARA DETERMINAÇÃO DO TEOR DE ALUMÍNIO EM UMA PANELA.....	34
A VIDA, A MORTE E A MEDICINA DESAFIOS DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE FRENTE AO DOENTE SEM CURA: RELATO DE EXPERIÊNCIA	34
ABSENTEÍSMO E PRESENTEÍSMO NA DINÂMICA FUNCIONAL DAS ORGANIZAÇÕES DE TRABALHO.....	35
ADAPTAÇÃO DE UMA CADEIRA DE RODAS APLICANDO A RELAÇÃO CUSTO-BENEFÍCIO	35
ADOÇÃO POR CASAIS HOMOAFETIVOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.....	36
ANÁLISE DA ATIVIDADE ANTIMICROBIANA DE EXTRATOS BRUTOS HIDROALCOÓLICO DE PERSEA AMERICANA MILL (LAURACEAE)	37
ANÁLISE DA ESTRUTURA DO VEÍCULO MINI-BAJA, CONSIDERANDO SEGURANÇA E CONFORTO.....	37
ANALISE DA FRESADORA FERRAMENTEIRA VISANDO O CUSTO-BENEFICIO PARA UTILIZAÇÃO NO CONTAINER DAS FIPMoc.....	38
ANÁLISE DAS FALHAS E AS PROPOSTAS DE MELHORIAS PARA O CURVEX....	38
ANÁLISE DO FERRAMENTAL NECESSÁRIO PARA O SISTEMA DE DIREÇÃO DO BAJA	39
ANÁLISE DO IMPACTO DAS LEUCEMIAS EM MONTES CLAROS – MG	40

ANÁLISE DO MELHOR TIPO DE FREIO PARA UM PROTÓTIPO MINI BAJA	40
ANÁLISE DO MELHOR TIPO DE SUSPENSÃO PARA UM PROTÓTIPO MINI BAJA	41
ANÁLISE DO NÚMERO DE CASOS DE ESQUISTOSSOMOSE EM MINAS GERAIS	42
ANÁLISE DO POSICIONAMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM RELAÇÃO À COLISÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS	43
ANÁLISE QUÍMICA, FÍSICA E MECÂNICA DOS DIFERENTES TIPOS DE GRANITO	43
ANTECIPAÇÃO TERAPÊUTICA DO PARTO DE ANENCEFALOS NO ORDENAMENTO JURIDICO BRASILEIRO	44
APAC: A RESSOCIALIZAÇÃO DE CONDENADOS COMO INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	44
APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO MÍNIMA E DA LESIVIDADE FRENTE AO CONSUMO PESSOAL DE ENTORPECENTES	45
APLICABILIDADE DO SISTEMA DE IMPERMEABILIZAÇÃO POR CRISTALIZAÇÃO NA CONSTRUÇÃO CIVIL	46
APRIMORANDO A PERFURAÇÃO	46
AS CONTRIBUIÇÕES DA ARQUITETURA PARA A RESSOCIALIZAÇÃO PROPOSTA PELO MÉTODO APAC	47
AS IMPLICAÇÕES JURÍDICO-PENAIIS DO BULLYING VIRTUAL	48
AS MANIFESTAÇÕES URBANAS NO BRASIL EM 2013: UMA ANÁLISE DO DIREITO À LIBERDADE DE REUNIÃO	49
ASPECTOS ATUAIS DA MORBIMORTALIDADE PELA DOENÇA DE CHAGAS EM MONTES CLAROS – MG	50
ASPECTOS BIOQUÍMICOS DA SÍNDROME DE IRLÉN: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	51
ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO	52
ATUAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO E SUAS INSTITUIÇÕES NO COMBATE AO PRECONCEITO E A DISCRIMINAÇÃO DO DEFICIENTE FÍSICO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO	52
ATUAÇÃO DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO NA PROTEÇÃO DOS GRUPOS MINORITÁRIOS EM RELAÇÃO AOS CRIMES DE PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO	53
AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE FUNCIONAL DOS PACIENTES COM DOENÇA DE PARKINSON	53
AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE FUNCIONAL PÓS ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL	54
AVALIAÇÃO DA FREQUÊNCIA DE PROLAPSO GENITAL FEMININO EM MONTES CLAROS – MG	55

AVALIAÇÃO DA RESISTIVIDADE DA BRITA DE CALCÁRIO ENCONTRADA NA REGIÃO NORTE DE MINAS GERAIS	55
AVALIAÇÃO DAS HABILIDADES FUNCIONAIS DE CRIANÇAS PORTADORES DE PARALISIA CEREBRAL ATRAVÉS DO GMFM.....	56
AVALIAÇÃO DO PERFIL EPIDEMIOLÓGICO E CLÍNICO DOS CASOS DE HEPATITE B NO BRASIL.....	57
AVALIAÇÃO DO RISCO CARDIOVASCULAR SEGUNDO OS PRINCÍPIOS DO ESCORE DA ESCALA DE FRAMINGHAM EM HIPERTENSOS	57
AVALIAÇÃO DOS CASOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER NO BRASIL	58
AVALIAÇÃO E CORRELAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA E SINTOMATOLOGIA CLIMATÉRICA ASSOCIADA AO TABAGISMO	59
AVALIAÇÃO NUTRICIONAL EM IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS E NÃO INSTITUCIONALIZADOS	59
BENEFICIAMENTO E A IMPORTÂNCIA DA MINERAÇÃO PARA A ECONOMIA.	60
BENEFÍCIOS DA BOLA BOBATH NO DESENVOLVIMENTO PSICOMOTOR DA CRIANÇA E OS CUIDADOS PARA A PRÁTICA SEGURA	61
BENEFÍCIOS DA BOLA SUIÇA NOS SINAIS E SINTOMAS DE DIVERSAS DOENÇAS E AFECÇÕES.....	61
BENEFÍCIOS DO MÉTODO APAC PARA A EXECUÇÃO PENAL EM JANAÚBA	62
BIOLIXIVIAÇÃO: UTILIZAÇÃO DE BACTÉRIAS PARA A EXTRAÇÃO E REUPERAÇÃO DE METAIS	63
CARREGAMENTO DOS MINERAIS	63
CIRURGIA NEUROLÓGICA DE ESTIMULAÇÃO CEREBRAL PROFUNDA EM PACIENTES IDOSOS PORTADORES DA DOENÇA DE PARKINSON.....	64
CLASSIFICAÇÃO DAS TEORIAS PSICOPATOLÓGICAS DA ABORDAGEM FENOMENOLÓGICA-EXISTENCIAL	65
COLABORAÇÃO PREMIADA NO PROCESSO PENAL FRENTE AOS PRINCÍPIOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS	66
COMPARAÇÃO ENTRE O MÉTODO PRISIONAL TRADICIONAL E O MÉTODO APAC.....	67
COMPARAÇÃO ENTRE O MÉTODO TRADICIONAL PRISIONAL E O MÉTODO APAC.....	67
COMPORTAMENTO ASSERTIVO NAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS: UM ESTUDO DE CASO SOB A ÔTICA DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO	68
CONHECIMENTO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DA FAMÍLIA SOBRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA INFANTIL.....	69
CONSULTORIA COLABORATIVA: RFLETINDO SOBRE PRÁTICAS INCLUSIVAS	69

CONVERSANDO SOBRE HIPERATIVIDADE NA ESCOLA: DO INDIVIDUAL AO COLETIVO, OU DA CERTEZA À DÚVIDA	70
CRIME PASSIONAL	71
CRIME PASSIONAL NA PERSPECTIVA DE INFRATORES PRESOS: UM ESTUDO QUALITATIVO	71
CRIMES VIOLENTOS RELACIONADOS A ALTERAÇÕES NO LOBO FRONTAL DO CÉREBRO	72
CRÍTICA ÀS INTERVENÇÕES REALIZADAS NA IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO E SÃO JOSÉ, MONTES CLAROS, MG	73
CUBAGEM DE AREIA DA SERRA VELHA PARA VIABILIDADE ECONÔMICA	74
CUSTO UNITÁRIO BÁSICO (CUB/M²): UM INDICADOR DE CUSTOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL	74
DE MÃOS DADAS COM O GRAPPA: PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DE MEDICINA VISANDO PROMOÇÃO DA SAÚDE E PREVENÇÃO DE DST	75
DESENVOLVIMENTO DE AUTO DESENTUPIMENTO PARA BUEIROS: SISTEMA DE DIFERENÇA DE NÍVEL	75
DESEQUILÍBRIOS MUSCULARES NA PERNA DOS PACIENTES COM DOENÇAS CARDIOVASCULARES.....	76
DETONAÇÃO NA MINERAÇÃO: EXPLOSIVOS E ACESSÓRIOS	77
DIÁLOGO ENTRE DIREITO E OUTROS SABERES: REFLEXÃO MULTIDISCIPLINAR DO DIREITO.....	77
DIÁLOGO ENTRE PSICOLOGIA E OUTROS SABERES: REFLEXÃO INTERDISCIPLINAR NA PÓS-MODERNIDADE.....	78
DIREITO À EDUCAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL: PERSPECTIVAS PARA A ADOÇÃO DO MÉTODO APAC.....	79
DIREITO À SAÚDE NO SISTEMA PRISIONAL: INDICATIVO PARA O MÉTODO APAC.....	80
DIREITOS FUNDAMENTAIS E MÉTODO APAC COMO FACILITADORES DA RESSOCIALIZAÇÃO.....	81
DISCURSO ANTIMANICOMIAL NA ATENÇÃO PSICOSSOCIAL: MUDANÇAS NAS FORMAS DE ATENDER E DE PERCEBER OS SUJEITOS COM SOFRIMENTO PSÍQUICO	81
DISTRIBUIÇÃO DE LEISHMANIOSE VISCERAL EM GESTANTES	82
DOENÇA PULMONAR OBSTRUTIVA CRÔNICA: UM RELATO DE CASO	83
EDUCAÇÃO INCLUSIVA NUMA PERSPECTIVA DAS MÃES	83
EFEITO DA MONOTERAPIA E POLITERAPIA SOBRE A QUALIDADE DE VIDA RELACIONADA À SAÚDE EM ADULTOS COM EPILEPSIA.....	84
EPIDEMIOLOGIA CLÁSSICA DA HEPATITE B NA MICRORREGIÃO DE MONTES CLAROS, MG	85

ESCADAS EM CONCRETO ARMADO E SUAS APLICAÇÕES	86
ESTACIONAMENTO INTELIGENTE: CONTROLADOR DE VAGAS UTILIZANDO A PLATAFORMA ARDUINO	86
ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL A IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS	87
ESTRESSE OCUPACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DAS FIPMOC E PREVALÊNCIA DA LOMBALGIA.....	87
ESTUDO DA COMORBIDADE DE TDAH EM CRIANÇAS EPILÉPTICAS	88
ESTUDO DE CALÇADOS UTILIZANDO A NOVA METODOLOGIA DE PROJETO MULTIDICIPLINAR DAS FACULDADES INTEGRADAS PITAGORAS	89
ESTUDO DE CASO UTILIZAÇÃO DO FILTRO DE MANGAS PARA MELHORIA NAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE UMA EMPRESA METALÚRGICA NORTE MINEIRA.....	89
EXECUÇÃO PENAL E MÉTODO APAC – DO ESTIGMA A INCLUSÃO SOCIAL.....	90
FATORES DE RISCO MATERNO ASSOCIADOS À INTERCORRÊNCIAS NEONATAIS: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO	91
FIDELIZAÇÃO DE CLIENTES EM EMPRESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NO SEGMENTO DE ESTUDIO FOTOGRAFICO E BUFFET.....	91
FOMENTO À IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA APAC, NA REGIÃO DA SERRA GERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS	92
FUNCIONALIDADE NA PARALISIA CEREBRAL PELO PEDIATRIC EVALUATION OF DISABILITY INVENTORY- PEDI	93
GERAÇÃO ALTERNATIVA DE ENERGIA A PARTIR DE PLACAS FOTOVOLTAICAS DE LED	93
GERAÇÃO DE ENEREGIA ELÉTRICA POR MEIO DA PROPULSÃO HUMANA.....	94
HÉRNIA DIAFRAGMÁTICA CONGÊNITA BILATERAL: RELATO DE CASO	94
HUMANIZAÇÃO CARCERÁRIA PELO MÉTODO APAC EM MONTES CLAROS... 	95
HUMANIZAÇÃO DA VIDA CARCERÁRIA EM MONTES CLAROS ATRAVÉS DO MÉTODO APAC	95
HUMANIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA PENA NO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO: POSSIBILIDADES À LUZ DO MÉTODO APAC.....	96
IDENTIFICAÇÃO DA COMPOSIÇÃO MINERALÓGICA E QUÍMICA PRESENTE NOS ÓCULOS.....	97
IDENTIFICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS REFERENTES À PESSOA COM DEFICIÊNCIA, NO ESTADO DE MINAS GERAIS	97
IDENTIFICAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS REFERENTES À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE NO ESTADO DE MINAS GERAIS	98
IDENTIFICAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS REFERENTES À SAÚDE NO ESTADO DE MINAS GERAIS.....	99

IDENTIFICAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS REFERENTES À TERCEIRA IDADE, NO ESTADO DE MINAS GERAIS	100
IMPACTO DO TABAGISMO EM MULHERES EM IDADE FÉRTIL	100
IMPERMEABILIZAÇÃO NA CONSTRUÇÃO CIVIL.....	101
IMPORTÂNCIA DO CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL PARA A DETERMINAÇÃO DA DEFLEXÃO EM VIGAS E EIXOS	101
IMPORTÂNCIA DO VOLUNTARIADO NA RESSOCIALIZAÇÃO DO RECUPERANDO ATRAVÉS DO MÉTODO APAC	102
INCIDÊNCIA E PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA HEPATITE B EM MONTES CLAROS, MG, DURANTE OS ANOS DE 2003 A 2012.....	103
INCLUSÃO/EXCLUSÃO SOCIAL: PERSPECTIVAS NO ÂMBITO ESCOLAR.....	103
INFLUÊNCIA DA CARGA DE COMPACTAÇÃO NA PRODUÇÃO DE DISCOS TERMOLUMINÊSCENTES A BASE DE QUARTZO E CAULIM	104
INFLUÊNCIA DO TRABALHO NA RESSOCIALIZAÇÃO DO CONDENADO NO MÉTODO APAC	105
INFLUÊNCIA DOS FATORES MODIFICÁVEIS NA OBESIDADE EM ADOLESCENTES: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO	105
INIMIGOS INVISÍVEIS AOS DIREITOS DAS MULHERES: RELIGIÃO E A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA	106
INVESTIGAÇÃO DOS ASPECTOS QUALITATIVOS DOS DIFERENTES TIPOS DE GRANITO EM DIVERSAS REGIÕES DO BRASIL	107
JARDINS RESIDENCIAIS RENASCENTISTAS NA CIDADE DE MONTES CLAROS	107
JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA OU ATIVISMO JUDICIAL? DELINEANDO CONCEITOS E DEFININDO DIFERENÇAS	108
MARKETING DE RELACIONAMENTO: ESTRATÉGIAS PARA FIDELIZAÇÃO DE CLIENTES EM UMA CONCESSIONÁRIA DE VEÍCULOS NA CIDADE DE MONTES CLAROS/MG	109
MÉTODO SIMPLIFICADO DE ESTIMATIVA DE CUBAGEM DE JAZIDA DE AREIA, ESTUDO DE CASO DA SERRA VELHA, NORTE DE MINAS GERAIS	109
MORBIDADE E FATORES RELACIONADOS À INTERNAÇÃO DE LEIOMIOMA UTERINO EM MONTES CLAROS-MG.....	110
MORBIMORTALIDADE HOSPITALAR DO CÂNCER DE MAMA EM MINAS GERAIS	111
NÍVEL DE ATIVIDADE FÍSICA DOS FUNCIONÁRIOS DAS FIPMOC COM PREVALÊNCIA DE LOMBALGIA.....	111
O ABUSO DO PODER ECONÔMICO NA POLÍTICA E SUA INFLUÊNCIA NA DECISÃO DOS ELEITORES BRASILEIROS	112
O ABUSO DO PODER ECONÔMICO NAS DECISÕES DOS ELEITORES BRASILEIROS	112

O CONTROLE JUDICIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DIANTE DO NOVO DIREITO SOCIAL CONSTITUCIONALIZADO: DIREITO À ALIMENTAÇÃO	113
O MÉTODO APAC E A HUMANIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO	113
O MÉTODO APAC E A OTIMIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL.....	114
O PAPEL DA COMUNIDADE NO PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO DO CONDENADO NO ÂMBITO DA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS (APAC).....	115
O PAPEL DA ESCOLA NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN	116
O TRABALHO PENITENCIÁRIO E A RESSOCIALIZAÇÃO DO PRESO NO MÉTODO APAC	116
O USO DE TIJOLO DE POLIESTIRENO EXPANDIDO (EPS) NA CONSTRUÇÃO CIVIL	117
OS EFEITOS DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA EM RELAÇÃO AO DEVER DE REPARAR OS DANOS OCASIONADOS PELO DELITO	118
PERCEPÇÃO DO PROFESSOR PRÉ-ESCOLAR ACERCA DO AUTISMO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	119
PERCEPÇÕES DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DA FAMÍLIA FRENTE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A CRIANÇA	119
PERFIL DAS HOSPITALIZAÇÕES EM NEUROLOGIA E NEUROCIRURGIA EM MONTES CLAROS – MG.....	120
PERFIL DAS INTERNAÇÕES POR ABORTO EM MONTES CLAROS – MG	120
PERFIL DO LINFOMA NÃO-HODGKIN NA CIDADE DE MONTES CLAROS	121
PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DAS INTERNAÇÕES POR ENDOMETRIOSE EM MONTES CLAROS – MG.....	121
PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DAS MENINGITES INFECCIOSAS NO ESTADO DE MINAS GERAIS	122
PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DAS MENINGITES NO ESTADO DE MINAS GERAIS	123
PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DOS ACIDENTES CAUSADOS POR ANIMAIS PEÇONHENTOS EM MONTES CLAROS NO ÚLTIMO QUINQUÊNIO.....	123
PERFIL EPIDEMIOLÓGICO E FATORES AGRAVANTES PARA A OCORRÊNCIA DE GRAVIDEZ EM ADOLESCENTES ASSISTIDAS PELAS ESF'S CONVENIADAS ÀS FIPMOC, NO ANO DE 2010	124
PERROCA OU FUGULIN: QUAL O MELHOR INSTRUMENTO DE CLASSIFICAÇÃO DE PACIENTES?	124
PLATAFORMA ARDUINO: BENGALA ULTRASSÔNICA AUXILIANDO OS DEFICIENTES VISUAIS.....	125
POLÍTICAS PÚBLICAS REFERENTES À SAÚDE NO ESTADO DE MINAS GERAIS	126

POLÍTICAS PÚBLICAS REFERENTES AOS DIREITOS DA MULHER NO ESTADO DE MINAS GERAIS.....	126
POSICIONAMENTO DO STF EM RELAÇÃO AO DIREITO DE MINORIAS HOMOSSEXUAIS	127
PRESENÇA DE EDEMA EM PACIENTES COM DOENÇA CARDIOVASCULAR ...	128
PREVALÊNCIA DE DEMÊNCIA E DEPENDÊNCIA FUNCIONAL EM UMA POPULAÇÃO DE IDOSOS NO BRASIL	128
PREVALÊNCIA DE DEPRESSÃO EM IDOSOS ATENDIDOS POR UM CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO IDOSO	129
PREVALÊNCIA DE TUBERCULOSE MULTIRRESISTENTE NO BRASIL.....	130
PREVALÊNCIA DE TUBERCULOSE NO BRASIL E SEUS FATORES DETERMINANTES	130
PREVALÊNCIA E FATORES DE RISCO DE SÍFILIS NA GESTAÇÃO NOTIFICADOS NO PERÍODO DE 2012 E 2013 NA BASE DE DADOS DO SINAN	131
PREVENÇÃO E CONTROLE DE ENCHENTES NA REGIÃO SUDOESTE DE MONTES CLAROS – MG	132
PROCESSO DE FABRICAÇÃO BIELA	132
PROCESSO DE PANIFICAÇÃO DAS PADARIAS DE MONTES CLAROS	133
PROCESSOS DE FABRICAÇÃO DE ELEMENTOS MECÂNICOS: ACOPLAMENTO	133
PROCESSOS DE FABRICAÇÃO MECÂNICO: PRODUÇÃO DE DISCOS DE FREIO AUTOMOTIVO	134
PRODUÇÃO DE ENERGIA ATRAVÉS DE BIODIGESTORES NAS ESTAÇÕES DE ESGOTO	135
PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA ATRAVÉS DA PROPULSÃO HUMANA	135
PROMOÇÃO DA SAÚDE DA CRIANÇA E PREVENÇÃO DE DOENÇAS INFECTOCONTAGIOSAS A PARTIR DA IMUNIZAÇÃO INFANTIL.....	136
PROPOSTA DE RALO DE SUÇÃO EM PISCINAS COM O OBJETIVO DE REDUZIR OS RISCOS DE ACIDENTES	136
PROPOSTA DE REUTILIZAÇÃO DA ÁGUA DO AR-CONDICIONADO NAS FIPMOC	137
PROPOSTA DE UMA SOLUÇÃO SUSTENTÁVEL PARA UTILIZAÇÃO DE ENERGIA FOTOTÉRMICA EM HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL (HIS).....	137
PSICOMOTRICIDADE E EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA COMUNICAÇÃO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO	138
QUE TIPO DE CIDADE VOCÊ QUER? REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E A PERGUNTA NÃO-FEITA NA HISTÓRIA DO DESENVOLVIMENTO DE MONTES CLAROS/MG.	139
RABDOMIÓLISE EM PACIENTE POLITRAUMATIZADO: RELATO DE CASO....	140

REABILITAÇÃO CARDÍACA NO PÓS-OPERATÓRIO DE ANGINA E INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO	140
REDES DE SENSORES PARA MONITAMENTO DA QUALIDADE DO AR.	141
REDESENHO ERGONÔMICO DE UMA CADEIRA SOB A ÓTICA DA BIOMIMÉTICA.....	141
REFLEXÕES JURÍDICAS, PSICOLÓGICAS E SOCIAIS NOS CASOS DE RESPONSABILIDADE CIVIL POR ABANDONO AFETIVO	142
RELEVÂNCIA DA RELAÇÃO DE PSA LIVRE/PSA TOTAL NO DIAGNÓSTICO DE CÂNCER DE PRÓSTATA	142
REPERCUSSÕES Das MÁS FORMAÇÕES UTERINAS EM MULHERES DIAGNOSTICADAS COM ÚTERO BICORNO	143
REUTILIZAÇÃO DA ÁGUA NOS APARELHOS DE AR CONDICIONADO EM PROL DE QUESTÕES SOCIAIS	143
REVISÃO SISTEMATIZADA SOBRE A COMPLEXIDADE PARA ESTABELECER O DIAGNÓSTICO DE FIBROMIALGIA PARA O PROFISSIONAL DA MEDICINA DO TRABALHO.....	144
SERVITIZAÇÃO: UMA FORMA EFICIENTE DE ELISÃO FISCAL?	145
SÍNDROME DE BURNOUT EM UNIVERSITÁRIOS DA ÁREA DE SAÚDE DE UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA DO NORTE DE MINAS GERAIS	145
SÍNDROME DE BURNOUT: ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DA ÁREA DA SAÚDE DE UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA DO NORTE DE MINAS GERAIS.....	146
SISTEMA DE MONITORAMENTO E SEGURANÇA PARA CRIANÇAS “ESQUECIDAS” EM VEÍCULOS UTILIZANDO PLATAFORMA ARDUINO	147
TECNOLOGIA ASSISTIVA UTILIZANDO SENSORES E A PLATAFORMA ARDUÍNO.....	148
TELHA CERÂMICA COM ELEVADO DESEMPENHO TÉCNICO SEMELHANTE AO PORCELANATO.....	148
TEORIA DO PROCESSO COMO RELAÇÃO JURÍDICA	149
TRANSPORTE NA MINERAÇÃO	150
UM ESTUDO DE CASO DOS ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS DA CATEDRAL NOSSA SENHORA APARECIDA DE MONTES CLAROS EM COMPARAÇÃO A CATEDRAL SANTA EULALIA DE BARCELONA.....	150
USO DA BOLA SUÍÇA NO TRATAMENTO DE DISFUNÇÕES EM DIFERENTES ÁREAS DE ATUAÇÃO DA FISIOTERAPIA.....	151
UTILIZAÇÃO DE SOFTWARES NO GERENCIAMENTO DE PROJETOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL.....	151
UTILIZAÇÃO DOS ENSAIOS MECÂNICOS EM UM PROJETO DE ENGENHARIA	152
USO DA BOLA SUÍÇA NO TRATAMENTO DE PATOLOGIAS: UMA REVISÃO DE LITERATURA	152

UTILIZAÇÃO DA BOLA SUÍÇA NO TRATAMENTO FISIOTERAPÊUTICO	
PEDIÁTRICO	153
VIDROS TRANLÚCIDOS EM EDIFICAÇÕES.....	153

A (IN) OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA NA SUCESSÃO DO COMPANHEIRO NA UNIÃO ESTÁVEL

PRATES, Patrícia Moura¹; PEREIRA, Ana Flávia Loyola Antunes²

¹ Discente das FIPMoc; ² Docente das FIPMoc

O presente trabalho de conclusão de curso teve como objetivo analisar a questão pertinente à aplicabilidade do Princípio da Isonomia e as normas do artigo 1.790, do Código Civil Brasileiro de 2002 (CCB/2002), que versa sobre a disciplina da sucessão na união estável. No paradigma da doutrina civilista e constitucional atual passou-se a acatar a idéia da unificação de tratamento conferido aos diversos tipos de família, entendendo-se, portanto, inaceitável o tratamento discriminatório dispensado aos companheiros em comparação aos cônjuges. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988) ao ampliar o conceito de família, reconhece a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, além de apresentar a isonomia como pressuposto fundamental. Empregou-se, para o desenvolvimento desta análise, o método dedutivo, mediante procedimento exploratório bibliográfico e documental. Verificou-se a inconstitucionalidade do mencionado dispositivo legal, revelando-se a necessidade de se aplicar à sucessão na união estável o mesmo regime jurídico estabelecido para os cônjuges casados sob as regras da comunhão parcial de bens, vez que respaldados pelos princípios da isonomia, dignidade da pessoa humana e solidarismo social.

Palavras-chave: União Estável. Sucessão. Inconstitucionalidade. Artigo 1.790 do Código Civil Brasileiro de 2002. Isonomia.

A AÇÃO DO MARKETING DE RELACIONAMENTO NO SEGMENTO DA CONSTRUÇÃO CIVIL

SOARES, Dayane Macedo Soares; MARQUES, Heráclides Veloso, MAGALHÃES, Márcio Rafael Pinheiro, MARTINS, June Marize C. Silva

¹ Discente das FIPMoc; ², ³ e ⁴ Docente das FIPMoc

A pesquisa teve como propósito o estudo da importância do Marketing de Relacionamento para manter vínculos duradouros com os clientes de uma empresa de construção civil na cidade de Montes Claros/MG. Considerando-se o cliente como o principal foco, buscou-se compreender e atender suas necessidades para ocasionar em um retorno contínuo, e indicações que também se tornarão fieis. O objetivo geral é analisar o nível de satisfação dos clientes em relação aos serviços oferecidos pela Construtora. Neste estudo foram trabalhados os seguintes objetivos específicos: Identificar como é o atendimento prestado pelos colaboradores e se os colaboradores estão qualificados para prestar um atendimento de qualidade; identificar os principais aspectos que influenciam os clientes na tomada de decisão para aquisição do imóvel; analisar se a construtora cumpriu com a entrega dos apartamentos no prazo estipulado. A pesquisa justifica-se pela importância em se compreender que o Marketing de Relacionamento pode contribuir com a fidelização e satisfação do cliente junto à empresa, e também pode ser usado como um diferencial competitivo, logo as necessidades dos consumidores serão identificadas, facilitando apontar o perfil, estilos de cada cliente. A metodologia utilizada foi pesquisa descritiva, quantitativa, através de um estudo de caso, sendo uma pesquisa que adotou-se a escolha dos clientes de forma não probabilística, onde foi utilizado para coleta de dados um questionário semiestruturado. Levando em consideração satisfação em relação ao imóvel, segurança do empreendimento, qualidade do serviço prestado e o tempo de entrega dos apartamentos construídos e habitados, sobre qualidade no atendimento prestado pela Construtora podemos identificar, que cerca de 43% dos clientes afirmaram terem sido atendidos com excelência, enquanto 29% consideraram o atendimento bom, 19% regular e 9% acharam o atendimento ruim. O contato com o cliente deve ser contínuo, até depois da entrega do serviço ou produto, pois o cliente se sente importante, se sente valioso para a empresa assim concluiu-se que o Marketing de Relacionamento representa uma ferramenta propícia para ser utilizada para promover satisfação e fidelização do consumidor. Através de um acompanhamento do pós-venda é possível conhecer as necessidades dos clientes, colher sugestões e receber reclamações, que serão de fundamental importância para que a empresa possa promover melhorias entre o relacionamento entre a empresa e o cliente.

Palavras-chave: Marketing de Relacionamento. Construção Civil. Fidelização.

A ANÁLISE DA VERTICALIZAÇÃO DA ZONA COMERCIAL 2 EM MONTES CLAROS-MG: UM ESTUDO SOBRE A AVENIDA JOÃO XXIII

BARBOSA, Adriane¹; BORGES, Camila C. S.¹; CRISTINA, Giselle¹, TALINNE; Késia¹;
GABRIELLA, Luane¹; MONÇÃO, Pollyana¹; ROCHA, Josiane Santos Brant²;
Discentes de 7º Arquitetura e Urbanismo das FIPMOC. 2Docente das FIPMOC.

O processo de verticalização na zona comercial 2 de Montes Claros se dá de forma crescente e desordenada em seu aspecto infra estrutural. Especificamente na Avenida João XXIII, observa-se um número reduzido de verticalizações onde estas apresentam uma estética considerável mediante as demais construções ali dispostas. Dando um destaque visual para o observador, por ter aspectos construtivos diferenciados dos demais. A sistemática deste projeto constitui em compreender o processo de verticalização na zona comercial 2 de Montes Claros, com ênfase na Avenida João XXIII. Esta pesquisa se deu através da análise do mapa de zoneamento da cidade, legislações vigentes, pesquisa de campo e análise de documentos junto ao corpo de bombeiros. Constatou-se que grandes fluxos de veículos daquela localidade provem da maciça quantidade de comércios ali presentes, instituições dentre elas o Hospital Aroldo Tourinho, acesso aos bairros da região e acesso a BR-135. Este fato provoca um trânsito intenso e caótico, com vias estreitas e ausência de planejamento urbano. Um outro diagnóstico levantado foi o fato da avenida em questão ser pouco arborizada, aumentando a sensação térmica do ambiente. Diante dos problemas relatados do trânsito caótico, uma proposta adequada para a melhoria desses problemas seria o uso da bicicleta que além de reduzir o fluxo de automóveis na avenida melhoraria também a climatização do local, mas para isso ocorre a necessidade de ciclovias. Outra proposta viável seria a melhoria do transporte público coletivo naquela região.

Palavras-chave: Verticalização. Avenida João XXIII. Estética. Fluxo.

A ATUAÇÃO DO CENTRO DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE EM MONTES CLAROS-MG

SILVA, Caroline de Souza¹; SILVA, Dayana Priscilla Oliveira; BASTOS, Carlos Frederico²
1Discentes das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Os altos índices de criminalidade assustam as pessoas, e preocupam o Estado que tem como obrigação garantir a segurança da sociedade. Uma estratégia utilizada para que haja o devido controle e diminuição da criminalidade, é a implantação de Centros de Prevenção que desenvolvam projetos com tal finalidade. Objetivou-se conhecer a forma de atuação do Centro de Prevenção à Criminalidade em Montes Claros. Trata-se de uma pesquisa descritiva. Quanto à coleta de dados, utilizou-se de uma visita técnica ao Centro de Prevenção à Criminalidade de Montes Claros, onde os esclarecimentos acerca do tema foram prestados pela funcionária responsável pelos programas na unidade. Posteriormente foi feito um relatório sobre a visita, sendo que este serviu de base para a análise e interpretação dos resultados. O centro trabalha com os programas CEAPA e PRESP, e possui três níveis de prevenção à criminalidade. O nível primário age antes que o crime aconteça, atingindo a um público sem comprometimento com a justiça, funcionando também como mediador de conflitos extrajudiciais. O nível secundário possui o programa CEAPA (Programa Central de Apoio às Penas e Medidas Alternativas), que atua onde há crimes, só que com menor potencial ofensivo (penas de até 4 anos), com o objetivo de evitar a reincidência do delito ou um aumento no seu ingresso. Já no nível terciário, utilizam o programa PRESP (Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional), e agem onde já houve crime, condenação e cumprimento da pena, trabalhando na inclusão social dessas pessoas para evitar reincidência. A unidade utiliza-se de formas alternativas com oficinas de arte, cultura e lazer, e de parcerias com as escolas para que aja efetividade no combate à criminalidade. O centro de prevenção à criminalidade é uma peça importante quando se trata da diminuição dos delitos e da violência, pois atua com comprometimento e se utiliza de métodos próprios para cada situação, optando sempre pelo viés educativo em seus projetos.

Palavras-chave: Centro de Prevenção. Criminalidade. Atuação. Montes Claros.

A BUSCA PELA QUALIDADE DE VIDA NA GESTAÇÃO DIANTE DOS DESCONFORTOS FISIOLÓGICOS

BRITO, Daniel Oliva¹; GONÇALVES, Pedro Rocha¹; OLIVEIRA, Scárllety Karen Mendes¹; LIDÓRIO, Victória Silva¹; GUIMARÃES, Victor Antunes¹.

1 Discentes das FIPMoc

No decorrer da gestação, o organismo materno sofre modificações físicas e psicológicas de forma adaptativa referente à ação dos hormônios da gravidez e ao aumento do útero e outros tecidos. Tais alterações são essenciais para que o feto tenha um desenvolvimento no padrão normal esperado. Entretanto, os sinais e sintomas referentes a essas adaptações, como dores, desconfortos e problemas de circulação sanguínea em membros inferiores, podem afetar o bem estar da mulher contribuindo para um quadro de estresse e ansiedade, principalmente no terceiro trimestre, onde os sintomas estão ainda mais exacerbados. A busca pela qualidade de vida na gestação se dá no sentido de minimizar os efeitos negativos desse período, através de atividades e comportamentos indicados às grávidas. O presente estudo objetiva reunir fatores que contribuam para a qualidade de vida na gestação, através da minimização dos efeitos negativos das alterações físicas e psíquicas da gravidez. Com isso, fazer da gestação uma experiência prazerosa, resultando em uma maior qualidade de vida no âmbito da saúde da mulher. Foi realizado um estudo bibliográfico qualitativo em artigos e revistas publicados entre 2013 e 2015 encontrados nos sites Scielo e Google Acadêmico. Com base nas informações obtidas na literatura virtual, atualmente muito se discute acerca da importância da atividade física relacionado ao tema proposto. O exercício auxilia na resistência e flexibilidade muscular, consequentemente, a mulher suporta melhor o aumento de peso e atenua as modificações posturais. Atua também na assistência ao retorno venoso e melhorando as condições de irrigação da placenta. Cabe lembrar que a atividade física deve respeitar os limites individuais e o período gestacional que se encontra. Quanto à alimentação, o consumo a cada três horas, redução de frituras e alimentos industrializados e o aumento na ingestão de frutas, verduras e refeições balanceadas ajuda na redução dos efeitos da pirose e doença do refluxo esofágico presentes em muitos casos. Além disso, o consumo de fibras contribui com a atividade do trato gastrointestinal reduzindo a ocorrência de constipação e hemorroidas, já que as fezes retidas tendem a endurecer e a pressão na evacuação afeta as veias da região anal. O decúbito lateral esquerdo desloca o útero da veia cava inferior e pode ser uma forma de reduzir o desconforto da dispnéia, frequente na gestação devido ao crescimento uterino e aumento da produção de progesterona que modifica o funcionamento dos pulmões. A qualidade de vida na gestação é benéfica tanto para a mãe quanto para o recém-nascido, sendo assim, o estudo mostra sua importância quando apresenta formas da gestante conviver com os efeitos negativos das adaptações da gravidez, minimizando-os ou eliminando tais sintomas. Cabe nesse contexto a atuação da equipe multidisciplinar na atenção básica, aconselhando e cuidando para que tais objetivos sejam alcançados.

Palavras-chave: Desconforto. Gestação. Saúde da mulher.

A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: A APAC COMO PROPOSTA DE HUMANIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE PENA

(Dados Preliminares)

FRÓES, Bárbara Aniceto. SENA, Haissa Nogueira¹. SILVA, Leandro Luciano². ROCHA, Dalton Caldeira³ ; VELOSO, Cynara Silde Mesquita⁴

¹Discentes do Curso de Direito da UNIMONTES. ² Doutorando FAE/UFMG - Docente FIPMoc.

³ Docente do Curso de Direito da UNIMONTES.

⁴ Docente do Curso de Direito da UNIMONTES, Coordenadora Geral do Projeto

Frente à Lei nº 7.210, que disciplina a execução penal no território brasileiro, e à Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) de 1988, que dedica vários incisos do artigo 5º à proteção dos direitos da pessoa presa, tendo por mandamento o respeito a sua integridade física e moral, não há lacuna legislativa sobre direitos humanos do cidadão preso, mas, sim, forte contradição entre as regras positivadas e sua aplicação na esfera da realidade social, apresentando a APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados), parceira da Justiça na execução penal, como método humanizador do sistema carcerário através da busca pelo cumprimento do disposto na Lei de Execução Penal (LEP). Objetivou-se analisar o atendimento aos Direitos Humanos dos presos na perspectiva do sistema carcerário convencional. Estudo

exploratório realizado através de pesquisa bibliográfica e documental. A coleta de dados será realizada em dois bancos de dados. Como resultados parciais, são apresentados dados relacionados aos direitos humanos dos presos, apontados por relatório de inspeção elaborado pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, realizado em 25 e 26 de abril de 2013, em quatro estabelecimentos prisionais da Região Metropolitana de Belo Horizonte: o Centro de Remanejamento do Sistema Prisional (CERESP); a Penitenciária Professor Jason Soares Albergaria (PPJSA); o Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto (CPFEP) e o Presídio Inspetor José Marinho Drumond (PIJM). Em outra oportunidade, os dados serão obtidos junto à Vara de Execuções Criminais e ao Tribunal do Júri da Comarca de Montes Claros - Minas Gerais. Há irregularidades no fornecimento da alimentação, com o número de refeições por dia inadequado às necessidades dos presos. Inexiste local apropriado para os presos usufruírem o banho de sol. As condições das selas são insalubres e com odores “terríveis”. À exceção do CPFEP, os outros estabelecimentos penitenciários estão superlotados, fator, inclusive, associado ao número insuficiente de agentes por presos. Não há equipe de saúde própria, tendo em vista, principalmente, o número de detentos e a não disponibilização dos medicamentos básicos do Sistema Único de Saúde. O Estado não proporciona de forma eficiente estruturas adequadas para que os Direitos Humanos dos detentos sejam efetivados. O método APAC, por suas características, pode ser uma alternativa de cumprimento da pena e atendimento aos Direitos Humanos dos presos.

Palavras-chave: Direitos humanos. Sistema prisional. APAC.

A DOENÇA DE ALZHEIMER E SEUS IMPACTOS AO PACIENTE IDOSO

GUIMARÃES, Victor Antunes¹; LIDÓRIO, Victória Silva¹; BRITO, Daniel Oliva¹; GONÇALVES, Pedro Rocha¹; OLIVEIRA, Scárllety Karen Mendes¹.

1 Discentes do curso de Medicina das FIPMoc

A doença de Alzheimer, principal causa de demência em idosos, se caracteriza por um processo neurodegenerativo que acomete inicialmente o hipocampo, seguido de áreas corticais associativas. A doença acomete mais de 1,2 milhões de brasileiros e consiste em um importante problema para as agências de saúde pública. O presente estudo tem o intuito de resgatar informações pertinentes sobre a doença de Alzheimer bem como elucidar suas causas, consequências e os impactos da doença na qualidade de vida do paciente idoso. Foi realizada uma pesquisa de revisão de literatura, qualitativa, de caráter exploratório, nas principais fontes de bibliografia atual como o scielo e o pubmed. O quadro clínico da doença de Alzheimer é essencialmente caracterizado por alterações cognitivas e comportamentais, com preservação das funções sensitivas e motoras, que são acometidas apenas em fases avançadas da doença. A doença possui íntima conexão com o declínio da memória observado nos portadores da mesma, o que interfere diretamente na realização de atividades de vida diária. Consiste em uma enfermidade idiopática muito estudada na atualidade, devido a seus efeitos lesivos à função cognitiva dos pacientes. A doença de Alzheimer não possui cura, entretanto, possui tratamento, que melhora de forma significativa a expectativa de vida do doente, bem como sua qualidade de vida. Mediante análise cuidadosa sobre a doença de Alzheimer, tem-se, de forma consensual na literatura, a certeza de que se trata de uma doença grave, sem cura, que, porém pode ser tratada com o intuito de melhorar a qualidade de vida dos doentes. Deste modo, torna-se necessário o maior investimento de recursos de saúde para o manejo e seguimento dos pacientes portadores desta doença.

Palavras-chave: Alzheimer. Idosos. Saúde Pública.

A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS ATRAVÉS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Dados parciais do Projeto Interdisciplinar

DIAS, Jakeline Souza¹; LUZ, Marcelle Silva¹; SANTOS, Dhiego de Andrade¹; SILVA, Bianca Martins¹; SILVA, Ranielle Borges¹; SOUZA JÚNIOR, Joelson¹; SILVA, Leandro Luciano²

1 Discentes das FIPMoc; 2 Doutorando FAE/UFMG - Docente FIPMoc - Procuradoria/ UNIMONTES

A efetivação dos Direitos Sociais ocorrem, via de regra, através da implementação de políticas públicas, sendo estas um conjunto de decisões, planos, metas e ações do governo, voltados para a resolução de problemas de interesse público e social. O papel do Estado está em elaborar e implementar tais políticas procurando dessa forma efetivar os direitos sociais previstos na Constituição da República Federativa do

Brasil de 1988 (CRFB/88). Identificar as políticas públicas referentes à mulher no âmbito do estado de Minas Gerais. Trata-se de estudo exploratório realizado através de pesquisa bibliográfica e documental, os dados foram obtidos através de busca no sítio oficial do Governo do Estado de Minas Gerais realizada no primeiro semestre do ano de 2015. Identificou-se que o Estado de Minas Gerais busca efetivar os direitos sociais inerentes à mulher através de políticas públicas específicas, criando a Assessoria para a Implantação de Conselhos Municipais de Direitos da Mulher os quais procuram fiscalizar as políticas e as diretrizes criadas para efetivar os direitos da mulher e a legislação que atenda aos seus interesses, bem como procura eliminar as discriminações e formas de violência, de maneira a integrá-la na vida socioeconômica, política e social, visando a sua participação em todos os campos e atividades. A Política de Atendimento a Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar criou o Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIM), o qual reúne três varas judiciais cada uma com competência exclusiva para julgar casos previstos na lei Maria da Penha. A mulher vítima de violência poderá procurar a Delegacia de Mulheres (atendimento) 24 horas. Será amparada pelo Ministério Público, Defensoria Pública e pela Polícia Militar. O Programa de Mulheres Vítimas de Violência Sexuais consiste no fornecimento de apoio que vai desde a realização de exames médicos e laboratoriais a psicológico e psiquiátrico. No âmbito da saúde o Programa Mãe de Minas é um conjunto de planos e ações prestadas à mulher durante o período de gestação e a criança até um ano de idade. O Programa de Atendimento Médico em Urgências Ginecológicas e Obstétricas trata-se de um serviço prestado a toda mulher que se encontra em trabalho de parto, ou que apresentem complicações clínicas durante a gestação, também a mulheres grávidas portadoras do vírus HIV, e as que tiverem hemorragias, eclampsia, entre outras, estas ações ocorrem no âmbito do Programa Viva Vida. Com base nessa pesquisa observa-se que o estado de Minas Gerais tem tentado não só universalizar as políticas direcionadas à mulher, mas procurado investir na qualidade da prestação do serviço. Tais políticas procuram efetivar os direitos fundamentais das mulheres, de modo a lhes possibilitar melhores condições e qualidade de vida.

Palavras-chave: Mulher. Direitos Sociais. Políticas Públicas.

A EFICÁCIA DA REINTEGRAÇÃO DOS PRESOS NA SOCIEDADE APÓS A PASSAGEM PELA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS (APAC)

VEIGA, Amanda Freitas¹; MOURÃO, Sheila Abreu²; VELOSO, Cynara Silde Mesquita²; JESUS, Marcos Paulo Oliveira².

¹Estudante de graduação de Direito da Faculdade Vale do Grotuba (FAVAG); ²Professor(a) orientador(a) do Curso de Direito da Faculdade Vale do Grotuba (FAVAG).

A Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) é um sistema carcerário diferente do tradicional. O objetivo deste estudo foi verificar a eficácia da reintegração dos presos na sociedade após o cumprimento da pena. Para que este objetivo fosse atingido foram realizadas pesquisas bibliográficas, pesquisa de campo operacional através da visita à APAC de Pirapora e pesquisa documental. Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), enquanto no sistema carcerário tradicional 85% dos egressos voltam a cometer crimes, na APAC não ultrapassa 5%. No sistema APAC a reincidência dos presos é menor porque valoriza o preso, tratando-o como um ser humano, dignificando-o mesmo dentro da prisão e o apoiando após a sua soltura, assim, torna-se o caminho para que ele se recupere de duas condutas delituosas. Nas APACs, os “recuperandos” – nome pelo qual os presos são tratados – que mantêm a casa, já que eles que cuidam da limpeza, preparam as refeições, cuidam da horta, trabalham, etc. Ainda, há a valorização do recuperando, que é tratado como um ser humano. Na APAC o preso tem oportunidade de fazer cursos profissionalizantes, de estudar e de trabalhar. Portanto, os presos irão sair de lá com mais consciência e com os conceitos de boas condutas, ordem e responsabilidade civil, renovados. Isso irá ajudar o preso a ter uma fácil reintegração na sociedade. Conclui-se que na metodologia apaquiana o preso egresso tem melhores chances de se reinserir na sociedade, sendo uma metodologia eficiente para a diminuição da criminalidade na sociedade, já que diminui o número de reincidentes.

Palavras-chave: Criminalidade. Recuperandos. Eficiência de sistema prisional.

A EMPATIA NO PENSAMENTO DE EDITH STEIN E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A CLÍNICA PSICOLÓGICA

NOGUEIRA, Dionete Maria Mendes¹; COELHO JÚNIOR, Achilles Gonçalves²

¹Discente FIPMoc; ²Docente FIPMoc e doutorando FFCLRP-USP

O problema da empatia tem suscitado divergências conceituais, dadas as perspectivas teóricas em que o termo foi tomado. A empatia foi interpretada como imitação e simpatia reflexa por Theodor Lipps; pelas teorias da analogia por inferência ou associação e como percepção interna por Max Scheler; no âmbito da Psicologia, por Titchener como imitação interna e, ainda, na prática psicoterapêutica, por Carl Rogers, como uma habilidade que pode ser aprendida e desenvolvida. Essa polissemia do termo justifica a necessidade de retomar uma fundamentação fenomenológica dos conceitos próprios da Psicologia. O objetivo deste estudo é compreender os aspectos essenciais da vivência da empatia, apontando possíveis contribuições para a atividade da clínica psicológica. Trata-se de revisão de literatura respaldada nos pressupostos teóricos discutidos por Edith Stein, visando à compreensão da vivência da empatia, a partir de sua acepção na obra “Sobre o problema da empatia”, originalmente publicado em 1917, em sua versão em espanhol, apoiado em autores contemporâneos que enfrentam esta temática a partir da fenomenologia clássica desenvolvida por esta autora. Utilizou-se a redução fenomenológica, suspendendo temporariamente a discussão realizada até o momento pela psicologia, fundamentado nas orientações de Van der Leeuw, em uma atitude de elucidação, a fim de identificar os aspectos essenciais da empatia, discutidos por Edith Stein. Esta autora define a empatia enquanto um “dar-se conta” da experiência que o outro vive, clarificando três níveis de empatia: a emersão da vivência alheia experimentada pelo outro diante de mim; a experiência da vivência alheia e de seu sentido; a objetivação compreensiva da vivência alheia. Enfatiza, assim, que o sujeito empatizante não vive a experiência do outro, mas o objeto de sua experiência, isto é, não vivencia a dor ou alegria do outro, mas “a” dor ou “a” alegria como o outro também vivencia. Resta claro, portanto, a separação entre os sujeitos da relação empática e os limites ao acesso absoluto da experiência do outro. Para Edith Stein, empatia não é sentir o que o outro sente, nem unipatia, imitação, associação ou inferência por analogia, mas uma via pela qual, e somente através da qual, se pode conhecer a experiência alheia e afirmar a intersubjetividade como condição da experiência humana, não reduzindo-a a uma perspectiva situacional, mas tomando-a em seu caráter ontológico. Identificamos que é por intermédio da empatia que a clínica psicológica cumpre sua finalidade, pois esta vivência estrutural encontra-se na base da relação intersubjetiva, o que convoca a atenção do psicólogo clínico para uma atitude de redução fenomenológica com a experiência do outro; diferenciar a empatia de outros atos do sujeito e reconhecer o limite do que é possível compreender, evidencia a importância da fala no espaço da clínica; a expressão corporal pode remeter a um possível estado de ânimo que será confirmado ou afastado à medida que o psicólogo clínico se empatiza com as vivências do cliente. Dada a importância da relação empática na clínica, torna-se necessário o aprofundamento do estudo da empatia a partir de uma atitude de elucidação das vivências alheias.

Palavras-chave: Empatia. Edith Stein. Clínica.

A GESTÃO DE PESSOAS NA VIVÊNCIA LABORAL: UM ENFOQUE SOBRE O OLHAR DO TRABALHADOR

JUNIOR, Hermes Gonçalves Silva¹; MEDEIROS, Bárbara Novaes¹; MARTINS, Luciana²

¹Discentes do curso de Administração das FIPMoc; ²Docente do curso de Administração das FIPMoc

Este estudo visa discutir a percepção do trabalhador sobre a gestão de pessoas na sua vivência laboral, a partir do projeto interdisciplinar de pesquisa, que foi desenvolvido por acadêmicos do 3º período de Administração das FIPMoc, no primeiro semestre de 2013. O fator humano é, sem dúvida, o grande diferencial das empresas, sendo a Gestão de Pessoas a base na busca pela excelência de organizações bem sucedidas, alinhada ao desenvolvimento de pessoas e à promoção de saúde no trabalho. Desenvolveu-se uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa, tendo questionário misto como instrumento de coleta de dados. A amostra foi constituída por sujeitos trabalhadores que cursam Engenharia de Produção nas

FIPMoc, do 1º ao 7º períodos. Trata-se de uma escolha aleatória dentre os cursos do turno noturno, sendo este por apresentar perfil de acadêmicos trabalhadores. Constatou-se que o nível de satisfação dos trabalhadores acerca da gestão de pessoas tende a ser satisfatório, havendo investimento das empresas em políticas que impactam positivamente a qualidade de vida no trabalho, sob a perspectiva do trabalhador.

Palavras-chave: Trabalho. Subjetividade. Gestão de Pessoas. Qualidade de Vida no Trabalho. Políticas de Recursos Humanos.

A IMAGEM DA SORVETERIA “GOSTO DO CERRADO” JUNTO AOS CONSUMIDORES E FUNCIONÁRIOS DA EMPRESA

RIBEIRO, Ana Gabriela.

Docente das FIPMoc - 2º período Administração

Para garantir uma posição de destaque no mercado, toda empresa precisa reduzir a distância entre os serviços e os produtos que oferece e entender como sua imagem é vista internamente e externamente pelo seu público. Assim, o objetivo deste trabalho é verificar de que forma a imagem da sorveteria “Gosto do Cerrado”, em Montes Claros-MG, é percebida pelos seus funcionários e clientes. Para isto, foi realizada uma entrevista com os proprietários da sorveteria e uma pesquisa de campo, com a aplicação de questionários para os colaboradores e consumidores da empresa. A partir do confronto entre os dados obtidos na entrevista com os gestores e os coletados na pesquisa de campo com o público-alvo, percebeu-se que a sorveteria “Gosto do Cerrado” é uma empresa familiar, que desenvolve atividades sustentáveis e sua gestão estabelece normas claras a serem seguidas pelos funcionários, com o propósito de manter um padrão de qualidade de seus produtos e do atendimento oferecidos, para garantir a satisfação dos clientes. Verificou-se, também, que a imagem da empresa é percebida de forma altamente positiva pelos consumidores, sendo os produtos considerados de qualidade excelente, assim como o atendimento, mesmo que parte considere o preço muito caro. No entanto, na percepção dos funcionários, apesar destes se sentirem orgulhosos em trabalhar na empresa, a maioria considera que suas opiniões raramente são aceitas pelos donos e que as advertências raramente os ajudam a crescer profissionalmente ou a melhorar a qualidade de seu trabalho. Pode-se observar, então, que a dificuldade dos donos em ouvir a opinião dos funcionários e em corrigi-los de forma construtiva pode criar ruídos de comunicação e uma distância entre o que se fala e o que se faz aos olhos dos colaboradores. Apesar de a empresa ter uma imagem altamente positiva junto aos clientes e à sociedade, internamente, a percepção pode ser diferente, se o discurso e as ações para o público externo forem um, e o discurso e as ações para o público interno, forem outro.

Palavras-chave: Gestão. Imagem institucional. Comunicação.

A IMPORTÂNCIA DA VACINAÇÃO NA PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE DOENÇAS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

OLIVEIRA, Scárllety Karen Mendes¹; BRITO, Daniel Oliva¹; GONÇALVES, Pedro Rocha¹;

GUIMARÃES, Victor Antunes¹; LIDÓRIO, Victória Silva¹.

¹Discentes do curso de Medicina das FIPMoc

As vacinas representam uma das maiores descobertas da humanidade para a prevenção, controle e erradicação de doenças. A vacinação destaca-se por ser uma medida de grande efetividade e possuir vasta importância nos países em desenvolvimento que de forma geral ainda apresentam condições sanitárias deficientes e recursos destinados a ações de saúde escassas. Do ponto de vista imunológico, crianças e idosos são mais susceptíveis a doenças e por isso são considerados grupos prioritários no recebimento das doses de vacina. A imunização além de promover uma proteção individual daquele que recebe a vacina proporciona a proteção coletiva uma vez que quanto maior o número de pessoas vacinadas, menor o número de fontes de contágio. O presente estudo tem como objetivo apresentar a importância da vacinação para a prevenção, controle e erradicação de doenças e informar sobre os resultados positivos da imunização na população. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e de caráter qualitativa, desenvolvida com base em

material já elaborado, constituído artigos científicos publicados entre 2011 e 2015, encontrados nas bases Scielo e Google Acadêmico. Ainda existem polêmicas quanto às vacinas e sua segurança para a população, assim como o dilema ético que existe quanto à obrigatoriedade de determinadas vacinas em determinadas faixas etárias. Questiona-se também o risco dos adjuvantes e conservantes presentes, respectivamente, para diminuir custos e prevenir contaminação bacteriológica e fúngica nas apresentações multidoses sendo que esses compostos por vezes são os responsáveis pelos efeitos colaterais apresentados pela aplicação da vacina. Apesar de todas as controvérsias é possível notar através de observação temporal que os programas de vacinação que possuem cobertura universal apresentaram muito sucesso e adquiriram credibilidade com a população devido a eliminação da varíola, quase erradicação da poliomielite e a diminuição da incidência de doenças como caxumba, sarampo e catapora. Na população existe atualmente uma confiança muito elevada quanto à eficácia da vacinação como uma medida de prevenção e promoção de saúde, sendo um serviço oferecido pelo Sistema Único de Saúde (SUS) que apresenta bastante clientela. A população é frequentemente orientada pela mídia a buscar serviços de vacinação e comparecem às campanhas nos dias marcados com o cartão de vacinação para registro.

Palavras-chave: Vacinação. Prevenção. Promoção. Saúde.

A IMPORTÂNCIA DO AUXÍLIO-RECLUSÃO: REQUISITOS E BENEFICIÁRIOS

ALMEIDA, Anna Laura Ursine de¹; FONSECA, Izabella Marques¹; SILVA, Laís Tupinambás¹;

PIMENTA, Paula Carolina Alves¹; PEREIRA, Édson².

¹Discentes das FIPMoc; ²Docente das FIPMoc

O auxílio-reclusão é o benefício previdenciário previsto no plano de benefícios do Regime Geral de Previdência Social que tem por finalidade amparar os dependentes do segurado que for recolhido à prisão (CARVALHO, 2012). A presente pesquisa propôs verificar a importância do auxílio-reclusão, especificando os requisitos necessários e informando quais os beneficiários do mesmo. Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, qualitativa e bibliográfica. Diante disso, verificou-se que o benefício é dado aos dependentes do segurado de baixa renda, mesmo que não haja salário de contribuição na data da prisão, e o requisito principal é que o segurado deve estar recolhido à prisão, sendo mantido enquanto o segurado permanecer detido ou recluso. O pedido do benefício deve ser instruído com certidão do efetivo recolhimento do segurado à prisão, firmada pela autoridade competente. O benefício é fixado na data do efetivo recolhimento do segurado à prisão, se o requerimento do benefício foi protocolado até no máximo 30 dias depois da prisão, passando os 30 dias, o benefício é fixado na data do requerimento, e o beneficiário deve comprovar trimestralmente a condição de preso do segurado. Assim, como a pensão por morte, o auxílio-reclusão dispensa carência. Ademais, os beneficiários do auxílio-reclusão são classificados em três classes pelo art. 16 da Lei 8.213/91, em que na primeira estão o cônjuge, a companheira, o companheiro, inclusive os homoafetivos, e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou mesmo maior de 21 anos, declarado judicialmente como inválido ou deficiente intelectual ou mental que o torne absoluta ou relativamente incapaz, na segunda classe estão os pais, e na terceira o irmão não emancipado ou o irmão de qualquer condição, menor de 21 anos ou mesmo maior de 21 anos, declarado judicialmente como inválido ou deficiente intelectual ou mental que o torne absoluta ou relativamente incapaz. O valor do benefício varia de acordo com o salário que a pessoa recebia antes de ser presa, e o cálculo é feito com base na média dos 80% maiores salários do período contributivo. Porém, o auxílio-reclusão não é concedido quando for prisão civil por inadimplemento de prestação alimentícia, nem quando houver recebimento de remuneração de empresa, gozo de auxílio-doença, aposentadoria ou abono de permanência em serviço. Por fim, conclui-se que o auxílio-reclusão é altamente importante, visto que é um meio de amparo às famílias, que garante à subsistência digna dos dependentes do segurado recolhido a prisão, que por este motivo, se encontra impossibilitado de prover o atendimento das necessidades básicas e essenciais de sua família, pois, via de regra, o segurado é o responsável em prover o sustento familiar, sendo assim é um direito fundamental inerente a todo ser humano que se enquadre nessa situação.

Palavras-chave: Auxílio-reclusão. Beneficiários. Requisitos. Importância.

Referências:

CARVALHO, Gilvan Nogueira. **O auxílio-reclusão**. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 28 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.37801>>. Acesso em 23 mar. 2015.

A INCORPORAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PRIMAZIA DA REALIDADE PELO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

OLIVEIRA; Mychele Fagundes de¹; PEREIRA, Ana Flávia Loyola Antunes²
¹Discente das FIPMoc; ²Docente das FIPMoc

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a incorporação pelo ordenamento jurídico brasileiro do princípio da primazia da realidade através da análise dos artigos 9º, 442, 443 e 456 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e da jurisprudência atual. Para tanto, empregou-se o método dedutivo, mediante procedimento exploratório bibliográfico e documental. Verificou-se que o princípio da primazia da realidade se fundamenta na hipossuficiência do empregado, ao garantir que os fatos prevaleçam sobre os documentos. A constatação de inverossimilhança entre os documentos e as circunstâncias fáticas, subleva o sistema jurídico trabalhista, impulsionado pela justiça social, a aplicabilidade do princípio da primazia da realidade, vez que este traduz a própria finalidade da salvaguarda a direitos trabalhistas, qual seja, a proteção ao trabalhador.

Palavras-chave: Direito do Trabalho. Relação de emprego. Princípio da Primazia da Realidade. Artigos 9º, 442, 443 e 456 da Consolidação das Leis do Trabalho.

A INFLUÊNCIA DOS FATORES BIOLÓGICOS NO COMPORTAMENTO VIOLENTO

SILVA, Roberto Allan Ribeiro¹; CARDOSO, Jaqueline Soares¹; SOARES, Ana Carolina Jesus¹; MAIA, Grazielle Lopes Santos² ; VELOSO, Cynara Silde Mesquita²
¹Discentes da FAVAG; ²Docentes das FAVAG

:Os estudos apontam que várias são as causas determinantes dos crimes: biológicas, sociais e psicológicas, todavia, nenhuma causa isoladamente determina a conduta criminosa de um indivíduo. Objetivou-se analisar a importância dos fatores biológicos na determinação e/ou influenciado comportamento desviante de indivíduos. Trata-se de uma revisão de literatura que visa avaliar os principais trabalhos que versam sobre o tema, colocando as características biológicas que levam os indivíduos a cometer crimes. Foram analisados 7 trabalhos incluindo artigos e reportagens publicados entre 2003 e 2014. Resultados: Entender o que leva as pessoas a cometer crimes é uma tarefa árdua. Afinal, não há consenso sobre uma verdade universal, até porque esse comportamento nunca poderá ser atribuído a uma única causa. Antes de tudo, é preciso compreender que a combinação de fatores de natureza social, psicológica e biológica que engendra o comportamento violento (CERQUEIRA; LOBÃO, 2004). Desde Hipócrates, muitos estudiosos tentaram explicar as razões que levam as pessoas a cometer crimes. Algumas linhas de pesquisa chegaram a associar características físicas como a formação óssea do crânio e o formato das orelhas como indicadores da patologia criminosa, mas devido ao seu teor racista essa teoria foi abandonada (PÁDUA, 2011). Os maiores avanços foram obtidos nos estudos com gêmeos e adotados, Rhee; Waldman (2002) citados por Baker *et al.* (2010) analisando 51 estudos combinando gêmeos e adotados afirmam que o comportamento violento se deve em 41% à fatores genéticos e 59% a fatores ambientais. Outro fator preponderante na formação do criminoso é o círculo de convivência que por um processo de seletiva os indivíduos antissociais tendem a ter amigos antissociais, isso pode ser explicado também por um processo de influência (Baker *et al.* 2010). Embora os fatores genéticos exerçam influência sobre o comportamento, apesar de garantir uma predisposição, isoladamente não são capazes de determinar a conduta criminosa de nenhum indivíduo que é acontecimento multifacetário, resultado da interação de determinantes sociais, ambientais, psicológicos e biológicos.

Palavras-chave: Criminologia. Influência Biológica. Genética.

Referências:

- BAKER, L. A.; TUVBLAD, C.; RAINE, A. Genetics and Crime. McLoughlin-Chap01, 2010, PP. 21-32.
- CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W. Determinantes da Criminalidade: Arcabouços Teóricos e Resultados Empíricos. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 47, n. 2, 2004, pp. 233 a 269.
- PÁDUA, C. M. F. Fisiognomonia: Face do Criminoso. Revista Psique ciência&vida. Editora Escala. ed. 56, p. 24-31, 2011.
- RHEE, S. H.; WALDMAN, I. D. Genetic and environmental influences on antisocial behavior: a meta-analysis of twin and adoption studies. *Psychological Bulletin*, 2002, 128: 490–529.

A LEGITIMIDADE DA SUCESSÃO PELO NASCITURO CONCEBIDO POR INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL HOMÓLOGA POST MORTEM

Resultados parciais

GUSMÃO, Isabela Mariane Dias¹. TEIXEIRA. Ana Paula Fernandes²

¹ Discente do Curso de Direito/Faculdade Integradas Pitágoras FIPMoc. ² Docente do Curso de Direito/Faculdades Integradas Pitágoras FIPMoc - Especialização/UNIDERP - Graduação/UNIMONTES

As técnicas de inseminação artificial são experimentadas e conhecidas desde os primórdios e possibilitam aos casais inférteis a experiência da procriação. O método da inseminação artificial homóloga, ênfase do presente estudo, compreende o uso do material genético do casal, sem intervenções de terceiros. Em virtude dessa intervenção científica na procriação do ser humano, foi modificada a ideia material da relação sexual, com o intuito de se estabelecer relações parentais, inovando e estabelecendo na sociedade novos moldes de família. O presente trabalho tem por objetivo investigar o direito sucessório da prole concebida, por meio de técnicas artificiais, após a morte do genitor, utilizando-se do material genético deste, que se encontra armazenado junto aos laboratórios que realizam tais procedimentos. Para atender ao propósito deste trabalho, optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental, tendo com método de abordagem o dedutivo. Observou-se que os avanços sobre as técnicas da reprodução trouxeram grandes benefícios para os indivíduos que possuíam dificuldades em procriar de forma natural, surgindo novas espécies de filiação. A inseminação artificial homóloga decorre do material genético dos próprios cônjuges, partindo da premissa que são férteis e que, por alguma circunstância excepcional, a fecundação natural não é eficaz. Dentre as espécies de sucessão apresentadas, quais sejam, a sucessão legítima, testamentária e complexa, apenas a testamentária assegura ao concebido por inseminação artificial póstuma o reconhecimento do seu direito sucessório. Em contrapartida, o Direito de Família garante a presunção de paternidade àquele que for concebido por inseminação artificial homóloga ou heteróloga, *post mortem*, nascido até trezentos dias após a abertura da sucessão, havidos, a qualquer tempo, quando se tratar de embriões excedentários, decorrentes de concepção artificial homóloga, ou havidos por inseminação artificial heteróloga, desde que haja prévia autorização do outro cônjuge. A disposição doutrinária diverge quanto ao entendimento acerca da legitimidade sucessória do concebido por inseminação artificial *post mortem*. Há autores que pregam a vedação da inseminação póstuma, alegando que em termos práticos se tornaria impossível a realização do inventário, sem que haja prejuízos aos herdeiros naturais. Por outro lado, uma minoria apenas entende que deve ser reconhecida a sucessão legítima aos filhos concebidos *post mortem*, e não apenas à testamentária. A discussão incide sobre a discordância entre artigos 1.597, III, e 1.798, de um mesmo dispositivo (Código Civil/2002), pois um garante direito à filiação ao ainda não concebido, enquanto o outro assegura o direito sucessório apenas àqueles nascidos ou já concebidos ao tempo da abertura da sucessão. Concluiu-se que a legislação brasileira precisa se adequar, a fim de regulamentar a inseminação artificial, bem como os direitos sucessórios dos concebidos por meio de suas técnicas, com intuito de se aplicar os princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade de filiação, preconizados pela CRFB/88.

Palavras-chave: Sucessão. Inseminação artificial homóloga. *Post mortem*. Legitimidade.

A MINERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE E O COMPROMISSO DOS APOIOS E AUXILIARES

SANTOS, Marta Francisco dos¹. REIS, Glaydson Olegário Expedito dos¹. SEGUNDO, Helton Gonçalves de Souza¹. SANTOS, Erika Ellis da Silva¹.

1 Discentes das FIPMoc

A mineração é algo imprescindível para a vida do homem, pois tudo que o indivíduo precisa em seu cotidiano é extraído da natureza, desde o alimento que ele consome ao minério de ferro que é usado em construções de casas, eletrodomésticos, carros, entre outros. Nesse contexto, dentro do setor da mineração, encontram-se setores responsáveis por cada área específica. Podemos destacar as operações de sondagem, perfuração, extração, carregamento, transporte, beneficiamento e apoio e auxiliares. Além disso, a mineração contribui para o desenvolvimento da economia do país, colaborando com o aumento do PIB (Produto Interno Bruto) e gerando empregos. Esse setor gerou, no ano de 2011, cerca de 2,2 milhões de empregos. Nessa perspectiva, apresentamos como objetivos dessa pesquisa: ressaltar o quanto o país é rico em recursos minerais e destacar a parte de apoio e auxiliares dentro de uma mineradora onde o qual é responsável por manter condições favoráveis em seu local de trabalho tornando indispensável na mineração fornecer suprimentos, segurança, bombeamento e drenagem, manutenção, entre outros. Em relação às máquinas utilizadas no campo de mineração, destacam-se os *motoscrapers*, comboios, caminhões pipas, niveladoras e várias outras que são escolhidas de acordo com a necessidade da empresa. Para desenvolver tais objetivos, realizamos revisões bibliográficas sobre o tema. Em relação à mineração, o Brasil é detentor de riquezas e infinitos recursos naturais. Atualmente, o país destaca-se na produção de ferro, bauxita (alumínio), manganês, nióbio, entre outros. De acordo com o IBRAM (Instituto brasileiro de mineração), que tem como compromisso institucional o desenvolvimento sustentável da mineração, em 2012 a extração nacional de minério arrecadou cerca de 51 bilhões de dólares. 4% de todo minério comercializado no mundo é extraído do Brasil, sendo que apenas 30% do território brasileiro é conhecido por levantamentos geológicos, sendo o 3º maior na reserva de Bauxita metalúrgica com 3,6 bilhões de toneladas perdendo apenas para o Guiné e Austrália conforme o U.S. Geological Survey e a UNCTAD (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento). O Brasil é o segundo maior produtor de Minério de Ferro sendo a Vale, CSN, Samarco e MMX as maiores empresas responsáveis por tais exploração. Dessa forma, como resultados parciais, podemos afirmar que, apesar de ser vista como uma das principais causadoras da degradação ambiental, tudo que é explorado é transformado em bens de consumo que são essenciais no cotidiano da sociedade. Sendo assim, as mineradoras têm o dever de manter o compromisso ambiental e o desenvolvimento social, pesquisas e planejamento, tudo para aumentar a produção de minérios com qualidade e preservando o meio ambiente, realizando o desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Mineração. Desenvolvimento. Apoio e auxiliares.

A NECESSIDADE DE TIPIFICAÇÃO DOS CRIMES VIRTUAIS, EM ESPECIAL O DE ESTELIONATO, PELO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Resultados parciais da Monografia de Conclusão de Curso do Curso de Direito das FIPMoc

MIRANDA, Thiago Lacerda de¹. TEIXEIRA. Ana Paula Fernandes²

1 Discente do Curso de Direito/Faculdade Integradas Pitágoras FIPMoc. 2 Docente do Curso de Direito/Faculdades Integradas Pitágoras FIPMoc - Especialização/UNIDERP - Graduação/UNIMONTES

O crime de estelionato informático apresenta peculiaridades, que se revelam por meio das condutas incriminadoras como apagamento, introdução, modificação, supressão ou utilização não autorizada, características específicas e essenciais deste tipo de estelionato, tratando-se estas da manipulação do sistema informático. O estelionato informático visa levar ao erro o sistema de processamento de dados, ao contrário do estelionato tipificado pelo Código Penal Brasileiro (CPB), que induz ou mantém em erro alguém, pessoa determinada. O presente trabalho tem por objetivo verificar a necessidade de tipificação do crime de

estelionato informático, pelo ordenamento jurídico brasileiro, devido à possibilidade de a norma penal incriminadora não incidir, por atipicidade do crime, em virtude do *modus operandi* utilizado não ser abrangido pela tipificação dada pelo CPB ao crime de estelionato. Para atender ao propósito deste trabalho, optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental, tendo com método de abordagem o dedutivo. Observou-se que as peculiaridades individuais do crime de estelionato informático demandam a existência de uma legislação específica, que disponha sobre a tipificação da conduta em análise. O tipo penal do estelionato beneficiado pelo CPB vigente não teria capacidade de enquadrar o surgimento do novo *modus operandi*. A reforma para enquadramento do crime de estelionato informático no ordenamento jurídico, em que o principal interesse a ser protegido é a propriedade, a par da integridade de sistemas e de dados, seria a medida adequada para o combate da criminalidade virtual, em especial do crime de estelionato informático, fornecendo, assim, segurança aos bens jurídicos que ainda não foram objeto de tutela. Concluiu-se que um tipo penal específico para o crime de estelionato informático é necessário, contribuindo para um maior grau de efetividade da ordem jurídica penal no combate e repressão dos crimes informáticos e, ao mesmo tempo, assumindo um compromisso de obter um meio digital mais seguro, regido por um código de conduta, assim privilegiando o bem-estar coletivo.

Palavras-chave: Direito Penal. Crimes virtuais. Estelionato informático. Necessidade de tipificação. Legislação específica.

A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA RESSOCIALIZAÇÃO DO PRESO NO MÉTODO APAC

MARTINS, Daniela Vieira¹; PEREIRA, Angélica Gonçalves²; VELOSO, Cynara Silde Mesquita³.

¹Discente da Unimontes; ²Discente da Unimontes; ³Docente das FIPMoc e Unimontes

A Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) é um sistema de penas alternativo ao sistema prisional tradicional baseado em um método socializador. A metodologia utilizada pode ser aplicada para qualquer condenado, independentemente do crime que ele tenha cometido, haja vista o método *apaqueano* abranger os mesmos regimes que o sistema prisional tradicional estabelece. A presente pesquisa visa estudar o papel da família na reintegração do preso ao convívio social por meio de um estudo comparativo entre o método APAC e o Sistema Prisional Tradicional. O método de abordagem utilizado foi o dedutivo, uma vez que parte da amplitude do tema APAC como método ressocializador, para alcançar conclusões específicas a respeito da influência do elemento familiar no processo de ressocialização do preso. Pesquisas mostram que mais de 70% dos egressos do sistema convencional reincidem no crime, e que os crimes cometidos são mais graves do que aquele que ensejou à prisão anterior. Enquanto que nos Centros de Recuperação administrados pelas APACs o índice de reincidência é próximo a 10%. Sendo a família um dos principais elementos do método APAC, por ser o elo entre o preso e o mundo exterior, não há dúvidas quanto ao seu papel na participação desse resultado positivo. Partindo da premissa de que a família é o primeiro sistema social no qual o ser humano é inserido a partir de seu nascimento, chega-se à conclusão de que ela tem um papel significativo na formação da personalidade dos indivíduos. A família é considerada uma instituição responsável por promover a educação dos filhos e, conseqüentemente, influenciar seu comportamento no meio social. Além disso, é no âmbito familiar que são repassados os valores morais e sociais que irão servir de base para o processo de socialização de cada um. Com efeito, surge então sua grande importância na ressocialização do preso.

Palavras-chave: Família. Ressocialização. APAC.

Referências:

FREITAS, Luciana de Lábio. **A família como principal meio reabilitador do preso na pena privativa de liberdade.** Trabalho de Conclusão de Curso – TCC. Disponível em: <<http://aberto.univem.edu.br/bitstream/handle/11077/562/A%20Fam%C3%ADlia%20como%20principal%20meio%20reabilitador%20do%20preso%20na%20pena%20privativa%20de%20liberdade.pdf?sequence=1>> . Acesso em 06 de abril de 2015, às 21h49min.

MINAS GERAIS, Tribunal de Justiça. **A execução penal à luz do método APAC**. Organizadora: Desembargadora Jane Ribeiro Silva. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 2011.

OTTOBONI, Mário. **Vamos matar o criminoso? Método APAC**. São Paulo: Paulinas, 2001.

A RESPONSABILIDADE CIVIL DAS RELAÇÕES DE CONSUMO: A OBSOLESCÊNCIA PROGRAMADA

GONÇALVES, Flávia Ferreira Costa¹; GALVÃO, Luciana Gomes Marques²

1 Discente das FIPMoc. 2 Docente das FIPMoc

Este estudo propõe evidenciar o fenômeno da Obsolescência Programada, que tem origem em um pressuposto básico do modo de produção capitalista, delineada pela necessidade de maximizar os lucros do setor empresarial, sendo que, ao longo da história, para alcançar tal intento, foram empreendidos intensos estudos a respeito do comportamento do consumidor. A obsolescência programada caracteriza-se como uma "[...] redução artificial da durabilidade de um bem de consumo, de modo a induzir os consumidores a adquirirem produtos substitutos dentro de um prazo menor e, conseqüentemente, com uma maior freqüência, do que usualmente fariam" (VIO, 2004, p.193). Trata-se, assim, de uma prática abusiva contra o consumidor, sendo punida pelo Judiciário ao condenar as fábricas à reposição do produto, devolução do que foi pago e indenização pelos danos extrapatrimoniais, devido ao vício do produto. A presente pesquisa busca demonstrar a flagrante vulnerabilidade do consumidor diante da obsolescência programada, analisando os princípios e institutos do Código de Defesa do Consumidor, bem como os meios hábeis de proteção à relação de consumo. Para tanto, se examina a ocorrência de casos de obsolescência programada e quais as consequências advindas no que tange a responsabilidade civil do fabricante ao utilizar tal prática. Adotou a pesquisa bibliográfica e documental, mediante método dedutivo-exploratório. Verificou-se que desses estudos a respeito do comportamento do consumidor surgiram várias formas de estímulo ao consumo, sendo que provavelmente nenhuma delas é mais eficiente ou mais amplamente difundida do que a estratégia de obsolescência programada, porém, não apenas atentatória aos direitos do consumidor, mas principalmente à sociedade e à dignidade da pessoa humana, neste sentido se posicionando a incipiente jurisprudência. **Conclusão:** Concluiu-se que embora seja uma prática recorrente a grande maioria dos consumidores desconhecem tal artifício, arcando muitas vezes com o prejuízo em decorrência de seu desconhecimento e ficando assim os fabricantes impunes. A responsabilidade civil dos fabricantes e fornecedores deve ser, pois, um instrumento reconhecidamente eficaz e necessário no que tange às relações consumeristas, e, se aplicadas devidamente, poderão provocar significativas mudanças nos negócios jurídicos cujo objeto seja a aquisição de produtos e serviços, visando ao bem-estar e à proteção do consumidor, defendendo-o não só no atendimento que lhe é oferecido, mas principalmente, na qualidade e durabilidade desses produtos e serviços colocados à sua disposição no mercado de consumo cada vez mais amplo, atraente, ousado e em franca expansão.

Palavras-chave: Obsolescência programada. Responsabilidade civil. Vício do produto. Direitos do Consumidor.

Referência:

VIO, Daniel de Ávila. **O poder econômico e a obsolescência programada de produtos**. *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro*. São Paulo: Malheiros, ano XLIII, v. 133, p. 193-202, jan./mar. 2004.

A RESPONSABILIDADE CIVIL E O DEVER DE INDENIZAR POR DANOS MORAIS NAS RELAÇÕES FAMILIARES

FELICIANO, Pedro Henrique¹
1 Discente da Damásio Educacional

É reconhecida pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988) a reparabilidade do dano moral. O Código Civil de 2002 (CC/2002), por sua vez, dispõe sobre os elementos indispensáveis para a responsabilização do agente, sendo eles o ato ilícito, o dano e o nexo causal. Estabelece, também, deveres entre os membros de uma família, em razão dos princípios da afetividade e solidariedade familiar, para aqueles ligados por laço de conjugalidade, companheirismo ou parentesco. Embora reconhecida a reparabilidade do dano moral, a sua aplicação no Direito de Família ainda é controversa, vez que falta texto legal que regule especificamente o assunto, o que se reflete na jurisprudência, havendo julgados conflitantes a respeito da matéria. A pesquisa pretende compatibilizar a Responsabilidade Civil e o Direito de Família, apesar do cunho afetivo deste e do caráter essencialmente patrimonial daquela. Busca-se averiguar a possibilidade de se reconhecer a ocorrência de danos morais indenizáveis entre os membros de uma família. Aplicou-se o método dedutivo, partindo-se do estudo da teoria geral da Responsabilidade Civil e dos deveres entre parentes, cônjuges e companheiros até a aplicação específica do instituto do dano moral nas relações familiares. Quanto ao procedimento, foram utilizados os métodos histórico, a fim de compreender a evolução do dano moral e da família, bem como o comparativo, contrapondo os institutos do direito envolvidos. Aplicaram-se, também, os métodos teleológico, averiguando a finalidade das disposições legais pertinentes, e sistemático, buscando compreender os institutos como parte integrante de um único sistema jurídico. Com o advento da CRFB/1988, que aponta a dignidade da pessoa humana como fundamento do Estado Democrático de Direito, a família passou a ocupar lugar de destaque no ordenamento jurídico, sendo indicada como base da sociedade, merecendo especial proteção do Estado. A legislação infraconstitucional estabelece direitos e deveres para os sujeitos dessas relações, como, por exemplo, a lealdade, a assistência, o respeito e a consideração mútuos entre os cônjuges, dever de cuidado, sustento e educação dos pais para seus filhos. Em determinadas situações, como em casos de alienação parental, abandono afetivo e infidelidade conjugal, a inobservância desses deveres postos em lei pode gerar danos à personalidade dos sujeitos envolvidos. Assim, deve o direito responsabilizar o agente dessa agressão, impondo, com base nas regras da responsabilidade civil, o dever de indenizar. Observa-se a previsão expressa da reparabilidade do dano moral, como forma de assegurar integral proteção ao ser humano. A casuística se resolve, em substância, na proteção dos direitos da personalidade, eis que de sua violação resulta o dano moral indenizável. A previsão feita pelo CC/2002 do dever de indenizar, embora localizado no Livro do Direito das Obrigações, deve ser aplicada em campo mais pessoal das relações sociais, no sentido de possibilitar a responsabilização por danos causados dentro das relações familiares, de modo que não sejam estas apontadas como excludentes da responsabilidade civil.

Palavras-chave: Responsabilidade Civil. Direito de Família. Dano Moral.

A RESPONSABILIDADE CIVIL PELO ABANDONO AFETIVO NAS RELAÇÕES FAMILIARES

ORNELES, Caroline Oliveira¹; SOUZA, Ionete de Magalhães²; SOUZA JÚNIOR, Washington Navarro de³.

1 Graduanda em Direito pela Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. Pesquisador vinculado ao PROINIC/Unimontes. 2 Professora do Departamento de Direito Público Adjetivo da Unimontes. Pesquisadora. 3 Graduando em Direito pela Unimontes. Pesquisador vinculado ao PROINIC/Unimontes

O abandono afetivo em âmbito familiar, atualmente, é objeto de divergências doutrinárias e jurisprudenciais, em especial, pelo conflito entre os bens da liberdade afetiva em face da solidariedade familiar e integridade psíquica do indivíduo abandonado. Destaca-se que tal discussão não envolve somente a omissão do dever familiar de cuidado, vinculando-se, também, às divergências dos cientistas do direito

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: responsabilidade civil**. 11. ed. v. 4. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

A RESPONSABILIDADE CIVIL PELO ASSÉDIO SEXUAL NAS RELAÇÕES TRABALHISTAS

ABREU, Débora Nathany Ferreira de; GARCEZ, Lorena Rocha; SOUZA JÚNIOR, Washington Navarro de.

Discentes do curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes.

Embora, ao longo da história, os trabalhadores, logrando êxito em muitas de suas lutas, tenham conseguido promover melhorias nas condições de labor, ainda hoje, algumas formas de violência processam-se no âmbito das relações trabalhistas, estando, entre elas, o assédio sexual, prática antijurídica, que gera injustos prejuízos e lesões à direitos dos prestadores de serviços, sobretudo, quando estes estão submetidos a vínculos marcados pelo elemento da subordinação. Visa-se promover um estudo dos aspectos da responsabilidade civil pelos danos de natureza moral e patrimonial ocasionados às vítimas do assédio sexual no trabalho. Este estudo transversal insere-se na metodologia qualitativa e se vale do método de abordagem dedutivo, utilizando-se do procedimento monográfico e da técnica de pesquisa da revisão de literatura, uma vez são utilizadas doutrinas jurídicas especializadas, artigos e outras produções científicas pertinentes à compreensão do tema sob análise. O assédio sexual caracteriza-se quando há uma coação, perseguição ou grande insistência com fins sexuais de uma pessoa para com outra, sujeitando a vítima a danos de diferentes naturezas, seja em sua vida profissional ou pessoal. Tal fenômeno, além de ser considerado ilícito criminal (Código Penal de 1940 – CP/1940, art. 216-A), enseja a rescisão indireta do contrato de trabalho com base no art. 483 da Consolidação das Leis Trabalhista de 1941 (CLT/1941), bem como, na remota hipótese de o assédio ser perpetrado pelo empregado contra o empregador, a justa causa (CLT/1941, art. 482). Caso o assediador seja o empregador, ele será responsabilizado diretamente pela reparação dos danos infligidos à vítima, recaiando, portanto, na regra da responsabilidade civil subjetiva, mediante comprovação do dano, bem como do ato ilícito e do nexo causal, devendo se observar as considerações dos arts. 186 e 187 do Código Civil de 2002 (CC/2002). Por outro lado, há casos em que o assediador será um prestador de serviços investido em cargo hierarquicamente superior ao do assediado, também nessa situação, o patrão será responsabilizado, contudo, objetivamente, isto é, independentemente da demonstração de dolo ou culpa (CC/2002, art. 933), sob a fundamentação da teoria da representação delitual, uma vez que o preposto será tratado como a *longa manus* do tomador de serviços, consoante prevê o art. 932, III do CC/2002 (GONÇALVES, 2012). Finalmente, salienta-se a relevância das ações práticas destinadas ao combate e prevenção de tal modalidade de assédio, tendo em vista que tal forma de violência, além de ser uma conduta moralmente reprovável, constitui-se num ilícito penal, repercutindo efeitos na esfera cível e trabalhista, violando direitos fundamentais constitucionalmente assegurados, sob o fundamento constitucional da dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave: Assédio sexual. Dignidade da pessoa humana. Responsabilidade Civil.

Referências:

BRASIL. Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940, retificado em 3 jan. 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 10 abr. 2014.

BRASIL. Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 9 ago. 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em: 21 fev. 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 12 fev. 2014, às 9h 50min

BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União, Brasília, 11 jan. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 21 fev. 2014, às 13h 40min.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

A RESSOCIALIZAÇÃO DO APENADO ATRAVÉS DA METODOLOGIA DA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AO CONDENADO (APAC)

BENEDITO, Bruna Eliara de Souza¹; SILVA, Leandro Luciano². ROCHA, Dalton Caldeira³
VELOSO, Cynara Silde Mesquita⁴

¹Discente do Curso de Direito da UNIMONTES. ² Doutorando FAE/UFMG - Docente FIPMoc.

³ Docente do Curso de Direito da UNIMONTES.

⁴ Docente do Curso de Direito da UNIMONTES, Coordenadora Geral do Projeto

Um dos grandes desafios para o ordenamento jurídico brasileiro tem sido o tratamento dispensado à comunidade carcerária. O método APAC - baseado na corresponsabilidade dos detentos pela sua recuperação, assistência espiritual, médica, psicológica e jurídica - surge como uma alternativa para se alcançar com mais efetividade a ressocialização dos apenados. O objetivo deste trabalho é analisar a ressocialização do apenado a luz do método APAC em comparação ao modelo tradicional de cumprimento de sentença. Trata-se de um estudo exploratório, realizado através de pesquisa bibliográfica e documental. A Lei de Execução Penal (LEP) é considerada uma das mais avançadas do mundo, entretanto, ela permanece satisfatória apenas no plano teórico, não conseguindo alcançar sua efetividade, isso porque, o atual sistema penitenciário não tem obtido êxito em aplicar os princípios da teoria mista que são a reprovação e a prevenção do crime. Uma vez que segundo os dados do Conselho Nacional de Justiça (2011), a cada dez presos, sete retornam a vida delituosa. Na maioria das vezes por culpa do ambiente e da falta de dignidade. Os estabelecimentos prisionais estão superlotados, há quase 500 mil presos em penitenciárias e cadeias que possuem capacidade para abrigar apenas cerca de 300 mil. Por outro lado, enquanto o sistema penitenciário apresenta os dados acima descritos, o método APAC demonstra eficiência, pelo menos em alguns aspectos como, por exemplo, em relação ao índice de reincidência que enquanto no sistema convencional é de 70% nos presídios estaduais, no método APAC esse índice cai para 15%. Além disso, segundo a Secretaria de Estado de Defesa Social do estado de Minas Gerais, uma vaga nos estabelecimentos construídos para abrigar os recuperandos da APAC tem custado um terço do valor da vaga de uma penitenciária dedicada ao sistema comum. Conclui-se que, apesar das disposições da LEP serem direcionadas à ressocialização do apenado com respeito à dignidade da Pessoa humana, o sistema prisional brasileiro não tem correspondido aos preceitos normativos no que se refere à ressocialização do apenado. Nesse sentido, alternativas surgem com o propósito de promover a ressocialização. O método APAC é uma dessas alternativas, a sua implantação e operacionalização sugere uma melhor gestão no que diz respeito ao cumprimento da pena. Ocorre que a afirmação de que o método APAC, seria o modelo ideal de ressocialização, passa pelo desafio de analisar profundamente, a unidades da APAC existentes e realizar um estudo conglobante que envolve não apenas o método, mas o sistema penitenciário tradicional, e esse é o desafio do projeto de pesquisa “Execução Penal à Luz do Método APAC em Montes Claros: desafios e perspectivas de sua consolidação” em desenvolvimento pelo Departamento de Direito da UNIMONTES.

Palavras-chave: Ressocialização. Sistema penitenciário. Método APAC.

Referências:

SÁ, Frankarles Genes De Almeida e. A importância do Método de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) para o sistema prisional brasileiro. **Revista Direito & Dialogicidade**, Ano III, v.III, dez. 2012. Universidade Regional do Cariri – URCA. Disponível em: <http://periodicos.urca.br/ojs/index.php/DirDialog/article/view/460>. Acesso: 16 de abril de 2015.

A TEORIA DISCURSIVA DE JÜRGEN HABERMAS E SUA INFLUÊNCIA NA CIÊNCIA JURÍDICA

NOGUEIRA, Pedro Ribeiro 1; PEREIRA, Ana Flávia Loyola Antunes 2
Discente das FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc

Na modernidade o direito aparece inserido em uma crise conceitual, que é o ponto central das discussões empreendidas na Filosofia do Direito, qual seja a legitimidade das leis. A justificação tradicional vinculada vezes à positividade normativa, vezes à subjetividade, é responsável por uma insuficiência conceitual e, em dados momentos históricos à perpetração de regimes totalitários. É neste cenário de crise que Habermas apresenta sua teoria calcada no discurso, buscando investigar em que as justificações tradicionais não prosperavam e como seria uma nova teoria que reunisse a controvérsia da moral do sujeito cognoscente a ética normativa em uma atmosfera conceitual homogênea. Objetiva-se, neste artigo, discursar a teoria discursiva de Jürgen Habermas como uma inovadora concepção, no horizonte de entendimentos filosóficos acerca do conceito de justiça e sua validade como instância reguladora da vida social. Empregou-se, para o desenvolvimento desta análise, o método dedutivo, mediante procedimento exploratório bibliográfico. Verificou-se que Habermas, inserido no contexto denominado ‘virada linguística’, colocou a linguagem como foco central de todo um sistema filosófico, inaugurando uma nova forma de compreensão do direito baseado na ação comunicativa.

Palavras-chave: Direito. Moral. Teoria Discursiva. Ação comunicativa. Legitimidade. Ética discursiva. Habermas.

A TERCEIRIZAÇÃO E O PROJETO DE LEI Nº 4.330-A/04

STEHLING, Mércia Garcia¹; GALVÃO, Luciana Gomes Marques²
¹ Discente das FIPMoc; ² Docente das FIPMoc

O Projeto de Lei (PL) nº 4.330-A, que ora se encontra em trâmite nas Casas do Congresso Nacional, tem por objetivo regulamentar o instituto da terceirização no âmbito das relações laborais, cujas modificações propostas reacenderam discussões no que pertine aos direitos sociais e à livre iniciativa constitucionalmente assegurados. A terceirização é relação jurídica trilateral originária “[...] da contratação de força de trabalho no mercado capitalista: o obreiro, prestador de serviços, que realiza suas atividades materiais e intelectuais junto à empresa tomadora de serviços; a empresa terceirizante que contrata este obreiro, firmando com ele os vínculos jurídicos trabalhistas pertinentes; a empresa tomadora de serviços, que recebe a prestação de labor, mas não assume a posição clássica de empregadora desse trabalhador envolvido (DELGADO, 2014, p. 452). Embora haja a carência de regulamentação legislativa a respeito da terceirização, existe uma interpretação sumulada no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho (TST) acerca do instituto, e que a aprovação do PL nº 4.330-A pode modificar entendimento já consolidado na jurisprudência dos tribunais trabalhistas. A finalidade desse trabalho é apresentar e analisar, a partir do estudo do fenômeno da terceirização e do entendimento sumulado do TST acerca do assunto, as modificações no instituto decorrentes de uma eventual aprovação do PL n. 4.330-A. Destina-se, primordialmente, a evidenciar as consequências que podem advir com a conversão em lei do referido PL, que, assim, seria a primeira regulamentação legislativa específica acerca da terceirização. Para a realização do trabalho, foi feita pesquisa bibliográfica, e o método escolhido para a explanação do tema foi o dedutivo. Verificou-se que há quem entenda que as alterações em relação ao entendimento sumulado do TST seriam benéficas à livre iniciativa, pois ampliariam as opções de contratação de serviços terceirizados para empregadores, modificando-se, também, o regime de responsabilidade a que estes estariam sujeitos. Nesse

sentido, o mercado se tornaria mais competitivo e haveria valorização da livre iniciativa. Por outro lado, há quem diga que a ampliação das hipóteses em que é possível a contratação de serviços terceirizados afrontaria os direitos sociais inscritos na Constituição, pois provocaria a precarização das relações de emprego. Portanto, verifica-se a existência de duas posições completamente antagônicas, ambas evidenciando os prováveis pontos benéficos e maléficos do discutido PL, sendo imperioso, no entanto, destacar a necessidade de regulamentação para dar fim à insegurança jurídica, porém com observância aos princípios constitucionais e as garantias preconizadas em seu texto.

Palavras-chave: Terceirização. PL n. 4.330-A. Atividade meio. Atividade fim.

Referências:

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 13. ed. São Paulo: LTr, 2014.

A UTILIZAÇÃO DA ENGENHARIA REVERSA COMO FERRAMENTA NA (RE) ENGENHARIA DE SOFTWARE

MARQUES, Graciela Aparecida¹; VELOSO, Cynara Silde Mesquita²; FONSECA³, Izabella Marques

1-Mestranda em Biotecnologia pela UNIMONTES, Docente das FIPMoc nas Engenharias Civil, Mecânica e de Minas; 2- Docente do Mestrado em Biotecnologia UNIMONTES, Docente nas FIPMoc, Docente da UNIMONTES, Coordenadora do curso de Direito das FIPMoc; 3- Discente no curso de Direito das FIPMoc

Historicamente, a utilização de Engenharia Reversa era mal vista por ser considerada uma prática que infringia as leis de patentes e direitos autorais. No entanto a Engenharia Reversa evoluiu como uma importante ferramenta de engenharia, utilizada para melhorar processos, a qualidade de produtos e também tornar mais eficiente a segurança de softwares. Devido à vulnerabilidade que os sistemas atuais têm enfrentado aumentar a segurança no desenvolvimento de softwares tornou-se tão necessário quanto o uso de computadores, notebooks, laptops nas empresas e nas residências. O presente estudo teve como objetivos principais descrever a Engenharia Reversa como algo imprescindível na Engenharia de Software e também analisar a questão legal da mesma. Para alcançar os objetivos propostos, a metodologia utilizada foi a revisão de literatura onde se procurou os conceitos de Engenharia Reversa, da Engenharia de Software também seus aspectos legais. Fica evidente que a Engenharia Reversa pode ser aplicada em qualquer etapa do ciclo de vida, seja para recuperar níveis de abstração ou para fornecer uma nova visão em um grau de abstração mais alto. A Engenharia Reversa pode gerar problemas de legalidades, como uma empresa querendo criar uma cópia de um produto que vende bem. No entanto, a questão legal depende das leis de cada país. E, mesmo assim, ainda existem países que não têm leis específicas sobre o assunto, como é o caso do Brasil. A partir dos resultados da pesquisa conclui-se que as técnicas adotadas atualmente, ao se esquecerem da segurança, permitem que os sistemas estejam vulneráveis a todo tipo de contaminação. Foram identificadas algumas dificuldades durante a elaboração deste estudo. Entre elas podemos citar a complexidade do assunto em relação às implicações legais do uso da Engenharia Reversa devido a sua interpretação e critérios de cada país; informações sobre o tema às vezes conflitantes entre si. Espera-se que, à medida que os desenvolvedores de software utilizem a Engenharia Reversa intensamente, investigações futuras possam analisar estes pontos, bem como estabelecer um referencial para a criação de legislação específica do assunto, além de determinar o impacto econômico do uso ilegal da engenharia reversa.

Palavras-chave: Engenharia Reversa. Engenharia de Software. Aspectos Jurídicos.

A UTILIZAÇÃO DO FMEA PARA DETERMINAÇÃO DO TEOR DE ALUMÍNIO EM UMA PANELA

BRITO, Alana Campos¹; BARBOSA, Hellen Nadir Silva¹; REGO, Thais Cristina Figueiredo²; NASCIMENTO, Pedro Candido².

¹Discentes do curso de Engenharia de Minas das FIPMoc; ²Docentes das FIPMoc

O alumínio é um minério utilizado em aplicações variadas, produzindo desde objetos de alta tecnologia aos mais simples que fazem parte do nosso dia-a-dia. A panela de alumínio é extraída do minério bauxita, dela é retirada a alumina que por meio de processo de redução é transformada em alumínio. O estudo foi realizado com o objetivo de analisar os aspectos químicos, físicos e estruturais de uma panela de alumínio, tendo como base a FMEA (*Failure Mode and Effect Analysis*). Essa pesquisa enquadra-se no tipo qualitativo-exploratório uma vez que foram pesquisados textos que ajudaram nessas análises. Para a análise química, adotou-se procedimentos de caráter mineralógico; para a física, verificou-se os aspectos de pressão e temperatura que influenciam no cozimento de alimentos; e nos aspectos estruturais, adotou-se procedimentos sobre o formato do objeto. A aplicação do FMEA mostrou o seguinte resultado nas análises: as químicas constataram que o teor de alumínio na panela é baixo promovendo o seu desgaste mais rápido; para a física constatou-se que o alumínio é um bom condutor térmico, facilitando o processo de cozimento; a estrutural permitiu verificar que pode haver possíveis riscos de acidente no manuseio do produto. Concluiu-se que, a melhoria do produto, deve estar voltada para o enriquecimento das ligas utilizadas no processo de produção da panela de alumínio, uma vez que, toda a sua deformação, verificado no FMEA, é consequência do baixo teor de minério utilizado. Experimentos mais detalhados permitirão a descoberta de ligas que poderão ser mais resistentes, de baixo custo e não prejudiciais ao ser humano, tendo em vista as diversas discussões sobre os malefícios à saúde de determinada concentração de alumínio.

Palavras-chave: Composição Mineral. Alumínio. FMEA.

A VIDA, A MORTE E A MEDICINA DESAFIOS DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE FRENTE AO DOENTE SEM CURA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

VIEIRA, Débora Ribeiro¹; FREITAS, Ronilson Ferreira²; SANTOS, Max Rogério Vieira dos³

¹ Discente do curso de Medicina das FIPMoc; ² Graduado em Farmácia Faculdade Integradas Pitágoras de Montes Claros e Mestrando em Saúde, Sociedade e Ambiente pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM; ³ Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes

Desde a última década, o Ministério da Saúde desenvolveu as políticas nacionais de Humanização e de Assistência Integral à Saúde, visando qualificar a saúde pública do Brasil e garantir aos seus usuários serviços de qualidade, de forma solidária, atentando-se à experiência de adoecer de cada indivíduo e investindo em uma equipe multiprofissional de cuidado. Juntamente com o desenvolvimento de programas de assistência que propõem ações voltadas à integralidade, equidade e abordagem global em todas as fases do ciclo vital do indivíduo, desde seu nascimento até sua última década de vida. A comunicação de diagnósticos que impactam negativamente a vida dos pacientes é frequente no cotidiano médico, porém, não deixam de ser angustiantes. A má notícia de câncer, por exemplo, é de grande impacto tanto para o paciente como para o médico que estará desenvolvendo uma relação em longo prazo com ele. Apesar de necessário dar a notícia, muitas vezes não sabemos como e quando contar, às vezes por falta de um tempo propício, mas principalmente por medo da perspectiva e expectativa do paciente diante do mau prognóstico. Por isso, os acadêmicos precisam ser conscientizados a refletir a finitude na vida e os desafios dos profissionais da saúde frente ao doente sem cura, introduzindo a temática morte e cuidados paliativos no curso médico. Diante às diversas patologias que cursam naturalmente para a morte, sem a possibilidade de um tratamento que gere uma cura, a Organização Mundial da Saúde (OMS), definiu os Cuidados Paliativos como a assistência promovida por uma equipe multidisciplinar, que objetiva a melhoria da qualidade de vida do paciente e seus familiares, diante de uma doença que ameaça a vida, por meio da prevenção e alívio

do sofrimento, da identificação precoce, avaliação impecável e tratamento de dor e demais sintomas físicos, sociais, psicológicos e espirituais. Durante uma sessão de palestras promovidas para acadêmicos da área da saúde, foi abordada a temática, como lidar com doenças incuráveis, e não se culpar pela morte do paciente. Dando a ele não mais “dias de vida, mas sim, mais vida em seus últimos dias”. A medicina paliativa é uma área de atuação médica muito recente no país e por isso muitas vezes é negligenciada no ensino de graduação. Com a mudança do Código de Ética Médica e com a aceitação da ortotanásia como elemento fundamental à manutenção da dignidade no final da vida, é importante que instituições de ensino compreendam sua importância, discutam com seus alunos sobre esse tipo de cuidados e impulsionem sua habilitação.

Palavras-chave: Vida. Morte. Desafios profissionais.

ABSENTEÍSMO E PRESENTEÍSMO NA DINÂMICA FUNCIONAL DAS ORGANIZAÇÕES DE TRABALHO

PEREIRA, Ana Flávia Loyola Antunes¹; Alcântara Caroline de Pádua Wanderley²

¹Docente das FIPMoc; ²Discente da Pós-Graduação em Medicina do Trabalho da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais

A presente monografia tem como escopo discutir o absenteísmo e presenteísmo na dinâmica funcional das organizações de trabalho, frente à saúde do trabalhador. Objetiva, ainda, o estudo dos elementos comportamentais envolvidos no processo de diagnóstico destes, além de apresentar iniciativas de intervenção e discussão dos desafios, proposições, políticas de gestão, ações preventivas e corretivas no ambiente organizacional, além da qualificação dos profissionais de saúde no controle dos eventos em estudo. No atual paradigma, a importância dos valores de segurança, saúde e bem-estar do trabalhador na prevenção das doenças são fundamentais dentro da cultura organizacional. Empregou-se, para o desenvolvimento desta discussão, o método dedutivo, mediante procedimento exploratório bibliográfico. Verificou-se que é por meio do trabalho que o indivíduo constrói sua identidade, sendo o trabalho, em si, mediador da saúde psíquica. Com o advento da globalização e das constantes mudanças no comportamento organizacional percebe-se haver uma especial atenção ao recurso humano, vez que este é um dos principais diferenciais na competitividade e produtividade das organizações. Neste aspecto, especialmente relacionado à saúde do trabalhador, é que as organizações devem adotar políticas de prevenção para minimização dos eventos absenteísmo e presenteísmo, vez que acarretam significativos prejuízos, em qualquer de suas fases ou desdobramentos, no ambiente organizacional, no desempenho do trabalho e no trabalhador.

Palavras-chave: Saúde no trabalho. Absenteísmo. Presenteísmo. Comportamento organizacional. Organizações.

ADAPTAÇÃO DE UMA CADEIRA DE RODAS APLICANDO A RELAÇÃO CUSTO-BENEFÍCIO

MAIA, Luiz Carlos Andrade¹; CARDOSO, Daner Vinicius Lima¹; DE CASTILHO, Pedro Otávio França¹; HIRAMATSU, Rodrigo Gomes¹; FREITAS, Marlon Stevão Ferreira¹; GOMES, Lucas Rodrigues¹; PAULA, Pablo Peron²

¹Discente das FIPMoc; ²Docente das FIPMoc

A questão da acessibilidade nos dias de hoje vem tomando um espaço cada vez maior dentro do contexto social e de bem-estar da sociedade moderna. Porém, uma parcela importante do grupo de pessoas portadoras de deficiências físico-motoras ainda não possui condições financeiras que possibilitem adquirir certos equipamentos. Objetivou-se desenvolver um projeto de cadeira de rodas que possibilite melhor desempenho, conforto, segurança e custo-benefício. O trabalho apresentado procura explicitar de uma forma objetiva, confiável e analista as principais mudanças que podem ser feitas nas cadeiras de rodas analisadas, a fim de garantir um protótipo final que apresente características eficazes de desempenho e segurança, e que leve em conta a essência da economia responsável de custos. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o tema e estudos de caso baseados em dados encontrados em artigos acadêmicos sobre

o assunto que possibilitaram a realização de testes e cálculos que afirmassem resultados positivos. Foi levantada uma lista de materiais que formariam o protótipo de rendimento satisfatório, e que conservassem os aspectos de segurança e conforto do cadeirante. A partir do levantamento de dados e estudos e alterações realizadas, pode-se concluir que o objetivo apresentado pelo projeto pôde ser concluído e afirmado com o protótipo, seguindo a proposta inicial com todos os padrões e normas exigidos.

Palavras-chave: Cadeira de rodas. Custo-benefício. Desempenho. Segurança.

ADOÇÃO POR CASAIS HOMOAFETIVOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Resultados parciais

CARDOSO, Marielle Barbosa¹. TEIXEIRA, Ana Paula Fernandes²

¹ Discente do Curso de Direito/Faculdade Integradas Pitágoras FIPMoc. ² Docente do Curso de Direito/Faculdades Integradas Pitágoras FIPMoc - Especialização/UNIDERP - Graduação/UNIMONTES

No contexto da atual realidade social, as novas concepções de entidades familiares passaram a reconhecer como família os casais homoafetivos, com o consequente desejo da adoção. Nesse sentido, a discussão deste trabalho abordará o tema da adoção por casais homoafetivos. O presente trabalho tem por objetivo analisar a adoção por casais homoafetivos, isso porque não há previsão legal específica no ordenamento jurídico brasileiro sobre o tema. Para atender ao propósito deste trabalho, optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental, tendo com método de abordagem o dedutivo. Observou-se que a adoção deve se estabelecer no seio de entidades familiares estáveis e que tragam benefícios reais na construção do lar para a criança que está sendo adotada. A adoção é condicionada ao interesse da criança e do adolescente, independente da orientação sexual dos pais, assim, esta não pode ser tida como obstáculo. O parágrafo 2º do artigo 42 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) não exclui a possibilidade de adoção por casais homoafetivos, apenas apresentando como requisito, no caso de adoção conjunta, ser indispensável que os adotantes sejam casados ou vivam em união estável, sem especificações de gênero. O ordenamento jurídico brasileiro, por meio da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), reconheceu as uniões homoafetivas como entidade familiar. Assim, estes casais também podem adotar de forma conjunta. Considerando a ausência de previsão legal que garantisse aos casais homoafetivos o direito de adoção, verificou-se que, de acordo com a doutrina e os tribunais brasileiros, é possível a adoção por casais homoafetivos, com a consequente efetivação do princípio do melhor interesse, devendo-se considerar se o ato será ou não favorável à criança e ao adolescente, à luz dos direitos e princípios norteadores do Direito das Famílias. De qualquer forma, o STF, no julgamento da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 132, e o Conselho Nacional de Justiça, com a Resolução nº 175, estenderam todos os efeitos decorrentes da união estável e do casamento, inclusive a adoção, às uniões homoafetivas, ao reconhecê-las como entidade familiar tutelada pelo Estado Democrático de Direito brasileiro. Concluiu-se que o ordenamento jurídico brasileiro valora a afetividade e reconhece as uniões entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar, possibilitando, assim, a adoção por estes casais homoafetivos, desde que preenchidos os requisitos legais, especialmente no que tange ao princípio do melhor interesse do filho.

Palavras-chave: Adoção. Casais homoafetivos. Entidade familiar. Afetividade. Melhor interesse da criança e adolescente.

ANÁLISE DA ATIVIDADE ANTIMICROBIANA DE EXTRATOS BRUTOS HIDROALCOÓLICO DE PERSEA AMERICANA MILL (LAURACEAE)

OLIVEIRA, Leonardo Ferreira¹; SOUZA, Tamara Alves de¹; SILVA, Waldirene Fernandes da²,
RESENDE, Meriane Gonçalves³; PRINCE, Priscila Maria Andrade de⁴,

1 Graduado(a) em biomedicina pelas FUNORTE; 2 Graduada em nutrição pelas FUNORTE;

3 Discente das FIPMoc; 4 Docente das FUNORTE

As plantas medicinais são utilizadas por povos de várias civilizações há mais de cinco mil anos e investigações de espécies. A pesquisa de novos produtos antimicrobianos, a partir de plantas, têm se intensificado devido ao número crescente de micro-organismos patogênicos resistentes aos produtos quimioterápicos disponíveis na atualidade. O presente trabalho verificou a atividade antimicrobiana *in vitro* dos extratos brutos das folhas e sementes de *P. americana* contra micro-organismos de importância clínica. Os extratos hidroalcoólicos foram testados partindo de uma concentração de 1000 µg/mL e nas diluições referentes às concentrações 500, 250, 125, 62,5, 31,25 e 15,6 µg/mL, frente micro-organismos de importância clínica, a saber; *S. aureus* (ATCC 25923), *S. aureus* MRSA, *E. faecalis* (ATCC 29212), *E. coli* (ATCC 25922) e *P. aeruginosa* (ATCC 27853). A atividade antimicrobiana foi determinada pelo método REMA (*Resazurin Microtiter Assay*) e a Concentração Inibitória Mínima (MIC) foi estabelecida considerando a menor concentração do extrato capaz de inibir o crescimento bacteriano, impedindo a mudança de cor de um indicador de viabilidade celular, a resazurina. Foi observado que o extrato das folhas não apresentou atividade antimicrobiana frente nenhum micro-organismo nas concentrações testadas. Em contrapartida o extrato das sementes apresentou atividade na concentração de 1000 µg/mL frente *S. aureus*, *E. faecalis* e *S. aureus* MRSA, embora não tenha apresentado atividade sobre *E. coli* e *P. aeruginosa*. Diante dos resultados obtidos, concluiu-se que o extrato hidroalcoólico das sementes do *P. americana* destacou-se por apresentar inibição contra bactérias gram-positivas, revelando assim o potencial da espécie vegetal na cura de doenças infecciosas.

Palavras-chave: Antimicrobiana. *P. americana*. Micro-organismos. Resazurina.

ANÁLISE DA ESTRUTURA DO VEÍCULO MINI-BAJA, CONSIDERANDO SEGURANÇA E CONFORTO

FREITAS, Marlon Stevão Ferreira¹; MAIA, Luiz Carlos Andrade¹; CARDOSO, Daner Vinicius Lima¹;
DE CASTILHO, Pedro Otávio França¹; GOMES, Lucas Rodrigues¹; HIRAMATSU, Rodrigo Gomes¹;
NASCIMENTO FILHO, Pedro Cândido².

1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Segundo Rocha (2004), a importância do conhecimento sobre os componentes estruturais e do comportamento histerético relacionado às propriedades dos pneus deve-se a tentativa de obter uma estimativa do valor associado ao coeficiente de amortecimento histerético no modelamento de pneus. Considera-se a estrutura o componente estrutural fundamental em um veículo mini-baja, pois é nela onde os demais complementos se suplementam. Objetivou-se desenvolver a estrutura de proteção metálica levando em consideração a segurança, conforto e mobilidade. O trabalho apresentado procura explicitar, de forma clara e objetiva, o desenvolvimento da estrutura de proteção metálica que tem o objetivo de proporcionar um espaço tridimensional mínimo em torno do condutor, possibilitando mobilidade, segurança e conforto. Para que o mesmo possa se sentir apto a pilotá-lo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o tema e estudos de caso baseados em dados encontrados em artigos acadêmicos sobre o assunto que permitiram a realização de cálculos e testes sobre sua produção, atendendo as normas e parâmetros de regulamentação. Foi feita uma lista de matérias que forma a estrutura, maquinário e ferramentas para a sua produção. A partir do levantamento de dados e estudos realizados, foi possível concluir que o objetivo apresentado pelo projeto pode ser feito e produzido seguindo a proposta inicial com todas as normas e parâmetros de regulamentação.

Palavras-chave: Estrutura. Conforto. Segurança.

Referencias:

ROCHA, Fábio Krug. **Desenvolvimento de uma metodologia para análise de estrutura veicular.** 2004. Dissertação (Mestrado em Engenharia Mecânica) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

ANALISE DA FRESADORA FERRAMENTEIRA VISANDO O CUSTO-BENEFICIO PARA UTILIZAÇÃO NO CONTAINER DAS FIPMoc

CARDOSO, Daner Vinicius Lima¹; MAIA, Luiz Carlos Andrade¹; DE CASTILHO, Pedro Otávio França¹; HIRAMATSU, Rodrigo Gomes¹; FREITAS, Marlon Stevão Ferreira¹; GOMES, Lucas Rodrigues¹; MALVEIRA, Bruno Maia²
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

O fresamento é um processo para a obtenção superfícies usinadas pela remoção progressiva de uma quantidade pré-determinada de material da peça de trabalho a uma taxa de movimento, removendo os cavacos por meio de uma ferramenta de corte chamada fresa. Objetivou-se comparar e verificar o custo benefício das mquinas de fresagem para equipar o container utilizado pelos acadêmicos de Engenharia Mecânica das FIPMoc. Realizou-se uma pesquisa Exploratória e pesquisa de campo, na busca do melhor custo benefício para a aquisição de uma máquina Fresadora Ferramenteira que será utilizada no container dos acadêmicos de Engenharia Mecânica das FIPMoc. Várias marcas disputam o mercado atualmente, desde uso doméstico até máquinas industriais, com ótimos resultados. No mercado atual, são vastamente comercializadas máquinas que possuem uma variação de preço de cerca de 10 vezes se comparado com a mais viável, cada máquina com as suas especificações e tecnologias, dessa forma é possível comparar e adquirir uma máquina fresadora que contemple as necessidades dos acadêmicos de Engenharia Mecânica. Foi constatado que as fresadoras que viabilizam um melhor custo benefício para os acadêmicos, visando um aprendizado com qualidade e de fácil aquisição para as Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros, são as das marcas CLEVER e TORWELL que custam a partir de R\$ 16.500,00.

Palavras-chave: Fresadora. Custo-benefício. Container.

ANÁLISE DAS FALHAS E AS PROPOSTAS DE MELHORIAS PARA O CURVEX

MOURA, Bárbara Francielle da Silva¹; SOARES, Hélio Aparecido¹ RESENDE, Isabela Fernanda Dantas¹; PIMENTEL, Poliana Santos¹; OLIVEIRA, Polyara Luiza Fernandes¹; VIEIRA, Kely Cristy Cardoso¹; SOUZA, Wescley Junio Ferreira¹; NASCIMENTO, Pedro Candido do Filho².

¹Discentes em Engenharia de Produção das FIPMoc; ²Docente das Faculdades Integradas Pitágoras FIPMoc

Presenciamos diariamente no contexto da sociedade atual a frenética e obsessiva importância dada à estética e a aparência, ambos se entrelaçam aos padrões de beleza disseminados pela mídia, o que propicia um crescente consumo de novidades estéticas. O Curvex é uma importante ferramenta da maquiagem, usada para modelar os cílios. Um acessório muito prático que deixa os cílios curvados e modelados e faz com que os olhos pareçam maiores e brilhantes. A presente pesquisa objetivou-se analisar os tipos de falhas e as possíveis melhorias que podem ser implementadas ao curvex. Para o desenvolvimento deste trabalho realizou-se uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório, cujo embasamento teórico consistiu em estudos sobre a ferramenta de Análise dos Tipos de Falhas e seus Efeitos sobre Produto (FMEA). De acordo

com as informações e análises dos dados coletados os aspectos de melhoria propostos são: inserir um dispositivo para aquecer o fluido propilenoglicol que irá transferir calor para os cílios, deixando-os mais modelados e fixando-os assim por mais tempo; inserir cédulas na parte inferior/ externa da base anatômica modeladora para pentear os cílios ao mesmo tempo em que são modelados; e introduzir silicone na parte superior da base anatômica fixa para proteger a pálpebra da temperatura. Além disso, esse estudo servirá como referência para possíveis melhorias no projeto do produto que devem ser continuamente monitoradas, proporcionando melhoria contínua e aumentando a confiabilidade do cliente em relação ao produto.

Palavras-chave: Curvex. Análise de Falhas e seus Efeitos (FMEA). Propostas de melhoria.

ANÁLISE DO FERRAMENTAL NECESSÁRIO PARA O SISTEMA DE DIREÇÃO DO BAJA

ABREU, Karine Durães¹; FERNADES, Vinícius Medeiros¹; FONSECA, Gabriel Moraes¹; MORIKAWA, Fábio Ossame¹; SANTOS, Michael Bruno Leite¹; QUINTAES, Marcelo Pereira¹; FILHO, Pedro Candido do Nascimento².

¹Discente das FIPMoc; ²Docente das FIPMoc

No curso de Engenharia Mecânica é de grande relevância desenvolver projetos que agregam conhecimentos afim de contribuir para o aprimoramento acadêmico durante o curso, pensando nisso foi proposto a exposição do ferramental mais adequado para o trabalho no sistema de direção do veículo mini-baja. Segundo pekelman & Mello (2004) as ferramentas do engenheiro auxiliam no atendimento às necessidades humanas e aproxima o aluno da ciência e tecnologia, além dos laboratórios servirem como treinamento da criatividade, ou seja, permitindo ao aluno desenvolver diferentes aplicações utilizando as mesmas ferramentas e exteriorizar este ambiente para o mundo real. O presente trabalho tem como objetivo conhecer os processos de fabricação e montagem dos componentes da direção do veículo para selecionar o ferramental necessário para a montagem do laboratório de Engenharia Mecânica, com o foco na construção e manutenção do veículo Mini-baja SAE para futuras competições acadêmicas. Foi realizado um estudo aprofundado em artigos, livros e sites que abordam o tema sobre os componentes e processos de fabricação da direção do Baja. O sistema de direção usado na competição do Mini Baja SAE é padrão, todos os veículos participantes utilizam a direção mecânica, um sistema bem simples, tendo a cremalheira e o pinhão como suas peças principais, responsáveis pela transferência do movimento angular do volante para as rodas do veículo. As principais peças que compõe a direção são a coluna, carcaça, pinhão, cremalheira, barra de direção e o terminal. Os processos de fabricação utilizados para a fabricação dessas peças são a maioria industriais sendo somente o processo de usinagem viável para ser realizado no laboratório, já que a usinagem tem como função dar formas e acabamento a peças que já foram submetidas a esses processos primários, sendo assim as ferramentas necessárias para o laboratório de mecânica são bem comuns na maioria das oficinas, como jogo de chave *Philips*, chaves de fenda, combinada, furadeira de bancada, esmerilhadeira, marchos, serras, paquímetro, micrometro, torno mecânico, fresadora, morsa de bancada, alicate de pressão, chave inglesa, martelo ou marreta, entre outros. De forma geral conclui-se que a maioria das peças podem ser adquiridas no mercado devido a complexidades de seus processos de fabricação, por isso o ferramental necessário é somente para manutenção e fabricação de pequenas peças do Mini-baja, visando não somente o sistema de direção mas também os demais componentes como freio, suspensão, chassi entre outros.

Palavras-chave: Engenharia Mecânica. Sistema de direção. Ferramentas. Laboratório. Mini-baja.

Referências:

PEKELMAN, Helio & MELLO, Antônio Gonçalves. **A IMPORTÂNCIA DOS LABORATÓRIOS NO ENSINO DE ENGENHARIA MECÂNICA**. Cobenge, 2004. Brasília, 14 a 17 de setembro de 2004.

ANÁLISE DO IMPACTO DAS LEUCEMIAS EM MONTES CLAROS – MG

OLIVEIRA, Uiliam Rodrigues Soares¹; OLIVEIRA, Jéssica Benevides Mota de¹; IBRAHIM, Ivana Jacob¹; MAGELA, Karina Rocha Henriques¹; FREITAS, Lucianne Vanelle Sales¹; ANDRADE, Karina de Prince².

¹Discente das FIPMoc; ²Docente das FIPMoc

A leucemia se caracteriza por uma proliferação anormal e descontrolada de células da linhagem leucocitária na medula óssea, mais especificamente mielógenas ou linfógenas, seguida de um acúmulo dessas células na corrente sanguínea. O intuito deste trabalho foi analisar o perfil epidemiológico das leucemias, na cidade de Montes Claros, Minas Gerais, no período de 2008 a 2014. Trata-se de um estudo transversal, retrospectivo, descritivo de delineamento quantitativo. Teve como universo de pesquisa a base de dados do Sistema de Informação Hospitalar do Sistema Único de Saúde - SUS (SIH/SUS), disponibilizados pelos departamentos de informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), no endereço eletrônico: <http://www.datasus.gov.br>. A população do estudo foi constituída pelos pacientes portadores de leucemias internados no município de Montes Claros (MG) no período de janeiro de 2008 a agosto de 2014. Utilizou-se o Software Excel 12.0 (office 2008) para gerenciamento e análise dos dados. Os resultados evidenciaram uma maior porcentagem da doença em indivíduos do sexo masculino (55,16%), raça parda (79,46%) e faixa etária de 5 a 9 anos (23,78%). Tratou-se de 1.144 internações, com maior ocorrência no ano de 2010, no regime privado, caráter de atendimento de urgência e no Hospital Dilson Godinho. As internações de pacientes com leucemia foram, em sua maioria, em pessoas de zero a quatorze anos de idade, sexo masculino, raça parda, com a maior ocorrência de internações no regime privado com caráter de urgência no setor privado. Ademais, a queda significativa no número de internações de 2010 a 2014 em Montes Claros observado neste estudo pode ser um indicativo de melhora na assistência ao paciente com leucemia, já que também houve queda do número de óbitos de 2009 a 2014. Através de políticas educacionais, pediatras e médicos de atendimento primário previamente sensibilizados e atentos aos principais sinais de alerta poderão fazer um diagnóstico mais precoce e referenciar rapidamente os pacientes diagnosticados com leucemia a centros especializados, permitindo, assim, melhores chances de cura e com melhor qualidade de vida para os mesmos.

Palavras-chave: Leucemia. Epidemiologia. Políticas públicas.

ANÁLISE DO MELHOR TIPO DE FREIO PARA UM PROTÓTIPO MINI BAJA

ABREU, Karine Durães¹; BOTELHO, George Marcos Freire¹; FERNADES, Vinícius Medeiros¹; FONSECA, Gabriel Moraes¹; MORIKAWA, Fábio Ossame¹; SANTOS, Michael Bruno Leite¹; FILHO, Pedro Candido do Nascimento².

¹Discente das FIPMoc; ²Docente das FIPMoc

A Engenharia Mecânica é a área que aplica conhecimentos físicos e matemáticos aos sistemas mecânicos, ou seja, relaciona-se com tudo que está em movimento. O veículo mini baja é projetado para ser usado em competições *off road*, sendo submetido a vários testes estruturais e de desempenho. Um ponto muito importante levando em conta a sua finalidade são os freios, pois é necessário ter um sistema de freios bem eficiente devido a necessidade de reduzir ou parar o veículo mediante circunstâncias do trajeto. O objetivo desse trabalho é fazer um levantamento dos tipos de freios existentes e analisar qual modelo melhor se enquadra as necessidades do projeto. Visto que existem vários modelos de freios no mercado foi feita uma pesquisa bibliográfica verificando e estudando o tipo que melhor se adequa as necessidades do Mini Baja. Os dados obtidos apontaram estes dois tipos como os melhores para esta finalidade: **o freio a disco e o freio a tambor**. No freio, a tambor as sapatas alojam as lonas de freio, especialmente desenvolvidas para atrito e fricção e que, em contato com o tambor, forçam a parada. No freio a disco, as pastilhas de freio são feitas com material de alta resistência ao calor e ao atrito, sendo acionadas por mecanismos hidráulicos para fazer a parada do sistema móvel. Após a pesquisa bibliográfica e com base em protótipos já construídos, analisou-

se que o melhor modelo de freios atendendo as necessidades do Baja é o a disco, devido sua alta performance e desempenho, seu baixo custo de implantação e fácil manutenção. O sistema de freio a disco é composto basicamente por cilindro-mestre onde fica o fluido de freio, servofreio que é um mecanismo usado para reduzir a força que o piloto precisa aplicar sobre o pedal de freio; cilindro auxiliar (de roda) encarregado de receber a pressão do óleo do cilindro-mestre e das tubulações para acionar as sapatas; sapata, tambor e disco de freio, freio de estacionamento, tubulações e conexões. Concluímos que a escolha deste tipo de freio dentre tantos outros, se deve ao fato deste ser um sistema que proporciona uma maior performance e desempenho, ainda assim apresentando um baixo custo de implantação e fácil manutenção.

Palavras-chave: Freios. Mini baja. Competição

ANÁLISE DO MELHOR TIPO DE SUSPENSÃO PARA UM PROTÓTIPO MINI BAJA

ABREU, Karine Durães¹; BOTELHO, George Marcos Freire¹; FERNADES, Vinícius Medeiros¹; MORIKAWA, Fábio Ossame¹; SANTOS, Michael Bruno Leite¹; QUINTAES, Marcelo Pereira¹; FILHO, Pedro Candido do Nascimento².

¹Discente das FIPMoc; ²Docente das FIPMoc

O veículo mini baja é projetado para ser usado em competições *off road*, sendo submetido a vários testes estruturais e de desempenho. Um dos pontos mais importantes no desenvolvimento do mini baja é qual o melhor tipo de suspensão a ser usada, pois ela interfere diretamente no desempenho do veículo. No desenvolvimento deste trabalho, será descrito os processos envolvidos na fabricação dos componentes de suspensão e quais os equipamentos e peças necessárias. É importante conhecer cada material usado nos componentes, analisando suas propriedades químicas e propriedades mecânicas. O objetivo desse trabalho é fazer um levantamento dos tipos de suspensão existentes e analisar qual modelo melhor se enquadra as necessidades do projeto. Através de um estudo bibliográfico foi analisado diversos modelos de suspensão *off-road* existentes, após a análise detalhada, constatou-se que o tipo de suspensão adequada as necessidades da competição foi a do tipo duplo A, em razão de ter fácil manutenção e atender aos critérios de conforto e estabilidade do veículo. Esse tipo de suspensão caracteriza-se pelo ótimo desempenho fora de estrada por absorver impactos e irregularidades impostas ao veículo e ao piloto. Foi feito um levantamento dos materiais e peças envolvidas para a produção da suspensão: o material utilizado para produzir o braço e a balança é o tubo $\frac{3}{4}$ x 1,4 mm aço SAE 4130 pelo fato ter uma boa resistência mecânica. O tipo de amortecedor pesquisado é o mesmo usado na Moto Honda XLS 125 por ser facilmente encontrado no mercado, simples manutenção, apresentando um grau de absorção de impacto compatível com o desejado na montagem do protótipo. O terminal rotular ou pino da suspensão é responsável pela fixação do braço e balança a manga de eixo, no entanto o que mais se adequa ao nosso sistema é o utilizado no fusca 1300 caracterizado pelo seu baixo custo. Para a produção dos demais componentes da suspensão é utilizado diversos tipos de materiais, no caso da manga de eixo é apropriado o aço SAE 1010, o cubo e o flange da roda é usado o alumínio naval e o eixo da manga o aço 4340. O rolamento empregado no Mini Baja é o GBR 6204Z, este é responsável por facilitar a movimentação do cubo da roda e o flange, pode ser encontrado facilmente no mercado ou fabricado através de processos de usinagem. Analisou-se que o Duplo A é um tipo de suspensão que possui uma alta resistência e possibilita controlar melhor os parâmetros geométricos ao longo de todo o curso do trabalho de suspensão. Portanto a escolha deste tipo de sistema dentre tantos outros, se deve ao fato deste ser um sistema eficaz que exige um dimensionamento geométrico muito criterioso para o funcionamento correto.

Palavras-chave: Suspensão. Mini baja. Duplo A.

ANÁLISE DO NÚMERO DE CASOS DE ESQUISTOSSOMOSE EM MINAS GERAIS

BLANK, Michely Dias; CASTRO, Malena Carla Oliveira de; GRALHA, Mayara Oliveira Freitas;
GONÇALVES, Thais Alves; PINHEIRO, Mayra Rodrigues; SOUZA, Arielle de Matos¹; PRINCE,
Karina Andrade de²

1 Discente das FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc

A esquistossomose é uma doença parasitária, causada pelo trematódeo *Schistosoma mansoni*, cujas formas adultas habitam os vasos mesentéricos do hospedeiro definitivo (homem) e as formas intermediárias se desenvolvem em caramujos gastrópodes aquáticos do gênero *Biomphalaria*. A magnitude de sua prevalência, severidade das formas clínicas e a sua evolução, conferem um grande problema de saúde pública. O governo tem como estratégias investir em saneamento básico, esgoto e água tratada, promover e melhorar o acesso da população a medicamentos contra a doença nos países endêmicos. Objetivou-se analisar o número de casos de esquistossomose nas cidades de Minas Gerais com maior incidência nos anos 2007 a 2014. Foi realizado um estudo de investigação retrospectivo, transversal, de caráter descritivo e quantitativo. Teve como universo de pesquisa, a base de dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde referente ao número de casos de esquistossomose ocorridos nas cidades de Minas Gerais com maior incidência, no período de 2007 a 2014. Foram consideradas as variáveis gênero, faixa etária, raça e evolução. Utilizou-se o software Excel 12.0 (Office 2007) para gerenciamento e análise dos dados. De acordo com os dados analisados, foi constatado que do ano de 2007 a 2014 o estado de Minas Gerais apresentou 42.922 casos de esquistossomose nas cidades analisadas. Do ano de 2007 até 2010 constatou-se que houve aumento progressivo do número de casos, sendo que a partir de 2010 verificou-se diminuição expressiva da incidência da doença principalmente nas cidades de Almenara, Governador Valadares, Januária, Montes Claros e Peçanha. De acordo com os dados sociodemográficos obtidos, verificou-se que houve maior incidência dos casos de esquistossomose no sexo masculino (60%), em pardos e indígenas (51,6%) e na faixa etária de 20 a 39 anos (36,3%). Na resolução desses casos, verificou-se que 66% evoluíram para a cura e apenas 0,24% dos casos evoluíram para óbito em decorrência da doença. **Conclusão:** De uma forma geral, pode-se verificar que houve uma expressiva redução de 83,8% do número de casos nas cidades analisadas, o que demonstra que as estratégias governamentais implantadas nesse período foram eficazes na redução do número de casos da doença. No entanto, algumas cidades como Araçuaí, Ipatinga, Ponte Nova e Teófilo Otoni não houve redução significativa do número de casos da doença demonstrando uma negligência em relação ao controle de casos da doença nessas cidades.

Palavras-chaves: Esquistossomose em Minas Gerais. Incidência de esquistossomose.

Referências:

- KATZ, Naftale; PEIXOTO, Sérgio Viana. Análise crítica da estimativa do número de portadores de esquistossomose mansoni no Brasil. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical** 33(3):303-308, mai-jun, 2000.
- KATZ, Naftale; ALMEIDA, Karina. Esquistossomose, xistose, barriga d'água. **Cienc. Cult.** vol.55 no.1 São Paulo Jan./Mar 2003.
- MOTA, Tilson Nunes Situação epidemiológica da esquistossomose mansônica em uma microrregião do estado da Bahia, Brasil. EFDeports.com, Revista Digital. Buenos Aires, ano 17, Nº 177, fevereiro de 2013.
- NETO, Antônio Vieira Soares et al. Prevenção, promoção à saúde e tratamento esquistossomose, Riacho Doce. **An Congr Bras Med Fam Comunidade**. Belém, 2013 Maio; 12:864
- VIDAL, Lícia Marques et al. Considerações sobre esquistossomose mansônica no município de Jequié, Bahia. **Revista de Patologia Tropical**. Vol. 40 (4): 367-382. out.-dez. 2011.

ANÁLISE DO POSICIONAMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM RELAÇÃO À COLISÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

LENOIR, Gabriel Leal¹; OLIVEIRA, Gabriel Freitas¹; SILVA, Leandro Luciano².

1 Discente do curso de Direito 2Doutorando FAE/UFMG- Procuradoria/ UNIMONTES – Docente Curso de Direito/ FIPMoc

Direitos Fundamentais são aqueles que atuam como instrumentos protetores dos indivíduos diante do Estado e também dos próprios indivíduos – particulares –, positivados no âmbito interno, gradativamente, garantindo a efetivação de condições essenciais ao homem. Ao considerar que no convívio social é natural a ocorrência de litígios, é inevitável que em alguns momentos esses direitos se colidam, sendo necessária a sua relativização, sem, no entanto, estabelecer uma hierarquização entre estes direitos. O objetivo deste trabalho consiste em analisar o posicionamento do Supremo Tribunal Federal em relação à colisão de direitos fundamentais. Para atender ao objetivo do trabalho foi analisada a produção jurisprudencial do STF, no período compreendido entre janeiro de 2011 e dezembro de 2013, através do Sítio oficial do Tribunal, utilizando-se como termos de busca as expressões Colisão – Direitos Fundamentais – Liberdade de Informação. Observou-se que o STF, na maioria dos casos, se posiciona realizando um juízo de ponderação sobre cada caso concreto, ainda que os direitos em colisão se repetissem em outros casos, de modo a sempre observar a razoabilidade e a concordância prática. No âmbito do STF, verificou-se que a ponderação é feita de modo a preservar o direito que ao caso se mostre mais essencial. Conclui-se que o STF, quanto à colisão de direitos fundamentais, ao decidir, não se posiciona considerando que um direito vale mais que outro o que descarta a possibilidade de hierarquia entre direitos e elimina a possibilidade de existir, de modo abstrato, critérios predeterminados para resolução da colisão entre Direitos Fundamentais.

Palavras-chave: Colisão. Direitos Fundamentais. Liberdade. Privacidade. Informação.

ANÁLISE QUÍMICA, FÍSICA E MECÂNICA DOS DIFERENTES TIPOS DE GRANITO

SILVA, Camila Nunes da ¹; COUTINHO, Gabriela Silva¹; MASID, Marcela Cursino de Menezes Capella¹; SANTOS, Natália Lopes dos¹; CATRINCK, Tereza Cristina Pimenta Gonçalves²; DIAS, Gilmar Aparecida Freitas².

1Discente de Engenharia de Minas, FIPMoc. 2Docente das FIPMoc

Os granitos são identificados pela sua cor, textura, granulometria, cristalografia e composição química. São constituídos por distribuições variáveis de minerais, sendo predominante o quartzo, o feldspato, plagioclásio e os minerais máficos em menor proporção (anfíbólios e biotita). Podem existir outros minerais encontrados nas rochas, porém em menor quantidade como os piroxênios e a olivina. As características químicas, físicas e mecânicas estão diretamente relacionadas com a sua composição mineralógica. O objetivo do presente estudo foi identificar e analisar os principais minerais que compõem o granito e a sua correlação à sua resistência química, física e mecânica justificando que uma rocha de granito pode ter várias composições diferentes de minérios em sua estrutura dependendo da composição geológica de origem. Foram utilizados como métodos de estudo a pesquisa qualitativa de caráter exploratório, pesquisas bibliográfica e de campo com caráter descritivo. Concluiu-se que o granito em sua estrutura completa comporta diversos minerais de diferentes estruturas tendo cada um a própria composição, cores e ligações químicas diferentes. Tais diferenças originam a grande variedade das rochas de granito disponíveis para extração e comercialização.

Palavras-chave: Minerais. Granito. Composição química.

ANTECIPAÇÃO TERAPÊUTICA DO PARTO DE ANENCEFALOS NO ORDENAMENTO JURIDICO BRASILEIRO

QUEIROZ, Maria Tereza Barbosa 1; ABREU, Mary Hellen Rodrigues1

1Discente das FIPMoc

Introdução: A natureza da interrupção da gravidez de feto anencéfalo disposta no Código Penal brasileiro, configura-se como crime de aborto e, por outro lado, os críticos dessa corrente entendem como antecipação terapêutica do parto, em razão da falta de perspectiva de vida extrauterina do feto. O presente trabalho tem por objetivo estudar o tratamento dispensado à gestante de feto anencéfalo, após a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental de número 54 - ADPF 54 - proposta pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde – CNTS. Para o desenvolvimento desse trabalho utilizou-se de pesquisa bibliográfica e documental, a partir do método de abordagem dedutivo. Verificou-se nas demandas judiciais em que se autorizou a interrupção da gravidez nesses casos, a consideração da inviabilidade da vida extrauterina e o grande sofrimento físico e psicológico da mãe, face disso, foi proposta a ADPF 54 no intuito de se reconhecer à gestante o direito de submeter à antecipação terapêutica do parto sem a necessidade de apresentar autorização judicial para tanto, desde que efetivamente comprovada a anencefalia do feto. A partir do julgamento da ADPF 54 houve uma mudança de compreensão da interrupção da gravidez de feto anencéfalo, que até então era considerada aborto, pois passou-se a configurar como uma antecipação terapêutica do parto, em razão da anencefalia ser incompatível com a vida extrauterina e pelos danos físicos e psicológicos provocados na gestante. Assim, a partir de tal julgamento, a determinou-se que competirá a gestante, a decisão de prosseguir ou não a gestação.

Palavras-chave: Aborto. Anencefalia. ADPF 54. Antecipação terapêutica do parto.

APAC: A RESSOCIALIZAÇÃO DE CONDENADOS COMO INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

BICALHO, Daniela Cardoso¹; SOUZA JÚNIOR, Washington Navarro de².

1 Graduanda em Direito pela Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. Pesquisadora vinculada ao Projeto de Pesquisa “A Execução Penal à Luz do Método APAC”/UNIMONTES.

2 Graduando em Direito pela Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. Pesquisador

Atualmente, os altos índices de criminalidade, associados à suposta certeza da impunidade e má prestação dos serviços vinculados à segurança pública, consistem em fatores prejudiciais ao desenvolvimento harmônico da sociedade brasileira. Tal quadro agrava-se quando o condenado, após ter cumprido sua pena, não consegue se reinserir socialmente, retornando à vida criminosa, em prejuízo próprio, da coletividade e do Estado. Tal situação exige medidas eficazes que, visando o interesse público, promovam a reintegração social daqueles que infringiram as normas penais, a fim de que se rompa o ciclo da criminalidade, assegurando-se o desenvolvimento pacífico da sociedade. Este trabalho tem como escopo analisar a efetividade do método aplicado pela Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) para a consecução, objetivo fundamental ao desenvolvimento social, a partir da ressocialização dos apenados. Trata-se de um estudo transversal, descritivo e do tipo revisão de literatura, pois, são utilizados como base teórica, a legislação, doutrinas e demais obras científicas especializadas que tratem do objeto sob estudo. A Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/1988) dispõe, em seu art. 3º, que: “constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: [...] II - garantir o desenvolvimento nacional [...]”. Aplicando-se a esse dispositivo os devidos métodos hermenêuticos, entende-se que o referido desenvolvimento engloba qualquer modalidade que possa aproveitar o progresso nacional, assim, de acordo com a retromencionada disposição constitucional, o desenvolvimento social foi consagrado como um objetivo fundamental a ser alcançado por meio de ações concretas e efetivas, sendo, também, conforme Mendes e Branco (2012), um direito fundamental de terceira dimensão, vinculado, portanto, ao bem jurídico da “solidariedade”, tendo titularidade difusa, dirigindo-se não à proteção individual do homem, mas de coletividades. Faz-se importante frisar que a sociedade civil, nesse contexto, também cumpre um importante papel, uma vez que o desenvolvimento não depende apenas de prestações estatais, mas do

devido empenho e compromisso de todos com a melhoria das condições de vida país. Nesse sentido, destaca-se o trabalho da APAC, entidade civil que se originou na cidade de São José dos Campos/SP, em 1972. O seu fundador Mário Ottoboni (2004, p. 23) a definiu como “um método de valorização humana, portanto de evangelização, para oferecer ao condenado condições de recuperar-se, logrando, dessa forma, o propósito de proteger a sociedade e promover a justiça”. Este método defende a participação da sociedade no processo de reintegração social dos recuperandos, possibilitando seu efetivo distanciamento das empresas criminosas e, destarte, contribuindo para o progresso pessoal do apenado e preservação do bem-estar social. Conforme o ensinamento difundido pela APAC, deve-se matar o criminoso, para a ressurreição do homem, trabalhando-se em prol de um sistema penitenciário humano e ressocializador, por meio do qual os encarcerados possam sair e produzir frutos benéficos a toda sociedade, promovendo, assim, o desenvolvimento num de seus aspectos mais relevantes, isto é, em âmbito social.

Palavras-chave: APAC. Desenvolvimento social. Ressocialização de condenados.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 12 fev. 2014, às 9h 50.

_____. Código Penal. Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, atualizado pela Lei nº 7.209 de 11 de julho de 1984 (nova redação aos artigos 1º ao 120).

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

OTTOBONI, Mário. **Vamos Matar o Criminoso?: Método APAC**. São Paulo: Paulinas: 2 ed. 2004

APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO MÍNIMA E DA LESIVIDADE FRENTE AO CONSUMO PESSOAL DE ENTORPECENTES

Resultados parciais

SÃO JOSÉ, Emanuele Almeida de 1. SILVA, Leandro Luciano²

1 Discente do curso de Direito das Faculdade Integradas Pitágoras. 2 Docente Curso de Direito/Faculdades Integradas Pitágoras FIPMoc - Doutorando FAE/UFMG - Procuradoria/ UNIMONTES

O princípio da Lesividade e da Intervenção Mínima são derivados da corrente teórica denominada Direito Penal Mínimo, segundo a qual o Direito Penal deve interferir apenas quando a conduta do indivíduo lesar um bem jurídico relevante para a coletividade ou outrem. A discussão deste trabalho se instaura no âmbito da necessidade de intervenção do Direito Penal tendo como objeto a conduta do porte para o consumo pessoal de drogas. O presente trabalho tem por objetivo analisar a aplicabilidade dos princípios da Lesividade e da Intervenção Mínima em relação ao porte de pequenas quantidades de drogas para consumo próprio, conduta descrita como típica no âmbito do artigo 28 da Lei 11.343/06. Para atender ao propósito deste trabalho, optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental, tendo com método de abordagem o dedutivo. Observou-se que o porte de drogas para o consumo pessoal era conduta que se equiparava ao tipo de tráfico de drogas, conforme se infere da leitura da Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976 e da Lei nº 10.409, de 11 de janeiro de 2002. Ocorre mudança significativa como a revogação destes institutos a partir da publicação da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que insere a conduta de porte de substâncias entorpecentes e as condutas caracterizadoras do tipo penal de tráfico de drogas, em capítulos distintos e com sanções também diferenciadas, sendo que para o primeiro caso, as sanções aplicáveis não se confundem com privativas de liberdade, penas, geralmente, aplicadas aos crimes de que se preocupa o

Direito Penal. As mudanças promovidas pela Lei nº 11.343/2006, suscitaram o debate inclusive no que se refere à despenalização e à descriminalização da conduta de porte de substâncias entorpecentes sugerindo que esses fenômenos [despenalização e à descriminalização] afastariam a incidência do Direito Penal sobre a conduta descrita no artigo 28 da Lei 11343/2006, [porte de substâncias entorpecentes para o consumo próprio], isso com fundamento na Teoria do Direito Penal Mínimo e nos princípios que dele decorrem, Princípio da Lesividade e da Intervenção Mínima. Concluiu-se que apesar das novas medidas punitivas atribuídas à conduta de porte de substâncias entorpecentes para o consumo próprio, o Supremo Tribunal Federal (STF) não tem admitido a tese de que invoca a aplicação da Teoria do Direito Penal Mínimo, princípio da Lesividade e da Intervenção Mínima, isso com fundamento de que a conduta de porte de substâncias entorpecentes para consumo próprio, crime de perigo abstrato, atinge os principais objetos de proteção da Lei 11343/2006, a Coletividade e a Saúde Pública.

Palavras-chave: Direito Penal Mínimo. Lesividade. Intervenção mínima. Entorpecentes. Consumo próprio.

APLICABILIDADE DO SISTEMA DE IMPERMEABILIZAÇÃO POR CRISTALIZAÇÃO NA CONSTRUÇÃO CIVIL

FERREIRA, Terence Guilherme Almeida¹; COSTA, Antonio Carlos Moreira da²
1 Discente das FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc

É sabido que a umidade é uma preocupação para o homem desde o tempo em que este habitava as cavernas. O homem primevo passou a ter nas cavernas um refúgio como modo de abrigo, proteção das chuvas, exposição de risco ao contato com animais e/ou períodos mais severos nas mudanças de estações e climáticas. Com o grande desenvolvimento da indústria dos polímeros sintéticos, a partir do início do século XX, surgiram novos materiais, cujas características de impermeabilidade, elasticidade, extensibilidade, dentre outros fatores, tornaram possível o desenvolvimento de sistemas de impermeabilização de desempenho comparável ao feltro asfáltico, apresentando, em geral, maior facilidade em sua execução. Diante da evolução dos processos de impermeabilização, a presente pesquisa objetivou explorar um método específico, o de cristalização, verificando sua aplicabilidade na construção civil. Tem-se como objetivo secundário comparar a aplicabilidade e inaplicabilidade do sistema de impermeabilização por cristalização em edificações. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica de análise qualitativa. Os resultados apontam que a impermeabilização não se limita a um segmento específico, uma vez que a variabilidade de métodos a que dispõe permite alcançar uma gama ampliada de segmentos da construção civil, o que inclui: fundações, sub-solos, fachadas e coberturas de uma edificação. Assim sendo, conclui-se que a utilização do sistema impermeabilizante adequando corrobora no maior aproveitamento das extensões e dos equipamentos de serviço e/ou lazer e na real função de envelope da edificação.

Palavras-chave: Cristalização; Construção Civil; Fundações.

APRIMORANDO A PERFURAÇÃO

SIQUEIRA, Dayane Patrícia Pereira¹; OLIVEIRA, Maria Clara Lopes¹; SICUPIRA, Mariana Rodrigues¹; DIAS, Maria Caroline¹; SIQUEIRA, Thiago Ribeiro¹.
1 discentes do curso de Engenharia de Minas das FIPMoc

A importância da perfuração para uma mina é essencial e indiscutível para que se tenha uma boa extração. Visando buscar eficiência segurança e qualidade no processo de perfurar buscou-se então identificar o que fazer e como fazer para que se possa ter êxito neste processo. Diversos fatores interferem para que haja um

bom processo de perfuração, como: características físicas da rocha (dureza, abrasividade, tamanho dos grãos); orientação dos minerais; descontinuidades; profundidade desejada do furo; técnica operacional; equipamentos utilizados. Como objetivo deste trabalho buscou-se conhecer melhor a operação unitária de perfuração dentro da mineração identificando os principais afins, para isso realizou-se uma revisão bibliográfica sobre o assunto. Descobrimos assim que rochas duras e abrasivas são mais difíceis de perfurar, além de causarem um desgaste maior no equipamento (exemplo: rochas com muito quartzo). Minerais com grãos menores são, em geral, mais fáceis de se perfurar. Fatores como descontinuidades, orientação dos minerais e grandes profundidades podem ocasionar desvio de furo, ou seja, as hastes se entortam e tendem a seguir uma direção mais frágil na rocha durante a perfuração, em geral, direção das descontinuidades ou orientação dos grãos. Furos profundos aumentam o risco de desvio de furo. O diâmetro também influencia no desvio do furo, sendo o desvio menor com diâmetros de furo maiores. Além desses fatores, a técnica operacional também é importante. É imprescindível a correta alocação dos furos, seguindo o plano de fogo planejado, além do uso correto dos equipamentos. Para minimizar esses problemas busca-se então implantar maior quantidade de equipamentos onde não necessite que o trabalhado adentre o shaft durante o processo de escavação, eliminando risco como queda de rochas, espaço confinado, falta de ventilação, manuseio de explosivos entre outros. Assim identificou-se que ao implantar um maquinário hidráulico será possível obter os objetivos planejados e também as seguintes vantagens com relação aos maquinários bastante utilizados normalmente: a) **Segurança:** as máquinas hidráulicas permitem total controle de rotação e reversão, tornando as manobras muito mais seguras, eliminando a necessidade de cabos de elétricos conectados às partes móveis das máquinas. b) **Eficiência:** as máquinas hidráulicas permitem total controle do torque, mesmo em baixas rotações. Isso permite com que as operações como “torque amento” das hastes, bem como empate do alargador, sejam feitas com grande precisão. c) **Disponibilidade:** as máquinas hidráulicas tem partida muito mais suave e não transmitem impactos para suas partes móveis, tais como engrenagens, rolamentos, pinhões. Isso reflete diretamente em uma frequência muito menor de falhas desses componentes. d) **Mobilidade:** como as máquinas hidráulicas possuem uma altura muito menor do que as elétricas, isso as torna ideais para o uso em subsolo (menor escavação) e em ângulo. Dessa forma identifica-se então que, ao implantar as melhores tecnologias no modo de perfuração será possível obter sempre melhor qualidade tanto na extração do minério quanto na segurança dos colaboradores que manejam e participam da extração, além da eficácia proporcionada pela eficiência e mobilidade deste tipo de máquina.

Palavras-chave: Shaf. Máquinas hidráulicas. Perfuração. Extração de minério.

AS CONTRIBUIÇÕES DA ARQUITETURA PARA A RESSOCIALIZAÇÃO PROPOSTA PELO MÉTODO APAC

Trabalho realizado no âmbito do Projeto de extensão com interface na pesquisa Método APAC (Associação de Proteção e Assistência ao Condenado): divulgação, implantação e consolidação em Janaúba/MG.

MAIA, Anderson Fernandes ¹; MAIA, Grazielle Lopes Santos ²; VELOSO, Cynara Silde Mesquita ³.

1 Arquiteto, pesquisador do projeto APAC da Faculdade Vale do Grotuba (FAVAG), 2 Docente da FAVAG, 3 Docente das FIPMoc, da FAVAG e da UNIMONTES.

Todos sabem que o aumento da criminalidade no Brasil é preocupante. A construção dos estabelecimentos penais não acompanham o grande problema da superlotação que vem sendo colaborada pela reincidência. Objetivou-se Desenvolver um projeto arquitetônico para APAC de Janaúba que vise uma melhor qualidade de vida e uma nova possibilidade de recuperação. A metodologia utilizada será exploratório descritivo que permitirá a aquisição de uma maior familiaridade com o tema. A pesquisa foi instrumentalizada pelo emprego de material bibliográfico como livros, artigos, revistas especializadas e periódicos. o desenvolvimento de um projeto para um estabelecimento penal, é imprescindível que o arquiteto idealize a

obra com base nas práticas socioculturais que se realizarão no espaço e considere as necessidades do usuário na sua composição. A definição do programa de necessidades é imposta pelo Estado, o qual emprega a vingança social. (FOUCAULT, 2003; GOFFMAN, 1961; CORDEIRO, 2011). Assim, proposta idealizada pelo método APAC difere consideravelmente da construção do sistema penal atual, pois busca uma proposta arquitetônica que valoriza o humano e possibilita o uso satisfatório do todo espaço, bem como primando pelo conforto térmico, devido a predominância das elevadas temperaturas na região, utilizando, para tanto, de aberturas que proporcione a entrada do vento dominante fazendo com que a temperatura interna das celas sofram menos impacto do calor externo, gerando assim maior conforto. Diante da finalidade do método APAC que é baseado na valorização humana e na busca por oferecer condições para que o condenado evite a reincidência e possa se recuperar. O projeto arquitetônico desenvolvido de acordo com as Diretrizes Básicas da arquitetura penal contempla os três regimes previstos na Lei de Execução Penal: Regime Fechado, Regime Semiaberto e Regime Aberto, sem abrir mão da qualidade espacial interna e externa dos reclusos, atendendo, entretanto, as necessidades para o melhor desenvolvimento do método APAC a partir da NBR 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

Palavras-chave: Arquitetura Carcerária. APAC. Ressocialização. Humanização.

Referências:

CORDEIRO, Suzann. **O espaço penal e o indivíduo preso: dinâmica do espaço habitado.** Revista Brasileira de Segurança Pública. 8 ed. São Paulo, nº 5, p. 122-137, Fev/Mar 2011.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** Trad. Raquel Ramalhete. 27 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1961.

AS IMPLICAÇÕES JURÍDICO-PENAIIS DO BULLYING VIRTUAL

SOUZA JÚNIOR, Washington Navarro de¹

1 Graduando em Direito pela Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. Pesquisador

O *bullying* virtual consiste numa utilização corrompida de instrumentos tecnológicos, em especial, da rede mundial de computadores, produzindo danos e lesões a direitos indisponíveis de suas vítimas, fazendo necessária a intervenção do direito, inclusive em sua *ultima ratio*, com o escopo de preservar a dignidade humana e inviolabilidade dos direitos fundamentais dos agredidos por tal violência moral. Visa-se, precipuamente, analisar as possíveis consequências, em âmbito penal, pelas práticas de *ciberbullying*. Trata-se de um estudo transversal, qualitativo, elaborado a partir do método de abordagem dedutivo e do procedimento monográfico, empregando-se a técnica de pesquisa da revisão de literatura. “Quanto à proteção dos direitos da personalidade, a *internet* não pode ser considerada um espaço anárquico onde não existem sanções para os arrogantes e tutela para os fracos. Essa afirmação, importante como princípio, revela-se pouco eficaz na prática (PAESINI, 2012, p. 79). Contudo, a violação à vida privada, honra e imagem das pessoas encontra proteção no art. 5º, inc. X, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988), conferindo ao lesado a devida reparação cível pelo dano moral ou material resultante do dano injusto, destacando-se, ainda, que “ninguém será sujeito a interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataques à sua honra e reputação. Toda pessoa tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques” (Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH, art. 12). Ademais, o direito penal pátrio, embora não tipifique a conduta do *bullying* virtual e mesmo havendo grandes dificuldades práticas para conter essas outras condutas antijurídicas praticadas no *ciberspace*, não descuida da proteção dos direitos personalíssimos da honra, da imagem, bem como, da privacidade das pessoas. Sobretudo, ao tipificar as condutas de calúnia (art. 138, CP/1940), difamação (art. 139, CP/1940) e injúria (CP/1940, art. 140). Conforme a redação do art. 935, do CC/2002, “a responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal”, estabelecendo-se, conseqüentemente, a independência relativa, permitindo-se a comunicação e influência

de uma sobre a outra. Cabe observar, ainda, que o art. 91, I, do CP/1940, estipula como um dos efeitos da condenação “tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime”, devendo o juiz, conforme o art. 387, IV, do Código de Processo Penal de 1941 (CPP/1941), estabelecer o mínimo de tal indenização. Conforme preceitua a fórmula do antigo brocardo, *ubi homo, ibi societas; ubi societas, ibi jus*, onde estiver o homem em sociedade, com suas questões e demandas, estará o direito. Dessa maneira, a tutela jurídica deve disciplinar essa forma de violência no *cyberspace*, observando-se, finalmente, que associar o instituto da responsabilidade penal a tal fenômeno representa, na prática, um meio eficaz para preveni-lo e combatê-lo.

Palavras-chave: *Cyberbullying*. Crimes contra a honra. Dignidade da pessoa humana.

Referências:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 12 fev. 2014, às 9h 50.

BRASIL. Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940, retificado em 3 jan. 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 10 abr. 2014, às 10h 15.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941. Institui o Código de Processo Penal**. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 out. 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm>. Acesso em: 15 mar. 2014, às 22h 20.

BRASIL. **Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 jan. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 21 fev. 2014, às 13h 40.

PAESINI, Liliana Minardi. **Direito e Internet: liberdade de informação, privacidade e responsabilidade civil**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

AS MANIFESTAÇÕES URBANAS NO BRASIL EM 2013: UMA ANÁLISE DO DIREITO À LIBERDADE DE REUNIÃO

FERREIRA, Edilberto Nicanor¹; GALVÃO, Luciana Gomes Marques²
1 Discente das FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc

As manifestações urbanas no Brasil ocorridas a partir de junho de 2013 reverberaram em razão de uma diversidade de fatores desdobrados no plano sociopolítico e econômico brasileiro que, consideradas no contexto do Estado Democrático de Direito, encontra subsídios fundamentais para a garantia e aplicabilidade dos direitos civis, políticos e sociais, resultado de conquistas históricas. “O direito de reunião engendra pretensão de respeito, não somente ao direito de estar com os outros numa mesma coletividade organizada, mas também de convocar a manifestação, de prepará-la e de organizá-la. [...] O Estado não há de interferir nesse exercício” (BRANCO; MENDES, 2014, p. 300). O presente estudo propõe lançar uma reflexão especificamente quanto aos desdobramentos jurídicos que se repercutem dos protestos de junho de 2013, evidenciando sua legalidade e legitimidade, sobretudo no âmbito constitucional, no que se refere ao direito à liberdade de reunião e seus limites, mediante a exposição de um traçado histórico, subsidiado na filosofia política clássica. Empregou-se método dedutivo-exploratório, mediante pesquisa bibliográfica e documental. Percebe-se na abordagem que o direito constitucional à liberdade de reunião é fruto de conquistas dispostas nas gerações de direito, desta forma, a liberdade de reunião é *conditio sine qua non*

para afirmação do Estado Democrático de Direito. Nota-se que os manifestos de 2013 repercutiram nos tribunais que, fazendo recurso a decisões anteriores fulcradas no Direito Constitucional à liberdade de reunião, julgaram procedentes as manifestações desde que não fossem eivadas de ilicitude, e respeitados os critérios legais previstos no artigo 5º, XVI da CRFB/88. Desta feita, as manifestações devem ser organizadas e patrocinadas pelas correntes revolucionárias, desde que tenham como fulcro único a luta pela reta manutenção do bem público, isto é, da preocupação com a *polis*, com a esfera coletiva.

Palavras-chave: Manifestações populares. Liberdade de Reunião. Constitucional. Estado. Democracia.

Referências:

BRANCO, Gustavo Gonet. MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de direito Constitucional**. 9ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

ASPECTOS ATUAIS DA MORBIMORTALIDADE PELA DOENÇA DE CHAGAS EM MONTES CLAROS – MG

BARBOSA, Filipe Gullit Alves¹; COSTA, Bruno Meira de Oliveira¹; AMARAL, Gabriel Ramos Rodrigues¹; OLIVEIRA, Gleison Rurick Fernandes de¹; CANABRAVA, Pedro Hernesto Magalhães¹; BRITO, Ramon Botelho de¹; PRINCE, Karina Andrade².

1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

A Doença de Chagas ou tripanossomíase americana constitui um importante problema de saúde pública, sendo considerada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) uma das principais doenças tropicais negligenciadas (HASSLOCHER-MORENO *et al.*, 2011). A maioria dos indivíduos infectados, atualmente, está em fase crônica da doença de Chagas, que pode ser expressa na forma indeterminada, cardíaca, digestiva e cardiodigestiva (BOZELLI *et al.*, 2006). Nessa fase, as manifestações da doença podem ser incapacitantes e debilitantes, com grande impacto socioeconômico e cultural, além de serem responsáveis por muitos óbitos, sobretudo, na América Latina (GOMES, 2012). Esse artigo teve por objetivo analisar o índice de morbimortalidade pela Doença de Chagas em Montes Claros - MG. Trata-se de um estudo de investigação, retrospectivo, transversal, de caráter descritivo e quantitativo. Teve como universo de pesquisa a base de dados do Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS) referente ao índice de mortalidade pela Doença de Chagas na cidade de Montes Claros - MG, no período de 2008 a 2014. Utilizou-se o software Excel 12.0 (Office 2007) para gerenciamento e análise de dados. 108 internações foram realizadas no período de 2008 a 2014 decorrentes da Doença de Chagas na cidade de Montes Claros-MG, apresentando uma redução significativa no número de internações (90%) em 2014 quando comparado ao de 2008. O índice de internações em virtude da doença foi maior em estabelecimentos privados do que em públicos nesse período. 97% dos pacientes internados se encontravam em idade superior a vinte anos, sendo que 87% deles estavam entre a terceira e oitava década de vida. 59,25 % dos internados eram do sexo feminino e 57,4% eram pardos. Houve uma redução de 100% da mortalidade, ficando restritas às faixas etárias maiores que 60 anos. Através desse estudo, fica explícita a importância do controle da transmissão vetorial e transfusional da Doença de Chagas, da melhoria nas condições socioeconômicas e de moradia da população, além da qualidade de assistência à saúde com diagnóstico e tratamento adequados, minimizando assim, o impacto dessa doença na sobrevivência do paciente e reduzindo a morbimortalidade.

Palavras-chave: Morbimortalidade. Doença de Chagas. Notificações de Doenças.

Referências:

BOZELLI, C. E. et al. Perfil clínico-epidemiológico de pacientes com doença de Chagas no Hospital Universitário de Maringá, Paraná, Brasil Clinical and epidemiological profile of patients with Chagas disease at the University Hospital. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 22, n. 5, p. 1027-1034, 2006.

GOMES, L. M. X. et al. O impacto da doença de Chagas no cotidiano do portador. **Motricidade**, v. 8, n. 2, p. 204-211, 2012.

HASSLOCHER-MORENO, A. M. et al. Atenção integral e eficiência no Laboratório de Pesquisa Clínica em Doenças de Chagas do Instituto de Pesquisa Clínica Evandro Chagas, 2009-2011. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 22, n. 2, p. 295-306, 2013.

ASPECTOS BIOQUÍMICOS DA SÍNDROME DE IRLLEN: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

SOARES, Fernanda Amaral¹; FREITAS, Lays Viana²; GONTIJO, Lucília Silva³.

¹ Graduanda em Medicina pelas FIPMoc. ² Graduanda em Medicina pelas FIPMoc.

³ Docente das FIPMoc e Mestre em Farmacologia Terapêutica e Experimental (UFRJ)

A Síndrome de Meares-Irlen, deficiência de processamento visual identificada em indivíduos com dislexia, pode ser definida como um distúrbio visual-perceptivo que se acredita ser originado no córtex visual primário, causada por uma excessiva sensibilidade da retina a frequências específicas do espectro de luz, provocando distorções no processamento pós-retiniano, o que faz os impulsos elétricos cheguem ao córtex cerebral em momentos distintos, com perda da qualidade da interpretação visual, gerando desorganização no processamento cerebral das informações recebidas pelo sistema visual. Os ácidos araquidônico e docosahexaenóico também desempenham papel essencial nos processos celulares relativos à aprendizagem e memória. Assim, anormalidades no metabolismo de ácidos graxos podem estar envolvidas nas alterações cognitivas e comportamentais dessas condições, bem como na atenção, processamento da linguagem e dificuldades associadas com humor, digestão, regulação da temperatura e do sono. Objetivou-se analisar a produção científica em relação às bases bioquímicas, genéticas e imunológicas que podem estar compreendidas nesta condição. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura. Para acesso aos artigos que compuseram a amostra, utilizou-se a base de dados da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) que integra várias bases de dados referenciais, como SciELO (Scientific Electronic Library Online), LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), MEDLINE (Literatura Internacional em Ciências da Saúde), e Biblioteca Digital da UFMG, utilizando como descritores: Dislexia, colesterol, transtornos da percepção, imunologia, genética, hereditariedade. A seleção foi feita por meio da leitura dos títulos e resumos dos artigos encontrados, sendo incluídos todos os artigos que abordassem as palavras-chaves citadas desde que estivessem disponíveis na íntegra, que versassem sobre a Síndrome de Meares-Irlen e que fossem publicados em português ou em inglês. Foram incluídos 16 artigos no estudo, compreendidos entre os anos de 1996 e 2014 que atenderam aos critérios de inclusão propostos. A Síndrome de Meares-Irlen, disfunção visual-perceptiva específica, tem sido cada vez mais aceita como área de investigação nos problemas visuais que podem estar associados à dislexia. Devido ao esforço despendido no processamento das informações visuais, a leitura torna-se mais lenta e segmentada, produzindo cansaço, inversões e trocas de palavras, perda de linhas no texto, prejuízo no foco, sonolência e distúrbios visuais após um intervalo relativamente curto na leitura, o que compromete a velocidade de processamento cognitivo e a memorização. A deficiência de ácidos graxos essenciais está significativamente relacionada com o surgimento de sintomas visuais na leitura, e inclusive com alguns sintomas indicativos de Síndrome de Meares-Irlen. Muitos estudos têm sugerido associação da síndrome com alterações bioquímicas e genéticas. Alguns sustentam a hipótese de que alterações imunológicas e no metabolismo de ácidos graxos estejam envolvidas com problemas cognitivos e de aprendizado. Existem evidências crescentes de que há uma base bioquímica envolvida em uma variedade de transtornos visuais e de aprendizagem, incluindo a Síndrome de Meares-Irlen, um subtipo de dislexia. Algumas questões permanecem não respondidas, necessitando de mais pesquisas para delinear os fatores causais envolvidos nesta condição. A despeito de todas as teorias sugeridas para a Síndrome de Meares-Irlen, seu substrato neurofisiológico ainda está por ser esclarecido.

Palavras-chave: Dislexia. Colesterol. Transtornos da percepção. Imunologia. Genética

ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO

Resultados parciais

MACEDO, Fábio da Silva¹; TEIXEIRA; Ana Paula Fernandes²

1 Discente do Curso de Direito/Faculdade Integradas Pitágoras FIPMoc. 2 Docente do Curso de Direito/Faculdades Integradas Pitágoras FIPMoc - Especialização/UNIDERP - Graduação/UNIMONTES

O assédio moral é verificado pela manipulação perversa ou pelo abalo psicológico imposto por alguém, geralmente, superior hierárquico, a fim de desestabilizar a vítima, acarretando-lhes danos morais. A violência psicológica se configura através de diversas práticas vexatórias, de forma reiterada e durante certo lapso temporal, deixando a vítima em situação de humilhação e desestabilizada, o que configurará o assédio moral. O presente trabalho tem por objeto a análise do assédio moral no ambiente de trabalho, que acaba gerando consequências sociais e trabalhistas às vítimas. Para atender ao propósito deste trabalho, optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental, tendo com método de abordagem o dedutivo. Observou-se que o assédio moral praticado no ambiente de trabalho espalha seus efeitos para o tecido social, influenciando negativamente as esferas privada e íntima do indivíduo vítima das agressões, e provocando, ainda, o surgimento de uma série de doenças relacionadas ao trabalho, como a depressão, o alcoolismo, as fobias, entre outras. Percebeu-se ainda, como um dos efeitos do assédio moral, a frequente queda da produtividade, o que, consequentemente, reverbera na própria economia. As principais consequências jurídicas do assédio moral são a possibilidade da rescisão indireta do contrato de trabalho, com o consequente pagamento das verbas rescisórias inerentes à dispensa sem justa causa, e a possibilidade de reparação pelos danos morais e patrimoniais sofridos. Não há no ordenamento jurídico brasileiro dispositivo que trate exclusivamente do assunto em comento, devendo o legislador ordinário se mobilizar para criar mecanismo de proibição e tipificação das práticas vexatórias reiteradas que se configuram o assédio moral. Enquanto ainda não existe uma legislação específica sobre o assunto, a doutrina e a jurisprudência exercem importante papel para a solução dos variados conflitos que tratam da temática do assédio moral, traçando balizas seguras para o aplicador do direito. Também foi possível verificar que as ações envolvendo assédio moral propostas na Justiça do Trabalho têm sido decididas no sentido do reconhecimento do pedido da vítima, que demanda o assediador pela responsabilização civil dos danos sofridos em razão daquela prática. Concluiu-se que é preciso desenvolver uma cultura organizacional de prevenção e combate ao assédio moral, para que assim haja efetivo respeito aos postulados da valorização do trabalho e da dignidade da pessoa do trabalhador.

Palavras-chave: Assédio moral. Ambiente de trabalho. Danos morais. Danos patrimoniais.

ATUAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO E SUAS INSTITUIÇÕES NO COMBATE AO PRECONCEITO E A DISCRIMINAÇÃO DO DEFICIENTE FÍSICO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

ALMEIDA, Igor Martins¹; BRANT, Eduardo Caldeira¹; DUARTE, Sueli Oliveira¹; DURÃES, Pedro Emílio¹; MAIA, Larissa Dias Ferrante¹; FREITAS, Cláudio Roberto de Jesus ¹; SANTOS, Ketherin

Hillary Oliveira¹; LOPES, Luiz Roberto²

1Discentes das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

A discriminação do deficiente no mercado de trabalho é reflexo do tratamento preconceituoso no qual essa minoria esteve submetida ao longo da história das civilizações. A pesquisa teve como objetivo verificar o papel do Direito do Trabalho e suas instituições no processo de inclusão do deficiente físico no mercado de trabalho. Utilizou-se uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa. Para obtenção dos dados foi realizada uma pesquisa bibliográfica a partir de artigos científicos publicados em periódicos localizados nas bases Scielo, Google Acadêmico e Revista Jurídica, além de consulta à legislação brasileira. Os dados coletados foram analisados e interpretados à luz da literatura vigente. Averigou-se que o Estado, buscando compensar o tratamento desigual dispensado ao deficiente no direito ao trabalho, criou leis e políticas

específicas de integração, com a finalidade de assegurar-lhes acesso ao mercado de trabalho e um tratamento com isonomia de direitos e garantias trabalhistas. O Direito do Trabalho garante a proteção e a efetivação desses direitos fiscalizando o cumprimento das leis de ações afirmativas. Conclui-se que houve grande avanço nas leis de inserção e proteção dos direitos trabalhistas do deficiente. Porém, estas ainda não foram capazes de excluir os atos discriminatórios sofridos pelo profissional com deficiência nas relações de trabalho, o que torna indispensável o papel do direito do trabalho e de suas instituições na promoção da inclusão do deficiente no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Deficiente. Inclusão. Direito do Trabalho.

ATUAÇÃO DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO NA PROTEÇÃO DOS GRUPOS MINORITÁRIOS EM RELAÇÃO AOS CRIMES DE PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO

FREITAS, Cláudio Roberto de Jesus ¹; BRANT, Eduardo Caldeira¹; SANTOS, Ketherin Hillary Oliveira¹; MAIA, Larissa Dias Ferrante¹; DURÃES, Pedro Emílio¹; DUARTE, Sueli Oliveira¹ SANTANA, Victor Freire¹; TORRES, Vânia².

1Discentes das FIPMoc; 2 Docente das FIPMOC

O direito das minorias é regido pelo princípio da igualdade e da não discriminação, visando proteção dos direitos à existência, à identidade e da isonomia de tratamento através de ações positivas de inclusão e integração social das minorias marginalizadas pelo preconceito e intolerância com as diferenças do outro. O presente estudo se propôs a analisar como o ordenamento jurídico brasileiro tutela o direito das minorias diante dos crimes de preconceito e discriminação de cor ou raça. A pesquisa foi exploratória com abordagem qualitativa. Para coleta de dados se utilizou de pesquisa bibliográfica a partir de análises em artigos científicos publicados em periódicos localizados nas bases Scielo, Google Acadêmico e Âmbito Jurídico, além de consulta na legislação brasileira, com ênfase na Constituição da República Federativa do Brasil. Os dados coletados foram analisados e interpretados à luz da literatura vigente. Constatou-se que o preconceito sempre esteve presente na sociedade brasileira, principalmente quanto à raça ou cor, herança advinda da colonização e do regime escravagista, no qual esta sociedade foi fundada, o que favoreceu ao surgimento da intolerância cultural em respeitar e aceitar as diferenças do outro. As leis evoluíram paulatinamente para combater não só condutas racistas como qualquer ato preconceituoso ou discriminatório com intuito de diferenciação entre pessoas. A punição a esse tipo de crime se equipara a crimes mais graves, como o aborto. Conclui-se que, apesar dessas condutas serem bastante arraigadas, o ordenamento jurídico brasileiro vem perseverando no combate ao preconceito fixando penas cada vez mais severas contra os atos discriminatórios, assim como o Supremo Tribunal Federal busca constantemente promover a efetivação dos direitos e a proteção dos grupos inseridos como minorias, baseando-se essencialmente no princípio constitucional da igualdade e da dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave: Minorias. Direitos. Crimes. Preconceito. Leis.

AValiação DA CAPACIDADE FUNCIONAL DOS PACIENTES COM DOENÇA DE PARKINSON

RODRIGUES, Luana Silva¹ ;ESCOBAR, Érika Goulart Veloso Ferreira²

1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMOC

A doença de Parkinson (DP) é uma patologia degenerativa e progressiva do sistema nervoso central (SNC) que se caracteriza pela perda neuronal de células dopaminérgicas da porção compacta da substância negra do mesencéfalo. É caracterizada pela redução de dopamina via nigroestriatal, com diminuição da concentração de dopamina ao nível dos receptores dopaminérgicos situados no corpo estriado. É caracterizada a doença de Parkinson por distúrbios motores e disfunções posturais. E pela redução da produção do neurotransmissor dopamina que ocorre com a doença de Parkinson desencadeia uma sensação de fadiga e a seguir, surgem tremores de caráter progressivo, evoluindo para graus variados de rigidez e

bradicinesia, com alterações posturais e instabilidade. **Objetivou-se** avaliar o estágio motor da doença e capacidade funcional dos pacientes com doenças de Parkinson atendidos nas clínicas de Fisioterapia de Montes Claros-Mg. Trata-se de um estudo descritivo e transversal, onde a população estudada foi composta por 13 pacientes com doença de Parkinson. Após a assinatura de todos os participantes no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, foi aplicada a Escala de Hoehn and Yahr (modificada) para avaliar o estadiamento motor da doença de Parkinson nos idosos e o Índice de Barthel Modificado que avalia a capacidade funcional, pertence ao campo de avaliação das atividades da vida diária (AVDs). Em relação à classificação do nível de incapacidade dos pacientes, 38,46% foi classificado no estágio 1, 15,39% classificado no estágio 2, 7,69% classificado no estágio 3, 23,07% classificado no estágio 4 e 15,39% classificado no estágio 5. Ao avaliar a capacidade funcional dos pacientes nas atividades básicas de vida diária, 15,39% ficou classificado no nível funcional com dependência total, 23,07% foi classificado com dependência severa, 38,47% foi classificado com dependência moderada e 23,07% dos entrevistado foi classificado com ligeira dependência. No presente estudo a maioria dos pacientes foi classificado no estágio 1. Em relação o nível da capacidade funcional a maioria apresentavam dependência moderada funcional nas AVD. Observamos que quanto maior o comprometimento da doença pior são as atividades de vida diária, diante disso é importante intervenções terapêuticos que favoreçam a reabilitação do paciente, na busca do seu máximo potencial funcional e melhora na capacidade funcional.

Palavras-chave: Parkinson. Capacidade Funcional. Índice de Barthel.

AValiação da Capacidade Funcional Pós Acidente Vascular Cerebral

SANTOS, Néria Nogueira; ESCOBAR, Érika Goulart Veloso Ferreira

O Acidente Vascular Cerebral (AVC) é um déficit neurológico em uma área cerebral, sendo uma doença circulatória nas artérias cerebrais podendo ser classificada como isquêmico e hemorrágico, e esta provoca diversas sequelas no indivíduo, sendo que dos prejuízos causados destacam-se os das funções motoras, sensitivas, de equilíbrio e de marcha, além do déficit cognitivo e de linguagem, podendo afetar consideravelmente as atividades de vida diárias dos indivíduos após o AVC. Objetivou-se avaliar a capacidade funcional dos indivíduos pós-avc bem como identificar seus limites, capacidades e dependências. Trata-se de um estudo descritivo e transversal, onde a população estudada foi composta por 50 pacientes pós-AVC atendidos nas clínicas de Fisioterapia. Após assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido a todos os participantes, foi avaliado o nível de independência para as Atividades de Vida Diária (AVD) através do Índice de Katz. Os resultados evidenciaram que 50% eram independentes para banhar-se, 50% eram independentes para vestir-se, 58% eram independentes para a higiene pessoal, 64% eram independentes para transferir-se, 56% eram independentes no controle esfincteriano, e 48% eram independentes para alimentar-se. Observou-se que os indivíduos eram independentes na maioria das AVDs, tendo em vista que todos os pacientes que participaram desta pesquisa estavam em tratamento fisioterapêutico. Nota-se a importância desta intervenção para a melhora da capacidade funcional das pessoas com sequelas de AVC. Cresce desta forma o prestígio do trabalho de reabilitação realizado pela Fisioterapia que vem comprovando com êxito a sua importância.

Palavras-chave: Acidente Vascular Cerebral. Capacidade Funcional. Índice de Kartz.

AValiação da Frequência de Prolapso Genital Feminino em Montes Claros – MG

DIAS, Molyana Kelly Pereira¹; SILVA, Fernando Fernandes Gonçalves da¹; VERSIANI, Olivia Abreu¹; ATHAYDE, Amanda Leão Wanderley¹; ARAÚJO, Maria Thereza Meira¹; MOTA, Rafael Damasceno Janhaki¹; PRINCE, Karina Andrade de²
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

O prolapso genital é uma condição ginecológica que representa uma causa importante de morbidade. É considerado uma hérnia do conteúdo pélvico e/ou intraperitoneal no canal vaginal, podendo ocorrer descida da parede vaginal anterior, posterior, ápice e cúpula da vagina. Anatomicamente, é plausível que tanto a perda de suporte horizontal do assoalho pélvico quanto o alargamento do hiato genital predisponham ao prolapso genital. Os fatores de risco bem estabelecidos incluem idade, paridade, histerectomia, cirurgias prévias para correção de distopia genital e distúrbios do colágeno. Atualmente, o principal tratamento se dá através de cirurgias e a fisioterapia, pois esta tem assumido um papel essencial para a recuperação do suporte pélvico. Objetivou-se analisar a frequência do prolapso genital feminino em Montes Claros, Minas Gerais. Trata-se de um estudo de investigação, retrospectivo, transversal, de caráter descritivo e quantitativo. Teve como universo de pesquisa a base de dados do Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS), referente à taxa de internações por prolapso genital feminino, no município de Montes Claros, Minas Gerais, no período de 2010 a 2014. As variáveis estudadas foram: faixa etária, etnia, local de internações, caráter e regime de atendimento. Utilizou-se o software Excel (Office 2007) para gerenciamento e análise dos dados. Por se tratar de um banco de dados de domínio público, não foi necessário submeter o estudo à aprovação do Comitê de Ética e de Pesquisa. No Município de Montes Claros, 383 pacientes foram internadas devido à ocorrência de prolapso genital feminino. Destas, 106 ocorreram no ano de 2014, caracterizando a maior frequência, e 43 no ano de 2010, sendo a menor frequência. A idade predominante foi entre 60 e 79 anos, sendo a maior parte das mulheres autodeclarada parda. De acordo com o caráter de atendimento o eletivo (366 / 95,56%), predominou em relação ao caráter de urgência com (17 / 4,44%). Quanto ao regime de atendimento, verificou-se um predomínio de internações em regime público (248 / 64,8%). Analisando os custos totais, foram gastos cerca de R\$ 189.960,00 em decorrência de casos de prolapso genital no município. Observa-se, no período estudado, um aumento anual do número de internações por prolapso genital feminino no município, gerando um elevado custo ao regime público de saúde. Assim, fica explícita a importância do controle da doença, minimizando assim, o impacto dessa na vida da paciente, a fim de, reduzir a sua morbidade, e consequentemente os custos hospitalares.

Palavras-chave: Prolapso genital. Fatores de risco. Internações.

AValiação da Resistividade da Brita de Calcário Encontrada na Região Norte de Minas Gerais

LAGES¹, Gabriela; OLIVEIRA¹, Bruno; LEÃO¹, Lorena; MURÇA¹, Fellip; SILVA¹, Marcos Filipe; FERRO¹, Lucas; REGO², Thaís Cristina Figueiredo.

¹Discentes do curso de Engenharia de Minas das FIPMoc, ²Docente das FIPMoc

O conhecimento prévio sobre os parâmetros físicos para a brita é essencial para a seleção do material e a escolha da sua aplicação. O material britado advindo da rocha matriz é um fator decisivo que irá comprometer toda a avaliação mecânica e química da brita. A partir disto, a necessidade em se avaliar o fator de resistividade da amostra torna-se importante na delimitação final para a preparação do concreto. Objetivou-se analisar através do teste físico nos corpos de prova, a resistência mecânica da brita do tipo calcário encontrada no município de Janaúba no norte de Minas Gerais. O ensaio de compressão dos corpos cilíndricos seguiu a norma regida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT),

NBR 5739:1994 para a norma de moldagem; NBR 7680:2007 para norma de extração e NBR 9479:2006 como norma de uso da câmara úmida para o concreto. Verificou-se que a brita do tipo calcário necessitou de aproximadamente vinte segundos para ocorrer sua ruptura em ambos os corpos de prova. O primeiro corpo de prova, no 28º dia atingiu a tensão de compressão de 16,8 MPa e sua carga de ruptura correspondeu a 13.460 kgf resultando em seu cisalhamento. O segundo corpo de prova no mesmo dia comprimiu-se a 18,6 MPa de tensão, e sua carga de ruptura correspondeu a 14.910 kgf, resultando no seu cisalhamento. Conclui-se que a resistência para a brita calcária atingiu baixos valores, o que demonstra a baixa resistência deste material no ensaio de ruptura, segundo os testes realizados para esse estudo.

Palavras-chave: Brita de Calcário. Resistividade. Ensaio mecânico.

AVALIAÇÃO DAS HABILIDADES FUNCIONAIS DE CRIANÇAS PORTADORES DE PARALISIA CEREBRAL ATRAVÉS DO GMFM

VIEIRA, Débora Ribeiro¹; MACIEL, Luiz Fernando Abasse¹; SANTIAGO, Marcelo Coutinho¹; OLIVEIRA, Phillipe Costa de¹; SILVA, Rennato Miranda Fernandes¹; MOURA, Paula Maria Silveira Soares²

1 Discente das FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc

A Paralisia Cerebral (PC) é a causa mais frequente de deficiência física e mental em crianças, causando distúrbios permanentes e não progressivos devido a lesões cerebrais durante o desenvolvimento precoce do sistema nervoso central, que contribuem para limitações do desenvolvimento psico-motor dos seus portadores. Atualmente, uma das formas de classificar as crianças com paralisia cerebral quanto a função motora, é a de análise das funções motoras grossas, que servem para categorizar a mobilidade de crianças com paralisia cerebral. Objetivou-se avaliar as habilidades funcionais de crianças portadoras de paralisia cerebral através do GMFM. Trata-se de um estudo descritivo transversal, com abordagem quantitativa de caráter exploratório, que terá como universo de pesquisa crianças portadoras de paralisia cerebral atendidas em clínicas e escolas especializadas na cidade de Montes Claros, MG. Para obtenção dos dados, foi utilizado como instrumento o *Gross Motor Function Measure* (GMFM), que consiste em 88 itens que irão mensurar a função motora ampla de crianças com paralisia cerebral em cinco dimensões: Deitar e rolar, sentar, engatinhar e ajoelhar, em pé, andar, correr e pular. A pontuação foi realizada de acordo com os critérios especificados no manual do GMFM (RUSSELL et al., 1993). Após a coleta, os dados foram agrupados e estruturados em um banco de dados utilizando-se o programa estatístico *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) para o windows, versão 15.0, traçando-se assim as características das crianças avaliadas. O trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa das FIPMoc. Foram avaliadas 14 crianças e adolescentes entre 0 e 18 anos de idade. Os participantes apresentaram no quesito deitar e rolar, escores altos para movimentos incompletos (4,50%) e baixos para o início do movimento (0,69%). No quesito sentar, o escore foi 3,63% para os participantes que não conseguiam iniciar o processo e 0,44% para os que conseguiam iniciar. Da mesma forma, ao avaliar a capacidade de engatinhar e ajoelhar, foi observado escore de 7,94% para os que não conseguiam iniciar o movimento e 0,28% para os que iniciaram. Quando foi avaliada a capacidade de ficar em pé, o escore de 6,38% foi para os participantes que não iniciavam o movimento e 0,26% para os que completaram parcialmente. Ao analisar a prática de movimentos como andar, correr e pular, os escores se mostram baixos com exceção da incapacidade de iniciar o movimento que apresenta escore de 3,43%. Os dados obtidos neste estudo nos permitem observar que os portadores de paralisia cerebral (PC) têm um alto grau de dependência dos seus cuidadores o que implica maior necessidade de capacitação destes. Esse fato é justificado pelo desenvolvimento neuropsicomotor lento com escores mais altos e discrepantes para as funções não iniciadas ou movimentos incompletos.

Palavras-chave: GMFM. Paralisia cerebral. Habilidades funcionais.

AVALIAÇÃO DO PERFIL EPIDEMIOLÓGICO E CLÍNICO DOS CASOS DE HEPATITE B NO BRASIL

MACHADO, Ana Laura Spineli Lourenço¹; EMÍDIO, Andressa Bernardes¹; DE SÁ, Flávia Macêdo Quintão¹; RUAS, João Pedro Paulino¹; NASCIMENTO, Josiellen Almeida¹; NOBRE, Lucas Mendes¹; PRINCE, Karina Andrade de².

1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

As hepatites virais são doenças infecciosas, de notificação compulsória, tendo como agentes etiológicos os vírus hepatotrópicos dos tipos A, B, C, D e E. Dentre elas, a hepatite B se destaca por ser um importante problema de saúde pública no Brasil, sendo uma das principais causas de cirrose, hepatite crônica e carcinoma hepatocelular. A transmissão ocorre por via congênita, parenteral, sexual e por acidentes ocupacionais. A hepatite B clínica pode se apresentar nas formas aguda (anictérica e icterica), que na maioria das vezes evolui para cura; crônica e fulminante. A principal forma de profilaxia é a vacinação, preconizada pelo Ministério da Saúde e administrada em três doses. Objetivou-se caracterizar o perfil epidemiológico e clínico dos portadores de hepatites B no Brasil. Foi realizado um estudo de investigação retrospectivo, transversal, de caráter descritivo e quantitativo. Teve como universo de pesquisa, a base de dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), referente ao número de casos de hepatite B no Brasil, no período de 2010 a 2014. Foram consideradas as variáveis: número de casos por ano, as formas clínicas, dados sociodemográficos (sexo, etnia e faixa etária), métodos de diagnóstico e fontes de infecção. Utilizou-se o software Excel 12.0 (Office 2007) para gerenciamento e análise dos dados. O número total de casos foi 55.305, sendo a maior incidência no ano de 2013 com 13.279 casos (24%), e a menor no ano de 2014 com 4.970 casos (9%), evidenciando queda de 62,6% nesse período. As regiões brasileiras mais acometidas foram centro-oeste e sudeste com 19.085 (34,51%) e 17.950 (32,46%) casos, respectivamente, e menos acometida foi a região sul com 4.847 (8,76%) casos. Dentre as formas clínicas a crônica predominou, com um número de casos igual a 44.724 (80,88%), enquanto a forma fulminante obteve o menor número, 86 (0,15%). Em relação aos dados sociodemográficos sobressaíram: o sexo masculino com 29.396 (53,15%) casos, a etnia branca com 26.628 (48,15%) casos, e a faixa etária de 20 a 39 anos com 25.778 (46,61%). O método diagnóstico mais usado foi a confirmação laboratorial com 55.297 (99,98%) casos, enquanto as fontes de infecção que mais se destacaram foram uso de drogas injetáveis e transmissão vertical, com 19.110 (34,55%) e 17.950 (32,45%) casos, respectivamente. A pesquisa demonstrou que em relação à hepatite B, o perfil epidemiológico e clínico predominante foi sexo masculino, etnia branca, faixa etária entre 20 e 39 anos, residente da região centro-oeste, com a forma crônica da doença e infectado por uso de drogas injetáveis. Apesar da queda do número de casos no último ano, a hepatite B continua necessitando de maiores estudos devido à importância dos seus agravos na saúde pública.

Palavras-chave: Hepatite B. Epidemiologia. Perfil Clínico.

AVALIAÇÃO DO RISCO CARDIOVASCULAR SEGUNDO OS PRINCÍPIOS DO ESCORE DA ESCALA DE FRAMINGHAM EM HIPERTENSOS

GONÇALVES, Pedro Rocha¹; BRITO, Daniel Oliva¹; FERNANDES, Marina Luiza¹; OLIVEIRA, Scárlety Karen Mendes¹; LIDÓRIO, Victória Silva¹; GUIMARÃES, Victor Antunes¹

1Discente das FIPMoc

A hipertensão arterial sistêmica (HAS) configura-se como um importante problema de saúde pública no Brasil e no mundo, por constituir a principal causa da mortalidade cardiovascular precoce, não ocorrendo de forma isolada. A escala de Framingham identifica por sexo e faixa etária, sabendo-se o valor da pressão arterial sistólica, do colesterol total, da fração HDL do colesterol, do diagnóstico de diabetes e do conhecimento sobre hábito tabagista da pessoa avaliada, o risco de desenvolvimento de doença coronariana nos próximos 10 anos. Avaliar a epidemiologia dos fatores de risco do Escore de Framingham para doenças cardiovasculares. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo, sendo utilizados artigos científicos encontrados nos sites Scielo e Google Acadêmico no período de 2007 a 2014. As ocorrências de acidentes vasculares cerebrais (AVC) são decorrentes, em 25% dos casos, de hipertensão arterial.

Estima-se que cerca de 50% das mortes de tabagistas poderiam ser evitadas se o hábito de fumar fosse abolido, sendo que uma grande parte das mortes seria decorrente de doenças cardiovasculares. Para a doença arterial coronariana (DAC), o colesterol elevado pode ser considerado o principal fator de risco modificável, sendo que 38% dos homens e 42% das mulheres possuem colesterol total > 200 mg/dL. Indivíduos portadores de diabetes melito tipos 1 ou 2 possuem risco maior do que 20% em 10 anos de apresentar novos eventos cardiovasculares. Há necessidade e fundamento em avaliar o risco absoluto ou global (fatal e não fatal) das doenças cardiovasculares, levando em consideração que as causas para a doença aterosclerótica são multifatoriais, portanto, instiga estudos de múltiplos pontos de risco tais como: genéticos, ambientais, dietéticos, metabólicos, hemodinâmicos e inflamatórios.

Palavras-chave: Risco cardiovascular. Escala de Framingham. Hipertensos.

AVALIAÇÃO DOS CASOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER NO BRASIL

VIEIRA, Débora Ribeiro¹; MARTUSCELLI, Érika Fernanda Sales¹; MACIEL, Luiz Fernando Abasse¹; SANTIAGO, Marcelo Coutinho¹; OLIVEIRA, Phillipe Costa de¹; SILVA, Rennato Miranda Fernandes¹; PRINCE, Karina Andrade de²

1 Discente das FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc

A violência sexual é atualmente considerada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) um grave problema de saúde pública, dada a gravidade de suas consequências físicas, psíquicas e sociais. É um fenômeno que ocorre de forma disseminada por todo o mundo, sem restrições de sexo, idade, etnia ou classe social, embora apresente determinadas prevalências como o acometimento do sexo feminino e a idade entre 10 e 25 anos aproximadamente. O estupro é a principal forma de violência sexual. De acordo com a definição jurídica brasileira, o estupro, é qualquer ato em que permita constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso. Estudos demonstram uma maior prevalência de vítimas com o seguinte perfil: sexo feminino, idade entre 18 e 25 anos, solteiras. As características mais observadas do ato são de único agressor, com domínio sobre a vítima mediante força física, uso de arma de fogo, arma branca ou ameaça verbal e realização principalmente de coito vaginal. Objetivou-se avaliar o número de casos, prevalência e característica de casos de violência sexual contra a mulher no período de 2010 a 2014 no Brasil. Trata-se de um estudo de investigação, retrospectivo, transversal, de caráter descritivo e quantitativo. Teve como universo de pesquisa a base de dados do Sistema de Informação Nacional de Agravos e Notificação (SINAN/SUS) referente ao índice de violência sexual no Brasil, no período de 2010 a 2014. Utilizou-se o software Excel 12.0 (Office 2007) para gerenciamento e análise de dados. O número de novos casos foi crescente entre os anos 2010 a 2013, apresentando 21936 casos em 2010, com o pico de casos em 2013 com 47789 casos e decréscimo de 21,75% em 2014 com 37392 casos. Em relação a prevalência de violência nas regiões brasileiras a região sudeste lidera o ranking com 316752 (46,33%) casos entre os anos de 2010 a 2014, sendo a região norte a menos prevalente com 41286 casos (6,03%). Em relação os dados sociodemográficos das vítimas verificou-se que, a maioria pertencia ao sexo feminino (87,47%), se encontrava na faixa etária entre os 10 e 14 anos (29,68%), e eram da etnia parda (40,57%). Os achados coincidiram com a literatura, demonstrando uma maior prevalência de violência sexual no sexo feminino, em adolescentes e jovens pardas, o que indica uma necessidade de implementação de melhorias das políticas públicas voltadas para a saúde da mulher, principalmente em relação à crianças e adolescentes que são de suma importância para a proteção e promoção da saúde dessas mulheres.

Palavras-chave: Violência sexual. Mulheres. Aspectos sociodemográficos.

AVALIAÇÃO E CORRELAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA E SINTOMATOLOGIA CLIMATÉRICA ASSOCIADA AO TABAGISMO

BORGES, Rafael Dourado¹; TELLES, João Guilherme da Silva¹; MENDES, Breno Domingues¹; ANDRADE, Pedro Guido Soares¹; PIRES, Bruno Pires¹; AMORIM, Iago Brito Lima¹; ROCHA, Josiane Santos Brant ²;Discente das FIPMoc¹; Docente das FIPMoc²

O tabagismo, tem se mostrado extremamente nocivo à mulher climatérica, contribuindo para uma maior deterioração da sua qualidade de vida, devendo ser combatido nessa fase (DE LORENZI *et al.*, 2009). Objetivou-se avaliar e correlacionar a qualidade de vida e sintomatologia climatérica associada ao tabagismo. Trata-se de um estudo quantitativo, transversal e descritivo, realizado no período de maio de 2013, com espaço amostral de 340 mulheres com idade de 40 a 65 anos, acompanhadas pelas Estratégias de Saúde da Família (ESF's) de Montes Claros. Na caracterização dos fatores clínicos, 55 das entrevistadas eram tabagistas (incidência de 16,2%), sendo que ao avaliar a qualidade de vida das mesmas associadas à sintomatologia climatérica, obteve-se como nível de significância as variáveis “irritabilidade” e “ansiedade”. De fato, com a falência ovariana há uma baixa significativa do estrogênio que resulta na presença de sintomas desconfortáveis, com destaque para as ondas de calor, ansiedade, irritabilidade e depressão. A prevalência de sintomas como irritabilidade e ansiedade no estágio climatérico associados ao tabagismo foi significativa no presente estudo, possivelmente em decorrência da mulher apresentar-se mais sensível a fatores psíquicos e devido à nicotina interferir na globulina carreadora de estrogênio e acelerar o processo de atresia folicular, antecipando a ocorrência da menopausa, além de agravar a sintomatologia climatérica.

Palavras-chave: Climatério. Qualidade de vida. Tabagismo.

Referências:

DE LORENZI D. R. S.; CATAN, L. B.; MOREIRA, K...; ÁRTICO, G. R. Assistência à mulher climatérica: novos paradigmas. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília 2009 mar-abril; 62(2): 287-93.

AVALIAÇÃO NUTRICIONAL EM IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS E NÃO INSTITUCIONALIZADOS

BARROS, Marcello Costa¹; PRIMO, Juliana Rodrigues Dias²; BARROS, Thais da Cunha²; LIMA, Cicero Fabiano de Souza²; FURTADO, Filipe Costa Rodrigues²; SOUZA, Geovanny Correia²; DIAS, Bianca Nunes²

1 Discente de Medicina da FIPMoc, Bacharel em Fisioterapia pela Faculdade Integrada de Recife; 2 Discente de Medicina da FIPMoc

As alterações nutricionais constituem um fenômeno comum em idosos institucionalizados e não institucionalizados. A variável entre obesidade e desnutrição na população idosa pode desencadear e aumentar doenças típicas da idade, como também contribuir na mortalidade por distúrbios nutricionais, sendo essencial o conhecimento sobre estes nesta população. Objetivou-se conhecer a proporção de idosos com baixo peso, eutróficos e obesos comparando institucionalizados e não institucionalizados. Trata-se de um estudo transversal, documental, retrospectivo, analítico e quantitativo com idosos institucionalizados e não institucionalizados na cidade de Montes Claros/MG. Os dados foram coletados em prontuários clínicos datados de outubro de 2008 a dezembro de 2011, no Centro de Referência e Assistência à Saúde do Idoso (CRASI), também foram avaliados idosos institucionalizados no asilo São Vicente de Paulo e o Lar das Velhinhas em outubro de 2014. A população estudada foi composta por homens e mulheres, acima de 60 anos, ativos, lúcidos e cooperativos. Comparando-se sexo e idade, em relação ao IMC (Índice de Massa Corporal) e a MAN (Mini Avaliação Nutricional) constatou-se que o sobrepeso prevaleceu entre 60-75 anos; o baixo peso em > 86 anos e os desnutridos em > 76 anos. O sobrepeso predominou no sexo feminino

e o baixo peso no masculino. Este estudo evidência perfil nutricional entre idosos não institucionalizados e institucionalizados na cidade Montes Claros, confirmando os resultados encontrados na literatura médica existente.

Palavras-chave: Idosos. Obesidade. Nutrição. Antropometria.

BENEFICIAMENTO E A IMPORTÂNCIA DA MINERAÇÃO PARA A ECONOMIA

NETO, Gilberto Correia Ramos¹; FONSECA, Ramon Veloso¹; SANTANA, Iago Novaes Costa¹; ALVES, Pedro Henrique¹; ROCHA, Jônatas Emanuel Rodrigues¹; GUEDES, Cristiano Soares¹.

1 Discentes das FIPMoc

Mineração é um termo que abrange os processos e atividades indústrias, cujo objetivo é a extração de substâncias minerais a partir de depósitos ou massas anorgânicas. Sem qualquer tipo de dúvida diz-se que sem a mineração a civilização atual, tal como a que conhecemos, pura e simplesmente não existiria, desde os metais, às cerâmicas, dos combustíveis aos plásticos, equipamentos eletroeletrônicos, cosméticos, na construção de estradas e outras vias de comunicação e muitos outros produtos e materiais que utilizamos ou que desfrutamos todos os dias. Segundo dados publicados pelos DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) a mineração no Brasil em 2008 somou quase 2% do PIB nacional, uma quantia de US\$ 23,95 bilhões, isso mesmo, vinte e três bilhões de dólares, além de gerar uma quantia de aproximadamente 1.150.000 empregos diretos e indiretos neste mesmo ano. E esse valor só tende a subir com o decorrer dos anos. Vale ressaltar que, o ato de minerar ou processo de extração de minerais envolve várias etapas, são elas: pesquisa, exploração, lavra, e beneficiamento. Como objetivo, pretendemos conhecer mais da operação unitária da mineração responsável pelo beneficiamento. Para o desenvolvimento desse trabalho foi realizado uma revisão bibliográfica, consultando artigos, livros, sites e profissionais da área. Assim destaca que o beneficiamento que consiste de operações aplicadas aos bens minerais visando modificar a granulometria, a concentração relativa das espécies minerais presentes ou a forma, sem contudo modificar a identidade química ou física dos minerais. Há autores que defendem um conceito mais amplo para o tratamento de minérios, como sendo um processamento no qual os minerais podem sofrer até alterações de ordem química, resultantes de simples decomposição térmica ou mesmo de reações típicas geradas pela presença do calor. A aglomeração de finos de minérios (briquetagem, sinterização e pelotização), a ustulação e a calcinação são consideradas, dentro desse conceito mais abrangente, como tratamento de minérios. Os principais problemas oriundos da mineração podem ser englobados em quatro categorias: poluição da água, poluição do ar, poluição sonora, e subsidência do terreno. Em geral, a mineração provoca um conjunto de efeitos não desejados que podem ser denominados de externalidades. Algumas dessas externalidades são: alterações ambientais, conflitos de uso do solo, depreciação de imóveis circunvizinhos, geração de áreas degradadas e transtornos ao tráfego urbano. Estas externalidades geram conflitos com a comunidade, que normalmente têm origem quando da implantação do empreendimento, pois o empreendedor não se informa sobre as expectativas, anseios e preocupações da comunidade que vive nas proximidades da empresa de mineração. A imagem um tanto negativa desta atividade junto da sociedade em geral, sobretudo nas últimas décadas, deve-se, sobretudo aos profundos impactos que ela pode ter no ambiente, que têm sido a causa de numerosos acidentes ao longo dos tempos. Por último, nos não podemos esquecer que a capacidade desta atividade em fornecer à sociedade os materiais que esta necessita não é infinita, pois muitos dos recursos minerais explorados são, pelo contrário, bastante finitos, abrindo espaço assim para a reabilitação do local da mineração.

Palavras-chave: Mineração. Beneficiamento. Minerais.

Referências:

MINÉRIO, GE902 – Geologia de Lavras e Tratamento de; Tratamento e Beneficiamento.

Disponível em: <<https://ge902ferro.wordpress.com/processos/tratamento-e-beneficiamento/>> Acesso em: 16 abr. 2015.

MINÉRIO, GE902 – Geologia de Lavras e Tratamento de Impactos Ambientais. Disponível em:

<<https://ge902ferro.wordpress.com/impactos-ambientais-2/>> Acesso em 16 abr. 2015.

LUZ, Benvindo da; SILVA, João Alves Sampaio e; FRANÇA, Cristina Alves; Tratamento de Minérios. 5.ed. /Ed.Adão – Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2010.

BENEFÍCIOS DA BOLA BOBATH NO DESENVOLVIMENTO PSICOMOTOR DA CRIANÇA E OS CUIDADOS PARA A PRÁTICA SEGURA

SANTOS, Gabriela Argôlo¹; OLIVEIRA, Daiany Barbosa de¹; SANTOS, Daniely Bruna Rodrigues dos¹; SANTOS, Elinéia Ferreira dos¹; BRITO, Geová Philipe Leão de¹; VIEIRA, Francielle²

1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Desenvolvimento é a capacidade progressiva do ser humano em realizar funções cada vez mais complexas. A criança apresenta um atraso no seu desenvolvimento, quando ocorre um bloqueio no processo de progressão, estando o aprendizado motor e intelectual interligados. Atualmente a bola Bobath é um recurso terapêutico amplamente utilizado por fisioterapeutas, principalmente no tratamento de crianças com disfunções neuromotoras. Nesse contexto, o presente estudo teve como foco principal analisar os benefícios da bola Bobath no desenvolvimento motor e cognitivo de crianças e os cuidados para a prática segura. Foi realizada uma revisão de literatura utilizando os principais periódicos indexados no Lilacs e Scielo, como também nas bibliografias, que referem a presente temática. Parece existir um consenso na literatura científica de que programas de tratamento fisioterapêutico especialmente com a bola Suíça, quando iniciados precocemente proporcionam benefícios para diversas crianças com atraso no desenvolvimento psicomotor, como: ganho de equilíbrio, estabilidade, marcha independente, melhora do tônus muscular, capacidade de sentar sem apoio e melhor desenvoltura no ambiente escolar. Diversos fatores podem ter influência no atraso do desenvolvimento motor das crianças. Com base nesta afirmação verifica-se a importância da atuação da fisioterapia na área pediátrica para estimulá-las precocemente. Durante o tratamento, há diversas maneiras de manusear a criança na bola Suíça usando o método Bobath para a educação neuromuscular e cognitiva. Cabe ao fisioterapeuta escolher as atividades mais adequadas, tendo atenção acerca das condições de segurança para o uso da bola.

Palavras-chave: Bola Bobath. Desenvolvimento Motor. Pediatria.

BENEFÍCIOS DA BOLA SUIÇA NOS SINAIS E SINTOMAS DE DIVERSAS DOENÇAS E AFECÇÕES

SANTOS, Tamires Pereira¹; SANTOS, Daniele Pereira¹; OLIVEIRA, Iany Santiago¹; ROCHA, Larissa Macedo¹; DAMACENO, Roseli Alves¹; ESCOBAR, Érika Goulart Veloso Ferreira².

1Acadêmicas de Fisioterapia das FIPMoc - 2Docente de Fisioterapia das FIPMoc

A bola suíça é um recurso terapêutico usado no tratamento de diversas doenças e afecções. É um recurso lúdico, de baixo custo financeiro e que traz benefícios a quem a usa. A bola suíça pode ser utilizada para avaliar e tratar tanto de indivíduos saudáveis quanto daqueles que apresentam algumas lesões ou limitações dos sistemas neurológicos, respiratórios e ortopédicos, atuando de forma significativa sobre seus sinais e sintomas. Objetivou-se identificar os benefícios da bola suíça no tratamento fisioterapêutico sobre os sinais e sintomas de diversas doenças e afecções. O presente trabalho foi desenvolvido através de uma revisão bibliográfica descritiva, no qual foram utilizados 14 artigos científicos correspondentes ao intervalo do ano de 2004 a 2013, no idioma português e 1 livro. A busca informatizada para localização dos artigos foi feita através de bancos de dados como *Bireme* e *Scielo*. Todo material colhido foi analisado e serviu como base para elaboração do artigo. Dentre os artigos estudados foi verificado que o uso da bola suíça proporcionou melhora dos sinais e sintomas dos pacientes com disfunções do equilíbrio, da amplitude de movimento, da força muscular, da coordenação motora, da flexibilidade, da postura, da assimetria dos membros, da descida fetal, da dor, da resistência à fadiga, da diminuição do ângulo de Cobb, e da readequação da mecânica ventilatória. Pode-se concluir que a bola suíça é um instrumento útil, que atua sobre várias funções dos sistemas neurológicos, respiratórios e ortopédicos, propiciando melhoras dos sinais e sintomas.

Palavras-chave: Bola suíça. Sinais e Sintomas. Doenças.

BENEFÍCIOS DO MÉTODO APAC PARA A EXECUÇÃO PENAL EM JANAÚBA

*Trabalho realizado no âmbito do Projeto de extensão com interface na pesquisa Método APAC (Associação de Proteção e Assistência ao Condenado): divulgação, implantação e consolidação em Janaúba/MG

VELOSO, Cynara Silde Mesquita¹; ABREU, Sheila Mourão²; JESUS, Marcos Paulo de Oliveira³ MAIA, Grazielle Lopes Santos⁴; LOPES, Sandra Márcia de Carvalho⁵; MAIA, Alex Sandro Souza⁶; SILVA, Edilene Santos⁷.

1 Docente das FIPMoc, da FAVAG e da UNIMONTES, 2 Docente da FAVAG, 3 Docente da FAVAG, 4 Docente da FAVAG, 5 Docente da FAVAG, 6 Docente da FAVAG, 7 Docente da FAVAG

A precária infraestrutura do Presídio de Janaúba aliada à superlotação não tem cumprido o objetivo de ressocialização dos presos, uma vez que o índice de reincidência em Janaúba é 83%. Diante da forma como as penas privativas de liberdade estão sendo cumpridas em Janaúba, faz-se necessário pensar políticas para humanização da execução penal ou meios alternativos à pena privativa de liberdade. Desse modo, a presente pesquisa objetivou estudar os benefícios da metodologia apaqueana para a execução da penal em Janaúba e para diminuir a criminalidade na região. O método de procedimento utilizado foi o indutivo, pois, o estudo do método APAC foi realizado a partir de outras experiências positivas no Brasil com o intuito de analisar os benefícios desse método na humanização da vida carcerária no Vale do Grotuba, na recuperação do condenado, na diminuição da reincidência e da criminalidade em Janaúba. Quanto às técnicas de pesquisa foram utilizadas a bibliográfica, a documental e a pesquisa de campo observacional em outras APACS de Minas Gerais. A APAC é uma entidade civil de direito privado que atua em parceria com o Poder Judiciário. A finalidade da APAC é recuperar o preso, proteger a sociedade, socorrer a vítima e promover a justiça. O método é baseado na valorização humana e busca oferecer condições para que o condenado evite a reincidência e possa se recuperar. No Brasil, existem atualmente cerca de 150 APACS. Desde 2001, a metodologia APAC tem sido implantada com êxito em diversas comarcas de Minas Gerais, sendo que ela custa apenas um terço do que seria dispendido com o preso, já que há contribuições e doações da comunidade e dos órgãos públicos e entidades não governamentais, ainda há a substituição do aparato do Estado pelo trabalho dos voluntários e há a comercialização dos produtos das oficinas profissionalizantes para colaborar na manutenção da APAC. Além disso, enquanto o índice de reincidência no sistema tradicional é de noventa e cinco por cento, na APAC é de apenas seis por cento. O método oferece os três regimes de cumprimento de pena (fechado, aberto e semiaberto), permitindo a individualização da pena. O preso tem assistência médico-odontológica, religiosa e jurídica, viabilizando a humanização da vida carcerária. Ainda, a metodologia fundamenta-se em uma disciplina rígida, no trabalho e no envolvimento da família dos presos, sendo oferecidos cursos de capacitação educacional e profissional aos presos. A execução penal no método APAC ocorre de acordo com a Lei n. 7210/1984, sendo assegurando ao condenado todos os seus direitos não atingidos pela privação de liberdade. Levando-se em consideração os resultados positivos ocorridos em outras comarcas, o método APAC torna viável as prescrições legais da Lei de Execução Penal e possibilita atingir o objetivo de humanização da vida carcerária, de ressocialização do condenado e de diminuição da criminalidade na região.

Palavras-chave: Presídio. Execução Penal. APAC. Ressocialização. Humanização.

BIOLIXIVIAÇÃO: UTILIZAÇÃO DE BACTÉRIAS PARA A EXTRAÇÃO E REUPERAÇÃO DE METAIS

SOUZA-SILVA, Herbert¹; SANTOS, Patrícia Sabrina Cantuária ¹; VALE, Vanessa Santana ¹; SANTOS, Valquiria Nathany¹; FILHO, Pedro Cândido do Nascimento².

¹Discente das FIPMoc; ²Docente das FIPMoc

Ao longo dos anos, o homem vem utilizando os minerais nas diversas atividades exercidas no planeta e se por um lado a demanda por metais é crescente, por outro, a indústria de mineração está diante do esgotamento das reservas. Isso impõe a necessidade de extrair metal a partir de minérios de baixos teores e de rejeitos. Pensando nisso, métodos como a biolixiviação que tem suas atividades baseadas na extração de metais específicos dos seus minérios por meio da utilização de bactérias tem cada vez ganhado mais espaço na indústria e na pesquisa. O objetivo do presente trabalho é apresentar uma revisão bibliográfica sobre biolixiviação, suas aplicabilidades e pesquisas em desenvolvimento. A biolixiviação consiste em organizar o rejeito mineral em pilhas sobre uma estrutura impermeável e recircular sobre ela uma solução que promova o crescimento de um tipo específico de microrganismo, produzindo assim uma solução ácida e oxidante, chamada de lixívia. Sua utilização comercial já acontece em casos raros, como remoção do fósforo em minério de ferro da mina Agbaja, na Nigéria, operada pela australiana Kogi Iron e sua subsidiária KCM Mining. Nesta mina, o uso da bactéria *Bacillus subtilis* foi responsável pela remoção de uma média de 65,73 % de fósforo por três frações de tamanho de partícula. A maior eficiência, foi encontrada com remoção de 71,01 % de fósforo, obtida por fragmentos de 0,50/0,25mm. Para o minério de ferro, estudos com a bactéria *Acidithiobacillus ferrooxidans*, a mais amplamente estudada, mostram que para concluir algumas funções do metabolismo, ela provoca a oxidação do íon ferroso e de compostos reduzidos de enxofre e de sulfetos minerais, concentrando o material metálico. A espécie *Acidithiobacillus thiooxidans* é capaz de atuar na oxidação de covelita (CuS), galena (PbS) e esfalerita (ZnS), e ainda tem função importante nos sistemas de biolixiviação por ser capaz de oxidar enxofre elementar (S) e, como consequência, produzir ácido sulfúrico, que contribui na manutenção do sistema reacional na faixa ácida de interesse. A bactéria *Leptospirillum ferrooxidans* é capaz de oxidar somente íon ferroso, e, comparativamente com *A. ferrooxidans*, possui maior afinidade com esta espécie iônica. Outras bactérias tem sido foco de estudos na busca da melhoria deste processo e a utilização em outros minérios. Em barragens de rejeito de cobre, pesquisadores da Universidade Estadual Paulista (UNESP) buscam utilizar a *A. ferrooxidans* para a recuperação do cuproso, sendo tal universidade é a única no país a manter banco de linhagens dessa bactéria. Fica evidente que novas tecnologias devem ser pesquisadas e exploradas na busca de maior eficiência na mineração e que as entidades de educação superior é quem devem estar na vanguarda destes estudos na parceria com as empresas de mineração.

Palavras-chave: Biolixiviação. Recuperação de minerais. Bactérias.

CARREGAMENTO DOS MINERAIS

FREIRE, Jonas Martins¹; SANTOS, Victor Barbosa¹; DIAS, Max Fehr¹, CÉLIO, Domingos P. Queiróz¹; LIMA, Valéria Cristina Gomes de

¹Discentes das FIPMoc

Desde de épocas bem remotas, o homem vêm exercendo atividades ligadas a mineração, do latim - mineralis- minérios, o ato de extrair esses minérios da terra, originou-se com a necessidade de confecções de pigmentos é ferramentas manuais e evoluiu para a confecção de mais diversos tipos de bem de consumo tornando-se essencial para o nosso dia-a-dia. Dentro da mineração uma das principais atividades é o carregamento que requer um projeto bem planejado e bem elaborado, visando a produtividade e eficiência dos equipamentos. Foi realizado revisão bibliográfica dessa forma o carregamento, pode ser mecânico ou manual, se manual usa-se pás ou garfos com tiras de ferro grosso, usado em material muito duro e que faz triagem, recusando os finos. Quando mecânico usa-se equipamentos apropriados com grandes capacidades, capazes também de desmontar o material (escavadeiras) Escavadeira Shovel é o tipo mais utilizado em mineração ,Escavadeira de Arrasto Dragline ou simplesmente fazer o carregamento (carregadeiras),Pá-carregadeira este tipo de equipamento é usado para pequenos cortes de materiais com pouco resistência,

carregamento de material do solo, limpeza de praças de trabalho e pequenos nivelamentos e espalhamentos. A produtividade das frotas de carregamento na mineração, depende de que o projeto e o planejamento de lavra sejam adequados à jazida e de que os equipamentos selecionados estejam ajustados às demais operações unitária de lavra e beneficiamento. O carregamento é uma das principais atividades da mineração, pois requer um projeto bem planejado e bem elaborado, visando à produtividade e eficiência dos equipamentos, garantindo maior flexibilidade no processo de escavação e carregamento nas minas.

Palavras-chave: Tipo de carregamento. Mineração. Produtividade. Projeto.

CIRURGIA NEUROLÓGICA DE ESTIMULAÇÃO CEREBRAL PROFUNDA EM PACIENTES IDOSOS PORTADORES DA DOENÇA DE PARKINSON

MACHADO, Ana Paula Moraes Corrêa¹; GOMES, Guilherme Veloso²; VIEIRA, Débora Ribeiro¹; BARBOSA, Ana Flávia Nunes¹; VAZ, Marina Brasileiro¹; LIMA, Bruna Afonso Lopes³; FREITAS, Ronilson Ferreira⁴.

¹Discente Medicina FIPMoc; ²Discente Medicina FCMMG; ³Discente Medicina Funorte/ICS; ⁴Docente UFVJM

Na Doença de Parkinson (DP) há uma depleção progressiva de neurônios dopaminérgicos que ocorre por inclusões citoplasmáticas (Corpúsculos de Lewy) que atuam no corpo estriado destruindo a via nigroestriatal, originando os sintomas característicos da DP. São eles: bradicinesia, rigidez muscular, tremor de repouso e instabilidade postural. Com o aumento da expectativa de vida, as doenças neurodegenerativas começaram a aparecer em grande incidência na fase de envelhecimento da população. A principal forma de tratamento para a DP são os fármacos que repõem dopamina. Além do tratamento medicamentoso, há tratamentos cirúrgicos como a estimulação cerebral profunda (“deep brain stimulation” ou DBS). Essa cirurgia é indicada a pacientes com DP sem significativa melhora no tratamento medicamentoso, com flutuações motoras intratáveis e/ou com intolerância à medicação. Os alvos da DBS são o globo pálido ventral medial posterior, o tálamo, a zona incerta e o núcleo subtalâmico de Luys (NST), que foram fundamentados no fato de que a estimulação elétrica desses alvos com altas frequências tem como resultado principal o alívio do tremor. Existe, atualmente, uma discussão em pauta sobre os limites de idade para a realização da DBS e, para idosos, em busca de maior conforto, recomenda-se sua realização após sedação e analgesia do paciente. O presente estudo propõe discutir sobre a cirurgia de estimulação cerebral profunda no tratamento de pacientes com Parkinson, sobretudo em idosos, além de discorrer sobre as vantagens e desvantagens da mesma em achados na literatura. Revisão de literatura para abordagem do tema discutido, tendo por método a pesquisa bibliográfica na área médica. Foram selecionados artigos das bases de pesquisa PubMed (1), BioMed Central (1) e Google acadêmico (4), totalizando 6 referências selecionadas, das quais um artigo foi publicado no ano de 2013 e dois publicados em 2011. Segundo Weaver et. al (2009), em estudo realizado com 255 pacientes portadores de DP, entre eles 25% >70 anos, foi possível estabelecer comparação entre o tratamento clínico e cirúrgico da DP observando-se os pacientes. As principais vantagens encontradas para os pacientes cirúrgicos foram o maior tempo de controle do estado motor e de discinesias. As pesquisas sugerem, portanto, que a DBS é um tratamento aceito para a DP por melhorar os sintomas motores e, apesar ser terapia alternativa, é eficaz. No entanto, há poucos estudos que comparem tratamento cirúrgico e clínico e a maioria, exclui pacientes idosos, já que é desvantagem o fato de o risco-benefício da DBS nessa população ainda ser incerto.

Palavras-chave: Doença de Parkinson. Tratamento. Estimulação cerebral profunda.

Referências:

BRONSTEIN, Jeff M. et al. Deep Brain Stimulation for Parkinson Disease - An Expert Consensus and Review of Key Issues. **Arch Neurology Journal**, v.68, n.2, 2011.

CORREIA, Maria das Graças da Silva et al. Doença de Parkinson: uma desordem neurodegenerativa. **Cadernos de Graduação - Ciências Biológicas e da Saúde**, Aracaju, v. 1, n.16, p. 57-65, 2013.

LISZBINSKY, Raquel Bester et al. Doença de Parkinson: O Fenótipo em Idosos. **Revista Contexto & Saúde**, Ijuí, v.10, n.20, p. 903-906, 2011.

TEIXEIRA, Manoel Jacobsen; FONOFF, Erich Talammoni. Tratamento cirúrgico da doença de Parkinson. **Rev. Med.**, São Paulo, v. 83, n.1-2, p.1-16, 2004.

VESPER, Jan et. al. **Subthalamic nucleus deep brain stimulation in elderly patients – analysis of outcome and complications**. BMC Neurology, v.7, n.7, 2007.

WEAVER FM, Follett K, STERN M; Hur K, Harris C; MARKS WJ, et al. Bilateral deep brain stimulation vs best medical therapy for patients with advanced Parkinson disease: a randomized controlled trial. **Boletim Neuro Atual- Resenhas de Trabalhos Científicos em Neurologia**, v.1, n.1, 2009.

CLASSIFICAÇÃO DAS TEORIAS PSICOPATOLÓGICAS DA ABORDAGEM FENOMENOLÓGICA-EXISTENCIAL

ARAÚJO, Thamyris Corrêa ¹, COELHO JÚNIOR, Achilles Gonçalves ²

1 Discente das FIPMOC, 2 Docente das FIPMoc e doutorando da FFCLRP-USP

As teorias psicopatológicas constituem um desafio para a Psicologia, dada a dificuldade de se estabelecer um consenso em proposições teórico-descritivas de diagnóstico e de perspectivas de indicações de tratamento, uma vez que estão relacionadas com sujeitos singulares e fundamentam-se em uma diversidade epistemológica. Essa dificuldade faz emergir a necessidade de um cuidado no rigor teórico, afim de não sobrepor os diagnósticos psicopatológicos à complexidade que constitui o ser e seu estado de sofrimento psíquico. Diante desses desafios, encontra-se a Fenomenologia, proposta por Edmund Husserl, adotada como método compreensivo dos fenômenos, caracterizando-os a partir de seus aspectos essenciais e estruturais do ser humano. As abordagens Humanista e Fenomenológica-Existencial, adotada por algumas modalidades teóricas da Psicologia, lança mão deste método, desenvolvendo a partir dele sua ontologia que enfatiza a existência concreta e singular do homem e a responsabilidade do sujeito com seu próprio projeto de existência. No contexto dessas abordagens, destacam-se alguns autores que buscaram uma maior compreensão das psicopatologias, oferecendo particulares contribuições para a discussão teórica deste campo. Essa pesquisa teve como objetivo fazer um levantamento das principais caracterizações que as teorias psicopatológicas de orientação fenomenológica e existencial têm recebido. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica, exploratória e descritiva, cujos dados foram coletados em livros, artigos científicos e anais de eventos científicos produzidos entre 1990 e 2014, na língua portuguesa, a partir dos descritores Psicopatologia, Fenomenologia e Existencialismo. Após identificarmos alguns autores com maior tradição, bem como impacto nas publicações das abordagens fenomenológicas e existenciais no cenário brasileiro, verificamos as principais formas de categorizações das teorias psicopatológicas fundamentadas nessa epistemologia: (a) humanista-existencial; fenomenológica-existencial e antropológicas (Giovanetti, 1993); (b) fenomenológica-antropológica transcendental e fenomenológica-antropológica hermenêutica (Giovanetti, 2014); (c) descritiva, genético-estrutural e categorial (Feijoo, 2001); (d) humanístico-experimentais, transpessoais e existenciais (Teixeira, 1997). As categorizações encontradas na literatura estão elaboradas a partir das bases filosóficas subjacentes a cada teoria, inclusive considerando as diferenciações conceituais discutidas pelos autores filósofos da fenomenologia e do existencialismo que as sustentam, bem como os aspectos históricos, geográficos e institucionais que as serviram de contexto para seu desenvolvimento. A ênfase nos aspectos descritivos dos sintomas, nos aspectos ontológicos de base e no uso do método fenomenológico transcendental ou hermenêutico, também mostraram-se como elementos definidores na formulação das categorias utilizadas para classificar as teorias psicopatológicas de base fenomenológica e existenciais.

Palavras-chave: Psicopatologia. Existencialismo. Fenomenologia.

Referências:

FEIJOO, A. M. A vivência depressiva e a psicoterapia. In: CAMON-ANGERAMI, V. A. **Depressão e psicossomática**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2011. p. 117-145

GIOVANETTI, J. P. O impacto das Idéias Humanistas, Fenomenológicas e Existenciais na Psicoterapia. In: III Encontro Mineiro de Psicologia Humanista. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 1993. p.41-53.

GIOVANETTI, J. P. A Clínica Antropológica e a Psicoterapia Experiencial de E. Gendlin. In: _____. (Org). **Conferências do II Congresso Internacional de Psicologia Existencial**. Belo Horizonte: FEAD, 2014.p. 63-85

TEIXEIRA, J. A. C. Introdução às abordagens fenomenológica e existencial em psicopatologia (II): As abordagens existenciais. **Análise Psicológica**, v. 15, n. 2, 1997. p. 195-205.

COLABORAÇÃO PREMIADA NO PROCESSO PENAL FRENTE AOS PRINCÍPIOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS

MENDES, Camilla Rielli S. D.1; OLIVEIRA, Mychele Fagundes1; NERES, Vicente2; TORRES, Vânia2
1Acadêmicos do curso de Direito das FIPMoc; 2Docentes do curso de Direito das FIPMoc

A colaboração premiada é um dos meios de obtenção de prova elencados pelo legislador na Lei 12.850/13 que trata das organizações criminosas. O presente estudo objetivou relacionar a colaboração premiada à garantia constitucional da ampla defesa no processo penal, identificando possíveis contrariedades e vícios. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica e exploratória de natureza qualitativa. Foram utilizadas doutrinas jurídicas comentadas e artigos de sítios eletrônicos: *Âmbito Jurídico*, *Jus Navegandi* e Migalhas, entre os anos de 2011 a 2015. Através da colaboração premiada, o integrante de organização criminosa pode fornecer informações sobre o esquema criminoso a fim de colaborar com a investigação policial e, com isso, obter vantagens processuais. As vantagens alcançadas podem ser desde a não efetuação da denúncia contra o colaborador pelo Ministério Público, diminuição de pena em até 2/3 de sua condenação, até a concessão do perdão judicial, dependendo de diversos fatores a serem avaliados pelo juiz. No entanto, tal instituto fere o direito ao silêncio do réu, que está entre os componentes da ampla defesa assegurada a todos os acusados em processos judiciais e administrativos pela Constituição Federal em seu artigo 5º, inciso LV, uma vez que nele ocorre a permuta entre benefícios concedidos ao colaborador e a renúncia dessa garantia constitucional. Conclui-se que a colaboração premiada fere a ampla defesa, princípio constitucional, por cercear o direito de silêncio do réu. Além disso, as provas produzidas podem ser duvidosas, uma vez que atentam contra o próprio delator, e são, assim, ilícitas.

Palavras-chave: Colaboração premiada. Delação premiada. Ampla defesa. Direito de Silêncio. Inconstitucionalidade.

COMPARAÇÃO ENTRE O MÉTODO PRISIONAL TRADICIONAL E O MÉTODO APAC

Trabalho realizado no âmbito do Projeto de Pesquisa Execução Penal à luz do método APAC em Montes Claros:
perspectivas e desafios de consolidação

NUNES, Amanna Luiza de Brito; SILVA, Daniel Rocha; SANTOS, Priscilla Menezes;1
VELOSO, Cynara Silde Mesquita2

1 Discentes da UNIMONTES; 2 Docente das FIPMoc e UNIMONTES

A metodologia prisional APAC (Associação de Assistência e Proteção aos Condenados) surgiu em 1972, idealizado pelo advogado e professor Mário Ottoboni, com a finalidade de recuperação e reintegração dos condenados a penas restritivas de liberdade, na tentativa de alcançar a ressocialização do preso e prevenir a criminalidade, consistindo na busca da humanização do condenado. A presente pesquisa propôs um estudo comparado entre o sistema prisional tradicional, vigente na maior parte do país, e a experiência do método APAC, ponderando os prós e contras de cada método. Trata-se de uma pesquisa comparativa entre o sistema prisional tradicional e o método APAC, percorrendo-se pela história e aspectos de cada um, tendo por base as experiências de cada sistema. Para a realização da pesquisa foram utilizadas a pesquisa bibliográfica, a documental e a pesquisa observacional do sistema tradicional e dos que adotam a metodologia APAC. O sistema prisional tradicional apresenta inúmeros problemas, como por exemplo, a superlotação das celas, a precariedade e insalubridade no qual vivem os presidiários, o que os leva a promover rebeliões, tentativas de fuga, e até mesmo a contrair uma série de doenças. O sistema tradicional é falho também na reinserção do egresso na sociedade, não proporcionando a ele perspectivas de ressocialização e, dessa forma, não prevenindo a reincidência, que atualmente é de noventa e cinco por cento no Brasil. Por outro lado, as APAC buscam a humanização no cumprimento das penas privativas de liberdade, tratando o presidiário com dignidade e respeito, ressaltando os valores familiares, religiosos, do trabalho, entre outros, e o tratando como um recuperando, o que faz com que o índice de reincidência seja baixíssimo, se comparado com o sistema prisional tradicional, dez por cento dos egressos das APAC, são presos novamente. Conclui-se por meio deste estudo que a aplicação do método APAC tende a acarretar benefícios diversos em detrimento ao sistema prisional tradicional que vigora atualmente no país. As APAC, com seu método inovador de atuação, são capazes de assegurar os direitos humanos dos condenados e de reinseri-los na sociedade, pois proporcionam a recuperação dos indivíduos. Desse modo, as APAC constituem importante instrumento de suporte ao Estado no dever da segurança social, além de ter maior eficácia em relação ao sistema prisional tradicional.

Palavras-chave: APAC. Sistema Prisional Tradicional. Humanização

COMPARAÇÃO ENTRE O MÉTODO TRADICIONAL PRISIONAL E O MÉTODO APAC.

TEIXEIRA, Juliana Vitória¹; OLIVEIRA, Priscilla Santos²; VELOSO, Cynara Silde Mesquita Veloso³.

1. Docente da Unimontes, 2. Docente da Unimontes e 3 Docente da FAVAG e das FIPMoc

O presente artigo procura demonstrar as diferenças entre o sistema prisional comum e o método APAC, que vem possibilitando a humanização do sistema penitenciário brasileiro. Vem se tornando evidente não só no Norte de Minas como em todo o país o descumprimento da Lei de Execuções Penais, onde os presos estão sendo privados de seus direitos obtendo um tratamento indigno e desumano sem assistência jurídica, médica e psicológica. Observa-se então que as prisões são incapazes de recuperar os apenados, fazendo com que a maioria volte a delinquir, sendo necessário a aplicação de meios alternativos para humanizar e modificar de certa forma a execução penal. Dessa forma o presente artigo buscou estudar as diferenças e semelhanças entre a aplicação do método tradicional prisional e o método APAC, este último surgiu como

uma alternativa ao sistema tradicional atual, baseado na Lei n. 7210/1984, tendo como intuito ajudar na reintegração do preso a sociedade, aderindo ao método o preso ganha assistência médica, jurídica, psicológica, religiosa e familiar, fazendo com que a sociedade ganhe uma pessoa recuperada. Quanto ao método de procedimento utilizou-se o indutivo, quanto à técnica de pesquisa utilizou-se a bibliografia e a documental. Com relação ao método APAC, pode-se conceituar como uma entidade civil de direito fundamentada no trabalho voluntário, tem uma estrutura própria e é coordenado pelo Juiz de Execução criminal da comarca. Percebe-se então que a APAC é vista como uma forma mais humanizada do apenado cumprir sua pena, de uma maneira melhor e de forma mais responsável, uma vez que são oferecidas diversas atividades para serem desenvolvidas a longo do cumprimento da pena, obtendo um índice de reincidência inferior a 10%, enquanto que no sistema tradicional chega a 95%. Nesse contexto é de suma importância a presença da comunidade e de familiares na vida dos apenados, o que não ocorre no sistema tradicional. A pesquisa aponta que são várias as diferenças entre ambos os institutos, pois um preocupa-se apenas em punir enquanto o outro busca através da aplicação da pena uma forma de reiterar o apenado à sociedade. Portanto conforme dados estatísticos, o índice de reincidência entre o sistema tradicional e o APAC é bem mais reduzido fator esse positivo para a implementação de APAC em mais comarcas e em mais Estados.

Palavras-chave: APAC. Sistema Prisional. Execução penal. Humanização da Pena.

COMPORTAMENTO ASSERTIVO NAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS: UM ESTUDO DE CASO SOB A ÓTICA DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO

CRUZ, Raiane Alves¹; PINHEIRO, Ângela Fernanda Santiago²

1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Um comportamento assertivo é quando o sujeito sabe expressar de forma direta as suas necessidades ou preferências, emoções e opiniões sem que, ao fazê-lo, experimente ansiedade indevida ou excessiva, e sem ser hostil para o interlocutor. É, por outras palavras, aquele que permite defender os próprios direitos sem violar os direitos dos outros. Um comportamento assertivo possibilita uma relação interpessoal mais saudável, facilita a socialização; contudo nem sempre conseguimos ser assertivos. Neste trabalho usa-se do referencial da análise do comportamento que se trata de uma ciência que procura estudar o comportamento humano. A análise do comportamento compreende que a maioria dos nossos comportamentos são aprendidos, e pensando nisso, entendemos que também podemos aprender a se comportar de forma assertiva. O centro problemático deste trabalho é o questionamento sobre como um comportamento não-assertivo pode influenciar nas relações entre pessoas, a partir do caso de Lia. O objetivo foi, por meio da análise funcional, desenvolver em Lia (nome fictício) um repertório de comportamentos assertivos que pudessem melhorar o seu relacionamento interpessoal. Este trabalho de caráter qualitativo utilizou como referência teórica a análise do comportamento, por meio da análise funcional – e as intervenções dela decorrentes – para estudo do caso de Lia. Foi realizada em sessões de psicoterapia no Núcleo de Atenção à Saúde e Práticas Profissionalizantes (NASPP) da cidade de Montes Claros, Minas Gerais. Conclui-se que por meio de uma análise funcional baseada nos princípios da análise do comportamento é possível desenvolver repertórios comportamentais que possibilite uma qualidade de vida para o cliente envolvido no processo. Acrescenta-se ainda que a assertividade é um comportamento aprendido e por isso a análise do comportamento se faz tão eficaz nesse processo. No caso de Lia foi notório uma evolução no decorrer da psicoterapia, no qual ao fim do processo a cliente já apresentava comportamentos que favoreciam a sua relação com as pessoas que convive com ela.

Palavras-chave: Assertividade. Clínica. Análise do Comportamento. Psicoterapia. Estudo de caso.

CONHECIMENTO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DA FAMÍLIA SOBRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA INFANTIL

OLIVEIRA, Lanuza Borges¹; SOARES, Fernanda Amaral²; PINHO, Lucinéia de³; CALDEIRA, Antônio Prates³; LEITE, Maísa Tavares de Souza³; VIEIRA, Débora Ribeiro²

1 Docente das FIPMoc. 2Graduanda em Medicina pelas FIPMoc.³Docentes do Mestrado Profissional em Cuidado Primário em Saúde da UNIMONTES

A violência na infância constitui um grave problema social e de saúde pública. Profissionais de saúde bem orientados e sensibilizados são fundamentais para a identificação oportuna dos casos de violência contra a criança. As equipes da Estratégia Saúde da Família devem estar aptas ao enfrentamento das situações de violência, aprimorando conhecimentos e habilidades e enfrentando as dificuldades na abordagem da violência doméstica contra a criança, sendo assim é necessária a ampliação da capacidade de detecção precoce das situações de violência que permitam a construção das redes sociais de apoio e o enfrentamento dessas situações. Objetivou-se avaliar o conhecimento dos profissionais da Estratégia Saúde da Família em relação à violência doméstica contra a criança. Trata-se de um estudo descritivo, analítico e quantitativo. Os dados foram coletados no período de abril a julho de 2014 por meio de aplicação de um questionário à 194 profissionais médicos, enfermeiros e cirurgiões dentistas atuantes nas ESF do município de Montes Claros, Minas Gerais, Brasil. Os dados foram analisados por um programa estatístico e o estudo foi fundamentado na estatística descritiva e na realização de testes estatísticos para análise comparativa entre as variáveis escalares. Dos participantes, 74,7% eram do sexo feminino, 26,2% eram médicos, 42,8% enfermeiros e 30,4% cirurgiões dentistas, 55,6% haviam concluído há menos de cinco anos e 37,6% informaram que a maior titulação era a residência em saúde da família ou em medicina de família e comunidade. 45,4% dos profissionais relataram já terem atendido casos de violência contra crianças, 92% nunca tiveram cursos de capacitação sobre a temática. Dos profissionais da ESF 35,6% apresentaram conhecimento insatisfatório, em relação a violência doméstica contra a criança. Verifica-se a necessidade de uma formação profissional mais abrangente e avanço na construção de novos conhecimentos em relação à temática, sendo importante destacar que os serviços de saúde e os gestores se preocupem em incluir no processo de formação e capacitação destes profissionais, a Educação Permanente em saúde com conhecimentos que lhes permitam aperfeiçoar habilidades, atitudes e competências no manejo correto da abordagem da violência doméstica contra a criança.

Palavras-chave: Violência doméstica. Criança.

CONSULTORIA COLABORATIVA: RFLETINDO SOBRE PRÁTICAS INCLUSIVAS

Amaral, Lillian Ramos Veloso;1 Reis, Renilda Soares da Silva;1 Júnior César Rota2 Volker Valéria2 - 1Discente das FIPMOC; 2Docente das FIPMOC

A inclusão escolar, ao defender o respeito à diversidade a partir do reconhecimento político das diferenças, reza que cabe à escola se reestruturar para atender, satisfatoriamente, às necessidades do aluno e não o contrário. O presente trabalho se refere a um estudo de caso, ainda em andamento, de alunos gêmeos, sendo que, um deles apresenta diagnóstico de deficiência intelectual e o outro, dificuldades de aprendizagem, ambos cursando o ensino médio em uma escola da rede privada de ensino da cidade de Montes Claros - MG. A Consultoria Colaborativa, como proposta de intervenção, visa pensar em estratégias, a partir da mediação escola-pais-professores-alunos, para que o processo de inclusão aconteça no âmbito escolar, de modo a viabilizar uma melhor socialização e aprendizagem das crianças e adolescentes. **Método:** Para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, foi utilizada a pesquisa-intervenção, qualitativa do tipo participante, tendo como recursos para coleta dos dados a observação participante, com produção de diário de campo para registro das atividades, entrevistas semi-estruturadas com professores, coordenadores e orientadores do ensino médio e com a mãe, e atendimentos individualizados com os alunos, que tem acontecido no âmbito da própria escola. Como resultados preliminares, tem sido possível afirmar que esses alunos não estão, de fato, incluídos no processo de aprendizagem escolar, apresentando grandes dificuldades em acompanhar a metodologia do ensino médio, principalmente nas disciplinas das áreas exatas, com resultados de suas avaliações insatisfatórios, apresentando dificuldade no desempenho acadêmico e de socialização. A escola tem manifestado interesse em elaborar uma forma de avaliação

diferenciada, porém ainda não houve nenhuma intervenção em termos de metodologia de aula que possa atender às necessidades dos alunos. Houve a solicitação que fosse discutido junto com os professores de cada disciplina um levantamento para verificação do nível de aprendizagem para elaboração de propostas metodológicas mais condizentes com as particularidades dos alunos.

Palavras-chave: Inclusão escolar. Consultoria Colaborativa. Deficiência Intelectual. Dificuldade de Aprendizagem.

CONVERSANDO SOBRE HIPERATIVIDADE NA ESCOLA: DO INDIVIDUAL AO COLETIVO, OU DA CERTEZA À DÚVIDA

OLIVEIRA, Amanda Ferraz¹; ROTA JÚNIOR, César²

¹Acadêmica das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros – FIPMOC; ²Psicólogo, doutorando em Educação (FAE/UFMG), professor do curso de psicologia das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros – FIPMoc, Orientador

Atualmente, o termo *hiperatividade* está se fazendo mais presente em nosso meio. Todos têm algo a dizer sobre o assunto, já que este se tornou um termo do senso comum, assim, jornais, revistas e internet trazem reportagens abordando o tema, trazendo explicações de como identificar e tratar esse transtorno. De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV) a característica principal desse transtorno é a dificuldade de concentração em algum assunto por um determinado período de tempo e a dificuldade de ficar quieto e de prestar atenção a detalhes. Mesmo a partir do ponto de vista biomédico, trata-se de um diagnóstico complexo, estando pautado no exame clínico, observação e história de vida do paciente, haja vista não haver nenhum exame ou teste que detecte o suposto transtorno. Objetivou-se analisar o discurso de professores acerca do Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH), bem como sua influência no cotidiano escolar. Como objetivos específicos, pretende-se proporcionar espaços e momentos de reflexão aos professores sobre as dificuldades que enfrentam no cotidiano escolar, investigar a forma como os professores compreendem o TDAH e a percepção que possuem da criança agitada e analisar as formas de trabalho/atuação dos professores em relação às crianças nomeadas hiperativas. Tratou-se de uma pesquisa-intervenção, realizada com professores do ensino fundamental de uma escola pública da cidade de Montes Claros, usando como método a *Conversação*, onde a associação livre ocorre de maneira espontânea, no coletivo, oferecendo possibilidades de circulação da palavra em grupo e promovendo abertura para um contexto em que antes imperavam verdades preconcebidas. Foram realizados um encontro coletivo e seis entrevistas individuais. Os encontros aconteceram na própria escola e as discussões foram gravadas em áudio, posteriormente transcritas e analisadas. Puderam-se notar discursos em duas direções: (1) a exacerbação de casos de agitação e hiperatividade na escola, com a marca de uma queixa, e (2) uma crítica à banalização do diagnóstico, afirmando a necessidade de certo cuidado no trato de tais questões. Foi possível notar que nas entrevistas individuais houve um predomínio da queixa, enquanto a conversação, ao viabilizar um espaço de debate, possibilitou o tensionamento das queixas e das certezas acerca dos sintomas e das crianças. Ao encontrar diferenças entre o material coletado fruto do trabalho de intervenção no grupo e das entrevistas individuais, foi possível pensar na riqueza da pesquisa-intervenção quando comparada à mera coleta de dados no contexto da Psicologia Escolar.

Palavras-chave: Hiperatividade. Escola. Conversação. Pesquisa-intervenção.

Pesquisa financiada com bolsa de Iniciação Científica da FAPEMIG.

CRIME PASSIONAL

BORGES, Verônica Suelle Santos¹; DOS ANJOS, Kelly Oliveira¹; DOS SANTOS, Ana Paula Barbosa¹; FREITAS, Liliane Dantas¹; LADEIA, Emanuelle Torres¹; JUNIOR, Dimas Ribeiro Quintino; NUNES, Mariana Silva¹; PEREIRA, Jefferson Feitosa¹; AGUIAR, João Carlos Andrade².

1 Discente das FIPMoc. 2 Docente das FIPMoc

A presente pesquisa tem como tema o Crime passional tendo como objetivo específico apresentar as características emocionais no momento da ação e o convívio no carcerário dos agentes condenados dos crimes passionais previsto no artigo 18º do Código Penal. Trata-se de uma pesquisa explicativa com abordagem qualitativa, e quanto aos procedimentos técnicos de coleta de dados foi utilizada a pesquisa bibliográfica, que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores. O crime passional, mais conhecido como os crimes cometidos pela paixão descomedida, sempre existiram desde os primórdios da antiguidade, porém, não era conhecido nos moldes que se apresentam hoje. No passado, o fato de um crime ser considerado passional rendia ao réu uma punição mais branda, pois a existência da influência machista nessas épocas era muito forte e, portanto nunca havia se acostumado com a ideia da infidelidade, pois entendiam que a infidelidade causa ofensa à moral e à honra, como de fato entendem dessa maneira até os dias atuais. A maioria dos delitos são praticados contra a mulher e perpetradas pelos seus companheiros, maridos ou namorados sejam o atual ou o anterior. Foi constatado que uns dos motivos que levam a esses homens a matar suas companheiras seria o medo de passar pelo ridículo perante a sociedade, já que sua honra e moral são feridas pela conduta de seu parceiro. Esse cometimento de crime está intimamente ligado ao prestígio social e à repercussão que o fato de ter sido traído ou abandonado pode desencadear no indivíduo. Em virtude disso, o indivíduo será capaz de cometer o delito para limpar sua honra diante a sociedade, julgando que desta forma, mostrará a todos que tinha dominação sobre o outro e que este não poderia tê-lo desprezado. Não há dúvidas de que o homicida passional pratica o crime motivado pelo ciúme, egoísmo, insegurança e até vaidade, o que leva a um irresistível desejo de vingança, ao passo que, consumado o delito, o sentimento que prevalece é o da perda, da desonra, de indignidade, de repúdio e do inconformismo que o faz matar para impedir que seu companheiro se libertasse e seguisse sua vida de forma independente. O autor de crime passional apresenta uma enorme necessidade de dominação perante o outro, e exacerbada preocupação com sua reputação. Procura com brutalidade o reconhecimento de seu direito e a recuperação de sua confiança, que entende perdida em decorrência do abandono ou da traição seja ela imaginária ou real, levando-os a praticar tamanha barbaridade movida por um ódio incontrolável. O homicídio passional será sempre um crime grave, não existe emoção, paixão ou honra capaz de justificá-lo. É um resquício de um direito primitivo, que viola a isonomia entre homens e mulheres, legitimando a posse do outro como objeto sexual, gerando a violência.

Palavras-chave: Crime passional. Ciúmes. Honra.

CRIME PASSIONAL NA PERSPECTIVA DE INFRATORES PRESOS: UM ESTUDO QUALITATIVO

BRANT, Eduardo Caldeira¹; SANTOS, Ketherin Hillary Oliveira¹; MAIA, Larissa Dias Ferrante¹; SANTANA, Marcos Vinícius Mendes; DURÃES, Pedro Emílio¹; DUARTE, Sueli Oliveira¹; SANTANA, Victor Freire¹; AGUIAR, João Carlos Andrade².

1 Discentes das FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc

O crime passional tem como fator motivador a paixão, sentimento efêmero, que suscita no indivíduo uma relação de posse em relação ao parceiro, levando-o a delinquir em decorrência de uma situação de traição ou abandono – que em muitos casos não é real. O presente estudo se propôs a fazer uma resenha analítico-descritiva do texto proposto, que se trata de um estudo do crime passional na perspectiva do indivíduo preso, relacionando-o com a obra literária Dom Casmurro. Trata-se de uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa. Para coleta de dados utilizou-se pesquisa bibliográfica a partir de análises de textos científicos publicados em periódicos localizados nas bases Scielo, Google Acadêmico e Âmbito Jurídico, bem como consulta à legislação brasileira e à referida obra bibliográfica. Verificou-se que o criminoso

passional pratica o crime de maneira impulsiva, sendo movido por um sentimento de ciúmes, que o faz enxergar a companheira como pessoa de sua propriedade. Desta forma, vê o ato criminoso como uma forma de se redimir da vergonha a que fora exposto em decorrência do adultério ou abandono. Constatou-se também que a despeito de a legislação brasileira ter evoluído no que tange à equiparação legal entre homens e mulheres, bem como na erradicação de conceitos fundamentalmente machistas – a exemplo de “mulher honesta” e “crime de adultério” –, este tipo de crime ainda é muito recorrente na sociedade atual. Ademais, percebe-se que o indivíduo passional não aceita a rejeição do outro, transformando, de forma radical, o sentimento do amor em puro ódio, provocando uma confusão mental no sujeito, onde há uma linha tênue separando os dois sentimentos antagônicos. Concluiu-se que o direito brasileiro procura se amoldar às transformações por que passa a sociedade, mas que as medidas adotadas, até então, não têm sido suficientes para coibir a prática dos crimes passionais. Destarte, considera-se que deve haver um tratamento profilático, a fim de coibir a prática de tais delitos, que além de serem penalmente reprimíveis, trazem grande sofrimento, tanto para a vítima, quanto para o réu, além dos familiares de ambos.

Palavras-chave: Crime passional. Direito. Prisão. Sociedade.

CRIMES VIOLENTOS RELACIONADOS A ALTERAÇÕES NO LOBO FRONTAL DO CÉREBRO

CARDOSO, Jaqueline Soares¹; SILVA, Roberto Allan Ribeiro²; SOARES, Ana Carolina Jesus³; MAIA, Grazielle Lopes Santos⁴; VELOSO, Cynara Silde Mesquita⁵
1, 2 e 3 Discentes da FAVAG; 4 e 5 Docentes das FAVAG

A violência é um assunto relevante na sociedade pelo crescente índice de crimes diários veiculados pelos meios de comunicação. Nas últimas décadas, tem-se observado em alguns crimes, vestígios de crueldade e frieza que têm chamado atenção pela monstruosidade com que se apresentam, gerando, assim, diversos questionamentos sobre o que leva um indivíduo a cometer tais delitos sem uma causa aparente. Pesquisas mostram que, uma das possíveis causas seja o fator biológico advindo de alterações no lobo frontal do cérebro. Objetivou-se estudar a correlação entre disfunção cerebral e o cometimento de crimes violentos. Trata-se de uma revisão de literatura, onde foram selecionados artigos científicos retirados de periódicos da área da neurociência, psicologia e psiquiatria. Sabbatini (1998) afirma que muitos comportamentos ligados às relações sociais são controlados pela parte do cérebro chamada lobo frontal, que está localizado na parte mais anterior dos hemisférios cerebrais e lesões nesse lobo têm sido associadas ao desenvolvimento de comportamento anti-social impulsivo. Segundo Brower e Price (2001) relatos de caso vêm mostrando a associação entre lesões frontais e a observação clínica de comportamento impulsivo, agressividade, jociedade e inadequação social. Em uma pesquisa realizada por Blake *et al.* (1995), mais de 64% de assassinos confessos e sentenciados foram diagnosticados com anormalidades no lobo frontal. Reforçando este pesquisa, Pontius e Yudowitz (1980) no estudo que efetuaram com "adultos jovens criminosos" encontraram indicações de disfunção frontal em 33% dos indivíduos. Conclui-se através desse estudo que a gênese de muitas personalidades anti-sociais se encontra no córtex frontal.

Palavras-chave: Neurociência. Lobo frontal. Criminalidade.

Referências:

BLAKE, P. Y.; PINCUS, J. H.; BUCKNER, C. Neurologic abnormalities in murderers. **Department of Neurology**, Washington, v. 9, n. 45, p. 1641- 1647, sep. 1995.

DEL-BEM, C. M. Neurobiologia do transtorno de personalidade anti-social. **Revista de Psiquiatria Clínica**, São Paulo, v. 1, n. 32, p. 27-36. 2005.

JOZEF, F.; SILVA, J. A. R.; GREENHALGH, S.; LEITE, M. E.; FERREIRA, V. H. Comportamento violento e disfunção cerebral: estudo de homicidas no Rio de Janeiro. Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), Rio de Janeiro.

CRÍTICA ÀS INTERVENÇÕES REALIZADAS NA IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO E SÃO JOSÉ, MONTES CLAROS, MG

ARCANJO, Thatiana Cavalcante¹; MARTINS, Régis Eduardo²

¹Discente das FIPMoc; ²Docente das FIPMoc

A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e São José, localizada em Montes Claros-MG, datada de 1859, é derivada do primeiro templo católico erguido na cidade. No decorrer da sua existência, a edificação sofreu modificações, alterações, acréscimos, deformações, passando por duas amplas reformas, que alteraram significativamente o bem. Com base nos conceitos de patrimônio cultural, restauração, arquitetura, história e crítica da arte, é importante discutir as transformações ocorridas, de modo a construir uma crítica que permita compreender as alterações físicas que ocorreram nesse edifício. A Igreja Matriz foi construída em estilo colonial, com aparência simples e poucos elementos decorativos. A fachada principal era composta por duas torres sineiras e frontão ondulado, produzidos em madeira, enquanto o restante da edificação foi erguido com alvenaria. O interior, também, era bastante simples. Na década de 40, o templo passou por uma reforma que alterou significativamente seu estilo arquitetônico. O frontispício foi alterado quase por completo, restando apenas um elemento não modificado, a porta de acesso. O frontão, antes pouco ornado, recebeu elementos como volutas, cornijas e contracurvas, aos quais foram acrescentadas molduras e outros elementos decorativos, substituindo a simplicidade anteriormente existente. Em 1999, outra reforma foi coordenada pelo Padre Manoel Pereira dos Santos Neto, que novamente promoveu profundas alterações, dessa vez no interior da edificação. Foram-se inseridos: cobertura dos toldos externos com polipropileno alveolado, cobertura da estrutura lateral dos nichos com acrílico, colocação de gradis nos vitrais das janelas, telhas de amianto na cobertura; painéis com afrescos pintados nas paredes, colunas, substituição do forro, além, da repintura das imagens. Recentemente, por ordem do Ministério Público, as modificações inseridas após a reforma de 1999 estão sendo revertidas, tendo-se como princípio “resgatar” os elementos perdidos. Objetivou-se analisar as intervenções ocorridas, ao longo ao tempo, na Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição e São José, estabelecendo uma crítica sobre as alterações e o impacto dessas de diante das ações de proteção ao patrimônio cultural. O estudo será baseado em pesquisa histórica e bibliográfica, entrevistas qualitativas e estudos de campo, buscando interpretar e registrar a alteração mais recente sofrida pelo bem, comparando-a com as ocorridas em épocas mais remotas. Segundo a Carta de Veneza de 1964, “a restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional” que “tem por objetivo conservar e revelar valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos”. Ainda, a restauração “termina onde começa a hipótese”. Partindo desse princípio é possível estabelecer uma crítica sobre as intervenções mais recentes na igreja, buscando compreendê-las e compará-las com ações voltadas à preservação do patrimônio cultural. As reformas que ocorreram na igreja foram concebidas a fim de dar-lhe nova estética, segundo os gostos daqueles que intervieram no bem, sem preocupar-se na manutenção de seu estilo original. Ainda que as intervenções que ocorreram não alterassem a função primária, modificou-se profundamente o conteúdo histórico, uma vez que, as transformações ocorridas são irreversíveis do ponto de vista memorial, provocando inestimáveis perdas ao patrimônio local.

Palavras-chave: Restauração. Patrimônio Cultural. Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e São José.

Referência:

INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL (BRASIL). CURY, Isabelle (org.). **Cartas patrimoniais**. 3.ed., rev. e aum. Brasília: IPHAN, 2004. 408p. (Edições do patrimônio).

CUBAGEM DE AREIA DA SERRA VELHA PARA VIABILIDADE ECONÔMICA

GOMES, Carlos Henrique dos Reis¹; SILVA, Tatiane Laís²

1Discente das FIPI Moc; 2Discente das FIPI Moc

O presente estudo tem como pressuposto apresentar uma revisão da cubagem da jazida de areia Serra Velha, localizada em Montes Claros no Norte de Minas Gerais, considerando que a reserva mineral é uma parte do recurso geológico, que pode ser lavrada como lucro ao tempo de sua vida útil. Vale ressaltar que para depósitos com alta variabilidade natural, a presente pesquisa não permite detalhar a reserva para classificação de maior confiança. Esta pesquisa tem como objetivo principal verificar a viabilidade da jazida mineral, para obter os custos da extração, mercado, manutenção e transporte do minério, considerando sua viabilidade econômica para fins de utilização na Construção Civil. Realizou-se uma avaliação de cubagem da jazida, a partir de 10 pontos que contornam a Serra Velha, onde foram coletados aproximadamente 500gr de areia e acondicionados em sacos plásticos lacrados e, posteriormente, encaminhados ao Laboratório de Materiais das Faculdades Integradas Pitágoras, para a homogeneização e mensuração da granulometria. No Laboratório de Análises Químicas da mesma faculdade foi realizada a medição da quantidade de matéria orgânica. Para confecção dos corpos de prova utilizou-se 100 kg de areia lavada e 100 kg de areia de chapada, visto que essas apresentam semelhanças com as areias coletadas, como se pôde comprovar por meio dos testes de granulometria e matéria orgânica. A comparação entre os testes foi realizada por meio da Análise de Variância (ANOVA), executada no programa estatístico gratuito Assit 7.7 Versão Beta. Foram feitas aferições entre os diferentes tratamentos (areia lavada e chapada), além da comparação entre os diferentes dias de rompimento dos corpos de prova. O software de georreferenciamento indicou que o raio da calota esférica é de 151m, e a média do estéril é de 15,1cm. Com a utilização das fórmulas de cubagem, obteve-se o volume total da ocorrência que foi de 793.521,274 m³, após ser retirado o valor estimado de estéril presente na área (14.375,2 m³), teve como volume passível de extração um total de 779.146,074 m³. Constatou-se que a Serra Velha se caracteriza como jazida para a exploração de areia de chapada na região do norte de Minas Gerais, com perspectiva de retorno do investimento em apenas sete meses de exportação. A qualidade da areia da Serra Velha se assemelha à areia comumente utilizada na construção civil no preparo do reboco (areia de chapada padrão) e, apesar de não apresentar uma granulometria semelhante à areia lavada, não apresentou diferenças quanto à resistência e compressão, abrindo precedente para a sua utilização como agregado para concreto. Apesar dos resultados encontrados, estudos mais detalhados devem ser realizados para que a areia da jazida Serra Velha possa, então, ser utilizada como agregado na Construção Civil.

Palavras-chave: Areeira. Jazida Mineral. Serra Velha. Cubagem.

CUSTO UNITÁRIO BÁSICO (CUB/M²): UM INDICADOR DE CUSTOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL

SANTOS, Angélica Liliane G.¹; LOPES, Flávia daniely ²; COSTA, Antonio Carlos Moreira da ³

¹ e ² Discentes das FIPI Moc; ³ Docente das FIPI Moc

O presente artigo, intitulado CUSTO UNITÁRIO BÁSICO (CUB/m²): Um indicador de custos na Construção Civil, tem como objetivo apresentar uma análise a respeito do custo por metro quadrado do projeto-padrão, calculado de acordo com a metodologia estabelecida pela ABNT (associação Brasileira de Normas técnicas) NBR (Norma Brasileira regulamentadora) 12721:2006 (SINDUSCON-MG, 2007) (Sindicato da indústria da construção civil do Norte de Minas Gerais), o CUB/m² (Custo Unitário Básico). Ainda objetivou-se nesta análise abranger o aparato legal e técnico de que dispõe o CUB/m², bem como a metodologia que serve de base para a avaliação de parte dos custos de construção das edificações. A metodologia adotada neste estudo tem embasamento na pesquisa bibliográfica. Os resultados deste estudo apontam para a importância de se disciplinar o mercado de incorporação imobiliária, tendo como parâmetro a determinação dos custos do imóvel, objetivo precípuo do CUB/m². Outro aspecto importante assinalado por este estudo é o fato de que o CUB/m², tem sido utilizado como um indicador macroeconômico dos custos do setor e como referência para o reajustamento de contratos e de custos das edificações financiadas, dada a credibilidade conquistada ao longo de quase cinquenta anos de existência. Assim, esperamos que esta pesquisa sirva de suporte para estudos que busquem contribuir para o incremento e desenvolvimento

das atividades das construtoras, incorporadoras, compradores de imóveis, engenheiros, arquitetos e profissionais da área de orçamento, dentre outros da Construção Civil.

Palavras-chave: CUB/M². Construção Civil. Indicador Macroeconômico.

DE MÃOS DADAS COM O GRAPPA: PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DE MEDICINA VISANDO PROMOÇÃO DA SAÚDE E PREVENÇÃO DE DST

VIEIRA, Débora Ribeiro¹; OLIVEIRA, Lanuza Borges²; FREITAS, Ronilson Ferreira³; SANTOS, Max Rogério Vieira dos⁴

¹ Discente do curso de Medicina das FIPMoc. ² Graduada em Enfermagem pelas FIPMoc e Mestre em Cuidado Primário em Saúde pela Unimontes. ³ Graduado em Farmácia pelas FIPMoc e Mestrando em Saúde, Sociedade e Ambiente pela UFVJM. ⁴ Graduado em Geografia pela Unimontes

A promoção da saúde consiste em ações voltadas a prevenção da exposição da população à fatores de risco determinantes de doenças, incentivando a adoção de um comportamento mais eficaz de autocuidado, visando a melhoria da qualidade de vida. A extensão universitária é a aplicação do conhecimento técnico-científico adquirido pelo ensino e pelos resultados das pesquisas científicas sendo utilizados para atender as necessidades de uma sociedade através da intervenções que interferem favoravelmente na rotina de vida de um grupo de indivíduos. Em Montes Claros, o Grupo de Apoio à Prevenção e aos Portadores da AIDS – GRAPPA, realiza diversas ações e projetos com o objetivo de conscientizar a população para a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, além de amparar os portadores do vírus HIV e os pacientes diagnosticados com a AIDS. O projeto “De Mãos Dadas com o GRAPPA” abraçou os projetos e ações do GRAPPA, ajudando na organização de ações de promoção da saúde sexual, como campanhas educativas para diferentes públicos-alvo e/ou de risco, além de conhecer e ajudar os pacientes atendidos pela instituição no Município de Montes Claros-MG. O projeto foi constituído por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, abrangendo a promoção e a proteção da saúde sexual, com foco na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, principalmente o HIV/AIDS, e de agravos, o diagnóstico precoce dessas doenças, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde. O maior contato com os pacientes portadores do HIV/AIDS fez com que desmistificássemos alguns preconceitos e ajudou na conscientização da população no que diz respeito à importância da inclusão dos portadores do vírus da AIDS nos vínculos sociais, quebrando tabus que existem há anos na sociedade em relação à doença e incentivando a prática de um estilo de vida mais saudável, visando reduzir fatores de risco de contágio de doenças sexualmente transmissíveis e melhorando a qualidade de vida da população em geral.

Palavras-chave: DST. Prevenção. Extensão universitária.

DESENVOLVIMENTO DE AUTO DESENTUPIMENTO PARA BUEIROS: SISTEMA DE DIFERENÇA DE NÍVEL

FONSECA, Wellington ¹; SOUZA-SILVA, Herbert ¹; JUNIOR; Osmane Lopes².

¹Discente das FIPMoc; ²Docente das FIPMoc

No Brasil, é muito comum em tempos chuvosos, o entupimento das tubulações e dos bueiros presentes nas ruas devido aos resíduos sólidos que os adentram, impedindo o escoamento do fluido. Existem estratégias internacionalmente reconhecidas sobre a gestão das águas pluviais, mas muito pouco utilizadas, como: o Best Manager Practices (Melhores práticas de gestão - BMP), que tem foco em cuidar de sintomas superficiais de escoamento, e o *Low impact development* (Desenvolvimento de baixo impacto - DBI), que consiste em inserir um controle de vazão em harmonia com a vegetação natural da localização estudada. Pensando em solucionar esta problemática, o presente estudo tem como objetivo construir um protótipo baseado em diferença de nível, capaz de aproveitar essa energia potencial da água para transmitir movimento às partes mecânicas do equipamento e, com isso, impedir que o lixo entre no dispositivo, solucionando a problemática do alagamento de regiões baixas das cidades pelas águas pluviais. A metodologia, baseada em caráter de desenvolvimento de pesquisa experimental, consistiu na construção de

um protótipo adaptado a diferenças de nivelamento, que funcionasse de maneira puramente mecânica, e que estivesse apto a receber qualquer tipo de auxílio das áreas elétricas e eletrônicas em caso de avaria no funcionamento. De acordo com a ABNT 05915 usou-se chapas 11, soldas com eletrodo revestido 6013, nylon 6.6 e acrílico. A construção foi realizada de forma que o protótipo possa conviver com os resíduos sólidos trazidos pelas chuvas, impedindo o entupimento da rede de drenagem. O protótipo caracteriza-se por duas entradas de água pluvial, onde a primeira entrada dá-se em um nível mais alto em relação ao corpo do protótipo, aumentando a velocidade e força da água que chega ao seu interior, por consequência, permitindo maior movimentação das pás internas e maior “convivência” com o lixo que fica armazenado na parte superior do corpo do protótipo. Próximo ao local de armazenamento dos resíduos, também haverá a captação de água, esta, a água que traz os resíduos sólidos e que passará por dentro do equipamento, deixando apenas os resíduos separados, prontos para serem coletados por funcionários da rede pública de coleta de resíduos. Em seu interior o protótipo conta com conjunto de pás que serão movimentadas com a força da água que entra pela captação de nível elevado e que serão responsáveis pela movimentação da engrenagem responsável pela manutenção dos resíduos na parte superior do equipamento. De forma geral, o protótipo mostrou-se efetivo na captação da água em sua via principal (desnível) e também no funcionamento dos mecanismos internos que levam à captação e armazenamento dos resíduos sólidos até o momento de limpeza. Somado a todos os avanços já alcançados, novos estudos voltados para as áreas de elétrica e automação devem ser feitos para ainda maior automatização do protótipo.

Palavras-chave: Resíduos sólidos. Protótipo. Bueiro. Automático.

Referência:

TASSI, R.; TASSINARI, L. C. da S.; PICCILLI, D. G. A.; PERSCH, C. G. Telhado verde: uma alternativa sustentável para a gestão das águas pluviais. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 139-154, jan./mar. 2014. ISSN 1678-8621

DESEQUILÍBRIOS MUSCULARES NA PERNA DOS PACIENTES COM DOENÇAS CARDIOVASCULARES

ROCHA, Geiziane Souza¹; BRITO, Sabrina de Jesus²; ESCOBAR, Érika Goulart Veloso Ferreira³

1 Fisioterapeuta; 2 Discente das FIPMOC; 3 Docente das FIPMOC

A hemodinâmica da circulação arterial se desenvolve dentro de um mecanismo relativamente simples de se entender, pois é dominado pela simples função de bomba do coração. Diferentemente da hemodinâmica do retorno venoso nos membros inferiores, que possuem sistemas mais complexos de fluxo. Estes sistemas implicam em mecanismos multifatoriais, que são determinados pela função de bomba muscular, resultante da contração dos músculos da panturrilha, que tem como fator agravante, a ação da gravidade. Sendo assim, a atividade contrátil da panturrilha realiza duas funções vitais como: Garantir o retorno venoso dos membros inferiores, durante o exercício E diminuir a pressão venosa superficial, eliminando assim o efeito prejudicial da pressão hidrostática, durante o exercício Objetivou-se avaliar a ocorrência de desequilíbrios musculares na perna. **Método:** Optou-se pela pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Critério de inclusão: Idosos atendidos nas clínicas de Fisioterapia de Montes Claros / MG. Coleta de Dados: Mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido por todos os participantes, a coleta de dados foi feita através de um questionário. Os resultados obtidos neste estudo permitem concluir que ao avaliar o grau de força dos músculos flexores plantares e dorsiflexores, foi observado que a maioria dos idosos apresentou grau 5 para os flexores plantares e grau 4 para os dorsiflexores, indicando que a maioria dos idosos apresentam um grau elevado de força nos membros inferiores.

Palavras-chave: Doenças Cardiovasculares. Idosos. Desequilíbrios Musculares.

DETONAÇÃO NA MINERAÇÃO: EXPLOSIVOS E ACESSÓRIOS

SIQUEIRA, Thiago Ribeiro¹; DIAS, Maria Caroline¹;

SICUPIRA, Mariana Rodrigues¹; OLIVEIRA, Maria Clara Lopes¹; SIQUEIRA, Dayane Patrícia Pereira¹

¹ Discentes das FIPMoc

O manuseio de substâncias explosivas pelo homem iniciou antes do século XIV, quando os chineses utilizavam a pólvora como pirotécnico, logo mais, com a chegada da pólvora na Europa, os europeus começaram a utilizá-la em armamentos. Em 1847, o italiano Sobreno deu um grande passo quando descobriu a nitroglicerina, que obtinha um potencial de explosão muito superior ao da pólvora. A descoberta da dinamite ocorreu quando Nobel adicionou diatomácea à nitroglicerina, de modo a reduzir a sensibilidade a explosões durante transporte e manuseio. Mediante o grande crescimento tecnológico e necessidade de compra da população, houve um aumento na produção de materiais derivados do minério, que consequentemente resultou no crescimento da mineração. Dentro da mineração há divisões das operações unitárias e entre elas está a detonação que é responsável pelo desmonte em grande escala do mineral. Dessa forma, este trabalho vem com o intuito de conhecer os explosivos e seus acessórios utilizados na detonação dentro de uma mineração, este mesmo foi realizado a partir de revisões bibliográficas. De acordo com a Nacional Highway Institute (1991) os explosivos começaram a ser utilizados na mineração em 1627, até 1865 era utilizada a pólvora negra, que é muito diferente dos explosivos utilizados atualmente; há uma grande variedade de explosivos no mercado, com diferentes propriedades. Segundo a Nacional Highway Institute (1991) existem duas formas básicas de energia em uma reação com altos explosivos, energia de choque e energia de gás. O desempenho que terá os explosivos dependerá de suas propriedades e do meio a que foi submetido, considerando principalmente a velocidade de reação, densidade, sensibilidade e pressão dos gases. Os explosivos se classificam, conforme as ideias de Silva (2006), em: nucleares, mecânicos e químicos, altos, baixos e agentes, primários e secundários, permissíveis e não permissíveis. Os explosivos comerciais se dividem em: Altos explosivos, caracterizados por uma enorme velocidade de reação e grande pressão, podendo atingir entre 1500 a 9000 m/s e 0,1 a 150 GPa; Baixos explosivos que são muito mais fracos do que os altos explosivos e são distinguidos por ter uma velocidade de reação inferior a 1500 m/s e pressão por volta de 345 Mpa; Por fim, os agentes detonantes, de elementos não qualificados com explosivos. Os principais explosivos utilizados na mineração são a dinamite granulada, dinamite gelatina, lama encartuchada, lama a granel, ANFO (Ammonium nitrat and fuel oil), ANFO derramando, ANFO encartuchado, ANFO pesado. Os explosivos também podem conter elementos que aumentem sua potência ou diminuam sua sensibilidade, por exemplo: nitroglicerina ($C_3H_5O_9N_3$), nitrocelulose ($C_6H_7O_{11}N_3$), trinitrotolueno ($C_7H_5O_6N_3$) e nitrato de amônio ($H_4O_3N_2$). Em detonações é necessário um plano de fogo, supervisionado e executado pelo bláster legalmente registrado, também se faz uso de acessórios como: estopim, espoleta simples e elétrica, cordel detonante e acendedores. Com base nos estudos foi possível classificar e distinguir diferentes explosivos através de suas propriedades, para saber qual explosivo utilizar, deve averiguar o que quer ser obtido e o meio a que o explosivo foi submetido.

Palavras-chave: Detonação. Explosivos. Mineração. Nitroglicerina. Dinamite.

Referência:

SILVA, Valdir Costa. Operações Mineiras, Ouro Preto, 2006.

National Highway Institute. Rock Blasting and control Overbreak, 1991

DIÁLOGO ENTRE DIREITO E OUTROS SABERES: REFLEXÃO MULTIDISCIPLINAR DO DIREITO

SILVA, Isabella Maria Bragança Silva¹; TEIXEIRA, Regina Célia²

¹ Discente das FIPMoc; ² Docente das FIPMoc

O presente estudo tem como tema a abertura do Direito a outros saberes, possibilitando que este analise e (re) pense sobre suas práticas, buscando o melhor entendimento acerca da sociedade estudada, bem como dos indivíduos nela inseridos. Assim sendo, evidencia-se importante salientar as conexões existentes entre o Direito e outras ciências humanas, como a Antropologia, Psicologia, Sociologia e Filosofia para a obtenção dos resultados pretendidos para a melhoria e entendimento social. Objetivou-se analisar como o Direito pode e deve se utilizar dos conhecimentos obtidos por outros saberes para alargar sua visão

acompanhando a evolução social, as diferenças culturais e jurídicas. Consistiu em uma pesquisa bibliográfica, feita por coleta de dados com abordagem qualitativa. A coleta de dados foi feita em artigos científicos publicados em periódico localizados nos sítios eletrônicos Âmbito Jurídico e Scielo, tendo como Palavras-chave: direito, direito e outras ciências, multidisciplinariedade do direito, direito interdisciplinar. Constatou-se que cabe ao Direito depreender as mudanças constantes existentes na sociedade bem como a necessidade de acompanhar essas mudanças já que ele resulta de um esforço coletivo (social) para ser capaz de desincumbir-se dos problemas, associando-se de modo a formar uma unidade, e que como outras ciências analisam panoramas diferenciados da sociedade, válido se faz utilizar de suas conclusões para a melhoria da área jurídica. Conclui-se que o Direito, por buscar promover a coexistência das diversas relações entre os indivíduos na sociedade, necessita que, além de uma ciência que analise a forma de ser do social e de outra que reflita as possibilidades de como essa mesma realidade possa ser através da utilização dos valores, precisa de outras que evidenciem as peculiaridades dos indivíduos pertencentes à sociedade, avaliem as relações desses com o meio em que estão inseridos, bem como as probabilidades e motivos do cometimento de atitudes ilegais e externem as diferenças culturais como modo de respeito à cidadania de outrem, mesmo que pertencente a uma realidade diferente.

Palavras-chave: Direito. Direito e outros saberes. Direito e outras ciências. Direito interdisciplinar. Direito multidisciplinar.

DIÁLOGO ENTRE PSICOLOGIA E OUTROS SABERES: REFLEXÃO INTERDISCIPLINAR NA PÓS-MODERNIDADE

MEDEIROS, Gabriel Silva¹; TEIXEIRA, Regina Célia Fernandes²

1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Este estudo concentra-se no atual momento histórico - também denominado "pós-modernidade" -, que traz consigo uma série de mudanças e impactos cujos reflexos incidem diretamente sobre o campo das relações interpessoais e das subjetividades individuais. Diante de tal fato, evidencia-se fundamental a Psicologia lançar mão de uma perspectiva sinérgica e interdisciplinar que abranja a Antropologia e a Sociologia. Objetivou-se analisar a interdisciplinaridade necessária entre a Psicologia e outros saberes, priorizando algumas reflexões sociológicas e transformações antropológicas. Utilizou-se da pesquisa bibliográfica. Dispôs-se de referenciais teóricos em Psicologia, Sociologia e Antropologia, analisando-se alguns dos possíveis pontos de convergência encontrados e contribuições oferecidas. Percebeu-se que a articulação entre a Psicologia, a Sociologia e a Antropologia não só é possível como também necessária, porquanto o pensar e o fazer psicológicos visam minimizar o sofrimento humano decorrente, não apenas de problemas vivenciados no cotidiano pessoal dos sujeitos, mas também dos conflitos e questões de ordem cultural e ou da imposição de determinados valores pela sociedade. A contemporaneidade é marcada pelo medo, pela incerteza, pela insegurança, pelo vazio, pelo narcisismo e pelo individualismo. O fazer psicológico, nesse contexto, deve ser auxiliado pela Sociologia, que traz uma compreensão da vida societária e pela Antropologia, cuja contribuição envolve o entendimento da cultura e de seu caráter dinâmico e plural.

Palavras-chave: Psicologia. Antropologia. Sociologia. Interdisciplinaridade. Contemporaneidade.

DIREITO À EDUCAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL: PERSPECTIVAS PARA A ADOÇÃO DO MÉTODO APAC

Trabalho realizado no âmbito do Projeto de Pesquisa “Execução Penal à Luz do Método APAC em Montes Claros: desafios e perspectivas de sua consolidação” em desenvolvimento pelo Departamento de Direito da UNIMONTES

SILVA, Marco Felipe Durães¹; MENDES, Roberta Mariana Souto¹; SILVA, Leandro Luciano²; VELOSO, Cynara Silde Mesquita³

¹Discente do Curso de Direito da UNIMONTES. ²Doutorando FAE/UFMG - Docente FIPMoc.

³Docente do Curso de Direito da UNIMONTES, Coordenadora Geral do Projeto

Educação é o primeiro Direito elencado no artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. A Lei de Execução Penal, em seu artigo 11, inciso IV, e entre seus artigos 17 a 21, estabelece como obrigação do Estado, no âmbito do Sistema Prisional, a assistência educacional ao condenado. Objetivou-se analisar o Direito à Educação no âmbito do Sistema Prisional Convencional. Trata-se de estudo exploratório realizado através de pesquisa bibliográfica e documental. A coleta de dados será realizada em dois bancos de dados: o Relatório de Inspeção em Estabelecimentos Penais de Minas Gerais, de 25 e 26 de abril de 2013, realizado pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. O relatório é resultado da inspeção realizada em quatro estabelecimentos prisionais, da Região Metropolitana de Belo Horizonte. O Centro de Remanejamento do Sistema Prisional (CERESP); a Penitenciária Professor Jason Soares Albergaria (PPJSA); o Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto (CPFEP) e o Presídio Inspetor José Marinho Drumond (PIJM). Em outra oportunidade os dados serão obtidos junto à Vara de Execuções Criminais e do Tribunal do Júri da Comarca de Montes Claros - MG. Em relação ao Direito à Educação, a deficiência do sistema se observa no CERESP por não serem identificadas salas de aula ou bibliotecas, nem mesmo pedagogos, sendo a assistência à educação registrada como inexistente nessa unidade. Na PPJSA registra-se existência de biblioteca e sala de aula. Mesmo constatada existência das salas de aula há “reclamações comuns e constantes sobre a falta de oportunidade de estudar [...] os presos mostraram cadernos com poucas anotações a denotar a raridade de aulas [...] Não há qualquer tipo de atividade educativa, sem biblioteca ou algo do gênero” (pp. 36-37). No CPFEP, a situação parece não ser tão crítica, mas nota-se reclamações relacionadas à falta de oportunidade de estudo. No PIJM, é constatada a participação de 25 detentos na alfabetização e 10 no ensino fundamental, sendo importante destacar nesta unidade a lotação de 1640 presos, ou seja, apenas 2,13% dos reclusos. Nesse sentido o relatório destaca que “Não há qualquer programa de [...] estudo ‘Diretor atual parece comprometido a tentar resolver este problema’, porém há resistência às construções coletivas de solução, em parceria com a sociedade civil, as famílias visitantes e os próprios presos.” (p. 69) Conclui-se que o sistema prisional convencional, no âmbito das unidades citadas, é ineficiente quanto ao oferecimento de assistência educacional. Seria necessária a conjugação de esforços no sentido de viabilizar o acesso do condenado à educação. O método posto em prática pela Associação de Proteção e Assistência ao Condenado – APAC pode contribuir nesse aspecto, por ter na educação do condenado um dos seus pilares, porém a constatação quanto a sua efetividade depende de análise de seu sistema de promoção de educação e da adesão dos familiares, da sociedade e do próprio detento. Análise esta que será realizada no âmbito do projeto de pesquisa Execução Penal à Luz do Método APAC, em desenvolvimento pelo Departamento de Direito da UNIMONTES.

Palavras-chave: Direito à educação. Sistema prisional. Método APAC.

DIREITO À SAÚDE NO SISTEMA PRISIONAL: INDICATIVO PARA O MÉTODO APAC.

SILVA, Isadora Ribeiro¹; RODRIGUES, Natália Bernadeth Fernandes¹; SILVA, Admaura¹; VIEIRA, Jéssica Tatiane¹; SILVA, Leandro Luciano²; ROCHA, Dalton Caldeira. VELOSO³, Cynara Silde Mesquita⁴

¹Discente do Curso de Direito da UNIMONTES. ²Doutorando FAE/UFG – Docente FIPMoc.

³ Docente do Curso de Direito da UNIMONTES.

⁴ Docente do Curso de Direito da UNIMONTES, Coordenadora Geral do Projeto.

A dignidade da Pessoa Humana envolve uma série de direitos. E entre eles está o Direito à Saúde. No âmbito desse direito o Estado deveria desenvolver medidas e ações direcionadas à satisfação da população não limitando apenas às pessoas livres, mas estendendo a população carcerária. O objetivo deste trabalho é analisar o serviço de atenção à saúde dispensada aos reclusos do Sistema Prisional Convencional. Trata-se de estudo exploratório realizado através de pesquisa bibliográfica e documental. A coleta de dados será realizada em dois bancos de dados, como resultados parciais, são apresentados dados relacionados à atenção à saúde, apontados no âmbito do relatório de inspeção em estabelecimentos penais de Minas Gerais realizado no período de 25 e 26 de abril de 2013 pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. O relatório é resultado da inspeção realizada em quatro estabelecimentos prisionais localizados na Região Metropolitana de Belo Horizonte. O Centro de Remanejamento do Sistema Prisional (CERESP); a Penitenciária Professor Jason Soares Albergaria (PPJSA); o Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto (CPFEP) e o Presídio Inspetor José Marinho Drummond (PIJM). O relatório avalia a estrutura organizacional, a administração; a gestão do estabelecimento, perfil dos indivíduos recolhidos; perfil dos profissionais do presídio, e em especial, a atenção à saúde no âmbito dos estabelecimentos citados. Em outra oportunidade os dados serão obtidos junto à Vara de Execuções Criminais e do Tribunal do Júri da Comarca de Montes Claros - Minas Gerais. Identificou-se que no CERESP, apesar de constar no quadro final do relatório, o serviço de saúde como “regular”, verifica-se, pela análise do relatório, algumas deficiências: ausência de consultório odontológico, de sala de coleta de material para laboratório, ausência de cirurgião-dentista. Além disso, a convivência de indivíduos com enfermidades diferenciadas como portadores de HIV, diabetes, e transtornos mentais. No PPJSA, o relatório registra queixas quanto ao atendimento à saúde, isso relacionado à ausência de profissionais ou seu número reduzido. Em relação CPFEP, as reclamações das internas e funcionários referem-se à ausência de médicos, além disso, constata-se a ausência de serviço de pré-natal. Também no PIJM, consta com “bom” o serviço de saúde na unidade, porém, como mencionado CERESP, a leitura do relatório sugere problemas em relação ao atendimento médico, além das reclamações dos internos e funcionários quanto a este serviço, soma-se isso, o problema da superlotação visto que a unidade tem capacidade para 860 indivíduos e na data da realização do relatório contava com 1640 detentos, além da indicação de condições insalubres das unidades celulares. Conclui-se que o serviço de atenção à saúde, nos estabelecimentos citados, não proporciona aos reclusos o acesso ao direito à saúde. O Método da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado - APAC, pelas suas características, pode suprir essa lacuna, mas, essa afirmativa só poderia se confirmar após a análise das experiências deste Método e suas repercussões quanto ao direito à saúde do condenado.

Palavras-chave: Direito à Saúde. Sistema prisional. Insuficiência. Método APAC.

DIREITOS FUNDAMENTAIS E MÉTODO APAC COMO FACILITADORES DA RESSOCIALIZAÇÃO

GONÇALVES, Gabriela Emily¹; VELOSO, Cynara Mesquita².

1Discente da Unimontes; 2 Docente das FIPMoc

O preso, mesmo depois da sentença penal condenatória, continua sendo sujeito de direitos, sendo-lhe garantido respeito à integridade física e moral. A esse respeito, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no seu art. 5º, inciso III, elenca “ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento desumano ou degradante. A presente pesquisa objetiva a realização de uma análise teórica do atual Sistema Carcerário Brasileiro à luz dos Direitos Fundamentais e do Método APAC. Os encarcerados têm seus direitos constitucionais e fundamentais respeitados? As penas, tais como são aplicadas, atingem seu objetivo? A reincidência diminuiu? Em quais pontos o Método APAC é superior ao atual? São algumas questões estudadas por este trabalho. Trata-se de uma pesquisa teórica e comparativa (comparação entre o atual sistema carcerário e APAC). Por meio de obras pertinentes ao tema e da análise de números do Sistema Penal Brasileiro. A forma como a pena de prisão é cumprida agride, constantemente, direitos constitucionais garantidos ao apenado. Seja pelas condições precárias, ou pelo tratamento desumano dispensado ao preso. Esse sistema de encarceramento é fracassado e não cumpre com seu objetivo: reinserção do condenado ao convívio social. Conclui-se que o respeito à dignidade da pessoa é primordial na reconstrução do cidadão. Princípio básico a ser garantido. Em meio à falência do encarceramento, surgiu uma nova opção, que com esperançosos resultados positivos, conquista as funções da pena, é ela o método APAC- Associação de Proteção e Assistência aos Condenados.

Palavras-chave: Encarceramento. APAC. Ressocialização.

DISCURSO ANTIMANICOMIAL NA ATENÇÃO PSICOSSOCIAL: MUDANÇAS NAS FORMAS DE ATENDER E DE PERCEBER OS SUJEITOS COM SOFRIMENTO PSÍQUICO

LARA, Vanessa Cristina Martins¹; RODRIGUES, Mariana Ruas¹; SANTIAGO, Érika Freitas¹;

GUISOLI, Andrea²

1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

No contexto da saúde mental no Brasil o discurso de desinstitucionalização da loucura tem se apresentado de forma expressiva e constante, uma vez que contemporaneamente têm sido criados dispositivos e estratégias que objetivam transformar a perspectiva manicomial em novos modelos de atendimento, que possibilitem a expressão da subjetividade e produção de sentidos para os sujeitos com sofrimento psíquico. Dentre esses dispositivos da rede de atenção à saúde mental, destacam-se os Centros de Atenção Psicossociais (CAPS) que têm como característica a união entre clínica e política, proporcionando a utilização da atividade como recurso essencial ao tratamento clínico e para reabilitação psicossocial. O objetivo geral da pesquisa foi investigar os discursos presentes no campo da Saúde Mental, buscando proporcionar um espaço privilegiado de aprendizagem e de escuta através da intervenção clínica, bem como uma reflexão crítica acerca dos conceitos pré-estabelecidos sobre o louco. A metodologia utilizada foi a pesquisa participante, com abordagem qualitativa. Os sujeitos da pesquisa foram pacientes do CAPS II, da cidade Montes Claros, e oficinairos que trabalham diretamente com esses usuários. A pesquisa foi realizada por acadêmicas do 6º período de psicologia das FIPMOC que utilizaram as oficinas terapêuticas como espaço privilegiado para a intervenção clínica e o diário de campo como forma de registro de dados, sendo que as falas registradas foram analisadas a partir das categorias: discurso manicomial e antimanicomial. Ficou evidente através das experiências vivenciadas no CAPS II, que esse dispositivo contribui grandemente para que a assistência à saúde mental cumpra os objetivos propostos pela reforma psiquiátrica, pois as características do atendimento prestado aos sujeitos no CAPS II refletem as mudanças do novo

modelo de atenção psicossocial que preza pelo discurso antimanicomial e pela desinstitucionalização da loucura. Verificou-se também, que o ambiente (espaço) e os recursos (materiais) que o CAPS II dispõe são favorecedores do trabalho com oficinas terapêuticas, contudo, mais importante do que os recursos disponíveis é a percepção do objetivo e significado das oficinas terapêuticas, que são mais que um espaço e muito mais que atividades produtivas. Considerando a necessidade de transformação das concepções excludentes, acerca dos sujeitos loucos, que norteiam a realidade em que vivemos, essa pesquisa no CAPS II proporcionou uma grande expectativa e satisfação, visto que foi possível notar que está sendo construída uma mudança na realidade do modelo de assistência à saúde mental e que diferente do modelo asilar, o CAPS II objetiva uma nova forma de cuidar, deslocando o tratamento da figura da doença, do sintoma, para os sujeitos e suas possibilidades.

Palavras-chave: Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Discurso manicomial. Discurso antimanicomial. Oficinas terapêuticas.

DISTRIBUIÇÃO DE LEISHMANIOSE VISCERAL EM GESTANTES

ZUCULIN, Júlia Mendes; MATOS, Rafaela Brito; PEREIRA, Júlia Figueiredo; CORREIA, Maria Cecília Dias; BARBOSA, Ana Flávia Nunes

A Leishmaniose visceral (LV) é uma doença tropical, causada pelo protozoário do gênero *Leishmania*. Trata-se de uma zoonose de alta incidência na América Latina cuja transmissão é predominantemente vetorial, embora, também possa ser transfusional e vertical. Entre a população diagnosticada com LV no Brasil, as gestantes merecem destaque devido ao número crescente de casos, entretanto, os estudos e notificações referentes a elas ainda são escassos. O Brasil apresenta 26.112 indivíduos infectados, dos quais apenas 84 são gestantes. O estudo visou avaliar a frequência de LV em gestantes no Brasil, no período de 2007 a 2013. Foi realizado um estudo de investigação retrospectivo, transversal, de caráter descritivo e quantitativo. Teve como universo de pesquisa, a base de dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde referente ao número de casos LV em gestantes ocorridos no Brasil, no período de 2007 a 2013. Foram consideradas as variáveis: faixa etária, distribuição por regiões, tipos de entrada e de evolução. Utilizou-se o software Excel 12.0 (Office 2007) para gerenciamento e análise dos dados. A amostra total de gestantes pesquisadas com LV foi de 84. A maior prevalência ocorreu nas regiões norte e nordeste com 61,80% dos casos notificados. Pode-se relacionar esse dado ao padrão sócio-econômico da doença que é característica de regiões precárias. No que diz respeito à faixa etária e à idade gestacional, 47 gestantes (56%) encontram-se entre 20 e 39 anos e 34 (40,48%), foram diagnosticadas no segundo trimestre de gestação. Quanto ao tipo de entrada, 89,28% eram casos novos e 2,38% recidiva. Já em relação à evolução, 75% das pacientes evoluíram para cura e, aproximadamente 10% evoluíram a óbito em decorrência da patologia. Através desse estudo, fica explícita a importância da prevenção da doença, principalmente nas regiões socioeconomicamente mais precárias, minimizando assim, o impacto dessa doença na sobrevivência das pacientes, e reduzindo a morbimortalidade.

Palavras-chave: Leishmaniose visceral. Gestantes. Mortalidade.

DOENÇA PULMONAR OBSTRUTIVA CRÔNICA: UM RELATO DE CASO

LAGES, Amanda Lemos¹; BRITO, Daniel Oliva¹; DIAS, Isabela Thayná Antunes¹; MENDES, Juliana Maria Silva¹; FERNANDES, Marina Luíza¹; GONÇALVES, Pedro Rocha¹; OLIVEIRA, Scárllety Karen Mendes¹.

1 Discentes do curso de Medicina das FIPMoc

A doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC) é uma enfermidade respiratória prevenível e tratável, porém já ocupa a 5ª posição em causa de morte e 290 mil pacientes são internados anualmente, no Brasil. Embora a DPOC comprometa os pulmões, ela também produz consequências sistêmicas significativas. O processo inflamatório crônico pode produzir alterações dos brônquios (bronquite crônica), bronquíolos (bronquiolite obstrutiva) e parênquima pulmonar (enfisema pulmonar). A predominância destas alterações é variável em cada indivíduo, tendo relação com os sintomas apresentados. O presente estudo teve como objetivo revisar a literatura atual sobre o tema em relação aos aspectos clínicos e fisiopatológicos, bem como relatar um caso de DPOC. Através de visita domiciliar, foi realizada anamnese completa, exame físico e estudo de exames feitos anteriormente. **Caso clínico:** Paciente do sexo masculino, 81 anos, feodérmico, acompanhado pela Estratégia Saúde da Família do bairro Clarice Ataíde da cidade de Montes Claros. Sr. M.P.C foi fumante há mais de 50 anos, trabalhou em carvoeiras, e hoje apresenta DPOC. Queixa-se de expectoração, dispnéia e dificuldade de dormir. História pregressa: Aos 65 anos, Sr. M.P.C passou a queixar-se de dispnéia e chieira, tendo parado de fumar e beber há alguns anos e estando aposentado há 20. Foi diagnosticado na ESF, já apresentando quadro de bronquite. Relata ter apresentado por cinco vezes quadro de pneumonia resultando em duas internações. Como doenças prévias, relata: sarampo, catapora e febre amarela. Sabe-se que o paciente é hipertenso. Nega traumatismos. Realiza 4 refeições ao dia e relata que come bem. Discorre que dorme bem, porém, queixa-se, por vezes, de ortopneia. Em 30/05/2012 realizou exame de tórax PA/perfil: área cardíaca dentro dos limites da normalidade, expansibilidade pulmonar simétrica, parênquima sem alterações, diafragma convexo, seios costofrênicos livres. Ao estado atual, queixa-se de tosse seca, chieira e dispnéia sem muito esforço físico associado. Todos os sintomas estão diminuídos. Ao exame físico, realizado no dia 30/10/14: PA: 140x70mmHg. FR: 25irpm. FC: 62bpm. Na ectoscopia, observaram-se mucosas normocoradas, escleras anictéricas e linfonodos não palpáveis. Ao exame físico do aparelho respiratório, inspeção: tórax simétrico e globoso; palpação: expansibilidade simétrica e frêmito toracovocal fisiológico; percussão: som claro pulmonar; ausculta: murmúrio vesicular e presença de estertores crepitantes na base do pulmão esquerdo. Ao exame físico do aparelho cardiovascular, ausculta: foram identificadas bulhas normorrítmicas e normofonéticas em 2 tempos (B1 e B2). Hoje, é adepto ao tratamento residencial com oxigenoterapia e apesar dos sintomas vive bem com a ajuda de sua esposa. Cabe à atenção básica uma abordagem de prevenção da doença, sendo que a forma de se fazer isso é evitando o tabagismo e a inalação de poluentes. Além disso, os tratamentos atualmente disponíveis aliviam a sintomatologia, cuidam da inflamação e ajudam a evitar as crises, permitindo aos pacientes participar plenamente da vida diária.

Palavras-chave: DPOC. Pneumopatias. Inflamação.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NUMA PERSPECTIVA DAS MÃES

AMARAL, Lillian Ramos Veloso¹; DURÃES, Mario Luis Alves¹; NUNES, Yuri¹; REIS, Renilda Soares da Silva¹, MARTINS, Luciana Rodrigues²
1Discente das FIPMOC; 2Docente das FIPMOC

O presente trabalho foi produzido a partir de um projeto de pesquisa e intervenção de caráter multidisciplinar cuja temática norteadora incidiu sobre a educação inclusiva. Ao longo de um processo histórico, muitos indivíduos foram considerados seres marginalizados e incapazes de conviver em sociedade por não atenderem aos padrões determinados socialmente, sendo vítimas de discriminação e preconceito. Este estudo visa conhecer os significados do processo de inclusão escolar e o posicionamento das mães de alunos com deficiência. Para atingir os objetivos propostos nesta pesquisa, foi utilizada a pesquisa participante, tendo como recurso para coleta de dados a observação participante com produção de relatórios durante a realização das atividades onde foi utilizado o discurso livre a partir do qual foi oportunizado momentos de escuta para as mães de alunos com necessidades educacionais especiais. O Método utilizado foi oficinas de convivência que se desenvolveram pela via das atividades onde foram

produzidos trabalhos manuais, recurso utilizado como instrumentos mediador da interação entre as participantes com o intuito de facilitar a expressão das subjetividades. As oficinas de convivência aconteceram de forma espontânea, sendo local de escuta das subjetividades, de maneira que as mães tivessem espaço que viabilizasse a reflexão e expressão dos sentimentos, afetos e desejos, sonhos, perspectivas e opiniões com relação aos sentidos e significados do processo de inclusão escolar. Percebe-se na fala das mães que assumem uma postura de superprotetoras ao demonstrarem o sentimento de negação das formas de inclusão que não considera a singularidade de seus filhos, porém ainda mantém vivo o desejo de que eles possam desfrutar de uma escola que seja verdadeiramente inclusiva que se orienta pela observação das potencialidades e capacidade de supera. Ainda há muito que fazer por parte das escolas regulares para que estas priorizem o sujeito e não os processos burocráticos, buscando uma maior flexibilização curricular, articulando com outros setores da vida pública, nas parcerias com a sociedade, família e escola de maneira a fortalecer este espaço escolar para uma transformação de um educar que respeite a diversidade.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Alunos com Deficiência. Mães

Referências:

PRIETO, R. G. Inclusão escolar: algumas considerações sobre o conceito e suas implicações. In MACHADO, A. M. [et al]. **Psicologia e direitos humanos: educação inclusiva, direitos humanos na escola**. São Paulo: Casa do Psicólogo; Brasília – DF: Conselho Federal de Psicologia, 2005.

SAWAIA, B.B. Contextos socioculturais na construção da subjetividade e da exclusão I – Para não esquecer do “irredutível humano”: a subjetividade como idéia ético-reguladora da reflexão sobre direitos humanos e exclusão/inclusão social. In. **Psicologia e direitos humanos: subjetividade e exclusão**. São Paulo. Casa do Psicólogo; Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2004.

EFEITO DA MONOTERAPIA E POLITERAPIA SOBRE A QUALIDADE DE VIDA RELACIONADA À SAÚDE EM ADULTOS COM EPILEPSIA

SOUZA, Iriene Ferraz¹; SAMPAIO Cristina Andrade²; SAMPAIO, José Bento³; FERREIRA, Bárbara Carvalho⁴

¹Psicóloga, FASI; ²Antropóloga, Mestre em Saúde Coletiva, Doutora em Epidemiologia, UNIFESP; ³ Biólogo, Mestre em Biologia, UNIMONTES; ⁴ Psicóloga, Mestre em Educação especial; Doutora em Psicologia, UFSCAR

A epilepsia é a condição crônica grave mais comum no mundo e afeta mais de três milhões de pessoas no Brasil (REYNOLDS, 2002); sendo a politerapia a principal indicação no tratamento das epilepsias refratárias (LOUIS, 2010). No entanto, estudos apontam que os pacientes tratados com politerapia têm piores escores de Qualidade de Vida Relacionada à Saúde que os indivíduos com monoterapia (GIRAY, 2009). Objetivou-se analisar o efeito da monoterapia e politerapia sobre a Qualidade de Vida Relacionada à Saúde (QVRS) em adultos com epilepsia. Trata-se de uma pesquisa quantitativa e analítica desenvolvida com pacientes atendidos no Centro Ambulatorial Tancredo Neves na cidade de Montes Claros-MG, sendo aprovada pelo Comitê de Ética para Pesquisa da Funorte SOEBRAS (nº 47975). A amostra foi composta por (n=60) pacientes com epilepsia. Critérios de inclusão: pacientes com idade entre 18 e 64 anos; com diagnóstico clínico de epilepsia e em acompanhamento clínico regular. Critérios de exclusão: pacientes com diagnóstico de retardo mental, pessoas com deficiências e pacientes que residiam fora da cidade de Montes Claros. A avaliação da QVRS foi realizada por meio do *Medical Outcomes Study 36 – Item Short Form (SF-36)* questionário genérico contendo 36 questões, na versão adaptada à cultura brasileira e o Questionário de Caracterização com 12 questões, contendo características clínicas e sociodemográficas da amostra. As informações sobre início da doença, tipo de tratamento e o número de Drogas Antiepilépticas foram necessárias para avaliar o efeito da monoterapia e politerapia sobre a QVRS. Os dados obtidos foram usados na construção de modelos lineares generalizados (MLG), e para a comparação, utilizou-se a Análise de Deviance (ANODEV). Todas as análises foram realizadas no programa estatístico R versão 2.14. Os

pacientes tratados com politerapia apresentaram escores inferiores de QVRS em quatro dos oito domínios do *Item Short Form (SF-36)*. São eles, Capacidade Funcional, Aspectos Físicos, Vitalidade e Saúde Mental. Tais resultados indicam que estes indivíduos podem apresentar Transtorno de Ansiedade, Transtorno Depressivo Maior, dificuldades de memória e concentração, limitações para andar, correr, carregar objetos pesados e subir escadas. A politerapia causa prejuízos significativos na QVRS dos pacientes com epilepsia.

Palavras-chave: Epilepsia; QVRS; Monoterapia e Politerapia; SF-36.

Referências:

REYNOLDS, E.H. Introduction: epilepsy in the world. *Epilepsia*. 2002; New York; v.43, Suppl 6, p.1-3. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/12190964>> Acesso em: 15/08/12.

LOUIS, Erik St. Minimizing AED adverse effects: improving quality of life in the interictal state in epilepsy care. *Pharmaceuticals* (Basel); 2010; 3 (9):2956-2969. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2730001/>> Acesso em: 10/08/2012.

GIRAY, Semih.; OZENLI, Yarkin.; OZISIK, Handan.; KARACA, Sibel.; ASLANER, Umiter. Health-related quality of life of patients with epilepsy in Turkey. *J. Clin. Neurosci.*, v.16, n.12, p.1582-1587, 2009. Disponível em: <<http://www.jocn-journal.com/article/S0967...X/abstract>> Acesso em 23/12/14.

EPIDEMIOLOGIA CLÁSSICA DA HEPATITE B NA MICRORREGIÃO DE MONTES CLAROS, MG

SANTOS, Bruno Pires¹; SANTOS, Carla Íris Martins¹; TOLENTINO, Ewerton Nogueira¹; SANTOS, Felipe Pereira¹; MENDES, Lucas Souza¹; MAIA, Rafael Cândido¹; PRINCE, Karina Andrade de²
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

A hepatite B é uma entidade nosológica de ocorrência mundial. Estima-se que aproximadamente dois bilhões de pessoas, pouco menos do que um terço da população mundial, já se infectaram pelo VHB, e que cerca de 360 milhões destes estão cronicamente infectados, com o risco de evolução com complicações da condição mórbida, como cirrose e carcinoma hepatocelular. Objetivou-se identificar o perfil epidemiológico da hepatite B na microrregião de Montes Claros (MG) no período de 2009 a 2013, visando contribuir para novas estratégias em saúde, prevenção e controle da doença. Foi realizado um estudo de investigação retrospectivo, transversal, de caráter descritivo e quantitativo. Teve como universo de pesquisa, a base de dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde referente ao número de casos de hepatite B ocorridos na microrregião de Montes Claros (MG), no período de 2009 a 2013. Foram consideradas as variáveis gênero, faixa etária, raça, classificação final e gestantes. Utilizou-se o software Excel 12.0 (Office 2007) para gerenciamento e análise dos dados. Verificou-se 77 pessoas notificadas com o diagnóstico de hepatite B na microrregião de Montes Claros-MG. Destas 33 (42,8%) eram do sexo masculino e 44 (57,2%) do sexo feminino. Com relação à raça houve predomínio da doença em indivíduos da raça parda com 55 (71,4%) casos notificados. Das vinte e duas cidades que compõem a microrregião de Montes Claros, apenas seis apresentaram notificação para hepatite B no período referido. Dos 77 casos confirmados de Hepatite B, 66 (81,71%) casos estavam na forma crônica, 7 (9,09%) eram casos agudos, 3 (3,89%) não foram definidas e 1 (1,29%) caso evoluiu para hepatite fulminante. A ocorrência de hepatite B foi mais frequente na faixa etária de vinte a vinte e nove anos, correspondendo a 57,1% (44) dos casos notificados. Através desse estudo, fica explícita a importância da prevenção da infecção e da melhoria no diagnóstico, justificado pelo aumento nos últimos anos.

Palavras-chave: Hepatite B. Sistemas. Informação. Microrregião. Montes Claros.

ESCADAS EM CONCRETO ARMADO E SUAS APLICAÇÕES

BRITO, Josué Ferreira de¹; FELIPE, João Carlos Chagas¹; FIGUEIREDO, Deborah Versiani¹; GUIMARÃES, Jane Cléa Brito¹; OLIVEIRA, Marcela Braga Santos¹; PRATES, Ana Paula Oliveira¹; QUEIROZ, Érica Karine Ramos²; SIMOES, Gabriel Sampaio¹.

1 Discente das FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc.

Esse trabalho apresenta um estudo sobre os diferentes tipos de escadas construídas em concreto armado compreendendo as suas finalidades e modelos. Nesse diapasão, essa pesquisa tem como objetivos: conhecer o cálculo das dimensões dos degraus e das escadas conforme as suas finalidades, bem como calcular a área e o volume dos degraus, laje das escadas e da caixa de escada; conhecer as substâncias e materiais que constituem o concreto armado; e apresentar as normas definidas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), que estabelecem os requisitos básicos exigíveis para o projeto de estruturas de concreto armado e o dimensionamento das escadas em função da sua finalidade. Para desenvolver tais objetivos foram utilizados os métodos documental, caracterizado pelo uso das normas técnicas que estabelecem os requisitos básicos exigíveis para o projeto de estruturas de concreto armado e o dimensionamento das escadas em função da sua finalidade; e o método bibliográfico utilizado com base em livros, artigos de periódicos científicos e materiais atualizados disponibilizados pela internet. Dentre as normas técnicas destacamos a NBR 6118, que trata dos projetos de estruturas de concreto, e a NBR 9050, que por sua vez versa sobre a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. A escada é diretamente ligada às áreas de circulação, e, antes de tudo, deve apresentar duas características principais: conforto e segurança. Conforto no sentido de exigir um esforço mínimo na sua utilização, e segurança para prevenir acidentes. Para tal, deve-se levar em consideração a proporção ideal entre a altura dos degraus e o valor do “passo”, que é definida pela expressão empírica de Rondelet: 2 alturas + 1 passo = 60 a 66cm, sendo que os dados 60 a 66cm representam o comprimento médio do passo de uma pessoa adulta em plano horizontal. Referenciando ao concreto, basicamente são dois os componentes que o constitui: o agregado e o aglomerante. O agregado é qualquer material inerte que dá volume à massa e o aglomerante é um produto que serve de cola. Atualmente, são utilizadas a areia e a pedra britada como agregados e o cimento Portland como aglomerante. Os elementos químicos, sua presença e quantidade, variam de lugar para lugar em função das rochas calcárias empregadas na fabricação do cimento. Sendo assim, as características mecânicas, físicas e químicas do cimento variam de uma região geológica para outra. Com os resultados parciais deste estudo, conclui-se que ao se projetar uma escada, além de se levar em consideração as normas técnicas (NBRs) que regulamentam os padrões de escadas de acordo com sua utilização, é necessário que também seja consultado o código de obras do município onde a obra será construída.

Palavras-chave: Concreto. Construção. Escada.

ESTACIONAMENTO INTELIGENTE: CONTROLADOR DE VAGAS UTILIZANDO A PLATAFORMA ARDUINO

ANTUNES, João Victor Porfírio¹; NUNES, Victor Menezes¹; COSTA, Pedro Henrique Pereira¹; CIRQUEIRA, Caíque Araújo¹; LEITE, Antônio Carlos Gonçalves¹; SOARES, Luis Fernando Magalhães¹; NETO, Antônio da Silva Gusmão¹; MARTINS, Maria Luisa¹; OLIVEIRA, Adrienne Nunes de¹; JUNIOR, José Osmane Lopes²; FILHO, Pedro Candido de Nascimento²;

1-Discentes do 1º Período de Engenharia Mecatrônica – FIPMoc

2-Docentes do 1º Período de Engenharia Mecatrônica – FIPMoc

Com o aumento da população, a alta do poder aquisitivo e, conseqüentemente, a alta no fluxo de veículos, destaca-se um problema comum para aqueles que possuem seu próprio meio de locomoção, a dificuldade de saber onde encontrar vagas disponíveis para estacionar carros e/ou motos. Visto isso, desenvolveu-se a presente pesquisa que visa solucionar tal problema. O estudo levou-nos ao “estacionamento inteligente”

que será capaz de administrar a quantidade de vagas existentes em determinados ambientes, utilizando uma plataforma arduino para comandar todo o processo lógico. Será possível visualizar, em tempo real, por meio de um visor próximo à entrada do recinto, a quantidade e localização das vagas disponíveis. Nesse contexto, o estudo tem como objetivo auxiliar no funcionamento de estacionamentos públicos e privados, facilitando a busca por vagas, economizando o tempo dos motoristas e evitando congestionamentos. Como metodologia utilizou-se a pesquisa bibliográfica para fonte de dados, pesquisa de campo com simulações e montagem de laboratório, e também testes de comissionamento. Este sistema fundamenta-se em sensores, atuadores, sinalizadores e um controlador, sendo que os sensores infravermelhos são responsáveis por detectar os veículos que passam pelo seu campo de alcance, os diodos emissores de luz (*LED - Light Emitting Diode*) sinalizará ao motorista o local das vagas, um display de cristal líquido (*LCD - liquid crystal display*) informará a quantidade de vagas disponíveis e sua localização, uma placa arduino para processar e controlar os processos desejados e baterias para alimentação do sistema. Vale ressaltar que este sistema não requer grandes investimentos e possui utilidade significativa para seu público alvo, pois auxiliará na administração de diversos tipos de estacionamentos com eficiência. Assim sendo, poderá ser um produto de grande procura no mercado. Houve atenção em relação às possíveis falhas no projeto, e com base nos testes realizados, aprimorou-se o mesmo para evitar erros na contagem e sinalização das vagas. Contudo, todos os objetivos foram concluídos satisfatoriamente.

Palavras-chave: Estacionamento. Estudo. Infravermelho. Plataforma arduino.

ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL A IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS

SANTOS, Camila Ferreira¹; DINIZ, Camila Pereira¹; MACEDO, Janine Dantas¹; ALMEIDA, Jhuly Cristina Rodrigues¹; ARAÚJO, Thiara Paiva de¹; SANTOS, Lilian²; MARTINS, Luciana²
¹Discentes. ²Docentes

O presente trabalho contemplou um breve estudo sobre a Atenção Psicossocial aos idosos em âmbito comunitário e institucional, objetivando programar e desenvolver estratégias de intervenções à atenção voltada para os mesmos, através de uma pesquisa participante qualitativa, promovida por acadêmicos das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros – FIPMOC, enquanto mediadores da interação entre idosos institucionalizados. Este artigo também buscou, através de reflexões de vários autores, fundamentar os dados obtidos pela pesquisa. Os resultados indicam que a intervenção foi eficaz, pois a estratégia psicossocial promovida pelos acadêmicos através da escuta clínica, visando à subjetividade de cada idoso, possibilitou analisar as histórias de vida, grau de autonomia, limitações cotidianas e relação de interação entre os idosos.

Palavras-chave: Idosos institucionalizados. Intervenções. Interação. Escuta clínica.

ESTRESSE OCUPACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DAS FIPMOC E PREVALÊNCIA DA LOMBALGIA

ROCHA, Geiziane Souza¹; BRITO, Sabrina de Jesus²;
¹ Fisioterapeuta; ² Discente das FIPMOC

No que se refere ao ambiente de trabalho, o estresse apresenta-se como uma tentativa de ajustamento entre o indivíduo e suas condições ocupacionais específicas, de maneira que o equilíbrio orgânico possa ser alcançado. Contudo deve haver clareza de que, no trabalho, o estresse precisa ser compreendido de forma mais ampla, como produto de processos sociais e políticos na sociedade. Objetivou-se relacionar a vivência de estresse ocupacional dos funcionários das FIPMOC com a prevalência da lombalgia. Trata-se de um estudo descritivo e transversal. A população desse estudo foi composta por funcionários das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros – FIPMOC. Foram recrutados os funcionários das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros, obedecendo aos critérios de inclusão: ambos os sexos, está presente no setor no momento da pesquisa, sendo 50 % do número máximo de funcionários de cada setor. O critério de exclusão foi: ausência no momento da pesquisa. Para a avaliação dos funcionários foi utilizado

questionário pertinente ao tema. Foi entregue um termo de consentimento livre e esclarecido a todos os participantes, após a assinatura do termo livre e esclarecido o participante respondeu a um questionário sobre lombalgia ocupacional. A análise estatística dos dados foi realizada através do programa SSP, onde as variáveis quantitativas foram apresentadas por meio de frequências relativas (percentuais). Considerando as vivências emocionais associadas ao trabalho apresentadas pelos funcionários durante o episódio de lombalgia, 4 (18,18%) apresentavam impaciência, 5 (22,73%) apresentavam ansiedade, 1 (4,55%) raiva, 10 (45,45%) nenhuma dessas vivências emocionais, 1 (4,55%) impaciência, ansiedade e depressão, e 1 (4,55%) ansiedade e raiva. Os resultados obtidos neste estudo permitem concluir a maioria dos funcionários não apresentou nenhuma dessas vivências emocionais associadas ao trabalho durante o episódio de lombalgia; mas considerando que esses resultados não são conclusivos, sendo necessárias pesquisas com enfoque no quadro emocional do funcionário que apresenta lombalgia, já que muitas vezes o funcionário não faz essa associação levando em consideração apenas o quadro físico e não o psíquico.

Palavras-chaves: Lombalgia Ocupacional. Instituição Privada. Funcionários. Estresse Ocupacional.

ESTUDO DA COMORBIDADE DE TDAH EM CRIANÇAS EPILÉPTICAS

AGUIAR, Júlia Fernandes¹; COSTA, Aline Mendes da¹; LAMBRAKOS, Monique Georges¹; LEMOS, Amanda Lages¹; RÊGO, Júlia Paula Fagundes¹

1-Discente das FIPMoc

Epilepsia é um distúrbio neurológico que apresenta manifestações clínicas convulsivantes com maior suscetibilidade em crianças, já vez que possuem maior sensibilidade encefálica. As manifestações epiléticas são provocadas por descargas neuronais excessivas em uma determinada região cerebral que desencadeiam problemas relacionados à cognição, linguagem e aprendizado escolar, além de distúrbios neuropsíquicos e neuropsiquiátricos. Em relação às perturbações neuropsiquiátricas, tem-se como maior prevalência o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Esse tem sido um dos transtornos mais comumente observados nas escolas, nos serviços de saúde mental e nos consultórios de neuropsiquiatria. Caracteriza-se por um distúrbio genético acompanhado por padrão persistente de desatenção, hiperatividade e impulsividade. Seu diagnóstico é eminentemente clínico, sendo realizado com base em dados de escalas de classificação que consideram sintomas, comportamentos e características individuais que trazem detrimento às relações interpessoais e ao desempenho em diversos ambientes. Objetivou-se compreender a relação entre a epilepsia e o TDAH, com base na prevalência dessas doenças de forma isolada e associada, visando caracterizar os sintomas mais comuns na presença simultânea dessas morbidades. Este estudo foi realizado mediante revisão bibliográfica de caráter qualitativo, em artigos publicados nos últimos 5 anos, nas bases de dados Scielo, Lilacs e PubMed, considerados favoráveis à compreensão do objetivo proposto. O Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade é de três a cinco vezes mais comum em pessoas epiléticas do que na população normal. Esse distúrbio está presente em cerca de 5% das crianças hígdas em idade escolar, enquanto, em pacientes com epilepsia associada ao TDAH, que se encontram nessa faixa etária, a prevalência detém valor superior, estimado em 20% a 40% dessa população, com hegemonia equivalente entre os gêneros. A gravidade da epilepsia aumenta a predisposição para ter TDAH, uma vez que a comorbidade é descrita tanto na epilepsia benigna, quanto na refratária. Em pacientes epiléticos há predominância dos transtornos de atenção em relação aos de hiperatividade, ao contrário do que acontece em portadores de TDAH exclusivamente. A menor capacidade de manter a atenção em crianças com epilepsia deve-se a fatores permanentes, como alterações na estrutura cerebral, a fatores genéticos, e também a fatores modificáveis, a exemplo do uso das drogas antiepiléticas. As descargas, geradas por intermédio das crises, também são causa de anormalidades na atenção, memória e linguagem desses pacientes. Valendo-se da importância estatística clara na associação TDAH-epilepsia é plausível a ponderação: a epilepsia por si só não é uma entidade única, mas síndrome complexa, de inúmeras etiologias, o que torna o diagnóstico de TDAH dificultoso e por vezes, problemático. Dessa forma, a importância da realização de novos estudos concatenando essas duas doenças é notável. Há a necessidade de uma maior compreensão das particularidades dessas afecções quando associadas, além da identificação de fatores de risco modificáveis que levam ao déficit de atenção nas crianças epiléticas, a fim de pormenorizar essa associação. Assim, observa-se a importância de instruir profissionais e familiares, de modo a obter um diagnóstico mais precoce, evitar que haja dificuldades na aprendizagem da criança e melhorar suas relações interpessoais.

Palavras-chave: Epilepsia. TDAH. Infância.

ESTUDO DE CALÇADOS UTILIZANDO A NOVA METODOLOGIA DE PROJETO MULTIDICIPLINAR DAS FACULDADES INTEGRADAS PITÁGORAS

GOMES, Didan Oliveira¹; SOUZA, Martison Vitor Duarte¹; NACISMENTO, Pedro Candido².

1 Discente das FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc

A partir do primeiro semestre de 2014 as Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros (FIPMoc) adotou uma nova metodologia de ensino para seus acadêmicos, com o novo Projeto Multidisciplinar (PMD) cada turma trabalhou com um tema relacionado ao conteúdo de seu curso, para nosso projeto o tema escolhido foi calçado. O objetivo do projeto é o estudo do objeto usando ferramentas de engenharia para podermos aprender na prática e assim sistematizar melhor o ensino proposto pela instituição tendo em vista a melhor adaptação dos alunos ao mercado de trabalho. Usando as ferramentas de engenharia (FMEA, análise do produto, Ishikawa, Brainstorming e outros) podemos analisar como é feita a produção de calçados, a sua comercialização, os perigos decorrentes do uso e mau uso do mesmo e assim através de pesquisas em classe e extraclasse sugerimos propostas de melhorias. Esse projeto nos permitiu conhecer melhor todo o processo de produção de calçados, desde sua concepção até o cliente. Todos esses processos por qual passamos geraram impactos na nossa formação acadêmica, pois aprofundamos nosso conhecimento em ferramentas de análise em engenharia, planejamento e melhoria, concluímos que com a utilização dessas ferramentas poderíamos aperfeiçoar e melhorar a produção dos calçados estudados, diminuindo custos e falhas do produto.

Palavras-chave: Calçados. Projeto Multidisciplinar. Metodologia de Ensino.

ESTUDO DE CASO UTILIZAÇÃO DO FILTRO DE MANGAS PARA MELHORIA NAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE UMA EMPRESA METALÚRGICA NORTE MINEIRA

RUAS, Eliza Justa Gomes de Aguiar¹; SANTOS, Fabrício Mendes dos¹; PAULA, Pablo Peron de²; REGO, Thaís C. Figueiredo²

1Discente das FIPMOC; 2Docentes das FIPMOC

Este trabalho faz uma abordagem de estudo de caso da utilização do filtro de mangas para melhoria nas condições ambientais de uma empresa metalúrgica do Norte de Minas. Analisando para isso, o processo tecnológico que contribuiu para a redução e controle da emissão de partículas na atmosfera. Com a Revolução Industrial houve uma explosão na industrialização o que acarretou consumo dos bens naturais, consumo em massa e impactos ambientais. Para tanto, surgem exigências no gerenciamento, atendimento às legislações específicas e licenciamentos dos órgãos ambientais. As empresas estão tendo cada vez mais que melhorar os seus processos sem abrir mão dos controles de materiais que são gerados e liberados na natureza em qualquer forma. O objetivo geral deste trabalho é analisar o processo de emissão de particulados na atmosfera, mostrando os resultados alcançados pela empresa antes e após a implantação do filtro de manga. Esta pesquisa foi um estudo de caso; análise documental(2000-2014) que, segundo Marconi e Lakatos (2003, p.174), a "característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois"; tratamento de dados; estudos bibliográficos; consultas a legislações pertinentes; Resolução do CONAMA; Decreto do COPAM; NR15 do MTb e visita em loco. Os resultados das medições realizadas pela metalúrgica, confirmam a eficiência do sistema tecnológico utilizado pois, após a implantação do filtro de manga, os níveis de material particulado apresentam bem abaixo dos limites de tolerância aceitáveis delimitados pelos órgãos ambientais. Conclui-se que a implementação das medidas técnicas mitigadoras que foram apresentadas pela empresa, faz jus a uma certificação pautada de um cumprimento rigoroso dos requisitos exigidos pela ISO14001. O conhecimento de riscos atrelado a responsabilidades objetivas e subjetivas (com capacitação dos operadores na implementação do sistema), com procedimentos adequados e correção de desvios,

cumprindo as exigências citadas anteriormente, pode se chegar a um ambiente dentro das expectativas, salvaguardando a integridade do trabalhador nas dependências da empresa e na comunidade ao seu entorno.

Palavras-chave: Efluentes atmosféricos. Particulados. Filtros de Manga. Metalurgia.

Referências

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003. p.174.

EXECUÇÃO PENAL E MÉTODO APAC – DO ESTIGMA A INCLUSÃO SOCIAL

OLIVEIRA, Monique Araújo Lopes e¹ ; SILVA, Danielle Santos e²

1Discente da Unimontes; 2Discente da Unimontes

Trabalho realizado no âmbito do Projeto de Pesquisa “Execução Penal à Luz do Método APAC em Montes Claros: desafios e perspectivas de sua consolidação” em desenvolvimento pelo Departamento de Direito da UNIMONTES

Estigma, segundo Schilling e Miyashiro (2008), pode ser interpretado como uma marca social, algo que o distingue das demais pessoas em sentido depreciativo, o termo alude de maneira concisa a vários tipos de formas de segregação social, uma vez preso, o indivíduo encontra-se marcado por esse estigma e todo determinismo que naturalmente perpassa pelo modo em que é gerido o sistema prisional do país, em contraponto, surge como alternativa o método APAC, que tem como objetivo basilar a defesa da dignidade do apenado e sua inclusão social, através de sua efetiva ressocialização. A presente pesquisa busca analisar a ressocialização e/ou inclusão social do apenado no sistema carcerário tradicional e no Método APAC. Cumpre registrar, que o método utilizado foi o indutivo e inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o tema e a *posteriori* uma pesquisa de campo com questionário semi-estruturado utilizando dez pessoas que opinaram sobre o assunto, a pesquisa foi realizada na cidade de Montes Claros-MG, a fim de se verificar de modo concreto os entraves e possibilidades dos dois métodos. Os principais resultados obtidos na presente pesquisa, pautados no objetivo da mesma, indicam de maneira enfática a incapacidade de ressocialização, do sistema prisional tradicional, que não obstante, não possui meios para ser resposta diante da violência que cada vez mais, vem se alastrando pela sociedade, cerceando a liberdade da população, que insegura, se esconde por detrás deste sistema prisional, e de ações estatais paliativas, que asseveram ainda mais a ira e descrença desta ante os apenados. Neste sentido, experiências vivenciadas sob o viés do método APAC (Associação de Proteção e Auxílio ao Condenado) apontaram-no como uma alternativa eficaz no que carece o sistema prisional tradicional brasileiro, apresentando baixíssimos índices de reincidência. Mesmo diante de fatores positivos, a pesquisa constatou certa resistência da população na aceitação de um indivíduo com histórico prisional (o estigma não é algo fácil de ser desmistificado na sociedade), mesmo advindo este de uma APAC). Conquanto, ressaltam-se dois pontos que surtiram efeitos positivos com a população o fator religioso e a assistência a vítima e/ou sua família, estes dois fatos, corroboraram, ainda que, não de forma absoluta, para uma diminuição deste estigma que possui o apenado, contribuindo de modo direto para a inclusão social do mesmo.

Palavras-chave: Execução Penal. Método APAC. Estigma. Inclusão Social.

Referência:

SCHILLING, Flávia; MIYASHIRO, Sandra Regina Galdino. Como incluir? O debate sobre o preconceito e o estigma na atualidade. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.34. 2008.

FATORES DE RISCO MATERNO ASSOCIADOS À INTERCORRÊNCIAS NEONATAIS: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

BRITO, Daniel Oliva¹; OLIVEIRA, Scárlety Karenn Mendes¹; GONÇALVES, Pedro Rocha¹; LIDÓRIO, Victória Silva¹; GUIMARÃES, Victor Antunes¹.

1 Discentes das FIPMoc

As intercorrências neonatais assim como a mortalidade neonatal estão relacionadas principalmente às condições do parto, da integridade física da criança, baixo peso ao nascer e prematuridade. Entretanto, é de fundamental importância conhecer os fatores de risco maternos que estão também associados. Dentre eles, o grau de escolaridade da mãe, um importante marcador socioeconômico, e que está diretamente relacionado com o perfil cultural e à adesão de cuidados de saúde da mesma. Ressalta-se ainda a relevância do acompanhamento pré-natal adequado desde o início da gestação e a abordagem do profissional de saúde responsável acerca de temas relacionados ao contexto de vida da mulher, que podem interferir de forma negativa na saúde do binômio mãe-filho. Este estudo objetiva conhecer os fatores de risco materno que podem interferir na gestação influenciando intercorrências neonatais, a fim de contribuir na prevenção de agravos e promoção da saúde materna e fetal. Para atingir os objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo com base em artigos e revistas publicados entre 2013 e 2015, encontrados nos sites Scielo e Google Acadêmico. Dentre os principais achados, se destacam as doenças prévias maternas como as hipertensivas, diabetes, IMC elevado, idade materna e condição socioeconômica, fatores que estão intimamente relacionados às estatísticas de internações neonatais. A exposição da mãe a fatores teratogênicos deve também ser levada em consideração, visto que, pode ser comum principalmente no primeiro trimestre em gravidez não planejada, quando se desconhece o diagnóstico da mesma. Entre tais fatores se destacam o consumo de álcool, tabagismo e relações profissionais de risco que envolva fatores químicos, físicos (radiação) e biológicos. Foi possível perceber a grande relevância desse estudo, visto que as informações poderão orientar e estimular a realização do pré-natal de forma satisfatória, com o intuito de planejar ações que sejam capazes de minimizar os riscos neonatais e a morbimortalidade, contribuindo assim para a promoção de saúde da gestante e do bebê.

Palavras-chave: Neonatalidade. Morbimortalidade. Gestação.

FIDELIZAÇÃO DE CLIENTES EM EMPRESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NO SEGMENTO DE ESTUDIO FOTOGRAFICO E BUFFET

GUIMARÃES, Nelmara Pires¹; MARQUES, Heráclides Veloso²; VILAS BOAS, Vânia Silva², FERREIRA, Natalia², MARTINS, June Marize C. Silva²

1 Discente das FIPMoc; 2 Docentes das FIPMoc

Os serviços são dotados de muitas características próprias e totalmente diferentes de produtos. O Marketing de serviço é o meio de estudo onde se pode evidenciar essa diferença sendo uma importante ferramenta para que as empresas prestadoras de serviço possam prestar um serviço de qualidade a seus clientes. Esta pesquisa buscou identificar evidências que proporcionem a fidelização dos clientes através da utilização dos serviços, uma vez que estes não podem ser facilmente especificados e nem podem ser experimentados antes de serem consumidos através da prestação do serviço. Essa pesquisa teve como objetivo analisar a importância da fidelização de clientes em empresas do segmento de prestação de serviços nas áreas de estúdio fotográfico e buffet, verificando de que maneira essa fidelização acontece. Esta pesquisa teve ainda como objetivos específicos identificar os principais fatores que influenciam a fidelização dos clientes nesse segmento, conhecendo assim as estratégias e práticas que essas empresas utilizam atualmente para manter a fidelização dos seus clientes e identificar as principais vantagens e desvantagens da fidelização de clientes nesse segmento. Esta pesquisa caracteriza-se como sendo uma pesquisa descritiva, sendo uma abordagem qualitativa e o método escolhido foi o estudo de caso, Para tal, foi realizada uma pesquisa envolvendo 06 empresas das áreas de estúdio fotográfico e buffet, especificamente 03 empresas de cada segmento, para a coleta de dados foi utilizado questionários semiestruturados, trata-se de uma pesquisa não probabilística cuja amostra deu-se de forma aleatória. A pesquisa revelou em seus resultados que a maioria das empresas estão abertas há mais de 03 anos no mercado atendendo clientes de todas as classes, porém com estratégias diferenciadas para fidelização dos seus clientes produzindo assim, níveis diferenciados de satisfação dos

clientes, que são medidos através da indicação dos serviços prestados sendo esse o fator principal e de maior peso e importância na fidelização de seus clientes. Concluiu-se que o importante para as empresas pesquisadas no segmento de estúdio fotográfico e buffet na visão dos seus proprietários, é que seus clientes continuem consumindo não só o serviço, mas também indicando o serviço a outros clientes, alimentando assim o ciclo financeiro das empresas estudadas e consequentemente mantendo esse cliente fiel à essas empresas garantindo assim a permanência e manutenção dessas empresas no mercado de trabalho, percebeu-se que quanto satisfeito o cliente torna-se fiel, vindo a contratar novamente a empresa ou mesmo indicando a empresa para familiares, amigos e pessoas do seu convívio.

Palavras-chaves: Fidelização. Marketing Serviço. Satisfação Clientes.

FOMENTO À IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA APAC, NA REGIÃO DA SERRA GERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS

Trabalho desenvolvido no âmbito do projeto Método APAC (Associação de Proteção e Assistência ao Condenado): divulgação, implantação e consolidação em Janaúba/MG.

OLIVEIRA FILHO, Otaviano de¹; MOURÃO, Sheila Abreu²; VELOSO, Cynara Silde Mesquita³.

¹Doutorando em Ciências Sociais pela PUC/SP e Docente da Faculdade Vale do Gorutuba -FAVAG.

² Professora Doutora do Curso de Direito da FAVAG, Faculdade Vale do Gorutuba - FAVAG.

³ Professora Doutora do Curso de Direito da FIPMoc e da FAVAG.

O presídio da cidade de Janaúba - MG encontra-se com lotação máxima e sem infraestrutura adequada, conforme pesquisas desenvolvidas por professores e alunos da FAVAG. Projeto este que visa à humanização na vida carcerária no Vale do Gorutuba. O objetivo deste estudo foi estudar os benefícios do método APAC com o intuito de promover o empoderamento da sociedade civil organizada no sentido da implantação da APAC, cuja finalidade é promover a organização das prisões, sem perder de vista função punitiva da pena. Por se tratar de um projeto extensão com interface na pesquisa, que requer interação de vários seguimentos da sociedade civil, Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos do sistema penal e da sociedade política e civil, se faz necessário uma pesquisa mais ampla para conhecimento do método, destacando os pontos positivos e negativos para implementação da metodologia apaqueana na região. Para tanto, foi criada uma equipe multidisciplinar para a realização de visitas *in loco*, palestras e debates, reuniões com membros da Administração Municipal e empresas privadas com o intuito divulgar como funciona o Sistema APAC, mostrando quais as finalidades da APAC e a que público se quer atingir. Ainda, foi realizada pesquisa bibliográfica e documental para melhor conhecimento do método APAC. Um dos principais desafios tem sido no quesito formação de parcerias junto ao empresariado e ao poder público da cidade, para implantar uma Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC. A finalidade principal tem sido buscar alternativas para o município e, desta forma, evitar a reincidência do crime e oferecer aos condenados possibilidades concretas de se recuperar e ter uma vida digna no convívio social, conforme a realidade disponível nessa região. Uma audiência pública está marcada no dia 16 de abril de 2015, para sensibilizar e mobilizar as instituições, da referida região, para angariar recursos e voluntários e adesões ao referido projeto. A partir das iniciativas deste projeto tem se conseguido fomentar a pesquisa sobre os benefícios do método APAC com objetivo de implantá-lo em Janaúba para melhoria de qualidade de vida da população carcerária, pela busca de menor reincidência e diminuição da criminalidade na sociedade.

Palavras-chave: Recuperação de presidiários. Humanização do cárcere. Empoderamento.

FUNCIONALIDADE NA PARALISIA CEREBRAL PELO PEDIATRIC EVALUATION OF DISABILITY INVENTORY- PEDI

ROCHA, Geiziane Souza¹; BRITO, Sabrina de Jesus²; ESCOBAR, Érika Goulart Veloso Ferreira³

1 Fisioterapeuta; 2 Discente das FIPMOC; 3 Docente das FIPMOC

A Paralisia Cerebral (PC) descreve uma variedade de síndrome neurológica com distúrbios no desenvolvimento do movimento, que se manifesta normalmente em distúrbios tônicos e na execução dos movimentos voluntários. Apresentando, como consequência, o comprometimento do desempenho funcional dessas crianças, ocasionando prejuízos na realização de suas atividades de vida diária. Objetivou-se avaliar a capacidade funcional de crianças com paralisia cerebral através do Pediatric Evaluation Of Disability Inventory- PEDI. Realizou-se um estudo transversal com 12 crianças, com idades de 3 a 16 anos, atendidas no Núcleo de Atenção a Saúde e Práticas Profissionalizante (NASPP), por meio do Pediatric Evaluation Disability Inventory (PEDI) e do Gross Motor Function Classification System (GMFCS). Os resultados obtidos neste estudo permitem inferir uma relação direta entre mobilidade e a capacidade funcional das crianças com Paralisia Cerebral. Uma vez que crianças classificadas pelo GMFCS com maior comprometimento motor apresentam um desempenho inferior nas habilidades funcionais do PEDI, assim como crianças de menor comprometimento possuíam melhor desempenho. A gravidade do comprometimento motor e a limitação na capacidade funcional também estão diretamente associados à maior necessidade de assistência do cuidador.

Palavras-chaves: Paralisia Cerebral. Capacidade Funcional. PEDI.

GERAÇÃO ALTERNATIVA DE ENERGIA A PARTIR DE PLACAS FOTOVOLTAICAS DE LED

HIRAMATSU, Rodrigo Gomes¹; MAIA, Luiz Carlos Andrade¹; CARDOSO, Daner Vinicius Lima¹; DE CASTILHO, Pedro Otávio França¹; FREITAS, Marlon Stevão Ferreira¹; GOMES, Lucas Rodrigues¹; NASCIMENTO FILHO, Pedro Cândido².

1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Com a crescente preocupação em frear a degradação do planeta e o constante aumento da demanda de energia, o sol ocupa lugar de destaque por ser uma grande e importante fonte de energia alternativa. Objetivou-se produzir um equipamento para captação de energia solar a partir de LEDs, visando diminuir custos e melhorar o rendimento. Muitos livros falam sobre o uso das células fotovoltaicas, mas não fornecem detalhes sobre seu funcionamento e nem sugestões alternativas que o profissional/acadêmico possa utilizar para ilustrá-la na prática. Assim, abordamos de forma sucinta, o funcionamento dessas células, fornecendo uma base teórica para a compreensão da transformação direta da energia solar em elétrica. Usando uma base de baixo custo de materiais, pesquisas e testes foram feitos para a definição da melhor opção. Observou-se com o estudo aprofundado acerca da captação da luz utilizando-se LEDs que a utilização destes na cor vermelho possibilitaria extrair um rendimento melhor da célula devido a frequência da luz do sol ser mais compatível com a cor vermelho. Além disso, a utilização de um espelho côncavo com o objetivo de direcionar todos os raios luminosos aos LEDs melhoraria significativamente o rendimento. Após diversas pesquisas bibliográficas e de campo, foi constatado que a geração de energia, a partir de placas fotovoltaicas de LEDs, possui um rendimento bom com um custo baixo, sendo assim muito viável sua produção.

Palavras-chave: Placas Fotovoltaicas. LEDs. Geração de energia alternativa.

GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA POR MEIO DA PROPULSÃO HUMANA

MAIRINK, João Augusto Maia¹; FREITAS, Marlon Stevão Ferreira¹; SOARES, Dhiego Ronan Silva¹;
SILVA, Wesley Correia¹; SOUZA, Remysson Andrade.
NASCIMENTO FILHO, Pedro Cândido².

1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

A Energia Elétrica tornou-se recurso indispensável para a qualidade de vida da sociedade. Seu uso configura as necessidades básicas do ser humano e do desenvolvimento, seja ele social, econômico, tecnológico ou científico. Devido ao crescimento da sociedade e constante desenvolvimento de novas tecnologias, houve aumento na produção de equipamentos eletrônicos, associado a um maior consumo de energia elétrica. (BRONZATTI e IAROZINSKI NETO, 2008). Este estudo buscou desenvolver um protótipo de transformação da energia mecânica, proveniente da propulsão humana, em energia elétrica. O protótipo foi construído utilizando: uma bicicleta convencional, um alternador veicular, um retificador de corrente, uma bateria de motocicleta, uma correia e fios de cobre. A montagem: será retirado a roda e pneu dianteiro e fixação do quadro da bicicleta em uma chapa de ferro de forma que a roda traseira fique suspensa no ar. Será retirado o pneu da roda traseira onde será colocada a correia que fará a ligação com a polia do alternador. A energia que for gerada pelo alternador será conduzida pelos fios de cobre ao retificador de corrente, que a transformará a corrente alternada em corrente contínua, pronta para ser utilizada para recarregar celulares e outros aparelhos eletrônicos. Foi possível observar que quanto maior for a velocidade praticada pelo usuário, maior será a tensão gerada nos terminais do alternador. A partir do levantamento de dados e estudos realizados, foi possível concluir que o objetivo apresentado pelo projeto pode ser feito e produzido seguindo a proposta inicial com todos os padrões e normas seguidas.

Palavras-chave: Energia elétrica. Geração de energia. Propulsão humana.

Referencia:

BRONZATTI, F. L.; IAROZINSKI NETO, A. Matrizes energéticas no Brasil: cenário 2010-2030. Encontro Nacional de Engenharia de Produção, v. 28, 2008.

HÉRNIA DIAFRAGMÁTICA CONGÊNITA BILATERAL: RELATO DE CASO

DOS SANTOS, Alisson Fernando¹; RABELO NETO, Isnard de Araújo¹;
COELHO, Gabriel Pereira¹; GOMES, Jean Alves¹;

1Discentes de Medicina das FIPMoc

A Hérnia Diafragmática Congênita (HDC) é um defeito de formação do diafragma e é responsável por 8% das principais malformações congênitas. Ela está associada à alta morbidade e mortalidade, principalmente devido à hipoplasia pulmonar e hipertensão. Objetivou-se relatar um caso de HDC bilateral e discuti-lo criticamente, avaliando o contexto assistencial brasileiro. Trata-se de um relato de caso e, como tal, caracteriza-se por ser descritivo/qualitativo. O binômio (mãe-filho) estudado não foi escolhido aleatoriamente, mas sim pela situação distinta em que se encontrava. O consentimento, em participar do estudo, foi solicitado e obtido pelos envolvidos e, posteriormente, o caso foi descritivamente relatado. A paciente, em questão, é uma primigesta de 28 anos com idade gestacional de 31 semanas que compareceu no Hospital Santa Casa de Montes Claros em trabalho de parto efetivo com várias ecografias obstétricas evidenciando hérnia diafragmática congênita bilateral. Apesar da já sabida falta de recursos e condição incompatível com a vida extra-uterina de seu feto, a mesma optou pelo parto vaginal espontâneo. Durante o parto não houve intercorrência, entretanto o recém-nascido veio a óbito poucos minutos após o parto devido à insuficiência respiratória. Na HDC, os órgãos abdominais presente dentro do tórax atuam como massas que impedem que o pulmão cresça e acabam comprimindo-o e comprometendo seu desenvolvimento normal, muitas vezes levando a grave falência. De fato, a HDC mostrou-se com altas taxas de mortalidade pré e perinatal, apesar dos avanços no diagnóstico pré-natal, principalmente quando se associa a outras anomalias congênitas. No Brasil, há necessidade de um maior alinhamento e organização entre as equipes multidisciplinares a fim de oferecer todo o suporte necessário ao neonato e a gestante/puérpera.

Palavras-chave: Hérnia Diafragmática Congênita. Malformação congênita. Hipoplasia pulmonar. Complicações da gravidez.

HUMANIZAÇÃO CARCERÁRIA PELO MÉTODO APAC EM MONTES CLAROS

MESQUITA¹, Brenda Janielle Sousa; TEIXEIRA², Silene da Silva; VELOSO³, Cynara Silde Mesquita.
Discente da Unimontes¹; Discente da Unimontes²; Docente da Unimontes³.

A APAC (Associação de proteção e assistência ao condenado) foi criada para humanizar o sistema carcerário. É um método que cumpre o que está escrito na Lei de Execução Penal, garantindo ao preso respeito, dignidade, valorização humana, mas sem deixar de lado o caráter punitivo. Objetivou-se analisar as diferenças entre o sistema carcerário atual e o modelo apaqueano, no que diz respeito humanização da vida carcerária e à ressocialização do preso. É uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa. Na consecução do objetivo foi realizada pesquisa bibliográfica e documental através da análise da legislação. O sistema prisional tradicional em Montes Claros viola os princípios da individualização da pena e o da dignidade da pessoa humana. Existem problemas relacionados à infraestrutura e superlotação. Esses fatos acabam aumentando o índice de reincidência. A APAC, por sua vez, valoriza a dignidade do condenado. Ela busca ressocializar o recuperando. Na APAC os presos são tratados pelo nome e são valorizados como seres humanos, eles comem em mesas, com talheres, dormem cada recuperando numa cama, trabalham, estudam, respeitam uns aos outros, têm assistência jurídica e à saúde deles. Dessa maneira, conclui-se que a APAC busca ressocializar o condenado, fazendo com que este não volte a delinquir e seja reinserido na sociedade sem preconceitos e com uma nova oportunidade de vida.

Palavras-chave: APAC. Humanização. Recuperando.

HUMANIZAÇÃO DA VIDA CARCERÁRIA EM MONTES CLAROS ATRAVÉS DO MÉTODO APAC

(resultados preliminares)

BRAZ, Arlon Soares Braz¹.

SILVA, Leandro Luciano²

VELOSO, Cynara Silde Mesquita³

¹Discente do Curso de Direito da FUNORTE. ² Doutorando FAE/UFMG - Docente FIPMoc.

³Doutora em Direito Processual PUC Minas Docente do Curso de Direito da UNIMONTES e das FIPMoc, Coordenadora Geral do Projeto

A crise no sistema carcerário nacional proporciona aumento na reincidência da criminalidade, tornando-se nulo o caráter ressocializador e reintegrativo da pena. As mazelas existentes no sistema prisional brasileiro são descendentes da falta de política criminal humanizada. Promover a humanização da vida carcerária e a recuperação de homens e mulheres submetidos à pena privativa de liberdade viabiliza a efetivação da dignidade humana, o que realça a necessidade de uma revolução das prisões (VARGAS, 2011, p. 08). Primordialmente, o método APAC - Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, fomenta a valorização humana da pessoa que delinuiu e que, reclusa ou não, cumpre pena privativa de liberdade (OTTOBONI, 2001, p.30). Outrossim, emerge-se como mecanismo de humanização da execução da pena possibilitando a ressocialização do condenado. Neste contexto a presente pesquisa tem por objetivo realizar um estudo comparativo entre o sistema carcerário tradicional e o método APAC em Montes Claros, referente à humanização e ressocialização dos apenados. A pesquisa será desenvolvida com fulcro em investigação bibliográfica, documental e jurisprudencial, tendo como basilar o método de abordagem indutivo. Como resultado parcial do trabalho, a reincidência no sistema tradicional está em patamares de 95%, no o método APAC essa reincidência é abaixo de 10%, com metodologia de valorização humana, oferta aos condenados, condições de recuperar-se, mitigando o sucateamento prisional e instituindo a liberdade gradual, o que a priori, atenua o índice de reincidência criminal. Portanto, pautado no princípio da dignidade da pessoa humana, bem como na premissa da ressocialização, positivada na Lei de Execução

Penal, entende-se que a implementação do método APAC na Comarca de Montes Claros faz-se imprescindível para a contemplação da reintegração proveniente do sistema executório vigente. Ademais, atribuir responsabilidade aos apenados, ofertando a eles caminhos paralelos à criminalidade, por meio da cooperação mútua, do estudo e da prática laborativa, bem como pela interação com a sociedade e família, representa ganho significativo no que tange a diminuição da criminalidade e a concretização do Estado Democrático de Direito.

Palavras-chave: APAC. Ressocialização. Humanização. Sistema Penitenciário.

Referências:

OTTOBONI, Mário, **Vamos matar o criminoso? Método APAC**. São Paulo: Paulinas, 2001.

VARGAS, Laura Jimena Ordóñez. **É possível humanizar através das grades? Uma etnografia do Método de gestão Carcerária APAC**. Brasília, 2011, 08 p. (Tese apresentada para o Departamento de Antropologia com requisito parcial para obtenção de Título de Doutora em Antropologia Social).

HUMANIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA PENA NO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO: POSSIBILIDADES À LUZ DO MÉTODO APAC

PRATES, Priscilla Dias¹; PEREIRA, Sabrina de Carvalho¹; SILVA, Leandro Luciano²; ROCHA, Dalton Caldeira³; VELOSO, Cynara Silde Mesquita⁴..

1 Discente do Curso de Direito da UNIMONTES; 2 Doutorando FAE/UFMG - Docente FIPMoc;

3 Docente do Curso de Direito da UNIMONTES; 4 Docente do Curso de Direito da UNIMONTES, Coordenadora Geral do Projeto

A humanização do cumprimento da pena talvez seja um dos problemas mais complexos da Política Criminal Brasileira. Apesar de privado da liberdade, o indivíduo encarcerado continua sendo sujeito de direitos, cabendo ao Estado manter esses direitos. Objetivou-se analisar o Sistema Penitenciário Brasileiro no que se refere à humanização do cumprimento da pena privativa de liberdade. Trata-se de um estudo exploratório realizado através de pesquisa bibliográfica e documental. A coleta de dados será realizada em dois bancos de dados, com resultados parciais. Serão apresentados dados relacionados à assistência social apontados no âmbito do relatório de inspeção em estabelecimentos penais de Minas Gerais, realizado no período de 25 e 26 de abril de 2013 pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. O relatório é resultado da inspeção realizada em quatro estabelecimentos prisionais localizados na Região Metropolitana de Belo Horizonte: o Centro de Remanejamento do Sistema Prisional (CERESP), a Penitenciária Professor Jason Soares Albergaria (PPJSA), o Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto (CPFEP) e o Presídio Inspetor José Marinho Drumond (PIJM). Esse relatório avalia itens do estabelecimento prisional como estrutura organizacional, perfil dos indivíduos recolhidos, perfil dos profissionais do presídio, lotação das unidades, salubridade, condições da alimentação fornecidas, entre outros. Em outra oportunidade, os dados serão obtidos junto à Vara de Execuções Criminais e do Tribunal do Júri da Comarca de Montes Claros - MG. O relatório indica que os quatro presídios apresentavam inconformidades nas suas instalações; quanto à alimentação é interessante destacar o caso do CERESP: “chegou-se a verificar pães mofados de apenas um dia atrás da distribuição; comidas pelo chão” (p.20). No que se refere à educação, no PPJSA, foi constatado que não havia “qualquer tipo de atividade educativa, sem biblioteca ou algo do gênero” (p.37). Os relatos quanto aos excessos dos agentes penitenciários foi destaque no CPFEP, que indicavam “Procedimentos muito rigorosos de segurança. Assédio moral, constrangimentos [...]” (p.53). No que se refere à superlotação, destaca-se o resultado da vistoria no PIJM, sendo que o “Problema de superlotação [...] torna o lugar caótico; constantes atendimentos médicos (um jovem morreu dias antes da inspeção por razão ainda inexplicável)” (p.68). Acrescente-se a situação das celas: “Celas insalubres, odor terrível” (p.69). Apesar de ainda preliminares, os dados sugerem, pelos menos nas unidades prisionais indicadas, a deficiência do sistema convencional em atender à humanização do cumprimento da pena em seus estabelecimentos. Por outro lado, o Método adotado pela Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - APAC configura-se como alternativa para desenvolver a humanização do cumprimento da pena no Sistema Prisional Brasileiro, pois ele adota estratégias de

ressocialização associadas à valorização do apenado como indivíduo de direitos e deveres, estímulo ao senso de solidariedade, valorizando-o pela educação, trabalho e espiritualidade. Porém os dados deste resumo são preliminares e o amadurecimento do estudo se realizará no âmbito do projeto de pesquisa “Execução Penal à Luz do Método APAC em Montes Claros: desafios e perspectivas de sua consolidação”, em desenvolvimento pelo Departamento de Direito da UNIMONTES.

Palavras-chave: Sistema prisional. Cumprimento da pena. Humanização. Método APAC.

IDENTIFICAÇÃO DA COMPOSIÇÃO MINERALÓGICA E QUÍMICA PRESENTE NOS ÓCULOS

SILVA, Camila Nunes da ¹; COUTINHO, Gabriela Silva¹; MASID, Marcela Cursino de Menezes Capella¹; SANTOS, Natália Lopes dos¹; REGO, Thaís Cristina Figueiredo²; CATRINCK, Tereza Cristina Pimenta Gonçalves²; NASCIMENTO, Pedro Cândido do².
1Discente em Engenharia de Minas, FIPMoc. 2Docente das FIPMoc

Com a crescente busca na extração de minérios para fins de usos pessoais, como relógios, joias, óculos e eletrônicos destacou-se aspectos químicos, físicos e sociais importantes que foram essenciais para a elaboração da pesquisa. O presente estudo foi de identificar e analisar os principais minerais utilizados na confecção dos óculos, investigando-os desde a extração dos componentes químicos até o resultado final das peças prontas e acabadas para a comercialização. Foram utilizados como métodos de pesquisas, aspectos qualitativos de caráter exploratório, pesquisas bibliográficas e de campo com caráter descritivo. Realizou-se também uma entrevista semiestruturada. Nos resultados, destacou-se o uso das ligas metálicas, os componentes minerais, como Alpaca e Monel na fabricação de determinadas peças dos óculos e os respectivos teores analíticos dos elementos químicos. Concluiu-se, que pode haver melhorias nos materiais mineralógicos utilizados na fabricação dos óculos, como analisada na ferramenta FMEA e podendo ser realizado também um plano de controle mais rígido com processos laboratoriais para análise de toda a matéria prima que será utilizada.

Palavras-chave: Óculos. Composição mineral. FMEA.

IDENTIFICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS REFERENTES À PESSOA COM DEFICIÊNCIA, NO ESTADO DE MINAS GERAIS

ALCANTRA, Clebes Lopes¹; AMARAL, Alex Fabiano Silva¹; CANDIDO, Jordi Serra¹; MEDEIROS, Angel Lorrane Versiani¹; SOUZA, Cesar de Jesus Alves¹; SILVA, Leandro Luciano².
1Discentes das FIPMoc; 2Doutorando FAE/UFMG - Docente FIPMoc - Procuradoria/ UNIMONTES

Há uma preocupação por parte do Estado em aprimorar, efetivar e criar novas políticas públicas que favoreçam diretamente ao cidadão. O objetivo deste trabalho foi identificar as políticas públicas relacionadas às pessoas com deficiência no Estado de Minas Gerais. Trata-se de estudo exploratório realizado através de pesquisa bibliográfica e documental, os dados foram obtidos através de busca no sítio oficial do Governo do Estado de Minas Gerais realizada no primeiro semestre do ano de 2015. Identificou-se que o Estado de Minas Gerais busca a efetivação dos direitos sociais de pessoas com deficiência através de políticas públicas, como o atendimento a pacientes que necessitam de cuidados intensivos com monitoramento 24 horas, sendo o leito regulado pelas secretarias Municipais de Saúde por meio da central de leitos, sob a responsabilidade da Fundação Hospitalar do Estado de Minas - FHIEMG. Outro programa inserido nas políticas públicas direcionadas às pessoas com deficiência física ou mental é o atendimento realizado pela Polícia Civil do Estado às vítimas de violência, sendo amparadas com serviços de apoio psicossocial, e orientações jurídicas. Ainda na área da saúde, outro programa é o atendimento ambulatorial para a reabilitação física, também desenvolvida pela Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – FHIEMG, beneficiando crianças, adultos e idosos com algum tipo de incapacidade física, estes são encaminhados para os cuidados de uma equipe médica com profissionais. Quanto a direitos inerentes à

cidadania, o Estado presta auxílio aos deficientes visuais, viabilizando a consulta ao acervo bibliotecário no Estado através da Secretaria de Estado de Cultura com auxílio do setor de Braille da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Conclui-se que o Estado de Minas Gerais institui programas específicos para atender às necessidades das pessoas com deficiência. Ocorre que a efetivação dos direitos sociais das pessoas com deficiência através das políticas aqui descritas, só pode ser confirmada por meio da análise objetivas de cada ação aqui identificada.

Palavras-chave: Direitos sociais. Pessoas com deficiência. Políticas públicas. Estado de Minas Gerais.

IDENTIFICAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS REFERENTES À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Dados parciais do Projeto Interdisciplinar

RABELO, Alcino Junio¹; MARQUES, Cássio Matos¹; COSTA, Olívio Bastita¹; MEDEIROS, Roni Val Ferreira¹; SILVA, Leandro Luciano²;

¹Discentes das FIPMoc; ² Doutorando FAE/UFMG - Docente FIPMoc - Procuradoria/ UNIMONTES

Um dos grandes problemas relacionados aos Direitos Sociais é sua implementação. Na maioria dos casos essa implementação se processa através das políticas públicas. As Políticas Públicas podem ser caracterizadas como diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado (TEIXEIRA, 2002). O presente trabalho teve como objetivo identificar as políticas públicas relacionadas às crianças e aos adolescentes no Estado de Minas Gerais. Trata-se de estudo exploratório realizado através de pesquisa bibliográfica e documental, os dados foram obtidos através de busca no sítio oficial do Governo do Estado de Minas Gerais realizada no primeiro semestre do ano de 2015. Identificou-se que o Governo do Estado de Minas Gerais institui políticas públicas relacionadas à criança e ao adolescente. Essas ações do Estado podem ser observadas através de propostas como o programa “Educação complementar para jovens e adolescentes em regime de moradia estudantil”, através da Fundação Caio Martins (FUCAM), com o oferecimento de curso de educação complementar para adolescentes de 12 a 18 anos, contando com parcerias, como exemplo a Emater; “O programa de Atendimento psicológico a crianças e adolescentes em Ibitiré, onde o órgão responsável pelo programa é a Fundação Helena Antipoff (FHA)”, onde é oferecido aos adolescentes de até 18 anos de idade acompanhamento por fonoaudiólogos, psicólogos e médicos; programa de “Orientação a Conselhos Tutelares e Municipais”, visando a orientação e capacitação quanto aos parâmetros de atuação, funcionamento e capacitação dos órgãos municipais, bem como distribuição de materiais e campanhas de explicação sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a área de abrangência é em todo Estado de Minas Gerais e o órgão responsável é o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente (CEDCA); O Atendimento de Urgência Psiquiátrica infanto-juvenil, cujo órgão responsável é a Fundação Hospitalar de Minas Gerais (FHEMIG), realizando atendimento às crianças e adolescentes que sofrem de alterações no pensamento (delírio) e alterações nas suas ações (atos agressivos), colocando em risco a sua vida e a de pessoas próximas, este programa é conhecido como Centro Psíquico de Infância e Adolescência – Cepai, localizado na cidade de Belo Horizonte. Outro programa disponibilizado pelo Estado é o programa denominado Visitolândia, tendo a Polícia Militar como órgão responsável, o programa é composto de minicidades com ruas e veículos, para que a criança aprenda a se comportar na rua e são fornecidas informações sobre as leis de trânsito, existem duas unidades uma em Belo Horizonte e outra em Contagem, além de unidades móveis que circulam por todo o Estado, Polícia de Trânsito (BPTRAN) na cidade de Belo Horizonte. Concluiu-se que há uma preocupação do Poder Público do Estado de Minas Gerais em criar mecanismos de efetivação dos direitos sociais relacionados à criança e ao adolescente. Não obstante, a afirmação quanto à efetividade desses direitos sociais através das políticas ora apresentadas, só seria possível após a análise detalhada de cada política em sua respectiva seara de atuação.

Palavras-chave: Direitos sociais. Políticas públicas. Criança e adolescente. Estado de Minas Gerais.

Referência:

TEIXEIRA, Celso Elenaldo. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**, Salvador, 2002. Disponível em: http://www.aatr.org.br/site/textos_publicacoes/index.asp . Acesso em 20 fev. 2015.

IDENTIFICAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS REFERENTES À SAÚDE NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Dados parciais do Projeto de Interdisciplinar

AFONSO, Alana de Freitas¹; SOARES, Anne Caroline Nascimento¹; COSTA, Eduarda Vieira¹; ROCHA, Letícia Souza¹; CARDOSO, Marcela Leal¹; MOTA, Patrícia Beata Rocha Silva¹; SILVA, Leandro Luciano².

1 Discentes das FIPMoc; 2 Doutorando FAE/UFMG - Docente FIPMoc - Procuradoria/ UNIMONTES

Todo cidadão tem direito ao atendimento adequado no que se refere à sua dignidade, seus valores e seus direitos, em especial em relação ao Direito à Saúde. Visando cumprir o que dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no que diz sobre os direitos à saúde. O Brasil instituiu o Sistema Único de Saúde (SUS), que tem como proposta a ampliação do atendimento a todos os cidadãos, a fim de diminuir as desigualdades em relação ao acesso à saúde, apesar da proposta do SUS, vários serviços relacionados à saúde não são acessíveis a todos os cidadãos, sendo necessário a instituição de ações direcionadas a suprir essas lacunas, e essas ações podem ser implementadas através de políticas públicas. As Políticas Públicas podem ser definidas como ações do Estado para intervir em causas sociais visando sua melhoria, seriam respostas dadas a seguimentos marginalizados da sociedade. Essas respostas têm como principal intermediador o Estado, que é responsável pela instituição dessas políticas, não se excluindo a participação da população na apresentação de demandas e na fiscalização destas ações. O objetivo deste trabalho é identificar as políticas públicas referentes à saúde no do Estado de Minas Gerais. Trata-se de um estudo exploratório realizado através da pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados foram obtidos por meio de consulta ao sítio oficial do governo do Estado de Minas Gerais realizada no primeiro semestre de 2015. Identificou-se que o Estado de Minas Gerais, institui políticas voltadas aos direitos relacionados à saúde através de ações como a produção de soros antipeçonhentos e antitóxicos, que além do atendimento a demandas institucionais em todo o país, fornece o soro de forma gratuita para a utilização em pacientes ofendidos por animais peçonhentos. Outro programa identificado refere-se ao tratamento médico para adultos que necessitam de cuidados intensivos e intermediários, esses pacientes são monitorados 24 horas pela equipe médica por necessitarem de tais cuidados. O responsável pela busca de vagas para esse paciente é a Secretaria Municipal de Saúde, por meio da Central de Leitos, sendo que o órgão responsável é a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – FHEMIG. O atendimento médico em urgências pediátricas, também é uma ação do estado identificada neste trabalho, trata-se de serviço que prioriza o atendimento às crianças com infecção das vias aéreas superiores, dificuldade respiratória, traumatismos causados por quedas, intoxicações, queimaduras e febre sem motivo identificado. Para o atendimento de urgência, o acompanhante deve chamar o resgate por meio do Corpo de Bombeiros (193) ou pelo (SAMU) através do (192). Além das ações já descritas, outra política identificada está relacionada ao atendimento à criança, adulto e ao idoso com algum grau de incapacidade física, essa espécie de paciente é atendida por equipe multiprofissional e o tratamento é gratuito e a tem como órgão responsável a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais-FHEMIG. Conclui-se que mesmo diante da crise que envolve os diversos setores da saúde, o Governo do Estado de Minas Gerais tem exercido um papel significativo na instituição de políticas públicas de ampliação do atendimento do direito à saúde. Ocorre que, apesar do esforço estatal, não é possível, apenas com o presente trabalho, informar com objetividade se estas políticas promovem a efetivação dos direitos sociais relacionados à saúde, a afirmação nesse sentido depende da análise pontual sobre cada ação ou política aqui descrita.

Palavras-chave: Direitos Sociais. Saúde. Políticas Públicas Estado de Minas Gerais.

IDENTIFICAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS REFERENTES À TERCEIRA IDADE, NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Dados parciais do Projeto Interdisciplinar

DIAS, Davidson Arant Santos; DIAS, Vinicius Rafael Lopes; GONÇALVES, Nayara Fonseca; LOPES, Edson Junior ; QUARESMA, Bernardo Bento; Silva, Danilo Carvalho ;SOUZA, Alexandre Moreno. SILVA, Leandro Luciano

Um dos grandes problemas relacionados aos Direitos Sociais trata-se da sua efetividade geralmente pelo Estado. O Estado tem atuado nesta seara por meio de Políticas Públicas, que podem ser conceituadas como o conjunto de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo mesmo, direta ou indiretamente, que visam assegurar determinado direito de cidadania. O presente trabalho tem como objetivo identificar as políticas públicas referentes à Terceira Idade, no Estado de Minas Gerais. Para atender ao propósito deste trabalho optou-se pelo estudo exploratório, através de pesquisa bibliográfica e documental, os dados foram obtidos através de busca realizada no sítio oficial do Governo do Estado de Minas Gerais no primeiro semestre de 2015. Identificou-se o programa de atendimento, via polícia civil do Estado de Minas Gerais, ao idoso vítima de violência. No que diz respeito à saúde do idoso existem programas de atendimento Ambulatorial de reabilitação física aos adultos e idosos com algum tipo de incapacidade física e problemas de Saúde, ou até mesmo a internação hospitalar de pacientes que necessitam de cuidados médicos prolongados, inclusive tratamentos intensivos e intermediários em casos extremos como (CTI e UTI) esse tipo de atendimento é realizado pela Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - FHEMIG. Conclui-se que a participação do Estado na instituição de políticas públicas, é de extrema importância, tanto no sentido de garantir o mais amplo exercício da cidadania à população, como também no auxílio das minorias como no caso dos idosos. A efetividade dos direitos que envolvem as políticas aqui descritas depende de uma análise mais profunda tendo por objeto cada uma dessas políticas.

Palavras-chave: Direitos Sociais. Terceira Idade. Políticas Públicas. Estado de Minas Gerais.

IMPACTO DO TABAGISMO EM MULHERES EM IDADE FÉRTIL

BRANT, Ailton Gomes¹; ANDRADE, Alisson Oliveira¹; SILVA, Frederico Willer Souza¹; RIBEIRO, Rayan de Melo¹; GUIMARÃES, Victor Antunes¹; MOURA, Paula Maria Silveira Soares²

1 Discente das FIPMOC; 2 Docente das FIPMOC

O tabagismo representa importante problema para as agências de saúde do Brasil e do mundo¹, sendo considerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) a principal causa de morte evitável. A OMS estima que um terço da população mundial adulta, isto é, 1,2 bilhão de pessoas (entre as quais 200 milhões de mulheres), sejam fumantes. O Presente estudo teve por objetivo revisar na literatura atual os impactos gerados pelo tabagismo em mulheres em idade fértil. Foi realizada uma revisão bibliográfica exploratória, de caráter qualitativo, baseada nas principais fontes de literatura atuais, como, Scielo, Pubmed, Bireme e Lilacs. Para as gestantes, o tabagismo atribui diversos riscos adicionais à gravidez e, portanto, deve ser evitado. Apesar de grande parte delas conhecerem o efeito maléfico do tabaco durante este período, apenas 20% das grávidas fumantes pararam de fumar espontaneamente do início da gestação, até o momento do parto. Verificou-se nos estudos, de forma consensual, que, riscos como placenta prévia, ruptura prematura das membranas, descolamento prematuro de placenta, gravidez tubária e aumento do risco de aborto, são os mais observados. Além disso, a literatura aponta que o uso da nicotina e cotinina (substâncias presentes no cigarro) estão diretamente relacionados com a diminuição da fertilidade da mulher, bem como antecipação da menopausa. Ainda, a presença do monóxido de carbono e da nicotina causa vasoconstricção dos vasos do útero e da placenta, reduzindo o fluxo sanguíneo e a oferta de oxigênio e nutrientes para o feto. Por meio das pesquisas e estudos realizados pode-se concluir a existência de impactos significativos diretos às mulheres em idade fértil e indiretos aos fetos das mesmas. Assim, faz-se necessário o desenvolvimento de estratégias focadas na promoção de saúde e na prevenção do uso do tabaco nessa

população, como um dos meios de ação que a saúde pública poderá utilizar para evitar possíveis complicações.

Palavras-chave: Gestantes. Tabaco. Saúde Pública.

Referências:

FRANÇA, Samires Avelino de Souza; NEVES, Ana Ligian Feitosa das; SOUZA, Tatiane Andressa Santos de; MARTINS, Nandara Celana Negreiros; CARNEIRO, Saul Rassy; SARGES, Edilene do Socorro Nascimento; SOUZA, Maria de Fátima Amine Houat de. Fatores associados à cessação do tabagismo. **Revista de saúde pública**, Belém, 2015.

World Health Organization (WHO). WHO Report on the Global Tobacco Epidemic, 2008: The MPOWER package. Geneva: World Health Organization; 2008.

IMPERMEABILIZAÇÃO NA CONSTRUÇÃO CIVIL

SANTOS, Fabricia Gracielle¹; MACEDO, Flavio Pereira de¹; COSTA, Antonio Carlos Moreira da²
1Discentes das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

A impermeabilização é uma etapa muito importante na construção civil, mas vem sendo deixada em segundo plano, na maioria das vezes, por contenção de custos e desinformação, resultando no aparecimento de patologias. Este trabalho tem como objetivo principal orientar e conscientizar o profissional da construção civil sobre a importância da impermeabilização como forma de proteção dos elementos da edificação. O procedimento garante a estanqueidade das partes construtivas e assegura a salubridade dos ambientes, garantindo assim a segurança e o conforto do usuário. O método utilizado foi uma pesquisa bibliográfica inicialmente com base no acervo da Biblioteca das Faculdades Pitágoras – FIPMOC. Em seguida foram buscados dados da internet. Foi realizada também uma pesquisa no comércio local para conhecer os produtos disponíveis no mercado montesclarensense. Os resultados e a discussão foram feitos destacando –se os pontos mais relevantes, bem como a apresentação da contribuição pessoal sobre os temas pesquisados e com base nos dados levantados. Serão mostrados alguns materiais existentes no mercado e sistemas de impermeabilização adotados na atualidade. O enfoque desse trabalho será a importância do projeto de impermeabilização.

Palavras-chave: impermeabilização, patologias, impermeabilizantes

IMPORTÂNCIA DO CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL PARA A DETERMINAÇÃO DA DEFLEXÃO EM VIGAS E EIXOS

CARVALHO JÚNIOR, Álvaro Barbosa¹; COSTA, Luciana Silva²; SILVA, Alessandro Evair Oliveira³
1Docente do Curso de Engenharia Mecânica das FIPMoc; 2Docente do Curso de Engenharia Elétrica das FIPMoc; 3Discente do Curso de Engenharia Mecânica das FIPMoc

As disciplinas que envolvem cálculo diferencial e integral são de extrema importância nos cursos de engenharia, devido às aplicações para análise de estruturas, determinação de momentos fletores, ações de cargas combinadas e dimensionamento de vigas, entre outros casos. Contudo, as disciplinas que utilizam cálculo diferencial e integral representam um desafio para os estudantes, fato constatado pelo alto índice de reprovação nas IES. Nos últimos anos, muitos estudos têm sugerido mudanças na forma pedagógica do ensino do cálculo, com o objetivo de aprimorar o aprendizado teórico e preparar os alunos para o mercado de trabalho. Assim, acredita-se que a introdução de problemas práticos, com questões contextualizadas e de aplicações diretas das disciplinas, possam demonstrar a importância do cálculo diferencial e integral. Com a exclusão de conteúdos apresentados quase que exclusivamente de forma teórica e sem qualquer aplicação prática, espera-se uma motivação e um melhor desempenho acadêmico nas disciplinas de cálculo para a engenharia. Esse trabalho tem como objetivo demonstrar aplicações práticas na engenharia que utilizam cálculo de derivadas e integrais para determinação do raio de curvatura, linha elástica, deslocamentos e

inclinação de vigas submetidas à cargas verticais. Para a realização desse trabalho foi utilizada a teoria de deflexão por integral de linha elástica aplicada à vigas e eixos, proposta nas disciplinas de Resistência dos Materiais e Ciência e Tecnologia dos Materiais. O elemento estrutural investigado foi um perfil de aço com seção retangular com carga distribuída proveniente de uma parede de alvenaria de tijolos sem reboco. Os resultados mostraram que o deslocamento e a inclinação de perfis de aço utilizados como viga podem ser determinados de forma rápida e precisa por meio do uso de equações diferenciais não lineares de segunda ordem.

Palavras-chave: Integrais. Deflexão. Vigas

IMPORTÂNCIA DO VOLUNTARIADO NA RESSOCIALIZAÇÃO DO RECUPERANDO ATRAVÉS DO MÉTODO APAC

Trabalho realizado no âmbito do projeto de pesquisa Execução Penal à luz do método APAC em Montes Claros: desafios e perspectivas de consolidação.

LEITE, Ana Aparecida Cardoso¹ ; SOUZA, Priscila Ferraz de²; VELOSO, Cynara Silde Mesquita³.

¹Discente da UNIMONTES; ²Discente da UNIMONTES; ³Docente da UNIMONTES e FIPMOC

Apesar das novas tipificações penais e aumento das penas já existentes, os índices de criminalidade no Brasil aumentam constantemente. Isso gera temor e insegurança na população que não sabe como tratar os condenados e nem os receber de volta na vida em sociedade. O Estado tem dificuldade em oferecer condições para a ressocialização do condenado. Assim, conforme o art. 4º da Lei de Execução Penal, ele deve recorrer a cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena. Esta pesquisa busca mostrar a importância que a participação comunitária voluntária tem na recuperação dos condenados e como o método apaqueano tem conseguido êxito na sua aplicação. O método utilizado nessa pesquisa foi o dedutivo, analisando a importância do voluntariado para a execução e desenvolvimento do método. Percebe-se quão fundamental são os reflexos gerados, contribuindo de forma positiva para a ressocialização do recuperando. Quanto à técnica de pesquisa, foram utilizadas a bibliográfica e documental através da análise da legislação vigente. O método de Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) consiste em uma iniciativa de humanização do sistema penitenciário, baseada na teoria de que ninguém é irreversível, permitindo ao preso tornar-se sujeito ativo de sua recuperação. Sua estruturação baseia-se em 12 pilares: Participação da Comunidade, Recuperando ajudando Recuperando, Trabalho, Religião, Assistência Jurídica, Assistência à Saúde, Valorização Humana, Família, Voluntariado e sua formação, Centro de Reintegração Social, Mérito e Jornada de Libertação com Cristo. O método oferece condições de o agente cumprir sua pena sem se privar dos direitos necessários à uma vida digna, exceto pela liberdade. Na maioria dos casos a causa para a entrada do agente no mundo do crime se deve à falta de estrutura familiar e as APAC's buscam preencher essa lacuna através do auxílio da comunidade, que voluntariamente se doa à recuperação do agente, fazendo-o crer na capacidade de retornar ao convívio social se optar pelo caminho da paz. O Estado em sua abstração não conseguiria tal feito. Os recuperandos reconhecem a dedicação dos voluntários como gesto de amor àqueles excluídos da vida social. São realizadas pelos voluntários as mais diversas atividades: médicas, odontológicas, educacionais, entre outras, em busca de oferecer o ambiente propício para a ressocialização. Os agentes da justiça têm dificuldades em acreditar na recuperação do condenado, pois não foram sequer preparados para isso. Assim, os voluntários são uma importante ferramenta na quebra do preconceito que há entre segurança social e condenado. O voluntário é um exemplo de vida ao apenado que nele se espelha na busca de uma vida decente. A participação da comunidade é o que permite o cumprimento das demais modalidades de assistência sugeridas pela APAC. Para melhor atender a realidade do método e garantir as condições necessárias é oferecido aos interessados um curso de capacitação, pois o voluntário precisa estar bem preparado para exercer suas funções. O grande desafio da APAC é conseguir mais pessoas dispostas e capacitadas em servir o próximo.

Palavras-chave: APAC. Ressocialização. Comunidade. Voluntariado. Assistência.

INCIDÊNCIA E PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA HEPATITE B EM MONTES CLAROS, MG, DURANTE OS ANOS DE 2003 A 2012

FREITAS, Lays Viana¹; SILVA, Carla Angélica da Cruz²

¹ Graduanda em Medicina pelas FIPMoc. ² Graduanda em Medicina pelas FIPMoc

A hepatite B é doença infecciosa, causada por um vírus hepatotrópico, DNA, pertencente à família Hepadnaviridae, de estrutura complexa. A doença é um problema de saúde mundial, principalmente em países em desenvolvimento, e estima-se que um terço da população global esteja infectado com o vírus da hepatite, tendo focos regionais de alta prevalência na América Latina e Europa e, no Brasil, principalmente na região amazônica. Representando a causa mais frequente de hepatite crônica, pode cursar com cirrose e carcinoma hepatocelular, sendo, portanto, um problema de saúde pública. Sua transmissão ocorre através do contato com fluidos corporais pelas vias parenteral, sexual e vertical. Devido a isso, a maior prevalência está relacionada aos fatores de risco: hemodiálise, multitransfusões de sangue ou hemoderivados, manipulação de sangue humano, acidentes com materiais perfuro- cortantes, convivência íntima com infectados, uso de drogas ilícitas e contato com múltiplos parceiros. Objetivou-se conhecer a incidência e o perfil epidemiológico da Hepatite B em Montes Claros, MG, entre os anos de 2003 a 2012, identificando a incidência e o perfil epidemiológico dos portadores de Hepatite B de acordo com o sexo, faixa etária, raça e escolaridade; Verificar as formas clínicas mais prevalentes da doença; Determinar as principais formas de infecção; Comparar os casos notificados de Hepatite B entre as diferentes regiões do estado. Trata-se de um estudo com abordagem quantitativa, retrospectiva e transversal. Tendo como universo de pesquisa os dados do SINAN (Sistema Nacional de Agravos de Notificação) referentes aos casos notificados de Hepatite B na cidade de Montes Claros-MG no período de 2003 a 2012. As atribuições do SINAN NET consistem em coletar, transmitir e disseminar dados gerados rotineiramente pelo sistema de vigilância epidemiológica, fornecendo informações para análise do perfil da morbidade da população nas três esferas do governo. Após a coleta, os dados foram analisados e interpretados, estabelecendo-se uma análise entre os dados obtidos e a literatura. A prevalência da hepatite B notificadas no município vinha aumentando até o ano de 2007, mas a partir do ano de 2008 apresentou uma redução anual e um discreto aumento entre os anos de 2011 e 2012. No norte de Minas durante o período de 2001 e 2006, foi identificado um incremento significativo do número de casos de hepatite B. Observa-se um aumento da infecção pelo vírus da hepatite B no sexo masculino entre o ano de 2005 (100%), 2008 (71,54%) e 2011 (71, 43%), no entanto nos anos de 2006, 2009 e 2010 observamos uma frequência maior da doença no sexo feminino e nos demais anos uma equivalência entre os sexos. Quanto à etnia, a parda apresentou porcentagens maiores que as outras nos anos de 2005, 2009, 2010, 2011 e 2012, e a branca, maior porcentagem em 2003. A queda do número de casos da doença ao longo desses anos reflete a implantação das políticas públicas do Ministério da Saúde, como o Programa Nacional de Hepatites Virais.

Palavras-chave: Hepatite B. Infecção. Saúde.

INCLUSÃO/EXCLUSÃO SOCIAL: PERSPECTIVAS NO ÂMBITO ESCOLAR

BRITO, Karoline Moreira de¹; DIAS, Helem Juliane de Oliveira¹; MENDES, Tassila Lene S.¹;

SOUZA, Fabiola Alves de¹; ROTA JÚNIOR, César ²

¹Discente das FIPMOC; ² Psicólogo, doutorando em Educação (FAE/UFMG), docente das FIPMOC

A inclusão social em instituições educativas apresenta-se como um desafio nos dias atuais e, neste sentido, a educação inclusiva aspira fazer efetivos o direito à educação, a igualdade de oportunidades e de participação, a partir da consideração da diversidade como oportunidade para enriquecer os processos de aprendizagem. Objetivou-se analisar os dispositivos de inclusão social em instituições educacionais a partir da realização de um estágio supervisionado e pesquisa com crianças inseridas na Escola de Tempo Integral Professor Luís Flávio Pereira (CCVEC), localizada na cidade de Montes Claros - MG. A escola foi analisada a partir da técnica de acompanhamento terapêutico às crianças que apresentavam dificuldades de aprendizagem. O trabalho envolveu uma análise e revisão teórica que incluiu os processos dialéticos de inclusão e exclusão, presentes na psicologia social, sobretudo e, ainda, o grupo como dispositivo de intervenção e inclusão social a partir das contribuições da psicologia de grupos e relações humanas. Foi possível identificar que a escola não contribui, de maneira geral, com a inclusão de seus alunos, pois não

dispõe de métodos adequados para promover a interação e inclusão dos mesmos. Verifica-se, ainda, o despreparo dos professores para lidar com estes, considerando suas particularidades, singularidades e demandas, que são vistas como irrelevantes no contexto escolar. Pode-se perceber uma ociosidade dos alunos no turno vespertino, com uma consequente desatenção, agressividade e inquietação. Deste modo, analisando o contexto escolar e o processo de aprendizagem dos alunos é possível compreender a patologização dos comportamentos pela via da dificuldade escolar em lidar com aquilo que é natural da criança, e que se torna estigmatizada não só pelas dificuldades inerentes a esta, mas pelos diversos fatores que compõe o sistema educacional, os aspectos sociais, as dificuldades econômicas e os fatores familiares. Portanto, observa-se que houve êxito na construção didático-pedagógica planejada para a intervenção junto à escola, de forma que o suporte teórico multidisciplinar e a técnica de acompanhamento terapêutico foi essencial para se atingir os objetivos propostos.

Palavras-chave: Inclusão Social; Escola; Psicologia Escolar.

INFLUÊNCIA DA CARGA DE COMPACTAÇÃO NA PRODUÇÃO DE DISCOS TERMOLUMINÊSCENTES A BASE DE QUARTZO E CAULIM

CARVALHO JÚNIOR, Álvaro Barbosa de¹; QUADROS, Halley Wanderbak Felix¹, SOUTO, Marcelo Pereira²

¹Docentes do Curso de Engenharia Mecânica das FIPMoc. ²Discente do Curso de Engenharia Mecânica das FIPMoc

A emissão termoluminescente (TL) dos minerais é uma propriedade utilizada para a datação geológica e arqueológica. O fenômeno TL consiste na emissão de luz emitida, quando um material TL é exposto à radiação ionizante e posteriormente aquecido. A luz emitida pelo material TL é diretamente proporcional a dose absorvida, tornando possível estimar a dose que o material foi exposto. Nos últimos anos, têm-se constatado que minerais, tais como calcita, fluorita, topázio, feldspato e o quartzo, podem ser utilizados para a dosimetria das radiações ionizantes. Entre esses, o quartzo tem se destacado por apresentar características requeridas a um dosímetro TL e pelas grandes reservas desse mineral existentes no Brasil. Esse fato favorece a produção de dosímetros TL a base de quartzo com baixo custo, tendo em vista que, essencialmente, os dosímetros comerciais são produzidos por meio de processador de homogeneização, fusão, solidificação, moagem, sinterização e tratamentos térmicos, que contribuem para que o custo final dos dosímetros comerciais seja muito elevado. Contudo, para a produção de dosímetros TL a partir do quartzo particulado se faz necessário o estudo de parâmetros de fabricação relacionados a procedência do cristal, faixa granulométrica, carga de compactação e tipo de aglomerante. Esse trabalho tem como objetivo investigar o efeito da compactação mecânica na fabricação de discos de quartzo prensados com caulim para utilização na dosimetria TL das radiações ionizantes. Fragmentos de um bloco de quartzo natural, procedente do estado do Ceará, foram moídos com almofariz e pistilo de ágata, e classificados com peneiras em quatro faixas granulométricas entre 38 e 300 µm. Para obtenção de discos de 6 mm de diâmetro, o quartzo foi misturado com pó de caulim na proporção 2:3 (quartzo:caulim) e compactado em uma matriz metálica. As irradiações foram realizadas na Universidade Federal de Pernambuco, utilizando uma fonte de raios gama de cobalto 60. As leituras TL foram feitas em uma leitora TL Harshaw-Bicron, modelo M3500. Os resultados mostraram que a carga de compactação têm influência direta na intensidade TL dos discos de quartzo, tendo em vista o esmagamento dos grãos de quartzo e o efeito de tamanho de partícula.

Palavras-chave: Quartzo. Termoluminescência. Dosímetro.

INFLUÊNCIA DO TRABALHO NA RESSOCIALIZAÇÃO DO CONDENADO NO MÉTODO APAC

Trabalho realizado no projeto de pesquisa Execução Penal à luz do método APAC em Montes Claros: desafios e perspectivas de sua consolidação.

CARVALHO, Mérida Mayara de Souza¹; MAIA, Mariana Nascimento²; VELOSO, Cynara Silde Mesquita³.

1Discente da Unimontes; 2Discente da Unimontes; 3Docente das FIPMoc e Unimontes

A Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) é uma instituição civil de direito privado cujo objetivo é a recuperação e a reintegração social de pessoas condenadas a penas privativas de liberdade. A APAC possui doze pilares nos quais fundamenta o processo de ressocialização, dentre eles se destaca o trabalho (MINAS GERAIS, 2011; OTTOBONI, 2001). A presente pesquisa propôs analisar o impacto do trabalho no modelo de ressocialização apresentado pelo método APAC, através de um estudo comparativo entre o trabalho no sistema carcerário tradicional e na metodologia *apaqueana*. Trata-se de pesquisa comparativa que aborda as distinções entre o sistema prisional comum e o método APAC no que diz respeito à eficiência do trabalho enquanto elemento ressocializador. O estudo se deu por meio de ponderações feitas a partir da leitura de livros, artigos, *papers*, dentre outras obras doutrinárias e legislativas. Os índices de reincidência criminal dos indivíduos presos submetidos ao método tradicional variam de 85% a 90%, enquanto no método *apaqueano* oscilam em torno de 11,2% a 15%. Nas APACs o trabalho é dever de todo condenado e o estabelecimento prisional fornece condições para o exercício da atividade, ao passo que no método tradicional apenas 19% dos presos exercem atividades laborais. Um condenado comum gera um custo de 3,53 salários mínimos para o Estado mensalmente, o dispêndio no método APAC é de 0,97 salários mínimos. Conclui-se através deste estudo que o trabalho é essencial no processo de ressocialização do condenado, pois combate a ociosidade e promove o resgate de sua autoestima através da produtividade. O trabalho carcerário proporciona a capacitação profissional e consequente diminuição dos índices de reincidência criminal, além da diminuição dos gastos do Estado para com a manutenção da unidade prisional. O método APAC, em comparação com o sistema prisional comum, é o que melhor proporciona condições de reintegração social efetiva através do trabalho carcerário.

Palavras-chave: Trabalho. Ressocialização. APAC.

Referências:

MINAS GERAIS, Tribunal de Justiça. **A execução penal à luz do método APAC**. Organizadora: Desembargadora Jane Ribeiro Silva. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 2011.

OTTOBONI, Mário. **Vamos matar o criminoso?** Método APAC. São Paulo: Paulinas, 2001.

INFLUÊNCIA DOS FATORES MODIFICÁVEIS NA OBESIDADE EM ADOLESCENTES: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

LAGES, Amanda Lemos¹; BRITO, Daniel Oliva¹; DIAS, Isabela Thayná Antunes; MENDES, Juliana Maria Silva¹; FERNANDES, Marina Luiza, GONÇALVES, Pedro Rocha¹, OLIVEIRA, Scárlety Karenn Mendes.

1 Discentes do curso de Medicina das FIPMoc

Com o fenômeno da globalização e o aumento do acesso das pessoas aos alimentos, com destaque aos alimentos industrializados, a obesidade passou a ser a maior desordem alimentar ultrapassando até mesmo a desnutrição. O fenômeno do aumento nos números de casos de obesidade e sobrepeso no século XII foi tão notável que ficou conhecido como “*globesity*” ou “*globesidade*” em tradução literal para o português. A obesidade é caracterizada por ser uma doença de caráter multifatorial, sendo resultado de uma interação gênica, ambiental, comportamental e emocional. Os adolescentes configuram um grupo de risco por

levarem uma vida sabidamente mais agitada e terem preferência por alimentos industrializados, de fácil preparo, grande teor de gordura e que possam ser consumidos em frente a uma tela de computador ou uma televisão. Esse estudo tem como objetivo apresentar os fatores modificáveis presentes na obesidade e a influência na vida dos adolescentes. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e qualitativa, desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos publicados entre 2008 e 2015, encontrados nas bases Scielo e Google Acadêmico. O adolescente fica exposto a uma série de fatores de risco para a obesidade e o sobrepeso, sendo que um ganho ponderal excessivo na adolescência encontra-se intimamente ligado às doenças crônicas como diabetes e hipertensão na vida adulta. O hábito de comer assistindo televisão, por exemplo, se mostra um fator de risco considerando que a televisão é frequentemente associada ao consumo de alimentos industrializados e gordurosos como biscoitos, refrigerantes, salgadinhos e pães. Além de uma alimentação ruim, os adolescentes são frequentemente sedentários e não incluem nenhum tipo de atividade física ao cotidiano. Adolescentes moradores da zona urbana possuem chances muito superiores de adquirirem sobrepeso ou obesidade em relação aos residentes da zona rural devido a uma alimentação mais desregrada e hábitos sedentários. **Conclusão:** A busca pela identificação dos fatores que contribuem para o aumento do índice de obesidade em adolescentes tem fundamentação principalmente no auxílio do desenvolvimento e da implantação de medidas em longo prazo no que diz respeito à proteção, prevenção, promoção e apoio aos modos de vida saudável e o controle do ganho ponderal.

Palavras-chave: Obesidade. Adolescentes. Causas.

INIMIGOS INVISÍVEIS AOS DIREITOS DAS MULHERES: RELIGIÃO E A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

SILVA, Lorena Fonseca¹; COUTO, Felipe Fróes²

¹ Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Advogada, Pós-graduanda em Direito Constitucional; ² Professor-Substituto do ICA-UFMG. Mestre em Administração pela UFMG. Especialista em Direito Tributário pelas Faculdades IBS/FGV e pela Fordham Law School (EUA). Especialista em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria pelas Faculdades IBS/FGV. Bacharel em Administração pela Universidade Estadual de Montes Claros. Bacharel em Direito pelas

FIPMoc

Ao pararmos para refletir a respeito das relações de gênero ao nosso redor, não será surpresa se vier à nossa mente o relato de uma mulher que sofre violência doméstica, mas que não se divorcia porque o matrimônio é um sacramento religioso. É possível que venha à mente o retrato de uma mulher de cabelos longos, impelida a não cortá-los, pois a ela não foi dada voz no momento da decisão sobre qual deve ser a sua própria aparência. Podemos lembrar, também, de histórias de mulheres que tem sua sexualidade reduzida à maternidade e à reprodução da família e de tantas outras que não tem direito ao sexo por prazer. O objetivo da presente pesquisa é verificar quais são as implicações da religião no tema “violência de gênero” e como suas prescrições tendem a se legitimar através do sagrado e do jurídico. Propõe-se a analisar também as representações religiosas de gênero que, ao conferir poder de acordo com o sexo biológico, legitimam a desigualdade de gênero e reforçam padrões de violência e dominação. Adotando-se uma postura pós-positivista, realizou-se a pesquisa por meio de fontes bibliográficas e documentais, buscando refletir sobre o papel da religião na construção social dos sexos. Procurou-se encadear o discurso religioso misógino à dominação masculina, bem como revelar o seu alcance, que transcende a esfera religiosa, e chega ao campo jurídico, na produção de normas e políticas que “sacralizam” a violência de gênero. Constatou-se que, através das normas divinas e do campo jurídico, as Igrejas tem desenvolvido uma atuação sem medida e influenciado legislações, agentes e políticas públicas. Averiguamos que, dado o papel determinante do campo jurídico na reprodução social, é preciso atenção para que a legalidade não seja usada para legitimar e universalizar posições particulares. Observou-se que o poder simbólico da religião tende a reforçar padrões de violência, induzir a dominação masculina e a subserviência das mulheres. A atuação sem medida das instituições religiosas junto ao Direito deve ser vista com cuidado, porque corre-se o risco de que o efeito universalizante do campo jurídico seja usado como meio de dominação legítima. Os direitos das instituições religiosas à participação e dos seus membros à liberdade de crença não devem ser considerados meios para sustentar ou criar mecanismos de violência simbólica. É uma liberdade que não se reverte de privilégio em qualquer instância e ainda encontra óbice não-confessionalidade do Estado Brasileiro. Conclui-se que há necessidade de uma abordagem sócio-jurídica comprometida com o desvelamento da

violência simbólica, a fim de manter a laicidade do Estado e garantir que a liberdade religiosa não seja usada como “carta branca” para praticar violência simbólica contra oprimidos, através do discurso e da intervenção nos espaços públicos. Com essa postura, é possível que se reinventem as políticas públicas de gênero.

Palavras-chave: Gênero; Religião; Violência simbólica; Direito das minorias.

INVESTIGAÇÃO DOS ASPECTOS QUALITATIVOS DOS DIFERENTES TIPOS DE GRANITO EM DIVERSAS REGIÕES DO BRASIL

BRITO, Alana Campos¹; BARBOSA, Hellen Nadir Silva¹; CARNEIRO, Andrezza Marinho Da Silva¹; SILVA, Camila Magalhães¹; DIAS, Gilmar Aparecida de Freitas²; CATRINCK, Tereza Cristina P. Gonçalves².

¹Discente do curso de engenharia de minas das FIPMOC. ²Docente das FIPMOC.

O setor de rochas ornamentais está presente no dia a dia através da mineração, tendo em vista a crescente evolução da extração de minérios para aplicações nos diversos ramos da construção civil. A partir desse contexto, realizou-se um estudo com o granito, sendo o mais procurado para tais finalidades. A pesquisa teve como objetivo geral analisar os aspectos físico-químicos, geológicos, bem como sua comercialização. Esse é um estudo do tipo qualitativo-exploratório e bibliográfico, auxiliado com pesquisas de campo para um melhor aproveitamento dos dados. Para a análise química adotou-se procedimentos de caráter mineralógico, para a física verificou-se os aspectos de resistência e abrasão do granito e para os aspectos geológicos adotou-se procedimentos sobre a formação da rocha. O presente estudo mostrou-se o seguinte resultado nas análises: As químicas constataram que quanto maior o teor de quartzo e feldspato mais resistente será o granito; para as físicas constatou-se que apesar do granito ter alta resistência, está sujeito a desgaste e abrasão; o geológico permitiu verificar que pode haver diferenças na formação do granito dependendo da região de origem; para a comercialização observou-se que o valor das rochas está diretamente ligado a sua qualidade. Concluiu-se através deste estudo que é necessário testes mecânicos e químicos mais precisos, possibilitando uma melhor clareza para a investigação da qualidade e conservação do granito em diferentes aplicações.

Palavras-chave: Rochas Ornamentais. Granito. Testes Físicos e Químicos.

JARDINS RESIDENCIAIS RENASCENTISTAS NA CIDADE DE MONTES CLAROS

FRANCA, Kelle Daiane Rosa¹; MARTINS, Thiago¹; PERRUCHIO, Carla Marianne Silva¹; SOUSA, Amanda Mendes de¹; SOUZA, Arley Fagner Pereira¹; TEIXEIRA, Vanessa Oliveira¹; MOTA, Livia Turano².

¹Discente das FIPMoc; ²Docente das FIPMoc.

O presente trabalho teve como objetivo a análise e estudo dos jardins residenciais renascentistas na cidade de Montes Claros, com ênfase na identificação dos elementos da arquitetura e paisagismo renascentistas nos projetos de residências unifamiliares em Montes Claros/MG, de modo a propiciar um maior conhecimento acerca da integração dos projetos de arquitetura, com o de paisagismo e demais projetos. Utilizou-se como metodologia a revisão de literatura, além da pesquisa de campo, a qual consistiu no levantamento fotográfico e na aplicação de questionários a moradores de condomínios da cidade, sendo esta condição (morar em condomínio fechado) determinante para a escolha da população alvo de nosso estudo. A princípio acreditava-se que a influência renascentista estava presente em muitos projetos arquitetônicos de residências de condomínios fechados de Montes Claros, devido ao alto padrão e requinte das mesmas, mas a partir da análise dos dados e visita de campo, foi constatado que a influência renascentista nos jardins do condomínio Portal das Acácias, dentre outros condomínios, é bastante

superficial, sendo identificada somente na no uso de determinadas espécies de plantas no paisagismo de algumas casas, que remetem ao estilo renascentista. Foi observada também a integração dos projetos de Arquitetura, Paisagismo e Urbanismo, onde a relação harmônica entre eles exige que sejam entendidos como um todo, para a execução de um bom projeto.

Palavras-chave: Jardins Renascentistas. Influência. Projeto. Condomínios Fechados. Montes Claros.

JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA OU ATIVISMO JUDICIAL? DELINEANDO CONCEITOS E DEFININDO DIFERENÇAS

SILVA, Lorena Fonseca¹; COUTO, Felipe Fróes²

¹ Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Advogada, Pós-graduanda em Direito Constitucional; ² Professor-Substituto do ICA-UFMG. Mestre em Administração pela UFMG. Especialista em Direito Tributário pelas Faculdades IBS/FGV e pela Fordham Law School (EUA). Especialista em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria pelas Faculdades IBS/FGV. Bacharel em Administração pela UNIMONTES. Bacharel em Direito pelas FIPMoc

O papel ativo do Poder Judiciário nas decisões de questões de largo alcance político, envolvendo escolhas morais em temas controversos ou versando sobre implementação de políticas públicas gera aplausos, mas também muitas críticas. Isso é fruto de uma postura mais participativa dos Juízes/Tribunais que vão além das suas funções clássicas e proferem decisões políticas sobre conflitos das mais variadas matizes. Neste contexto, tal atuação passa a ser compreendida sob um duplo viés: o da judicialização da política e do ativismo judicial. Este trabalho busca diferenciar conceitualmente esses dois fenômenos que comumente são confundidos. Além disso, procura analisar as diversas causas que ensejaram um e outro. Fazendo-se uso do método sistêmico, elaborou-se a presente pesquisa qualitativo-descritiva para abordar o tema. As fontes utilizadas foram a documental e a bibliográfica. A análise se deu por meio do método comparativo. Constatou-se que o ativismo está inserido na Teoria do Direito, pois trata-se de ato de vontade, de postura interpretativa em decisões proativas e eminentemente políticas. Nessas são utilizados critérios não jurídicos que extrapolam os limites de atuação do Juiz/Tribunal. Já a judicialização é fruto de um contexto social e político em que há transferência para o Judiciário de questões que não são exclusivamente jurídicas e que repercutem em questões sociais e políticas da sociedade. Em relação às causas, concluímos que a judicialização tem origem no constitucionalismo do segundo pós-guerra, na noção de “constituição dirigente” e no aumento da litigiosidade e demandas por justiça. Já para encontrar a origem do ativismo judicial, como ato de vontade do julgador, reportamo-nos à “Teoria Pura do Direito” de Hans Kelsen e ao “O guardador de promessas” do Antoine Garapon. Com isso, foi possível esclarecer que o ativismo judicial aparece como um problema criado exclusivamente pelo âmbito jurídico, à diferença da judicialização que está condicionada a acontecimentos externos ao Direito. Além disso, constatamos que o problema do ativismo é de cunho interpretativo, sendo necessário averiguar se a intervenção do Judiciário ocorre dentro dos limites constitucionais. Verificamos também que o ativismo pioneiro dos EUA, responsável por criar um controle de constitucionalidade (*judicial review*), que sequer era previsto textualmente na Constituição, influenciou na tribunalização da política. Este ativismo advindo da jurisprudência, bem como o desenvolvimento de técnicas interpretativas, ocorreu de forma gradativa. Além da experiência norte-americana, há ainda a influência da Jurisprudência de Valores alemã que buscava argumentos fundamentados em princípios axiológicos com o objetivo de criar um Direito que ultrapassasse os limites da lei. O Tribunal da Alemanha utilizava essa Jurisprudência e, por meio da técnica de ponderação, exportou para o mundo a discricionariedade judicial. Apesar de inseridos no contexto de crescimento da atividade jurisdicional, os fenômenos do ativismo judicial e da judicialização da política não se confundem. Seus conceitos e causas são completamente diversos.

Palavras-chave: Expansão judicial; Poder judiciário; Ativismo judicial; Judicialização da política.

MARKETING DE RELACIONAMENTO: ESTRATÉGIAS PARA FIDELIZAÇÃO DE CLIENTES EM UMA CONCESSIONÁRIA DE VEÍCULOS NA CIDADE DE MONTES CLAROS/MG

ALVES, Rosana Mendes; SILVA, Karoliny Teixeira, MARQUES, Heráclides Veloso; DIAS, Gilmara Aparecida Freitas, MARTINS, June Marize C. Silva
1 e 2 Discentes das FIPMoc; 3,4 e 5 Docentes das FIPMoc

As estratégias de marketing a cada são mais utilizadas, esta pesquisa retrata a adoção por uma concessionária de veículos do marketing como ferramenta de fidelização de clientes. O objetivo geral é conhecer quais são as estratégias de marketing de relacionamento utilizadas para fidelização de clientes em uma concessionária de veículos na cidade de Montes Claros/MG. Para isso buscou-se como objetivos específicos conhecer como estão sendo utilizadas as ferramentas do marketing de relacionamento na empresa; identificar o nível de conhecimento dos colaboradores da instituição sobre o marketing de relacionamento; e identificar quais são as estratégias e processos utilizados pela empresa. A metodologia utilizada para realização desta pesquisa descritiva com abordagem quali-quantitativa, sendo feito um estudo de caso, cuja escolha dos entrevistados deu-se de forma não probabilística, para a coleta de dados foi utilizado a realização de entrevistas estruturadas direcionadas à gestora do setor de marketing de relacionamento e de um questionário estruturado aos colaboradores do setor de vendas. O universo de pessoas é composto por 148 colaboradores que constitui o quadro geral de empregados da empresa, mas foi adotado para efeito de coleta de dados uma amostra de 14 pessoas, sendo 13 vendedores e 1 gestora. A presente pesquisa revelou que um dos resultados obtidos é que a empresa tem ações e estratégias diferenciadas para fidelizar seus clientes, produzindo assim níveis de satisfação que são medidos através da indicação de serviços prestados, sendo esse o fator principal de maior importância para fidelização de clientes. A referida empresa pesquisada tem possibilidades de maior crescimento no mercado através do marketing de relacionamento, onde seu principal objetivo é satisfazer seus clientes, mantendo contato constante e conhecendo as suas necessidades, utilizando estratégias diferenciadas. Outro ponto importante é o incentivo que a empresa proporciona para seus funcionários, se preocupando em ter um atendimento com qualidade, percebido na realização de treinamento para utilização das ferramentas de fidelização de cliente. A maioria das concessionárias oferecem serviços semelhantes, por isso a empresa tem adotado a prática do marketing de relacionamento para contribuir no desenvolvimento de suas atividades empreendedoras. É importante ressaltar que este assunto não se esgota com esta única pesquisa, em sua amplitude o mesmo ainda será discutido e posto em pauta por estudiosos e acadêmicos serve como base para a exploração de outras pesquisas no futuro.

Palavras-chave: Fidelização Cliente. Marketing de Relacionamento. Concessionária de Veículos.

MÉTODO SIMPLIFICADO DE ESTIMATIVA DE CUBAGEM DE JAZIDA DE AREIA, ESTUDO DE CASO DA SERRA VELHA, NORTE DE MINAS GERAIS

SOUZA-SILVA, Herbert¹; AZEVEDO, Danillo Gustavo Silva¹; MADUREIRA, Eduardo Henrique Silva¹; REGO, Thais Cristina Figueiredo².
¹Discente das FIPMoc; ²Docente das FIPMoc

A pesquisa mineral é o primeiro passo rumo à abertura de um empreendimento mineiro, no entanto, os custos de atividades de pesquisa como geofísica, geoquímica e furos de sondagem podem chegar a preços exorbitantes atuando de forma negativa sobre empresas de pequeno porte ou pequenos proprietários interessados na exploração de jazidas de pequeno porte em terreno próprio. Dessa forma, este estudo buscou aplicar métodos alternativos e de baixo custo de estimativa de jazida para uma ocorrência de areia de chapada. Este estudo foi realizado no dia 07 de setembro de 2014 na Serra Velha que fica localizada dentro da área privada do Clube Campestre Pentáurea, nas proximidades da cidade de Montes Claros, norte de

Minas Gerais. A Serra Velha apresenta uma geomorfologia côncava, se enquadrando como calota esférica (fórmula: $V=1/6\pi h(3a^2+h^2)$). Informações como altura máxima e o raio da serra foram calculadas com o auxílio do software Google Earth Pro[®]. Foi observado em campo trincheiras naturais abaixo da cota zero da serra, existindo pelo menos um metro de areia não consolidada, sendo esta metragem adicionada à altura total para a estimativa da jazida. Para o cálculo do estéril, foi mensurado em cada ponto de coleta (10 pontos aleatórios) a altura do estéril no local. A média dos valores do estéril foi então multiplicada pela área superficial da calota esférica calculada no software Google Earth Pro[®]. Para a avaliação da ocorrência mineral, foram levantados dados sobre o custo inicial de produção e os prováveis custos mensais para um empreendimento mineiro de pequeno porte, além do levantamento do preço atual de mercado e da absorção do agregado pelo mercado atual. Os dados obtidos pelo georreferenciamento indicou a altura total de 22m e a largura máxima 302 m, ou seja, o raio da calota esférica foi de 151m. A média do estéril, por sua vez, foi de 15,1cm. Dessa forma, o volume total da ocorrência foi de 793.521,274 m³, que subtraído estéril presente na área (14.375,2 m³), teve como volume passível de extração um total de 779.146,074 m³. Sobre o volume explotável foi adicionado o fator de empolamento de 30%, gerando o volume final de 1.012.889,896 m³. Para a classificação da ocorrência como uma possível jazida mineral, os valores de investimento inicial estimado seriam de R\$529.000,00 e o custo de manutenção R\$24.890,00. Foi estimado baseado em um empreendimento mineiro de areia próximo e de tamanho semelhante a venda média diária de 20 caminhões e 24 dias de trabalho mensal. Cada um dos caminhões apresenta capacidade de carga 16m³ de areia vendida ao preço médio de R\$15,00 o m³. O volume total de areia vendida chegaria a 7.680m³ por mês gerando o lucro bruto mensal de R\$115.200,00. Abatendo-se 11% de impostos, o lucro bruto mensal cairia para R\$77.638,00. Pode-se afirmar que se trata de uma jazida mineral, uma vez que no cenário simulado, a exploração trará o retorno do investimento em 7 meses para o investidor e a exploração se estenderá por aproximadamente 11 anos com uma expectativa de lucro líquido total de R\$10.238.899,44.

Palavras-chave: Engenharia de minas; jazida mineral; jazida estimada; estimativa de cubagem.

MORBIDADE E FATORES RELACIONADOS À INTERNAÇÃO DE LEIOMIOMA UTERINO EM MONTES CLAROS-MG

SÁ, Amanda Godinho de¹; ARAÚJO, Daniella Cristina Reis¹; MAGALHÃES, Eila Pinto¹, MOTA, Lidianne Frota Lacerda¹; TEIXEIRA, Vaneska Cordeiro¹; ANDRADE, Karina de Prince²

1Acadêmica do Curso de Graduação em Medicina das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros (MG), Brasil; 2Doutora em Biociências e Biotecnologia Aplicadas à Farmácia pela Faculdade de Ciências Farmacêuticas UNESP/ Araraquara (SP) e docente das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros (MG).

Investigação da morbidade por leiomiomas uterinos através de internação hospitalar. Objetivou-se analisar a morbidade por leiomiomas de útero e os fatores relacionados à internação em Montes Claros, Minas Gerais. Trata-se de um estudo de investigação, retrospectivo, transversal, de caráter descritivo e quantitativo. Os dados foram obtidos do Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS), com universo amostral de 1.215 internações por leiomiomas uterinos. O critério de inclusão foi estar cadastrado no SIH/SUS de Montes Claros, Minas Gerais no período de 2008 a 2014, tendo, assim, como critério de exclusão os dados não registrados no SIH/SUS e informações de outros municípios. O índice de internação por ano por leiomiomas uterino foi maior no ano de 2013 com 19% dos registros, com maiores prevalências na faixa etária de 30 a 59 anos, correspondendo a 93,4% e cor parda de 55,1% dos casos. O regime público albergou 79% dos casos com caráter eletivo predominante, representando cerca de 91% das internações e houve uma morte no ano de 2013, na faixa etária de 50 a 59 anos de idade. Em relação aos custos decorrentes das internações em Montes Claros, observou-se que o setor público demandou maior gasto, R\$ 637.367,99 reais, correspondendo a aproximadamente 79%. Apesar de os índices de internações serem altos, verificou uma reduzida taxa de mortalidade por ser uma patologia de evolução tipicamente benigna, o que foi confirmado pela alta taxa de internação por caráter eletivo.

Palavras-chave: Leiomioma. Internação Hospitalar. Morbidade.

MORBIMORTALIDADE HOSPITALAR DO CÂNCER DE MAMA EM MINAS GERAIS

MADUREIRA, Bernardo Soares¹; TOLENTINO, Ana Ester Nobre²; PRINCE, Karina Andrade de³

1,2 Discentes das FIPMoc, 3 Docente das FIPMoc

O câncer de mama apresenta elevada prevalência e mortalidade em todo o mundo, representando um grave problema de saúde pública. A incidência dessa neoplasia vem aumentando nos últimos anos, concomitante a mortalidade. Objetivou-se descrever o perfil epidemiológico entre mulheres diagnosticadas com câncer de mama em Minas Gerais e relacionar ao tipo de caráter e regime de atendimento utilizado, destacando a morbimortalidade hospitalar da neoplasia. Trata-se de um estudo de investigação, retrospectivo, transversal, de caráter descritivo e quantitativo. Teve como universo de pesquisa: dados do Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS) referente à taxa de internações por câncer de mama em Minas Gerais, no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2014. Utilizou-se o software Excel 12.0 (office 2007) para gerenciamento e análise dos dados. Ao realizar a pesquisa foram incluídas 1.411.925 mulheres, na faixa etária entre 30 e 49 anos. Da amostra analisada, 54,65% pertence à faixa etária 30-39 anos, e 45,35% à 40-49 anos. Quanto à estratificação étnica, a maioria das mulheres era “parda” (36,76%), seguida da “branca” (29,96%), “sem informação” (26,69%), e demais, “preta”, “amarela” e “indígena”. O número de internações revela o crescimento que houve de 2010 a 2014, com 4.815 casos em 2010, e 7.060 casos em 2014. Em relação ao regime de atendimento 83,01% usou o serviço da rede privada, enquanto apenas 16,99% usou o da rede pública. Já em relação ao caráter de atendimento, há maior paridade entre o “eletivo” e o de “urgência”, com superioridade de 6,06% do “eletivo” sobre o de “urgência”. Em Minas Gerais, o câncer de mama, à semelhança do cenário mundial, também representa um importante problema de saúde pública, com índices crescentes de morbimortalidade, aliado a um perfil epidemiológico abrangente. O sistema de saúde pública, em especial a política de prevenção, se mostra ineficiente ao passo que há o aumento dos índices de internação e mortalidade por câncer de mama. Infere-se também, que apesar da prevalência de internações eletivas, o quadro clínico já se apresenta avançado, e neste caso, mesmo com maior uso da rede privada de saúde, o prognóstico é ruim, refletindo no incremento do número de óbitos. A realização de políticas públicas visando a prevenção dessa neoplasia ocasiona, então, uma mudança no perfil crescente da morbimortalidade hospitalar.

Palavras-chave: Câncer de mama. Perfil epidemiológico. Morbimortalidade. Saúde pública.

NÍVEL DE ATIVIDADE FÍSICA DOS FUNCIONÁRIOS DAS FIPMOC COM PREVALÊNCIA DE LOMBALGIA

ROCHA, Geiziane Souza¹; BRITO, Sabrina de Jesus²;

1 Fisioterapeuta; 2 Discente das FIPMOC

Apesar de a lombalgia estar relacionada com numerosas causas e fatores de risco, vários pesquisadores a caracterizam como uma doença que se manifesta em pessoas sedentárias; a falta de atividade física estaria relacionada direta ou indiretamente com dores na coluna; é considerado um resultado da combinação da capacidade músculo-esquelética deficiente e uma ocupação que force essa região. Objetivou-se relacionar o nível de atividade física dos funcionários das FIPMoc com prevalência de lombalgia. Trata-se de um estudo descritivo e transversal. A população desse estudo foi composta por funcionários das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros FIPMoc. Foram recrutados os funcionários das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros, obedecendo aos critérios de inclusão: ambos os sexos, está presente no setor no momento da pesquisa, sendo 50 % do número máximo de funcionários de cada setor. O critério de exclusão foi: ausência no momento da pesquisa. Para a avaliação dos funcionários foi utilizado questionário pertinente ao tema. Foi entregue um termo de consentimento livre e esclarecido a todos os participantes, após a assinatura do termo livre e esclarecido o participante respondeu a um questionário sobre lombalgia ocupacional. A análise estatística dos dados foi realizada através do programa SSP, onde as variáveis quantitativas foram apresentadas por meio de frequências relativas (percentuais). Dos 39 indivíduos entrevistados, em relação a prática de atividade física, observou-se que 15 (38,46%) funcionários praticam atividade física (3x por semana) e 24 (61,54%) disseram não praticar atividade física (3x por semana). Os resultados obtidos neste estudo permitem concluir que dos 39 funcionários das áreas de biblioteca, diretoria, áudio-visual, secretaria, registro acadêmico, financeiro, vice-direção, fies, setor de

taxas, serviços gerais, portaria/recepção, recursos humanos, compras, e marketing das Faculdades Integradas Pitágoras FIPMOC, a prevalência de lombalgia foi em torno de 46%, a maioria não pratica atividade física o que pode ser um agravante para o quadro de lombalgia já que foi comprovado que o sedentarismo é um dos fatores de risco para lombalgia.

Palavras-chaves: Lombalgia Ocupacional. Instituição Privada. Funcionários. Atividade Física.

O ABUSO DO PODER ECONÔMICO NA POLÍTICA E SUA INFLUÊNCIA NA DECISÃO DOS ELEITORES BRASILEIROS

SILVA, Caroline de Souza¹; SILVA, Dayana Priscilla Oliveira¹; SILVA, Lindon Jonhson²

1Discentes das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

O abuso do poder econômico em matéria eleitoral é a utilização excessiva, antes ou durante a campanha eleitoral, de recursos financeiros ou patrimoniais buscando beneficiar candidato, partido ou coligação, afetando, assim, a normalidade e a legitimidade das eleições (TSE, 2007). O presente estudo tem por objetivo analisar a influência que o abuso do poder econômico exerce sobre a decisão dos eleitores brasileiros. Trata-se de uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa. Inicialmente, foram coletados os dados por meio de pesquisa bibliográfica em obras selecionadas que tratavam do tema investigado, sendo que para isso foram feitas buscas no acervo da biblioteca das FIPMoc e em servidores de pesquisa como: Scielo, Google Acadêmico, Âmbito Jurídico, etc. Posteriormente foi feita a leitura das obras e artigos e retirados os temas mais relevantes, dos quais foram feitos resumos das principais ideias, sendo que estas serviram como base para a análise e interpretação dos resultados encontrados. O abuso do poder econômico, se dá muitas vezes através da compra do voto, que é crime, e dificulta a realização do resultado pretendido pelos princípios do Estado Democrático de Direito, bem como contribui com a participação política não consciente. A partir do momento em que acontece a compra e venda do voto, é perdido o direito de cobrar do representante, o que substitui o objetivo real da democracia por relações capitalistas e impessoais. O abuso do poder econômico influencia negativamente nas decisões dos eleitores, pois substitui o elo entre representante e representado por uma breve transação comercial.

Palavras-chave: Abuso do poder econômico. Influência eleitoral. Consequências.

Referência:

TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Glossário Eleitoral**. Brasília, 2007.
Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario>>. Acesso em: 02 nov. 2014.

O ABUSO DO PODER ECONÔMICO NAS DECISÕES DOS ELEITORES BRASILEIROS

OLIVEIRA, Juliany Gracy Moreira¹; SILVA, Lindon Jonhson Dias da 2

1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

O voto é de suma importância para revelar não apenas o fato histórico da independência, mas também a imensa transformação social, política e econômica do país. Sendo assim, o abuso de poder ofende a liberdade do sufrágio e a igualdade na disputa eleitoral pelo aliciamento ilegítimo de eleitores, se apresentando de duas formas: político e econômico. Objetivou-se analisar como o uso e o abuso do poder econômico influencia a decisão dos eleitores brasileiros. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa. Utilizou-se para coleta de dados obras que tratam sobre o tema. Para tal foram feitas buscas no servidor de pesquisa das FIPMoc e nos sites de busca Google Acadêmico e Âmbito Jurídico. Após a coleta, os dados foram analisados e interpretados através da literatura. O abuso do poder político é caracterizado quando há, de maneira geral, o uso indevido da máquina administrativa. Já o abuso econômico caracteriza-se nos casos de uso de recursos que sejam considerados ilegais pela legislação eleitoral vigente. O abuso de poder econômico e político existem potencialmente, pois, contamina a legitimidade dos resultados eleitorais o que desequilibra a disputa política e compromete a normalidade e a legitimidade das eleições. Isso porque, o abuso de poder interfere diretamente na tomada de decisão do eleitor, seja através

de cestas básica ou outros favores eleitoreiros. Podem ser fatos isolados ou não o que fere o bem jurídico de maior consideração no direito eleitoral, que é a normalidade das eleições. Conclui-se que a democracia e a justiça como valor positivo, levaria a sociedade moderna a pensar numa reforma política, com maior transparência, rigor nas fiscalizações eleitorais para se evitar a oportunidade de compra de votos, uso da máquina pública ou dinheiro desviado para manutenção das campanhas eleitorais; esse patamar de ideias e objetivos poderia ocorrer em caso de pleno exercício da democracia, onde existe igualdade de direitos de modo a oferecer o exercício de fato da soberania.

Palavras-chave: Democracia. Eleitores brasileiros. Poder econômico.

O CONTROLE JUDICIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DIANTE DO NOVO DIREITO SOCIAL CONSTITUCIONALIZADO: DIREITO À ALIMENTAÇÃO

FONSECA, Fernanda Freire¹. TEIXEIRA, Ana Paula Fernandes²

¹ Discente do Curso de Direito/Faculdade Integradas Pitágoras FIPMoc. ² Docente do Curso de Direito/Faculdades Integradas Pitágoras FIPMoc - Especialização/UNIDERP - Graduação/UNIMONTES

A garantia do direito humano à alimentação já vem expressa em vários tratados internacionais ratificados pelo Brasil, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966, em que reconhecem o direito da pessoa à alimentação e também o seu livramento da fome. Em razão disso, o Congresso Nacional, em 2010, aprovou e promulgou a proposta de Emenda Constitucional nº 64, incluindo aos direitos sociais o direito à alimentação, assegurados no artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88). O presente trabalho tem por objetivo analisar a possibilidade do controle judicial nas políticas públicas para concretização desse direito à alimentação, incluído no rol dos direitos fundamentais sociais. Para atender ao propósito deste trabalho, optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental, tendo com método de abordagem o dedutivo. Constatou-se que o direito à alimentação, por ter sido inserido no artigo 6º da CRFB/88, é um direito social que depende da ação estatal para se concretizar, tendo em vista constituir preceito básico garantidor de uma vida digna. A alimentação é tida como própria condição de vida. Consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal, o caráter prestacional do direito à alimentação e a insuficiência financeira estatal injustificada e não comprovada, não podem servir de óbice à implementação de políticas públicas que lhe garantam efetividade. Observou-se também que, apesar de as políticas públicas constituírem atos administrativos discricionários, há uma flexibilização, atualmente, quanto à possibilidade de apreciação judicial dos méritos administrativos. A ingerência do Poder Judiciário na discricionariedade administrativa não implicaria violação ao princípio da separação dos poderes, haja vista que essa apreciação tem por fim impedir arbitrariedades que impeçam a efetivação dos direitos fundamentais. Concluiu-se que é possível o controle judicial nas políticas públicas para efetivação do direito à alimentação, haja vista que alegação pelo Poder Público de falta de recursos deve ser analisada, já que ela não pode, a todo tempo, limitar a fruição desse direito básico.

Palavras-chave: Emenda Constitucional nº 64/2010. Direito à alimentação. Controle judicial. Políticas públicas.

O MÉTODO APAC E A HUMANIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO

SILVA, Roberto Allan Ribeiro ¹; CARDOSO, Jaqueline Soares²; SOARES, Ana Carolina Jesus³; MAIA, Grazielle Lopes Santos⁴; VELOSO, Cynara Silde Mesquita ⁵.

^{1,2 e 3} Discentes da FAVAG; ^{4 e 5} Docentes das FAVAG

O sistema prisional brasileiro atual se caracteriza como um ambiente propício à proliferação de epidemias e ao contágio de doenças. O que acaba ocorrendo é uma dupla penalização na pessoa do condenado: a pena de prisão propriamente dita e o lamentável estado de saúde que ele adquire durante a sua permanência no cárcere (ASSIS, 2007). Como meio de solução para o sistema vigente têm-se um método alternativo genuinamente brasileiro, o método APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados). Assim este estudo tem como objetivo ressaltar a importância da assistência do enfermeiro no ambiente carcerário e demonstrar que é possível que o detento tenha dignidade a partir do método APAC. Trata-se de uma revisão de literatura, foi incluído trabalhos publicados entre 2007 e 2014, foram selecionados 7 artigos com livre acesso no banco de dados online da SCIELO. Quando se defende que os presos usufruam as garantias

previstas em lei durante o cumprimento de sua pena privativa de liberdade, a intenção não é tornar a prisão um ambiente agradável e cômodo ao seu convívio, tirando dessa forma até mesmo o caráter punitivo da pena de prisão. No entanto, enquanto o Estado e a própria sociedade continuarem negligenciando a situação do preso e tratando as prisões como um depósito de lixo humano e de seres inservíveis para o convívio em sociedade, não apenas a situação carcerária, mas o problema da segurança pública e da criminalidade como um todo tende apenas a agravar-se (DAMAS, 2012). O que se pretende com a efetivação e a aplicação das garantias legais e constitucionais na execução da pena é que seja respeitado e cumprido o princípio da legalidade tendo como objetivo maior o de instrumentalizar a função ressocializadora da pena privativa de liberdade, no intuito de reintegrar o recluso ao meio social, visando assim obter a pacificação social, premissa maior do Direito Penal. Uma alternativa é método APAC que não faz mágicas nem algo de extraordinário, apenas tenta se aproximar ao máximo do que a lei determina, por isso obtém índices tão significativos, sem perder o caráter punitivo, a pena passa a priorizar a ressocialização. Sabemos que em algumas poucas unidades penitenciárias realmente é cumprida a lei, mas o método APAC, tenta se aproximar ao máximo da mesma, fazendo com que o presidiário reconheça que ele pode ser recuperado e que a população acredite que o presidiário pode voltar à sociedade e se tornar digno.

Palavras-chave: Método APAC. Humanização. Sistema Carcerário.

Referência:

ASSIS, R. D. A realidade atual do sistema penitenciário brasileiro. **Revista CEJ**, Brasília, v. 11, n. 39, p. 74-78, out./dez. 2007.

DAMAS, F. B. Assistência e Condições de Saúde nas Prisões de Santa Catarina, Brasil. *Revista Saúde Pública Santa Catarina*, Florianópolis, v. 5, n. 3, p. 6-22, dez. 2012.

O MÉTODO APAC E A OTIMIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL

REIS ABREU, Beatriz¹; SILVEIRA ALVES, Maria Clara².

1 Discente da Unimontes 2 Discente da Unimontes

Com o advento da Constituição da República de 1988, consagrou-se a dignidade da pessoa humana como fundamento republicano, cuja finalidade precípua é assegurar que existam na ordem democrática direitos mínimos que devem ser respeitados pela sociedade e pelo poder público. Tendo este princípio como alicerce, a CFRB/88 elencou direitos mínimos garantidos aos detentos. A individualização da pena, nesse aspecto, se torna protagonista, uma vez que faz as vezes da isonomia e da justiça em todas as fases da aplicação da pena, principalmente na execução. As previsões legais e principiológicas são explícitas quando da garantia de dignidade e isonomia na execução penal, sempre observando que cada indivíduo é diferente, devendo, portanto, ser tratado como tal. No entanto, a realidade fática do sistema prisional brasileiro mostra situação diversa da proposta no idealismo da lei, vez que nem a dignidade nem a isonomia são respeitadas no ambiente penitenciário. Os presos, então, se tornam reféns do sistema, que não consegue alcançar sua finalidade e acaba por causar diversos problemas que deveria ter solucionado. Objetivou-se analisar a possibilidade de melhoria da execução penal, à luz do método da APAC (Associação de Proteção e Assistência aos condenados). Foram realizadas pesquisa bibliográfica e análises dos fundamentos jurídicos. A solução para o déficit na efetividade do sistema penitenciário nacional surgiu com o método APAC de gestão de estabelecimento prisional. O método consiste na valorização humana e na evangelização, com os objetivos de proteger a sociedade, promover a justiça e socorrer as vítimas. Os recuperandos são corresponsáveis por sua recuperação, recebem assistência espiritual, médica, psicológica e jurídica, frequentam cursos supletivos e profissionais e possuem atividades variadas que evitam sua ociosidade. A comunidade é, também, fundamental para a implementação da APAC em certo município, vez que esta sobrevive de doações de empresas, associações, ONGs e de particulares. As igrejas e os religiosos são responsáveis por prestar assistência espiritual aos recuperandos; o trabalho na sede é feito principalmente por voluntários e, principalmente, a comunidade deve estar disposta a receber o ex-recuperando da melhor forma possível, dando-lhe emprego e espaço no dia a dia social. Por outro lado, a família contribui de forma insubstituível: dando atenção, carinho, exemplo e motivo para a recuperação do detento. Em síntese, mesmo diante da aparente falência dos aspectos principiológicos constitucionais, ainda há esperança no que concerne a otimização do sistema penitenciário nacional se esta ocorrer por meio do método APAC. Na APAC, nenhum indivíduo é irrecuperável, e esta deve ser a filosofia da execução penal no Brasil.

Palavras-chave: APAC. Princípios. Recuperação.

Referências:

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 15 de dezembro de 2014.

BRASIL. **Decreto-Lei 2.848**, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em 15 de dezembro de 2014.

BRASIL. **Lei 7.210**, de 11 de julho de 1984. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm>. Acesso em 15 de dezembro de 2014.

O PAPEL DA COMUNIDADE NO PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO DO CONDENADO NO ÂMBITO DA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS (APAC)

(resultados preliminares)

ARAGÃO, Guilherme Rodrigues¹. SILVA, Leandro Luciano² ROCHA, Dalton Caldeira³ VELOSO, Cynara Silde Mesquita⁴

¹Discente do Curso de Direito da UNIMONTES. ²Doutorando FAE/UFMG - Docente FIPMoc.

³ Docente do Curso de Direito da UNIMONTES

⁴ Docente do Curso de Direito da UNIMONTES, Coordenadora Geral do Projeto

Segundo a Lei de Execução Penal (LEP), “a execução penal tem por objetivo efetivar as disposições da sentença ou decisão criminal a proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”. A integração social é uma importante dimensão da execução penal no âmbito do atual sistema carcerário e ela corre tanto no acompanhamento do condenado pela Assistência Social (AS), quanto na participação do Conselho de Comunidade (CC). Ocorre que os dados atuais do sistema prisional brasileiro sugerem a deficiência deste modelo de acompanhamento, possibilitando o surgimento de novos modelos e estratégias para a integração social do condenado. O objetivo deste trabalho é analisar a integração social do condenado a partir da atuação da AS e do CC. Trata-se de estudo exploratório realizado através pesquisa bibliográfica e documental. A coleta de dados será realizada em dois bancos de dados, como resultados parciais, são apresentados dados relacionados à AS apontados no âmbito do relatório de inspeção em estabelecimentos penais de Minas Gerais realizado no período de 25 e 26 de abril de 2013 pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Em outra oportunidade, os dados serão obtidos junto à Vara de Execuções Criminais e do Tribunal do Júri da Comarca de Montes Claros - Minas Gerais. O relatório, objeto de análise deste trabalho, é resultado da inspeção realizada em quatro estabelecimentos prisionais localizados na Região Metropolitana de Belo Horizonte: o Centro de Remanejamento do Sistema Prisional (CERESP); a Penitenciária Professor Jason Soares Albergaria (PPJSA); o Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto (CPFEP) e o Presídio Inspetor José Marinho Drummond (PIJM). O relatório avalia vários itens do estabelecimento prisional: estrutura organizacional; a administração; a gestão do estabelecimento, perfil dos indivíduos recolhidos; perfil dos profissionais do presídio, em especial os quesitos referentes ao objeto deste trabalho, ou seja, a AS e a atuação do CC. Em relação à AS, o relatório contempla a existência de recintos adequados para atividade de AS; ações de AS desenvolvidas: contatos familiares; regularização de Documentos; Benefícios da Previdência Social; Ações com os egressos; Ações com o Sistema Único de AS e questionamento relacionados a projetos desenvolvidos na unidade prisional. Observou-se que no âmbito do atendimento relacionado à AS, apenas um dos estabelecimentos prisionais (PIJM), indicou a existência de local adequado para atividades de AS e registrou uma ação da AS (contado com familiares). Os demais estabelecimentos não fazem registro sobre existência deste serviço. Quanto à atuação do CC, em especial no que diz respeito à inspeção do estabelecimento, apenas o CPFEP, indicou a realização de inspeção do estabelecimento por parte do CC. Os dados parciais aqui apresentados indicam que a ressocialização do condenado a partir da atuação da AS e do CC não atende ao seu propósito. Isso sugere a possibilidade de experimentação de novas alternativas, sendo que o método APAC pode contribuir nesse sentido, uma vez que apresenta como primeiro elemento no processo de ressocialização, a

participação da comunidade e esse é o ponto de discussão para o qual se converge a conclusão deste trabalho.

Palavras-chave: Ressocialização. Assistência social. Participação comunitária. Conselho de comunidade.

O PAPEL DA ESCOLA NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN

LIDÓRIO, Victória Silva¹; GUIMARÃES, Victor Antunes¹; BRITO, Daniel Oliva¹; GONÇALVES, Pedro Rocha¹; OLIVEIRA, Scárlety Karen Mendes¹.

1 Discentes do curso de Medicina das FIPMoc

Síndrome de Down ou trissomia do cromossomo 21 é uma alteração genética. Os portadores da síndrome, em vez de dois cromossomos no par 21, possuem três, devido a um erro na divisão celular durante o desenvolvimento embrionário. A inclusão social é essencial para qualquer indivíduo se sentir parte de um grupo, sendo este portador de cuidados especiais ou não. Objetivou-se conhecer o papel da escola na inclusão social de crianças portadoras de síndrome de Down. Para a realização deste estudo foi feita uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo. Foram utilizados artigos científicos elaborados nos períodos de 2010 a 2014 presentes nos sites Scielo e Google Acadêmico. A Declaração de Salamanca de 1994 garante o direito à escola regular ao portador de necessidades educacionais especiais. Em um espaço escolar inclusivo existe um processo interativo, em que todos têm oportunidade de se expressar, falar, tirar dúvidas, levantar hipóteses e conclusões, de forma que podem perceber a si mesmos como sujeitos ativos, como parte de um processo, de um grupo. A construção de valores, hábitos, atitudes, conceitos e informações se dão pela troca de experiências com outras pessoas, pelas relações intra e interpessoais. Sendo assim, a escola é responsável por oferecer ajuda e orientar crianças que necessitam de uma atenção especial. As práticas educacionais são de suma importância para inclusão de portadores de Síndrome de Down. Os educadores devem manter-se atualizados com cursos de formação especializada, para que possam acolher as diferentes realidades que chegam à escola.

Palavras-chave: Síndrome de Down. Inclusão. Escola.

O TRABALHO PENITENCIÁRIO E A RESSOCIALIZAÇÃO DO PRESO NO MÉTODO APAC

Trabalho realizado no âmbito do Projeto de pesquisa execução penal a luz do método APAC em Montes Claros

¹SANTOS, Andressa Barbosa; ²QUEIROZ, Luma Cordeiro; ³SANT'ANA, Janice Cláudia Freire

1 Discente da UNIMONTES, 2 Discente da UNIMONTES, 3 Mestre em Direito. Docente da UNIMONTES, Docente das Faculdades Santo Agostinho

O método apaqueano fundamenta-se na valorização humana, e parte do pressuposto de que todo ser humano é recuperável, utilizando o trabalho como elemento fundamental na recuperação. Com ênfase na ressocialização do condenado no método APAC (Associação para a Proteção e Assistência aos Condenados), o presente artigo consiste no estudo das formas de trazer o criminoso para o convívio da sociedade mediante o trabalho. A APAC é uma entidade não governamental, que atua sob a fiscalização do Ministério de Justiça e das Secretarias de Estado. Trata-se de método descritivo no qual foram analisados diversos textos e a legislação que trata do assunto visando uma análise comparativa a respeito do tradicional sistema carcerário e o que propõe o método APAC, com destaque no trabalho como forma de ressocialização do preso. Desse modo, verifica-se todos os fundamentos abordados pela jurisdição e legislação da Lei n. 7.210/1984, para remição de penas nas APACs, em que há diferentes formas de utilização do trabalho como meio de recuperação do condenado, de atividades laborerápicas à mão de obra especializada, inclusive tendo o recuperando que assumir trabalhos internos e responsabilidades, todas com enfoque na reinserção social. Em contrapartida, o sistema prisional tradicional apresenta dificuldades na aplicação do trabalho como forma de recuperação do detento e remição da pena, por consequência de superlotação, ausência na diferenciação no tratamento dos detentos de distintos regimes e presos provisórios que obstaculiza a aplicação de qualquer projeto de reintegração social. Conclui-se que, apesar de vigorarem

sob a mesma legislação, o método APAC difere substancialmente do sistema carcerário tradicional sob vários aspectos, enquanto este traz descrédito na reabilitação do condenado, o método apaqueano vem demonstrando eficiência e estruturação, independente do regime, oferecendo alternativas para o condenado se recuperar, através da família, religião, sociedade e o trabalho, enfatizado neste artigo.

Palavras-chave: Ressocialização. APAC. Trabalho. Execução Penal.

Referências:

BARRAL, Welber Oliveira. **Metodologia da pesquisa jurídica**. 4 ed. Belo Horizonte (MG): Del Rey, 2010

MATTOS, Virgílio. **O que já é ruim pode ficar ainda pior. Psicologia e Direito: Novos Rumos na Execução Penal** (Tribunal de Justiça de Minas Gerais). Belo Horizonte, 2009.

SILVA, Jane Ribeiro. **Execução Penal à luz do método APAC**. Belo Horizonte (MG): Tribunal de Justiça de Minas Gerais, 2011.

CARTILHA **Projeto Novos Rumos na Execução Penal**. Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), 2009. Disponível em: <http://ftp.tjmg.jus.br/presidencia/programanovosrumos/cartilha_apac.pdf> Acessado em 12 abr. 2015 às 20h.

O USO DE TIJOLO DE POLIESTIRENO EXPANDIDO (EPS) NA CONSTRUÇÃO CIVIL

ALMEIDA, Kênia Gomes¹; ALVES, Sérgio Santos¹; MALVEIRA, Luiz Fernando¹; MEIRELES, Farlei Aparecido Alves¹; SILVA, Delvanir Braga¹.
¹Discentes das FIPMoc

O EPS conhecido mais popularmente como isopor é usado também para construção de obras artesanais, construção de rodovias, casas próximo ao mar. O EPS é composto de 95% de ar, assim é um excelente isolante térmico, ele só não resiste à água como também “respira”, em forros ele permite a liberação de vapor d’água. De uma forma mais técnica, o Poliestireno Expandido (EPS) é uma superfície rígida obtida por meio da expansão da resina PS durante a sua polimerização. Esta expansão é realizada injetando-se um agente químico na fase de reação da polimerização. Os agentes de expansão mais utilizados são os hidrocarbonetos criogênicos (Exemplo: gás carbônico). A indústria da construção civil tem tido um índice de crescimento bastante elevado nos últimos anos, e juntamente a esse crescimento, destaca-se os altos investimentos econômicos e tecnológicos para um melhor desenvolvimento do setor. Estudos e testes foram aplicados a esse ramo, e que possibilitou o desenvolvimento de técnicas e descobertas de materiais que podem ser aplicados visando uma série de benefícios na obra e no desenvolvimento sustentável. Atualmente, diferentes materiais são aplicados, visando baixos custos e resultados positivos na sua aplicação. O EPS vem sendo aplicado na construção civil e tem oferecido vantagens e resultados benéficos em vários aspectos. Dentre suas aplicações ele oferece vantagens como isolamento térmico, isolamento acústico, leveza, resistência, facilidade de manuseio e baixo custo. É considerado também um produto ecológico, pois não contamina o meio ambiente e é um produto 100% reciclável e reaproveitável. Objetivou-se apresentar o uso de EPS na construção civil, abordando suas vantagens e desvantagens. A metodologia utilizada nesta pesquisa será de cunho experimental, com a utilização de equipamento em laboratório que permita avaliar a resistência do bloco de EPS. Observando também a quantidade residual gerada com materiais comuns em construções, por exemplo, cimento; tijolo de argiloso; ferragens etc. A escolha desse tipo de abordagem surge do interesse em buscar menos impacto ambiental, com uma redução dos custos em obras e qualidade do projeto, pois a cada matéria prima que é retirada do meio ambiente, exemplo, as rochas que em outros processos tem-se o granito, britas, ferros, entre outros, deixando “buracos” nas montanhas e provocando impactos como erosão e granulação dos solos. Como resultados parciais podemos afirmar que o EPS apresenta tais vantagens como: Resistência a envelhecimento, resistência química, resistência mecânica, resistência à umidade, excelente isolamento térmico,

amortização de impacto, versatilidade e facilidade de formatação, facilidade de manipulação, leveza, 100% reciclável. E a desvantagens seria o impacto ambiental do resíduo do EPS, porém trata – se de um produto é 100% reciclável.

Palavras-chave: EPS. Construção Civil. Tijolo.

OS EFEITOS DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA EM RELAÇÃO AO DEVER DE REPARAR OS DANOS OCASIONADOS PELO DELITO

BICALHO, Daniela Cardoso Bicalho¹. SOUZA JÚNIOR, Washington Navarro de². DURÃES, James Wenderson Santos³.

1 Graduanda em Direito pela Unimontes. 2 Graduando em Direito pela Unimontes. 3 Graduando em Direito pela Unimontes

A prática de uma infração penal pode trazer reflexos na esfera civil, provocando danos de ordem material ou moral, passíveis, portanto, de reparação. Nesse passo, o ordenamento jurídico brasileiro prevê, ao lado da ação penal, outra de caráter civil, que tem por escopo a reparação dos danos eventualmente sofridos pelo ofendido. Trata-se da ação civil *ex delicto*, que é proposta contra o agente causador do dano ou contra quem a lei civil apontar como responsável pela indenização. Todavia, a Lei n. 11.719, de 20 de junho de 2008, quando introduziu o inciso IV ao art. 387 do Código de Processo Penal, impôs ao magistrado o dever de fixar o valor mínimo da reparação dos danos causados pela infração penal na sentença condenatória, inaugurando, como regra geral, sistemática prevista de forma semelhante no art. 297, da Lei n. 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro) e art. 20, da Lei n. 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais). Objetiva-se, precipuamente, analisar os efeitos da sentença penal quanto ao dever de reparação dos danos na esfera civil. Este estudo transversal insere-se na metodologia qualitativa e se vale do método de abordagem dedutivo, utilizando-se do procedimento monográfico, segue pela técnica de pesquisa da revisão de literatura, uma vez se utiliza de doutrinas jurídicas especializadas, artigos e outras produções científicas pertinentes à compreensão do tema analisado. O art. 935, do CC/2002, estabelece a independência relativa, o que possibilita, nos limites legais, a comunicação e influência de uma em relação à outra. Cabe observar, também, que o art. 91, I, do CP/1940, estipula como um dos efeitos da condenação “tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime”. De outro modo, a sentença absolutória não terá o mesmo condão, pela inteligência do art. 386 do CPP/ 1941. Portanto, aplicar-se-ão os arts. 64 e 66 do CPP/1941, afinal, a vítima não ter conseguido produzir, na esfera penal, o conjunto probatório necessário para uma condenação, não significa que não possa lograr êxito em demonstrar, no âmbito civil, a autoria do acusado e o liame de causalidade entre a conduta deste e a produção dos danos, além do mais, a anistia e a prescrição da pretensão executória não prejudicam a pretensão de reparação civil, o que não se aplica, contudo, em relação à pretensão da pretensão punitiva (NUCCI¹, 2012) Portanto, cometidos algum dos referidos crimes contra a honra do trabalhador, deverão ser aplicadas as sanções penais cabíveis, sem nenhum prejuízo à reparação civil e considerando as retromencionadas regras concernentes aos efeitos da sentença criminal no âmbito civil e trabalhista. O curso do processo seguirá as referidas normas instrumentais, que concernem à comunicação das instâncias civil ou trabalhista (a depender do caso concreto, conforme se esclareceu) e penal, com o escopo precípua de facilitar a indenização da vítima, consagrando os princípios da economia e celeridade processuais, evitando, também, conflitantes decisões do Poder Judiciário que poderiam constituir num fator de descrédito da Justiça.

Palavras-chave: Responsabilidade civil. Comunicação de instâncias.

PERCEPÇÃO DO PROFESSOR PRÉ-ESCOLAR ACERCA DO AUTISMO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

DOURADO, Alisson Miranda¹; FILHO, José Charles Balduino Cardoso¹; OLIVEIRA, Scárllety Karenn Mendes¹; LACERDA, Sthéfane Alves¹; CORREIA, Tércio Cirqueira¹.

1 Discente das FIPMoc

O autismo é caracterizado como um distúrbio complexo que apresenta diversas etiologias e múltiplos graus de severidade. Como sintomas principais a criança portadora de transtornos do espectro do autismo (TEA) vai apresentar algum isolamento social, indiferença afetiva, dificuldade na realização de trabalhos em grupo, incapacidade de empatia e de manter contato visual. Os professores já apresentam alguma noção sobre os sintomas do autismo relacionados à dificuldade de interação social e aprendizado, todavia esses educadores ainda não possuem conhecimento acerca de outros sinais que são de fundamental importância para a suspeita de casos de TEA, em especial para as crianças pré-escolares que possuem uma idade menor e os déficits de linguagem e comunicação por vezes passam sem serem percebidos. O presente estudo tem por objetivo falar sobre os professores e a importância de sua percepção sobre o autismo para o diagnóstico precoce em crianças pré-escolares. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e qualitativa, desenvolvida com base em material já elaborado, constituído de artigos científicos publicados entre 2008 e 2015, encontrados nas bases Scielo e Google Acadêmico. O professor deve estar atento a comportamentos da criança como lamber objetos, insistência por objetos que piscam, brincadeiras repetitivas e estereotipadas, fala repetida (ecolalia), uso reverso dos pronomes, e preferência por padrões e rotinas. O Autismo assim como os demais distúrbios do desenvolvimento necessita de um diagnóstico precoce, de preferência antes dos 3 anos de idade, devido a maior plasticidade neural nos primeiros anos de vida período em que o quadro sintomatológico se instala. O diagnóstico tardio proporciona uma série de problemas para a criança portadora de TEA, dentre os quais podemos destacar a possibilidade de insucesso terapêutico, fracasso no desenvolvimento cognitivo, dificuldade de ter momentos prazerosos e de se comunicar. Os professores com o seu papel de educadores possuem fundamental importância no desenvolvimento das crianças com autismo em todos os níveis, sendo que devem estar atentos aos sinais que possam levantar a suspeita de TEA, precisam acompanhar o tratamento dessas crianças e participar da intervenção através da execução de atividades que possam auxiliar na reabilitação desses pré-escolares, além de acolher e proporcionar uma vivência social dessas crianças como as demais da mesma faixa etária.

Palavras-chave: Autismo. Pré-escolar. Criança. Professor.

PERCEPÇÕES DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DA FAMÍLIA FRENTE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A CRIANÇA

OLIVEIRA, Lanuza Borges¹; LEITE, Máisa Tavares de Souza²; CALDEIRA, Antônio Prates³; PINHO, Lucinéia de²; SOARES, Fernanda Amaral⁴; VIEIRA, Débora Ribeiro⁴

¹Docente das FIPMOC. ² Docente da UNIMONTES. ³ Coordenador do curso de Medicina das FIPMOC.

⁴ Discente das FIPMOC

A violência contra a criança constitui um problema social e de saúde pública, sendo responsável por um número crescente de atendimentos nos serviços de saúde. Trata-se de uma realidade dolorosa e traz prejuízos de ordem física e psicossocial, pois as experiências vividas na infância refletem na vida adulta. É necessária a participação das instituições de saúde no enfrentamento desse problema, criando um elo fundamental para desencadear os mecanismos de proteção e tratamento. Objetivou-se analisar a produção científica em relação a percepção dos profissionais de saúde da família a cerca à violência doméstica contra a criança. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, optou-se pela busca de artigos baseados em evidências. Os dados foram coletados no período de março a maio de 2014, no sítio da Biblioteca Virtual de Saúde utilizando-se as bases de dados Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde (LILACS), Medical Literature Analysis and Retrieval Sistem on-line (MEDLINE) e Scientific Electronic Library Online (SciELO) por meio dos seguintes descritores: saúde da criança, saúde da família, violência doméstica. Os critérios para inclusão foram: artigos disponíveis eletronicamente, na íntegra, que tratavam da abordagem do profissional de saúde em relação à violência doméstica contra a criança, publicados em

português e em inglês entre os anos de 2009 e 2014. Foram selecionados 9 artigos. Em algumas pesquisas os profissionais ressaltaram dificuldades para lidar com a questão da violência como o medo de envolvimento com criminosos, a falta de proteção nas unidades de saúde e o descompromisso dos familiares que optam por não denunciar os agressores. Um motivo que dificultaria a denúncia seria a reprodução de padrões culturais na sociedade em que a punição física pode ser aceita como uma prática educativa. Os profissionais reconhecem que a atitude praticada por eles é de pouca eficácia e atribuem isso à ausência de uma rede de apoio integrada e de informações insuficientes. Existem barreiras envolvidas na lida do profissional de saúde da família com a violência doméstica contra a criança. Assim, as práticas educativas de Educação em Saúde sobre notificação de violência e interpretação das leis de maus tratos bem como a colaboração de agências de proteção à criança podem auxiliar as vítimas.

Palavras-chave: Saúde da criança. Saúde da família. Violência doméstica.

PERFIL DAS HOSPITALIZAÇÕES EM NEUROLOGIA E NEUROCIRURGIA EM MONTES CLAROS – MG

ALMEIDA, Leonardo Canela¹; SOUZA, Fabiane Mendes de¹

1. Discentes do 11º período do curso de Medicina das Faculdades Integradas Pitágoras

A importância das doenças neurológicas para a saúde pública, segundo o estudo internacional *Global Burden of Disease*, tem sido subestimada. Seu reconhecimento é necessário para o treinamento de equipes de saúde e para o desenvolvimento de estratégias de atendimento ao doente neurológico. Objetivou-se descrever o perfil das internações nos serviços de Neurologia e Neurocirurgia na cidade de Montes Claros, Minas Gerais, entre os anos de 2012 e 2014. Trata-se de um estudo ecológico realizado com dados disponibilizados no *website* do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Foram obtidos o número total de internações, número total de internações nos serviços de Neurologia e Neurocirurgia e número específico de internações devido cada doença neurológica no período supracitado em Montes Claros. As patologias foram categorizadas em doenças cerebrovasculares, traumatismo cranioencefálico, epilepsia, neoplasias do Sistema Nervoso Central (SNC), transtornos discais, neuropatias periféricas, doenças neurológicas congênitas, doenças degenerativas do SNC e quadros infecciosos do SNC. Verificou-se também as variáveis caráter de internação, sexo, idade e raça dos pacientes. Em seguida, foram calculadas as frequências de cada categoria através do *software Numbers for Mac*. Nos últimos três anos, foram registradas 121.945 internações na cidade de Montes Claros. Os pacientes com diagnóstico neurológico representaram 5.54% (6.756 internações). Entre as hospitalizações nos serviços de Neurologia e Neurocirurgia, as principais causas foram doenças cerebrovasculares (39.3%), traumatismo cranioencefálico (21.3%) e neoplasia malignas no SNC (6.3%). Observou-se predomínio de indivíduos do sexo masculino (58.4%), raça parda (44.1%) e com idade entre 50 e 69 anos (32.1%). A faixa etária infantil representou 11.4% dos casos. E a maior parte das admissões hospitalares foram feitas em caráter de urgência (87.1%). Apesar tratar-se de dados secundários com possível sub-registro, nota-se evidente predomínio de internações neurológicas por doenças cerebrovasculares e traumatismo cranioencefálico. A alta demanda requer a elaboração de estratégias para atendimento sistematizado e especializado, com criação de unidades de Acidente Vascular Cerebral (AVC) e unidades de cuidados neurointensivos.

Palavras-chave: Neurologia. Neurocirurgia. Unidades Hospitalares.

PERFIL DAS INTERNAÇÕES POR ABORTO EM MONTES CLAROS – MG

SOUZA, Juliana Cristina de¹; AGAPITO, Nayara Caetano¹; SANTOS, Carolina Ruas Freire¹; PEREIRA, Nathália Rebouças¹; AGUIAR, Jéssica Oliveira¹; ESPÍRITO-SANTO, Luçandra Ramos²; D'ANGELIS, Carlos Eduardo Mendes²; PRINCE, Karina Andrade²

1 Discentes da FIPMoc. 2 Docentes da FIPMoc

O termo aborto se refere à finalização da gravidez com menos de 20 semanas de gestação ou pesando menos de 500g. No Brasil, o aborto é considerado um grave problema de saúde pública. Considerando a magnitude da ocorrência do aborto e suas complicações à saúde, que chegam a ocasionar a morte e podem ser evitadas por atenção adequada e oportuna, torna-se necessária a inquirição das suas principais causas. O presente estudo teve como objetivo identificar o perfil das internações por aborto em mulheres da cidade de Montes

Claros, Minas Gerais. Trata-se de um estudo retrospectivo, transversal, de delineamento quantitativo. Apresentou como universo de pesquisa a base de dados do Sistema de Informações Hospitalares (SIH) do Sistema Único de Saúde (SUS) referente a todas as internações por aborto no município de Montes Claros, no período de janeiro de 2008 a agosto de 2014. Utilizou-se o software Excel 12.0, office 2007, para gerenciamento e análise dos dados padrão. Os dados obtidos mostraram que o número total de internações por aborto foi de 6.049, com maior número de abortos no ano de 2009 (16,02%) e maior representação na faixa etária dos 20 aos 29 anos (47,6%), sendo a maior causa outras gravidezes que terminam em aborto (50,79%). Referente aos óbitos maternos, três foram em decorrência do aborto espontâneo (75%) e um em decorrência de outras gravidezes que terminam em aborto (25%). No Brasil, os dados obtidos sobre abortamentos são baseados fundamentalmente no número de registros de internações hospitalares por suas complicações, porém esses dados apresentam uma elevada quantidade de subregistros, já que o SIH/SUS só tem abrangência para os casos com acesso aos serviços públicos de saúde, excluindo as pessoas que não tiveram acesso ao SUS, as que tiveram e não foram internadas e as internadas na rede privada de saúde. Pode-se inferir, portanto, que esses dados podem ter sido subestimados seja por subnotificação ou falta de acesso ao serviço público.

Palavras-chave: Aborto espontâneo. Hospitalização. Sistema de Informação em Saúde.

PERFIL DO LINFOMA NÃO-HODGKIN NA CIDADE DE MONTES CLAROS

SILVA, Carolina Veríssimo¹; SANTOS, Bruno Cordeiro¹; SANTOS, Farley Rodrigues de Souza¹;
FRÓES, Juliana Stephanie Oliveira¹; OLIVEIRA, Diogo Morais¹; PRINCE, Karina Andrade².

1Discente da FIPMoc; 2Docente da FIPMoc

Os linfomas são transformações neoplásicas malignas de células normais que residem predominantemente em linfonodos ganglionares e outros tecidos linfoides. Linfomas não-Hodgkin (LNH) compreendem um grupo heterogêneo de 20 subtipos e apresentam taxa de incidência significativa entre os cânceres hematológicos. Este estudo teve como objetivo analisar a prevalência de internações por Linfoma não-Hodgkin na cidade de Montes Claros-MG. Trata-se de um estudo epidemiológico, quantitativo, transversal e descritivo. A população do estudo foi constituída pelos casos de linfoma não-Hodgkin internados em serviços públicos e privados na cidade de Montes Claros, localizada no norte do estado de Minas Gerais e totalizou uma amostra de 372 indivíduos. A cidade de Montes Claros apresentou 372 internações de pacientes com LNH no período de 2008 a 2014, evidenciando uma maior taxa de internação 19,8% (74) e óbitos 33% (14) referente ao ano de 2012. A faixa etária de 60 a 69 representa em ambos os sexos as maiores taxas de óbito 36% (15). Assim, esse estudo permitiu traçar o perfil dos pacientes acometidos pelo LNH em Montes Claros (MG), com o intuito de proporcionar ao município, dados que possam ser utilizados para o enfrentamento da patologia nos próximos anos.

Palavras-chave: Linfoma não-hodgkin. Montes Claros. Internações hospitalares.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DAS INTERNAÇÕES POR ENDOMETRIOSE EM MONTES CLAROS – MG

BORGES, Rafael Dourado¹; TELLES, João Guilherme da Silva¹; MENDES, Breno Domingues¹;
BRAGA, Rodrigo Gonçalves¹; LANCUNA, Henrique Cezar¹; NOBRE, Frederico Raelmi Lopes¹;
PRINCE, Karina Andrade²;

Discente das FIPMoc¹; Docente das FIPMoc²

A endometriose é uma doença caracterizada pelo implante ectópico de estroma e/ou epitélio glandular endometrial em localização extrauterina (SANTOS *et al.*, 2012; MINSON *et al.*, 2012) tendo como principais sintomas dismenorreia, algia pélvica crônica, infertilidade, dispareunia, alterações intestinais e urinárias cíclicas, estando relacionados a uma grande morbidade física e emocional decorrente da dor crônica, da infertilidade, da redução das atividades, do isolamento social, do impacto econômico e da interferência nas relações afetivas e familiares, dentre outros fatores (MINSON *et al.*, 2012). O presente estudo teve como objetivo caracterizar as internações das mulheres portadoras de endometriose no

município de Montes Claros – MG. Trata-se de um estudo retrospectivo, transversal, de delineamento quantitativo. Apresentou-se como universo de pesquisa a base de dados do Sistema de Informações Hospitalares (SIH) do Sistema Único de Saúde (SUS) referente à taxa de internações por endometriose no município de Montes Claros - MG, no período de 2008 a 2014. Utilizou-se o software Excel 12.0 (Office 2007) para gerenciamento e análise dos dados. O número total de internações por endometriose no período analisado foi equivalente a 459, sendo o ano de 2009 responsável por um maior índice de internações (23,75%), a faixa etária mais prevalente entre 40 e 49 anos (46,84%), a cor/raça parda com maior prevalência (45,9%), sendo a maior parte dos atendimentos em caráter eletivo (80,39%) e em regime privado (77,56%). A endometriose apresenta baixa mortalidade, porém traz uma considerável morbidade à pacientes, interferindo em sua produtividade e qualidade de vida, o que poderia ser atenuado mediante políticas públicas de prevenção de doenças e promoção de saúde, assim como diretrizes voltadas ao cuidado dessa afecção, visando principalmente o diagnóstico precoce, com consequente melhora do prognóstico e redução do custo terapêutico.

Palavras-chave: Endometriose. Perfil Epidemiológico. Internações.

Referências:

MINSON, F. P.; ABRAÃO, M. S.; JÚNIOR, J. S.; KRAYCHETE, D. C.; PODGAEC, S.; ASSIS, F. D. Importância da avaliação da qualidade de vida em pacientes com endometriose. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, v.34, n.1, p.11-5, 2012.

SANTOS, T. M. V.; PEREIRA, A. M. G.; LOPES, R. G. C.; DEPES, D. B. Tempo transcorrido entre o início dos sintomas e o diagnóstico de endometriose. **Einstein**, v.1, n.1, p.39-43, 2012.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DAS MENINGITES INFECCIOSAS NO ESTADO DE MINAS GERAIS

CARDOSO, Ana Karolina dos Santos¹; MENDONÇA, Jéssica Nayara Simões¹; CERQUEIRA, Jordana Sabrina Alves¹; NOGUEIRA, Luana Alves¹; MAGALHAES, Thiago Araújo¹; PRINCE, Karina Andrade²

¹Discentes das FIPMoc; ²Docente das FIPMoc

As meningites são um importante problema de saúde pública, principalmente, devido à maior chance de evolução com sequelas neurológicas ou óbito. O objetivo deste trabalho foi verificar o perfil epidemiológico das meningites infecciosas no estado de Minas Gerais. Trata-se de um estudo de investigação, retrospectivo, transversal, de caráter descritivo e quantitativo. Apresentou-se como universo de pesquisa, a base de dados do Sistema de Informação de Agravos – SINAN, do Sistema Único de Saúde, referente às notificações das meningites infecciosas no Estado de Minas Gerais entre os anos de 2007 e 2014. Foram notificados 9.230 casos de meningite no Estado De Minas Gerais no período de 2007 a 2014, sendo observada uma maior prevalência da doença no sexo masculino com (60,49%) frente ao feminino (39,46%). O maior número de casos de meningite ocorreu em pacientes da raça branca (36,08%), da faixa entre 20 a 39 anos (21,34%) apresentando com principal etiologia a meningite não especificada (22,64%). Observou-se que 47,60% dos 9.230 casos confirmados de meningite obtiveram a confirmação diagnóstica através do exame quimiocitológico. Dentre os 1.195 casos de óbitos confirmados por meningites cerca de 21% (251 casos) foram decorrentes de causas bacterianas. A meningite ainda afeta milhares de pessoas no estado de Minas Gerais, sendo importante a adoção de medidas preventivas mais eficazes.

Palavras-chave: Meningite. Prevalência. Notificação de doenças.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DAS MENINGITES NO ESTADO DE MINAS GERAIS

FERREIRA, Amanda Miranda¹; ALMEIDA, Bruno Mendonça¹; GONÇALVES, Eduardo²

¹Discente das FIPMoc; ²Mestre em Ciências da Saúde, Professor Assistente do Departamento da Saúde da Mulher e da Criança/CCBS/Unimontes, Montes Claros, MG e professor da Faculdade de Medicina das FIPMoc

As meningites são responsáveis por elevada morbidade e mortalidade, e integram o grupo de doenças de notificação compulsória e investigação obrigatória do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Segundo a World Health Organization (2011), a ocorrência mundial de meningite ultrapassa um milhão de casos/ano, chegando a 170.000 óbitos. No Brasil, dados apontam para cerca de 300.000 casos/ano, o que faz da doença um grave problema de saúde pública, não só nacional como também mundial. Objetivou-se analisar a prevalência e o perfil epidemiológico das meningites no estado de Minas Gerais, no período de janeiro de 2001 a dezembro de 2013, segundo dados do SINAN. Trata-se de um estudo com abordagem quantitativa, retrospectiva e descritiva, sendo elegíveis como universo da pesquisa todos os casos de meningite do estado de Minas Gerais entre 2001 e 2013, notificados e armazenados no SINAN; utilizando com critério de seleção o ano do início dos sintomas. Tal critério foi cruzado com o gênero, faixa etária, raça e local de residência, etiologias mais prevalentes, método de confirmação diagnóstica mais utilizado e a situação de encerramento dos casos. No período analisado, foram notificados 18.564 casos da doença, em caráter decrescente ano a ano, sendo as faixas etárias mais prevalentes de 20-39 anos (19,60%), menores que 1 ano (16,27%) e 1-4 anos (15,88%). Quanto ao sexo, prevaleceu o masculino, com 60,34% dos casos, a raça branca (38,7%) e a escolaridade, na maioria dos casos (74,35%), foi identificada como ignorada ou não se aplica. A meningite viral foi a mais prevalente (28,86%), seguida pela meningite bacteriana (20,07%) e meningite não especificada (17,70%), meningite por pneumococos (7,92%), meningite de outras etiologias (6,99%), meningite meningocócica (5,80%), ignorado/em branco (4,19%), meningococcemia (2,82%), meningite meningocócica com meningococcemia (2,40%), meningite tuberculosa (2,06%) e meningite por hemófilo (1,04%). O critério de confirmação dos casos notificados mais utilizados foram os métodos citoquímicos e cultura, representando 48,67% e 19,75% respectivamente. O estudo evidencia a diminuição progressiva dos casos notificados de meningite, em parte também influenciada pela política de vacinação em massa contra os patógenos dessa morbidade, aliada a outras medidas públicas de prevenção, diagnóstico precoce e tratamento.

Palavras-chave: Meningite. Epidemiologia. Sistemas de Informação.

Referência:

World Health Organization. New and under - utilized vaccines implementation (NUVI): bacterial meningitis [online].

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DOS ACIDENTES CAUSADOS POR ANIMAIS PEÇONHENTOS EM MONTES CLAROS NO ÚLTIMO QUINQUÊNIO

DOS SANTOS, Alisson Fernando¹; RABELO NETO, Isnard de Araújo¹;

COELHO, Gabriel Pereira¹; GOMES, Jean Alves¹;

¹Discentes de medicina das FIPMoc

Os acidentes com animais peçonhentos, em virtude de sua grande frequência, gravidade e potencial letalidade, constituem um agravado de interesse nacional, e por isso deve ser notificado. O objetivo deste estudo foi descrever e analisar criticamente o perfil epidemiológico dos acidentes ocasionados por animais peçonhentos em Montes Claros, Estado de Minas Gerais, Brasil. As informações analisadas foram extraídas do banco de dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sinan net, no período de 2010 a 2014. No período estudado foram notificados 4.791 episódios de acidentes, destes, 72,3%, 3,3% e 4,6% representam, respectivamente, escorpionismo, ofidismo e araneísmo. Apenas 29 notificações foram classificadas como graves. De um modo geral, o gênero feminino e a raça parda foram os mais envolvidos em acidentes e o gênero masculino foi o mais relacionado com acidentes graves. As serpentes encabeçam os acidentes graves (48,3% dos casos) e os escorpiões os acidentes moderados (60% dos casos). Foi registrado apenas 2 óbitos, tendo acidente botrópico e elapídico como responsáveis. **Conclusões:** Conclui-

se, nesse estudo, que de fato os acidentes causados por animais peçonhentos geram um grande impacto na saúde da sociedade, acarretando custos hospitalares, invalidezes e óbitos a depender da gravidade do acidente.

Palavras-chave: Animais Peçonhentos. Ofidismo. Escorpionismo. Araneísmo. Montes Claros.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO E FATORES AGRAVANTES PARA A OCORRÊNCIA DE GRAVIDEZ EM ADOLESCENTES ASSISTIDAS PELAS ESF'S CONVENIADAS ÀS FIPMOC, NO ANO DE 2010

FREITAS, Lays Viana¹; SILVA, Carla Angélica da Cruz².

¹ Graduanda em Medicina pelas FIPMoc, ² Graduanda em Medicina pelas FIPMoc

A adolescência é uma fase de transição da infância para a vida adulta, definida cronologicamente pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como a etapa correspondente dos 10 aos 19 anos, onde ocorre a maturação sexual, o acirramento dos conflitos familiares, e a formação de atitudes, valores, comportamentos e responsabilidades. A ocorrência de uma gravidez implica grandes mudanças na esfera biopsicossocial da vida da adolescente. Gestações não planejadas podem resultar em problemas biológicos, como complicações no parto e na saúde materna e fetal, além de inúmeras consequências socioeconômicas. Também é importante ressaltar que agravos à saúde, advindos do parto e do período gestacional, são mais frequentes nas jovens que se tornam mães precocemente. Estudos comprovam que grávidas adolescentes têm maior chance de sofrer intercorrências obstétricas que influenciam diretamente nas taxas de morbimortalidade materna e perinatal. Objetivou-se identificar os fatores que contribuíram para a ocorrência de gravidez em adolescentes assistidas pelas Equipes de Saúde da Família (ESF's) da cidade de Montes Claros - Minas Gerais, conveniadas às Faculdades Integradas Pitágoras. Trata-se de um estudo descritivo com abordagem quantitativa de caráter exploratório e dividido em três fases, sendo a primeira composta do levantamento bibliográfico e a segunda da definição do universo de pesquisa e amostragem de adolescentes que estiveram grávidas no ano de 2010, bem como da coleta de dados nas ESF's. A terceira fase foi composta da análise e interpretação dos dados obtidos, correlacionando-os com a literatura. A maioria das entrevistadas (44%) iniciou a vida sexual entre 14 e 15 anos, fato que contribui diretamente para ocorrência de gravidez precoce, visto que 31% engravidou aos 18 anos. Ao engravidar, 70% das mulheres pesquisadas namoravam, e 43% moravam com os companheiros. Menos da metade das adolescentes estudava no momento da descoberta da gestação e, dentre as que frequentavam a escola, 40% pararam de fazê-lo. No que concerne à vida familiar e econômica dessas garotas, constatou-se que 36% apresentava renda familiar de um salário mínimo, pais com baixo grau de escolaridade (35% dos pais com ensino fundamental incompleto e 52% das mães com ensino fundamental completo ou incompleto) e apenas 26% possuía vínculo empregatício. Sob a perspectiva de 68% das entrevistadas, a ocorrência da gravidez precoce se deu por descuido, e 48% declarou que a gestação foi aceita. Os principais fatores envolvidos na ocorrência da gestação na adolescência são de cunho socioeconômico, dentre os quais pode-se citar baixo grau de escolaridade, classes menos favorecidas, ausência de conhecimento acerca de anticoncepção e despreparo psicológico. Portanto fica evidente a caracterização da gravidez precoce como um problema social e de saúde pública, que merece implementação de ações educativas nos serviços de saúde e escolas.

Palavras-chave: Adolescência. Gravidez. Saúde.

PERROCA OU FUGULIN: QUAL O MELHOR INSTRUMENTO DE CLASSIFICAÇÃO DE PACIENTES?

RODRIGUES, Alex Oliveira¹

¹ Enfermeiro graduado pelo Instituto de Ciências da Saúde – ICS

Uma forma de otimizar os serviços de enfermagem para um exercício integral e simultaneamente equânime aos pacientes é utilizar a sistema de classificação de pacientes – SCP, também utilizado para estabelecer a quantidade de pessoal dos funcionários. Entre eles, estão o FUGULIN e o PERROCA, amplamente conhecidos e utilizados no âmbito hospitalar. Os parâmetros nacionais de classificação foram estabelecidos pelo Conselho Federal de Enfermagem – COFEN, através da Resolução nº 293/04. Objetivo: Reunir e

resumir a produção científica acerca dos instrumentos de classificação de pacientes PERROCA e FUGULIN e identificar o melhor instrumento de classificação. Trata-se de revisão integrativa de literatura tendo como banco de dados a *Scientific Electronic Library Online*. Resultados: Foram analisadas 13 obras publicadas entre os anos de 2008 e 2013 e em revistas de renome nacional. A classificação do paciente proporciona inúmeros benefícios ao paciente/família bem como à equipe de enfermagem. Para a quantidade de pessoal (QP) a definição é feita através do $QP = Km \times THE$. Entende-se por Km = Constante Marinho e THE = Total de Horas de Enfermagem. Quanto a classificação dos pacientes, embora sejam pouco diferentes, ambos os instrumentos são aplicáveis às necessidades de enfermagem e apresentaram resultados semelhantes. Conclusão: É de suma importância a aplicação de um instrumento de classificação de pacientes para um melhor planejamento, execução e avaliação das ações da equipe de enfermagem. Estudos revelam que há similaridades entre os resultados para ambos os instrumentos, ou seja, usando qualquer um dos dois a classificação seria equivalente. Tanto Perroca quanto Fugulin se mostram satisfatórios para a concretização deste processo, de forma que ambos são bem aceitos devendo então, cada instituição verificar qual melhor se adapta a realidade da sua unidade.

Descritores: Enfermagem. Classificação. Avaliação de Enfermagem.

PLATAFORMA ARDUINO: BENGALA ULTRASSÔNICA AUXILIANDO OS DEFICIENTES VISUAIS

GUEDES, José Eduardo¹; ROCHA, Olliver Christopher¹; SICUPIRA, Ismael Pinheiro¹;

SILVEIRA, Priscilla Laurien¹; VIEIRA, Gabriela Santos¹;

NASCIMENTO, Pedro Cândido²; JUNIOR, José Osmane Junior²;

¹ Discentes do 1^a Período de Engenharia Mecatrônica – FIPMoc

² Docentes do curso de Engenharia Mecatrônica – FIPMoc

Atualmente, os deficientes visuais brasileiros sofrem com a redução de sua qualidade de vida, com a dificuldade de locomoção e com as limitações e restrições a que são submetidos. Embora haja instituições e organismos governamentais que se preocupem com o bem-estar e a mobilidade destes, ainda é necessário que se tenha uma sociedade alicerçada nos ideais de inclusão (SOUZA; SANTAROSA, 2003). O projeto da Bengala Ultrassônica envolve o arduino, este é uma plataforma de código aberto baseado numa simples placa micro controladora, associado ao sensor ultrassônico LV Max Sonar EZ1 e ao motor DC de vibração, em que o arduino controla as informações analógicas recebidas pelo sensor acoplado na bengala e transmite essas informações para portas digitais acionando o motor de vibração, que orienta o usuário. Nesse contexto, o objetivo desta pesquisa é, então, melhorar a qualidade de vida dos deficientes visuais, facilitar sua locomoção e acesso, diminuir sua necessidade de ter um acompanhante, aumentar sua percepção a obstáculos por meio da emissão de pequenas e intensas vibrações acionadas pelo sensor ultrassônico e abaixar o custo dos meios convencionais de locomoção. Para tanto, será realizada, como parte da metodologia, uma revisão de literatura centralizada no funcionamento, programação e interligação do sensor ultrassônico LV Max Sonar EZ1, da plataforma arduino e do motor DC de vibração, pesquisas e análises com os deficientes visuais, a fim de atender a suas necessidades e dificuldades de locomoção, além de montar um protótipo para possíveis testes com os mesmos. Como resultados das pesquisas teóricas e práticas espera-se que o protótipo da bengala ultrassônica seja capaz de facilitar a locomoção dos deficientes, caracterizar melhor os obstáculos e emitir pequenas e intensas vibrações que os orientem de uma forma mais precisa. Espera-se concluir então que o projeto possa torná-los mais independentes, diminua o custo dos meios convencionais (como o cão guia e bengala) facilitando sua mobilidade no dia a dia.

Palavras-chave: Sensor ultrassônico. Plataforma Arduino. Deficientes Visuais. Locomoção. Bengala ultrassônica.

Referência:

SOUZA, Andréa Poletto; SANTAROSA, Lucila Maria Costi. Ambientes digitais virtuais: acessibilidade aos deficientes visuais. **Revista Novas Tecnologias na Educação**, Cinted UFRGS, v. 1, n. 1, 2003.

POLÍTICAS PÚBLICAS REFERENTES À SAÚDE NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Dados parciais do Projeto Interdisciplinar

ANDRADE, Ana Maria¹; CORDEIRO, Shirley Daniane¹;

LIMA, Caio Henrique Almeida¹; SOUSA, Maria Suely¹; SILVA, Leandro Luciano²

1 Discentes das FIPMoc; 2 Doutorando FAE/UFMG - Docente FIPMoc - Procuradoria/ UNIMONTES

Os Direitos Sociais, enumerados no artigo 6º do texto constitucional, consistem, em sua maioria, em mandamentos ao Poder Público no sentido de amparar parcela da sociedade que se encontre em situação de carência, buscando garantir-lhe um mínimo de condições para que possam exercer, com dignidade, os demais direitos estabelecidos no texto constitucional. Esses direitos exigem uma ação efetiva do Estado em sua implementação, e esta, ocorre, na maioria das vezes, por meio da instituição de políticas públicas. Para Teixeira (2002) “políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado”. Este trabalho teve por objetivo identificar as políticas públicas referente ao direito à saúde no Estado de Minas Gerais. Para tanto, optou-se pelo estudo exploratório com a realização de pesquisa bibliográfica e documental, os dados foram obtidos por meio de consulta junto ao sítio oficial do Governo do Estado de Minas Gerais realizada no primeiro semestre do ano de 2015. No Âmbito do Estado de Minas Gerais identificaram-se várias ações entre elas: o Sistema Único de Saúde (SUS) responsável por garantir o acesso integral, gratuito e igualitário à população; a distribuição de medicamentos através do programa federal “Farmácia Popular do Brasil; o programa de Vigilância Sanitária que tem por objetivo exercer o controle sanitário de serviços e produtos para o consumo que apresentam potencial de risco à saúde e ao meio ambiente, visando a proteção e a promoção da saúde da população, além de outras políticas relacionadas às categorias específicas como deficientes, idosos, crianças e adolescentes, mulheres. Conclui-se que no Estado de Minas Gerais existem vários programas relacionados ao direito à saúde, no entanto a análise sobre a efetividade destes direitos através das políticas aqui descritas depende do desenvolvimento de pesquisas direcionadas a cada uma destas ações.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Direitos Sociais. Saúde.

Referências:

TEIXEIRA, Celso Elenaldo. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**, Salvador, 2002.

Disponível em: http://www.aatr.org.br/site/textos_publicacoes/index.asp . Acesso em 20 fev. 2015.

POLÍTICAS PÚBLICAS REFERENTES AOS DIREITOS DA MULHER NO ESTADO DE MINAS GERAIS

SANTOS, Jéssica Karoline dos 1; SILVA, Paulo Ricardo Oliveira2; MADUREIRA, Charles Souza3; NASCIMENTO, Larissa Emanuelle da Silva4; SILVEIRA, Ramon Boaventura Marques 5; SOARES, Anamaria Durães6; SILVA, Leandro Luciano2

1Discente das FIPMoc;2 Doutorando FAE/UFMG - Docente FIPMoc - Procuradoria/ UNIMONTES

Durante séculos, a sociedade considerava que a mulher devia limitar-se a cumprir com as funções de esposa e mãe, com o tempo, as mulheres começaram a desempenhar funções sociais mais relevantes, infere-se dessa evolução o reconhecimento da igualdade entre homens e mulheres sob a máxima de que eles são iguais em direitos e obrigações. Apesar da evolução descrita, as mulheres ainda são alvo de ações explícitas e veladas que insistem em não reconhecê-las. Por outro lado, o Estado tem buscado mitigar ações discriminatórias em relação à mulher em especial na instituição de políticas públicas a elas direcionadas. As Políticas Públicas podem ser conceituadas como ações e medidas adotadas pelo Estado para a efetivação

de determinados direitos sociais e, em algumas situações, voltadas ao atendimento de categorias que se encontrem em situação de desigualdade na sociedade. O presente trabalho teve como objetivo identificar as Políticas Públicas referentes à mulher instituídas no Estado de Minas. Para atender ao propósito deste trabalho optou-se pelo estudo exploratório, através de pesquisa bibliográfica e documental, os dados foram obtidos através de busca realizada no sítio oficial do Governo do Estado de Minas Gerais no primeiro semestre de 2015. Identificou-se que no Estado de Minas Gerais existem várias ações voltadas ao atendimento dos direitos das mulheres tais como o programa de atendimento à vítima de violência doméstica, familiar e sexual com atendimento especializado às vítimas, como assistência psicossocial, orientação jurídica. Identificou-se também, ainda relacionado à segurança da mulher, o programa de atendimento médico de urgência às mulheres vítimas de violência sexual, estupro, ou espancamento associado com atos sexuais agressivos. Em relação às ações do Governo de Minas em relação à saúde da mulher, identificou-se o programa de atendimento integral à mulher em todas as fases da vida, com prestação de vários serviços para gestantes de alto risco com problemas de hipertensão, diabetes, coração ou que já tenham sofrido aborto e ainda o programa de acompanhamento especial para Mães de Minas criado pelo governo para a proteção e o cuidado das mães gestantes e das crianças no primeiro ano de vida, trata-se de atendimento individual com cada gestante, do pré-natal até o primeiro ano de vida da criança. Conclui-se que o Estado tem proposto ações diante de situações de risco às mulheres por meio das Políticas Públicas, em defesa da eliminação da discriminação enfrentada por elas. Observa-se que o Estado através das Políticas Públicas busca efetivação de Direitos Sociais inerentes às mulheres. Porém, a afirmação quanto à efetivação desses Direitos Sociais no Estado de Minas Gerais depende da análise objetiva de cada uma das ações descritas neste trabalho.

Palavras-chaves: Políticas Públicas. Mulher. Estado de Minas Gerais.

POSICIONAMENTO DO STF EM RELAÇÃO AO DIREITO DE MINORIAS HOMOSSEXUAIS

Dados parciais do Projeto Interdisciplinar

FREITAS, Cláudio Roberto de Jesus¹; BRANT, Eduardo Caldeira¹; ALMEIDA, Igor Martins¹; MAIA, Larissa Dias Ferrante¹; DURÃES, Pedro Emílio¹; DUARTE, Sueli Oliveira¹ SANTANA, Víctor Freire¹; SILVA, Leandro Luciano².

1 Discentes das FIPMoc - 2 Doutorando FAE/UFMG - Docente FIPMoc - Procuradoria/UNIMONTES

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 trouxe importantes avanços na proteção dos direitos das minorias estabelecendo como princípios fundamentais não só a isonomia e a dignidade humana, como o pluralismo político, a busca por uma sociedade livre, justa e solidária, e a liberdade de escolha e orientação sexual. A pesquisa se propôs a analisar posicionamento do Supremo Tribunal Federal (STF) quanto aos direitos de minorias, mais precisamente, em relação aos homossexuais. Para alcançar o propósito deste trabalho optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental. Foi realizada uma busca no sítio oficial do STF, julgados do período de 06/11/2011 a 03/10/2012, utilizando-se como critérios de busca as expressões “Minorias. Discriminação. Interpretação analógica. Homossexuais”. Foram encontrados os seguintes julgados: **RE 607.562 AGR / PE**. Relator: Luiz Fux. Primeira turma; que teve por objeto o julgamento de agravo regimental sobre a possibilidade de pensão *pós morte* de união de pessoas do mesmo sexo. **Repercussão Geral no Recurso Extraordinário com Agravo 656.298 /SE**. Relator: Ayres Brito. Pleno da Corte; julgou agravo sobre repercussão geral as questões constitucionais alusivas à possibilidade de reconhecimento jurídico de união estável homoafetiva e à possibilidade de reconhecimento jurídico de uniões estáveis concomitantes. **RE 477.554 /MG**. Relator: Celso de Melo. Segunda turma; que tratou da legitimidade constitucional do reconhecimento e qualificação da união estável homoafetiva como entidade familiar; **ADPF 132 / RJ**. Relator: Ayres Brito. Pleno da Corte; que tratou do julgamento no qual por votação unânime os ministros manifestaram-se pela procedência das respectivas ações constitucionais, reconhecendo a união homoafetiva como entidade familiar e aplicando à mesma o regime concernente à união estável entre homem e mulher, assegurando a isonomia de garantias previstas no art. 1.723 do Código Civil brasileiro. Conclui-se que os julgadores da Suprema Corte em relação aos direitos dos homossexuais a partir do Julgamento da ADPF 132/RJ firmaram entendimento sobre a constitucionalidade da união de pessoas do mesmo sexo e reconhecimento dos direitos e garantias referentes a esta união. Ocorre que esse posicionamento é fruto de evolução e amadurecimento jurisprudencial no sentido de reconhecimento das mudanças que surgem no âmbito das relações sociais. Por fim, destaca-se que o reconhecimento da união homoafetiva e outros direitos inerentes à minoria homossexuais, não se estagnou no âmbito das decisões aqui apresentadas, sendo que em recente decisão publicada em 18 de março de 2015, em sede de Recurso

Extraordinário - RE 846102 / PR – Paraná, a Relatora Ministra Carmem Lúcia reconhece a possibilidade de adoção por casais homoafetivos.

Palavras-chave: Minorias. Homossexuais. STF. União Estável. Adoção.

PRESENÇA DE EDEMA EM PACIENTES COM DOENÇA CARDIOVASCULAR

ROCHA, Geiziane Souza¹; BRITO, Sabrina de Jesus²; ESCOBAR, Érika Goulart Veloso Ferreira³

1 Fisioterapeuta; 2 Discente das FIPMOC; 3 Docente das FIPMOC

O edema é um dos sinais cardiais da insuficiência cardíaca congestiva sendo este caracterizado por ser dominante nos membros inferiores. É predominante no período da tarde após o paciente manter-se de pé por varias horas, e nos doentes acamados, a retenção hídrica acumula-se na região pré-sacra. O edema cardíaco varia de intensidade, é mole, inelástico, indolor, e a pele circunjacente pode apresentar se lisa e brilhante. Objetivou-se identificar a presença de edema em pacientes com doença cardiovascular nas clínicas de fisioterapia de Montes Claros. Optou-se pela pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Critério de inclusão :Idosos atendidos nas clinicas de Fisioterapia de Montes Claros / MG. Coleta de Dados: Mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido por todos os participantes, a coleta de dados foi feita através de um questionário. Quando questionados sobre a presença de edema durante a manifestação da doença, dos 26 entrevistados, 16 (61,5%) responderam que não apresentaram edema e 10 (38,5%) responderam ter apresentado edema durante a manifestação da doença. Os resultados obtidos neste estudo permitem concluir que a maioria dos idosos não apresentou edema durante a manifestação da doença, e os que tiveram edema, a região mais frequente em que o edema se manifestou foi nas pernas.

Palavras-chaves: Doenças Cardiovasculares. Idosos. Edema.

PREVALÊNCIA DE DEMÊNCIA E DEPENDÊNCIA FUNCIONAL EM UMA POPULAÇÃO DE IDOSOS NO BRASIL

SÁ, Samara Cardoso de 1; OLIVEIRA, Marcos Vinícius Macedo de 2

1 Graduação em Enfermagem. Departamento de Enfermagem. FIPMoc; 2 Doutor. Biólogo. Departamentos de Medicina e Enfermagem. FIPMoc

Envelhecer é um processo natural que provoca mudanças graduais inevitáveis e irreversíveis, provocando assim transformações demográficas e epidemiológicas além de desencadear o desgaste orgânico, provoca alterações nos aspectos culturais, sociais e emocionais (CIOSAK et al., 2011). Podendo portando interferir na capacidade de adaptação do indivíduo ao meio social em que vive. Dessa forma, o presente trabalho objetivou analisar a prevalência de demência e a dependência funcional juntamente com fatores relacionados em idosos. Foi um estudo quantitativo, analítico e transversal com 2.855 idosos atendidos no Centro de Referência à Assistência à Saúde do Idoso Eny Faria de Oliveira na cidade de Montes Claros. Todos os dados foram tabulados e analisados por meio do software *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS) v.18.0 para Windows®. . O estudo foi aprovado pelo Comitê de ética em pesquisa envolvendo seres humanos (Unimontes, parecer 152.340/2012), seguindo os preceitos do Conselho Nacional de Saúde – Ministério da Saúde. A maioria dos idosos em nossa pesquisa era do sexo feminino representando 72.5% do total. A maior participação do gênero feminino esta relacionado a maior expectativa de vida das mulheres em relação aos homens(PAULA et al.,2013). Caracterizado pela alta prevalência de demência associado a grupos etários mais elevados. A alfabetização associou-se a prevalência de demência onde o grupo classificado como analfabeto apresentou maior prevalência de demência quando comparados com o grupo classificado como alfabetizados. Quanto ao estado civil, idosos classificados como não casados apresentaram maior prevalência de demência que os casados. Em linhas gerais o presente estudo favorece a melhor compreensão acerca da prevalência de demência e dependência funcional dos idosos, os resultados confirmaram portanto que a idade e a escolaridade tiveram forte prevalência quanto a presença de demência.

Palavras-chave: Envelhecimento. Demência. Funcionalidade. Cognição.

Referências

CIOSAK, SUELY ITSUKO et al. Senescência e senilidade: novo paradigma na atenção básica de saúde. **Rev. esc. enferm.** 2011, vol.45.

PAULA AFM, RIBEIRO LHM, D'ELBOUX MJ E GUARIENTO ME. Avaliação da capacidade funcional, cognição e sintomatologia depressiva em idosos atendidos em ambulatório de Geriatria. **Rev Bras Clin Med.** São Paulo, 2013 jul-set;11(3):212-8

PREVALÊNCIA DE DEPRESSÃO EM IDOSOS ATENDIDOS POR UM CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO IDOSO

SANTOS, Jéssica Freitas¹; OLIVEIRA, Marcos Vinícius Macedo de²;

1Aluna de Iniciação Científica (PROIC FAPEMIG) das FIPMoc. 2Docente das FIPMoc

O envelhecimento populacional tem provocado transformações demográficas e epidemiológicas sendo necessário buscar meios de melhorar a qualidade de vida e condições de saúde, dos idosos, prestando uma assistência integral. A depressão exerce um impacto importante na qualidade de vida dos idosos, sendo imprescindível a compreensão dos fatores de risco para o desenvolvimento da doença, para que profissionais de saúde atuem no planejamento e implementação de ações direcionadas à promoção de saúde desse público. Objetivou-se analisar a prevalência de depressão maior em idosos atendidos pelo Centro de Referência em Assistência à Saúde do Idoso Eny Faria de Oliveira (CRASI) em Montes Claros, bem como relacionar com a doença fatores de risco sociodemográficos. Realizou-se um estudo retrospectivo de caráter transversal, documental, quantitativo e analítico a partir da análise de todos os prontuários eletrônicos de pacientes atendidos pelo serviço médico entre os anos de 2008 e 2011 no CRASI em Montes Claros, Minas Gerais. Os prontuários eletrônicos elegíveis para o estudo seguiram os seguintes critérios de inclusão: referir-se a pacientes atendidos pelo serviço médico do CRASI entre os anos de 2008 e 2011; estar acessível no período da coleta dos dados; possuir informações completas nos prontuários. Foi realizada a seleção de prontuários eletrônicos e posteriormente a coleta de dados propriamente dita. Foram selecionadas 3362 prontuários para compor a amostra da pesquisa. Para análise do quadro de depressão, foram utilizados dados do diagnóstico a partir do DSM-IV, contidos nos prontuários. Foi realizada a análise dos dados por meio do software estatístico *Statistical Package for the Social Science* (SPSS®) - v. 18.0 através de estatística descritiva e testes de qui-quadrado, exato de Fisher e análises de regressão multivariadas para determinar fatores sociodemográficos associados à ocorrência de depressão. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES: parecer 152.340/2012). O diagnóstico de depressão maior esteve presente na maioria dos idosos (56.8%). Foi encontrada associação estatisticamente significativa na presença de depressão maior em idosos do sexo feminino ($p < 0.001$), viúvos ($p < 0.001$) e analfabetos ($p < 0.001$). Não houve relação estatisticamente significativa entre as variáveis idade e presença de depressão maior nos idosos estudados ($p = 0.599$). A alta prevalência da depressão maior nos idosos desta pesquisa, bem como a identificação dos fatores de risco para seu desenvolvimento poderá subsidiar políticas de atenção voltadas à saúde do idoso, e direcionar o planejamento da assistência dos profissionais de saúde para prevenção da depressão maior. Por conseguinte, este estudo contribui para discussão e entendimento da depressão na população idosa brasileira e em outros países.

Palavras-chave: Envelhecimento. Depressão. DSM-IV.

PREVALÊNCIA DE TUBERCULOSE MULTIRRESISTENTE NO BRASIL

MACHADO, Ana Paula Moraes Corrêa¹; GOMES, Alana Andrade¹; MAIA, Natália Borges¹; AGUIAR, Breno Soares¹; ALCÂNTARA, Cecília Barbosa¹; MENDES, Helena Thais Gomes¹; PRINCE, Karina Andrade de².

1Discente de Medicina das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

A tuberculose (TB) é uma doença muito antiga que se mantém como importante problema de saúde pública. O panorama da TB, no mundo e no Brasil é crítico, frente ao crescente problema da tuberculose multirresistente (TBM^R), que constitui ameaça ao controle da TB, por aumentar os óbitos, tornar mais dispendioso, longo e difícil o tratamento e diminuir a expectativa de cura. Objetivou-se avaliar a prevalência da TBM^R no Brasil, entre os anos de 2010 e 2014. Foi realizado um estudo de investigação retrospectivo, transversal, descritivo e quantitativo. Teve como universo de pesquisa, a base de dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde referente ao número de casos de TBM^R ocorridos no Brasil, entre 2010 e 2014. Foram consideradas as variáveis gênero, faixa etária, escolaridade, tipo de entrada, tipo de encerramento e relação com o HIV. Utilizou-se o software Excel 12.0 (Office 2007) para gerenciamento e análise dos dados. Entre os anos de 2010 e 2014 o número de casos de TBM^R foi 2256 casos, representando 0,5% de todos os casos de TB no Brasil (433.343), sendo 2011 o ano com maior número de casos (23,9%). O principal tipo de entrada em relação aos casos de TBM^R foi de casos novos, correspondendo a 909 casos (40,3%). Em relação aos dados sociodemográficos, houve predomínio da doença no sexo masculino (1496 casos/66,3%), na faixa etária de 20 a 39 anos (1006 casos/44,6%) e em indivíduos de baixa escolaridade (482 casos /21,4%). Em relação às comorbidades associadas, a co-infecção por HIV foi relevante, representando 12,4% dos pacientes avaliados. Houve uma redução no número de casos da TBM^R em torno de 14,7%, no período avaliado. No entanto, esta ainda constitui um problema de saúde mundial, sendo necessárias medidas de políticas públicas mais efetivas para erradicação do número de casos da doença, já que esta é caracterizada como uma ameaça ao controle da TB.

Palavras-chave: Prevalência. Tuberculose Multirresistente. Saúde Pública.

PREVALÊNCIA DE TUBERCULOSE NO BRASIL E SEUS FATORES DETERMINANTES

QUEIROZ, Bruno Belarmino de¹; VIEIRA, Gabriel Bastos¹; CHAVES, Hudson Gustavo¹; CUMANI, Alexandre¹; PRINCE, Karina Andrade de²

1 Discente das FIPMoc, 2 Docente das FIPMoc

A tuberculose é uma doença infecciosa crônica causada pelo *Mycobacterium tuberculosis*, responsável pelo acometimento de parcela considerável da população, levando a morbidade, perda da qualidade de vida e em alguns casos, óbito. Pode ser transmitida por meio da inalação das gotículas de saliva expelidas pela tosse ou espirro do indivíduo contaminado, que podem se manter suspensas no ar por horas, mantendo o patógeno vivo. A permanência até o fim do tratamento tem se mostrado relevante, uma vez que aproximadamente 10% dos pacientes o abandonam, mas também deve-se levar em conta que em torno de apenas 55% dos casos evoluem para cura, denotando a necessidade de maior enfoque na atenção primária. Objetivou-se avaliar a prevalência dos casos de tuberculose na população brasileira no período de 2010 a 2014, buscando avaliar os seus fatores determinantes. Analisou-se os dados disponibilizados pelo banco de dados SINAN do Ministério da saúde, com enfoque no tipo de entrada, número de casos por ano e região, faixa etária, sexo, forma clínica e situação de encerramento. Estes dados foram cruzados, a fim de se buscar evidências de relações que poderiam vir a influenciar no quadro geral do paciente. Foi observado maior prevalência na região sudeste, com acometimento principalmente de pacientes entre as idades de 45 a 54 anos, correspondendo ao sexo masculino o maior número de casos em todas as faixas etárias. Quanto à forma clínica, destacou-se a pulmonar com mais de 80% dos casos, sendo que, no entanto, mais da metade demonstrou evolução para cura. No Brasil houve aumento do número de casos entre 2012 e 2013, seguido por redução no período de 2013 a 2014. A associação entre tuberculose e co-infecção por HIV, demonstrou relevância aparente, uma vez que em torno de apenas 11,4% dos pacientes apresentaram o vírus, no entanto, esse valor pode ser contestável, visto que mais de 26% dos pacientes tuberculosos não realizaram o exame anti-HIV. Concluiu-se que apesar da redução de casos, é necessária a educação em saúde da população, com enfoque na permanência no tratamento, dado o fato de que a taxa de desistência possui valor relevante.

Também deve-se focar principalmente no sexo masculino, mais acometido pela doença, e na conscientização das pessoas quanto à possibilidade de infecção entre familiares, incentivando o início imediato de medidas profiláticas para aqueles que mantiverem contato com o paciente. Caso tais problemas venham a ser solucionados parcial ou totalmente, a qualidade de vida dos pacientes há de melhorar consideravelmente, tendo-se em vista sua relação interpessoal e reintrodução no mercado de trabalho.

Palavras-chave: tuberculose, prevalência, morbidade.

PREVALÊNCIA E FATORES DE RISCO DE SÍFILIS NA GESTAÇÃO NOTIFICADOS NO PERÍODO DE 2012 E 2013 NA BASE DE DADOS DO SINAN

SOUZA, Amanda Ribeiro¹; SANTOS, Ana Carine Gomes¹ ; MENESES, Hérica Francine Pinto¹; CARVALHO, Karine Kerolly Almeida¹; GONDIM, Manuela Pierotte Luz¹; PEREIRA, Veridianne Vieira¹

¹Discente das FIPMoc; ²Docente das FIPMoc

A sífilis é uma doença sistêmica, infecciosa de evolução crônica, causada pelo *Treponema pallidum* e transmitida através do contato sexual ou vertical. (BRASIL, PINTO, 2014). Fatores sociais, biológicos, culturais e comportamentais influenciam diretamente a ocorrência da sífilis na gravidez. Essa doença representa um problema de saúde pública devido à falta de controle eficaz. Por se tratar de uma doença com agente etiológico definido, forma conhecida de transmissão, período de incubação longo e tratamentos com alto índice de cura, o registro de novos casos não deveria ser uma realidade. Além disso, o *treponema pallidum* prejudica diretamente no prognóstico gestacional e perinatal, pois além da sífilis congênita é ainda observado altas taxas de abortamento, prematuridade, restrição do crescimento intrauterino e por fim morte fetal (DUARTE, 2012; PINTO, 2014). Objetivou-se avaliar prevalência e fatores de risco de sífilis gestacional notificados no período de 2012 e 2013 na base de dados do SINAN e DATASUS. Foi realizado estudo de investigação retrospectivo, transversal de caráter descritivo e quantitativo. Teve como universo de pesquisa a base de dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde referente ao caso de número de casos registrados de sífilis durante a gestação ocorridos no território nacional no período de 2012 e 2013. Foram consideradas as variáveis: faixa etária, raça, escolaridade e acompanhamento pré-natal. Utilizou-se o software Excel 12.0 (Office, 2007) para gerenciamento de dados. De acordo com dados obtidos no DATASUS, no ano de 2012 havia 7.862.456 gestantes no país, das quais 95,91% foram acompanhadas. Em 2013 foram 8.203.692 gestantes, 87,8% acompanhadas. A prevalência de sífilis nestas gestantes, segundo dados do SINAN foi de 0,21% em 2012 e 0,08% em 2013. Em relação à raça, foi observada uma maior prevalência de casos de sífilis na gestação em pacientes autodeclaradas pardas – 47,03% em 2012 e 47,02% em 2013. A maioria dos casos diagnosticados foi em mulheres entre 20 e 39 anos - 72,18% em 2012 e 70,99% em 2013. Um aumento de 1,05% na faixa etária entre 15 e 19 anos foi observado entre os anos de 2012 e 2013. A prevalência entre as outras faixas manteve-se constante. Quanto à escolaridade, os maiores índices foram registrados em gestantes com ensino fundamental incompleto – 35,23% em 2012 e 33,08% em 2013. Diante da análise dos dados, observou-se que a sífilis é uma doença prevalente em gestantes, sendo a assistência pré-natal adequada fundamental para o diagnóstico da doença. Acredita-se ainda que os dados observados possam estar subestimados em razão da subnotificação que é a realidade no Brasil. As maiores prevalências dentre as variáveis pesquisadas (raça, escolaridade e idade) condizem com os fatores de risco relatados na literatura.

Palavras-chave: Sífilis. Gestação. Pré-natal.

PREVENÇÃO E CONTROLE DE ENCHENTES NA REGIÃO SUDOESTE DE MONTES CLAROS – MG

MARTINS, Rayra Maia¹; RODRIGUES, Rodrigo Ribeiro ²; COSTA, Antonio Carlos Moreira da ³
^{1 e 2} Discentes das FIPMoc; ³ Docente das FIPMoc

O processo de urbanização tem promovido consideráveis alterações na dinâmica natural das bacias hidrográficas, provocadas pelo aumento do escoamento superficial, gerado pelo crescimento das áreas impermeáveis. O que se tem notado principalmente nos grandes centros urbanos, é uma crescente ocupação de áreas que deveriam ser protegidas, seja por se tratar de uma APP (Área de Preservação Ambiental) ou por sua importância ambiental. O planejamento, feito sem levar em consideração como as cidades vão se desenvolver vem gerando grandes problemas, no que diz respeito às enchentes, devido à ocupação de áreas inapropriadas e à alta taxa de impermeabilização do solo, aumentando a cada ano sua magnitude e tempo de recorrência. A cidade de Montes Claros – MG, não foge à regra, uma vez que, alguns bairros situados na zona sudoeste da mesma têm apresentado nos últimos anos constantes alagamentos, cada vez mais intensos. Para a realização deste trabalho, foi feita uma pesquisa qualitativa sobre a influência de obras urbanas na região da sub-bacia hidrográfica em Montes Claros e características gerais da cidade. O estudo dos dados históricos de precipitações na região foi apresentado e discutido juntamente com a análise de imagens de satélite da cidade, onde é possível notar as tendências do processo de urbanização da região e com isso, antecipar medidas de caráter preventivo. Diante desse fator, essa pesquisa foi desenvolvida para identificar as possíveis causas geradoras das enchentes ocorridas na região sudoeste de Montes Claros, entre os bairros Canelas e Ibituruna, além de avaliar os danos gerados pela ocupação urbana no entorno dos cursos d'água, identificar técnicas para mitigar as enchentes e discutir modelos para prevenção de enchentes em áreas urbanizadas.

Palavras-chave: Enchentes. Ocupação urbana. Drenagem urbana.

PROCESSO DE FABRICAÇÃO BIELA

OLIVEIR, Francisco Daniel Lopes¹; BARBOSA, Glaicon Mendes¹; CHAVES, Lucas Enio Araújo¹;
JUNIOR, Neyjakson Costa Brito¹; SOUZA, Rafael Ramos¹; DIAS, Tarcísio Ramon Cardoso¹; BRITO,
Thaelem Nunes¹
¹Discentes FIPMoc

Os processos de fabricação mecânica compreendem nas técnicas de produzir objetos de uso industrial e automotivo como, por exemplo, a biela; peça que iremos trabalhar através de forjamento, usinagem fundição e outros. A biela é componente do motor responsável por transmitir a força recebida pelo pistão e repassar à árvore de manivelas ou virabrequim. Com a exclusiva função de inverter o sentido de movimento, pois ligada ao pistão, através de um pino, a biela sobe e desce ligada ao virabrequim; presa com uma capa entre bronzinas, a biela transmite a força em forma de movimento rotativo ou circular. Geralmente, feita de aço forjado, a biela assume formas e tamanhos diferentes, conforme o tipo e configuração de cada motor. Esse trabalho tem como objetivo estudar os processos de fabricação envolvidos com o elemento mecânico em questão, escolher aquele processo que seja mais prático e rápido, fazer um protótipo com um material mais barato e que tenha os requisitos necessários para o processo de fabricação escolhido, dentre outros. A equipe responsável pelo trabalho utilizou diversos recursos, dentre os quais: orientação do professor, pesquisas na internet, pesquisas bibliográficas e outras ferramentas. No caso da biela, existem três tipos diferentes para a sua fabricação. São elas por forjamento: é um processo de conformação mecânica em que o material é deformado por martelamento ou prensagem, é empregado para a fabricação de produtos acabados ou semiacabados de alta resistência mecânica, destinados a sofrer grandes esforços e solicitações em sua utilização. Forjamento podem ser de dois tipos, de prensa hidráulica ou mecânica. Usinagem: a usinagem é o corte feito por uma determinada máquina sobre um metal de acordo o formato da peça a ser produzida, também é utilizada para corrigir pequenas deformações que ocorreram em outros processos. Fundição: é o processo que ocorre o derretimento de um metal e em seguida é depositado dentro de um molde e permaneceu ali até a sua total solidificação para depois se desenformado do molde. Depois de

apresentarmos todos os processos de fabricação de uma biela, escolhemos o forjamento, pois é o mais utilizado industrialmente para a produção da biela peça no qual iremos produzir através desse procedimento, apresentando vantagens em relação a outros processos. Fazendo uma comparação com o processo de usinagem, o forjamento apresenta as seguintes vantagens: maior flexibilidade quanto ao tamanho da peça, já que não existe limitação com respeito ao tamanho da placa ou barra disponível, L Graus orientados com respeito à forma aumentando a resistência no sentido de solicitação, uso mais econômico e ambiental dos materiais, menor número de operações. Comparando-o com a fundição, o forjamento é mais viável por apresentar: maior resistência, possuem microestrutura mais refinada, confiáveis (menos defeitos), mais baratos para grandes lotes, suas plantas de produção são mais adaptáveis a diferentes produtos. Mas, como todo processo mecânico não é perfeito, os produtos forjados apresentam algumas desvantagens como: falta de redução; trincas superficiais; trincas nas rebarbas; trincas internas.

Palavras-chave: Biela. Processos de fabricação. Fundição. Usinagem. Forjamento.

PROCESSO DE PANIFICAÇÃO DAS PADARIAS DE MONTES CLAROS

GOMES, Didan Oliveira¹; SOUZA, Martison Vitor Duarte¹; NACISMENTO, Pedro Candido².

1 Discente das FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc

Nesse estudo, analisamos e estudamos o processo de fabricação das panificadoras de montes claros, utilizando diversas ferramentas de engenharia, empregamos também ao trabalho as ferramentas de gestão ambiental, visando uma produtividade limpa com a diminuição de desperdícios. O estudo teve como objetivo propor melhorias ao processo de panificação, como na logística, produção, reutilização das matérias primas e no controle das sobras. Foi realizada uma pesquisa de campo na padaria Vinna, onde utilizamos o *Sipoc*, fluxograma, *Pdca*, mapeamento de processos, *Vsm*, gestão de efluentes e demais recursos da engenharia de produção, visando melhorias na empresa estudada. Através da consulta de normas pela ISO podemos propor um sistema de reutilização de água, em que se poderia economizar uma parcela considerável de tal recurso, fizemos um estudo para melhor aproveitamento das matérias primas, criamos um mapa fluxograma para a melhor logística da empresa no qual poderíamos aumentar a produção da empresa fazendo com que ela atenda a demanda da nossa região com menos turnos, analisamos a segurança e ergonomia do ambiente de trabalho propondo projetos tais como prevenção de incêndios dentre outras melhorias. Concluímos que com a utilização de tais ferramentas poderemos construir um perfil de empresa que atenda as normas e que também possa se destacar no mercado.

Palavras-chave: Panificação. Padarias. Vinna.

PROCESSOS DE FABRICAÇÃO DE ELEMENTOS MECÂNICOS: ACOPLAMENTO

MORAIS, Hugo Aquino; CHAMONE, Herbert Kelvin; SILVA, Márcen Júnio; FERREIRA, Guilherme Dias; VINICIUS, Fredson; FONSECA, Carlos Junior; RODRIGUES, Fellype

Discentes do curso de Engenharia Mecânica das FIPMoc

Seria impossível fabricar uma máquina que tivesse seus eixos todos construídos em uma única peça. Assim, existe um conjunto mecânico constituído de elementos de máquina muito importante que é o acoplamento, empregado na transmissão de movimento de rotação e torque entre duas árvores ou eixo-árvore. Suas principais funções são: unir dois eixos, absorver choques, compensar os desalinhamentos entre eixos, transmitir torque, reduzir vibrações, não forçar os rolamentos dos motores ou mancais, permitir a manutenção no eixo motriz ou no eixo movido individualmente, absorver dilatações dos eixos do motor e do sistema. O objetivo deste trabalho é mostrar os processos de fabricação do elemento mecânico acoplamento, apresentando alguns conceitos básicos para a compreensão do conteúdo. Para elaboração deste trabalho, foi feita uma pesquisa através de artigos, livros, revistas e profissionais da área de engenharia mecânica, onde concluiu-se que são três os tipos de acoplamentos, rígidos, elásticos e flexíveis. E os seus

principais processos de fabricação são os de fundição (processo com melhor custo/benefício quando utilizado na fabricação em grande escala devido ao alto custo dos moldes), usinagem (processo mecânico com melhor custo/benefício em fabricações de baixa escala) e conformação, cada um com um custo benefício e podendo ser utilizados na fabricação de outros elementos mecânicos. Os processos de fabricação do acoplamento são utilizados para criar diversas outras peças mecânicas, cada processo apresenta vantagens e desvantagens a qual o engenheiro é encarregado de definir em qual irá obter um melhor custo/benefício, podendo utilizar mais de um processo.

Palavras-chave: Engenharia, Elementos mecânicos, Processos de fabricação, Acoplamento

PROCESSOS DE FABRICAÇÃO MECÂNICO: PRODUÇÃO DE DISCOS DE FREIO AUTOMOTIVO

PRATES, Thiago Martins¹; LOPES, Leonardo Gomes¹; SILVA, Rodolfo Fonseca¹; GONÇALVES, Adriano Barbosa¹; SOARES, Jheibson Mendes¹; SANTOS, Weden Silva¹.

1- Discentes das FIPMoc

A utilização de discos de freio em automóveis é uma tecnologia empregada e consagrada já há algumas décadas. Mas, no princípio, eram utilizados em todos os veículos freio do tipo tambor. O método por disco de freio só começou durante a Segunda Guerra Mundial, quando foi empregado em aeronaves. Esse sistema acabou migrando para os automóveis e foi para linha de produção em 1960. Desde então, o freio a disco veio ganhando espaço entre os veículos terrestres já que apresenta resultados em melhores que o freio a tambor, isso porque o disco dissipa mais rapidamente o calor provocado pela frenagem, reduzindo a velocidade com mais eficiência. Isso só nos mostra como é importante continuar pesquisando e desenvolvendo materiais que contribuem para a evolução e melhor qualificação deste dispositivo. Assim, aumentando a efetividade do funcionamento com maior segurança e confiabilidade, garantindo menor desgaste dos materiais e preços mais acessíveis para que todos possam garantir que estejam seguros ao usar seu veículo automotivo. Objetivou-se pesquisar sobre o processo mecânico de um disco de freio automotivo; adquirir o conhecimento do processo mecânico real do objeto e desenvolver uma apresentação para demonstrar de forma didática os processos mais eficazes, além de produzir um vídeo de forma original exemplificando os métodos de produção utilizados. Metodologia: Pesquisar teorias embasadas em autores com comprovação científica sobre o tema proposto. Procurar profissionais capacitados para esclarecer possíveis problemas. Com as pesquisas, conseguimos obter dados que demonstram quais os processos de fabricação são utilizados na produção de um disco de freio. Entre eles, são usados de forma conjugada: fundição e usinagem respectivamente. Pôde-se observar também que o material que possui as melhores propriedades para ser usado em um disco de freio é o ferro fundido cinzento, pois, tem como característica usinabilidade e resistência ao desgaste, boa capacidade de resfriamento e resistência mecânica, além de fácil fusão e moldagem. Em sua composição química, é encontrado o carbono, silício, manganês, fósforo, enxofre e também consiste na adição de uma liga metálica no metal, enquanto estiver líquido. Nas análises, verifica-se que são produzidos dois tipos diferentes de discos de freio, o sólido e o ventilado, onde o disco sólido equipa a maioria dos carros populares brasileiros. É dado o nome de sólido a este tipo de disco porque a área que entra em contato com as pastilhas é de aço maciço, não possuindo nenhum tipo de perfuração para facilitar o resfriamento. Já o ventilado, costuma equipar veículos com motores mais potentes. É dado o nome ventilado pelo fato de possuir uma câmara interna para a ventilação e melhor resfriamento do conjunto. Após as investigações realizadas, concluímos que este trabalho foi crucial para conhecermos alguns dos processos de fabricação mecânica, em especial, os que são utilizados na produção do disco de freio automotivo, sendo eles fundição e usinagem. Um dos principais requisitos para que este seja um produto de qualidade é sua resistência ao calor e desgaste, e capacidade de resfriamento.

Palavras-chave: Disco de freio. Processo de fabricação. Evolução. Características. Funcionamento.

PRODUÇÃO DE ENERGIA ATRAVÉS DE BIODIGESTORES NAS ESTAÇÕES DE ESGOTO

DE CASTILHO, Pedro Otávio França¹; MAIA, Luiz Carlos Andrade¹; CARDOSO, Daner Vinicius Lima¹; HIRAMATSU, Rodrigo Gomes¹; FREITAS, Marlon Stevão Ferreira¹; GOMES, Lucas Rodrigues¹; PAULA, Pablo Peron²

¹Discente das FIPMoc; ²Docente das FIPMoc

A maioria dos dejetos dos esgotos são lançados em rios e maresou, até mesmo, a céu aberto, sem nenhum tipo de tratamento, gerando gases poluentes nocivos ao meio ambiente. Objetivou-se adaptar as ETE's (Estação de Tratamento de Esgoto) para gerar energia elétrica através da coleta, filtração e armazenamento do gás metano, resultado da digestão anaeróbia do esgoto doméstico. Realizando pesquisa exploratória e bibliográfica, assim como relacionar teorias de diferentes autores acerca da geração e uso do biogás, na busca de conhecimento da produção e funcionamento de biodigestores e destino e tratamento do esgoto doméstico. Grande parte do esgoto coletado não recebe o tratamento adequado e não tem nenhum tipo de aproveitamento. É uma forma de amenizar o impacto ambiental causado na natureza pelo despejo inadequado dessa matéria e a emissão de gás metano que contribui para o aquecimento global. Esse tipo de tratamento gera uma quantidade razoável de biogás e uma grande quantidade de matéria seca de lodo, que, após higienização, pode ser utilizada na produção agrícola. Uma adaptação realizada nas ETE's, para a produção do biogás, não resolveria a crise energética atual mas, ajudaria a suprir o déficit de determinadas regiões de acordo com a quantidade e energia produzida. Pode ser usada para manter sinais de trânsito, letreiros luminosos, entre inúmeras finalidades.

Palavras-chave: Energia. Biodigestor. Esgoto. Tratamento. Renovável.

PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA ATRAVÉS DA PROPULSÃO HUMANA

ABREU, Karine Durães¹; BOTELHO, George Marcos Freire¹; FERNADES, Vinicius Medeiros¹; FONSECA, Gabriel Moraes¹; MORIKAWA, Fábio Ossame¹; SANTOS, Michael Bruno Leite¹; FILHO, Pedro Candido do Nascimento².

¹Discente das FIPMoc; ²Docente das FIPMoc

Antigamente, a força humana e animal eram as principais fontes motoras de máquinas simples. Este projeto tem como objetivo gerar energia alternativa barata e responder a pergunta: É possível converter energia mecânica em energia elétrica através de um mecanismo portátil e barato? Assim, buscando aumentar o conhecimento dos acadêmicos e possibilitar a criação de um novo produto para o mercado. Inicialmente, foi realizado um amplo estudo em artigos, livros e sites que abordam o tema de geração de energias renováveis. Verificou-se também trabalhos e projetos relacionados ao tema. Com os dados da pesquisa, foi escolhido um projeto como ponto de partida. Este foi escolhido pela sua simplicidade, foram analisados seus pontos negativos. E, a partir daí, foi feito um projeto inovador, com uma estrutura diferente, com a principal vantagem de ser mais compacto e de fácil manuseio. Optou-se, como meio de geração de energia, pela criação de um dispositivo mecânico que transforma a energia cinética, gerada por uma bicicleta, em energia elétrica utilizável. Para colocar o dispositivo em funcionamento, o usuário deve acoplar uma bicicleta ao sistema, necessariamente, terá que colocar sua roda traseira presa entre dois cilindros, ambos os cilindros rotacionam juntos, pois, são presos por uma correia de polias. No cilindro posterior, é acoplado uma polia ligada a um gerador, que transforma o movimento de rotação em energia elétrica. Depois, essa energia é armazenada em uma bateria e transformada em uma tensão de saída de 127v e 12v através de um inversor de tensão. Para garantir estabilidade, a roda dianteira será fixada em um suporte impedindo sua movimentação, garantindo a segurança do usuário. O sistema alterna sua potência de acordo com o ritmo de pedaladas do usuário; para o funcionamento correto, foi calculado que é necessário no mínimo quarenta pedaladas por minuto para manter uma geração de energia constante. Por fim, após projetar todo o sistema no *software Solidworks*, foi elaborada uma tabela de orçamento contendo todos os tipos de materiais, custos e processos envolvidos na sua construção. O produto final desse projeto, futuramente, será implantado na faculdade com intuito de fazer funcionar pequenos dispositivos e conseguir realizar a recarga de celulares e aparelhos eletrônicos de baixa potência. Com base no modelo feito e nos dados adquiridos, o protótipo será construído para realização de testes.

Palavras-chave: Propulsão Humana. Geração de Energia. Bicicleta.

PROMOÇÃO DA SAÚDE DA CRIANÇA E PREVENÇÃO DE DOENÇAS INFECTOCONTAGIOSAS A PARTIR DA IMUNIZAÇÃO INFANTIL

OLIVEIRA, Lanuza Borges¹; MOREIRA, Kênia Souto²; MORAIS, Ariadna Janice Drumond²; VIEIRA, Débora Ribeiro³

1 Docente das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros – FIPMoc

2 Mestrandas em Cuidado Primário em Saúde da UNIMONTES

3 Discente do curso de Medicina das FIPMOC

A atenção à saúde da criança está incluída dentro das atividades da Estratégia Saúde da Família e tem sido considerada como importante ação de prevenção e promoção, pois permite um atendimento integral e prioritário que procura qualificar a assistência à criança melhorando a qualidade de vida da mesma. A imunização está incluída dentro das seis ações de atenção à criança, sendo que, na primeira infância se constitui uma importante ação de prevenção de doenças infectocontagiosas, é considerada uma atividade essencial para a estratégia de erradicação da poliomielite e outras doenças, por alcançar crianças que não são cobertas pela rotina dos programas de vacinação, mantendo ainda a visibilidade e o compromisso político necessário à erradicação. Objetivou-se descrever a experiência de uma ação de imunização às crianças de 6 meses até 05 anos cadastradas em uma Estratégia Saúde da Família (ESF) de Montes Claros-Minas Gerais. A ação foi realizada nos dias 07 e 08 de outubro de 2014. Participaram 159 crianças de 6 meses a 05 anos de idade, as maiores de 6 meses foram imunizadas contra a poliomielite e as maiores de 01 ano receberam imunização contra as doenças virais (Sarampo, Caxumba e Rubéola), desde que não houvesse recebido em menos de um mês a mesma vacina. Com o apoio e engajamento de todos os profissionais da Estratégia Saúde da Família é possível realizar ações de prevenção das doenças imunopreveníveis e promoção da saúde integrada às crianças, melhorando a sua qualidade de vida e contribuindo para o declínio das morbidades e mortalidade infantil.

Palavras-chave: Prevenção. Doenças infectocontagiosas. Imunização infantil

PROPOSTA DE RALO DE SUCÇÃO EM PISCINAS COM O OBJETIVO DE REDUZIR OS RISCOS DE ACIDENTES

XAVIER ROCHA, Túlio Brandão^{1,2}; GOMES, Juscilene¹; SOUTO, Marcelo Pereira¹; SANTOS, Murilo Ferreira dos¹; TORCATO, Ronnye Leão¹; DURÃES, Ricardo Gonçalves¹; AHNERT, Vinícius Mendes¹

1 Discente das FIPMOC; 2 Docente das FIPMOC

Casos de óbito por afogamento são comuns no Brasil, e mais da metade ocorre em piscinas quando considerado crianças de um a nove anos de idade. Parte desses casos é devido ao sistema de sucção e limpeza das piscinas que mantém a água circulando, pois, é usual que crianças, ou até mesmo adultos, fiquem presos aos ralos, impedindo que voltem à superfície. Para tentar evitar essa situação, a ABNT dita algumas normas de segurança, envolvendo esses dispositivos tais como velocidade de sucção, quantidade de ralos e o *lay out* destes. Com base nisso, o presente estudo tem como objetivo desenvolver um protótipo de ralo para os sistemas de sucção em piscinas. Foram pesquisados em documentos e artigos soluções já existentes e, com base nos resultados e elaborado o protótipo utilizando tecnologia CAD/CAM. As soluções apresentadas consistem em aumentar o número de ralos, de forma que diminua a velocidade da água, redimensionar o ralo, reduzindo o diâmetro dos orifícios de captação e posicionando-os perpendicular ao fundo da piscina. A solução sugerida no presente estudo reduz a probabilidade de acidentes envolvendo o sistema de sucção de piscinas proporcionando maior segurança aos usuários, especialmente crianças.

Palavras-chave: Piscina. Sistema de sucção. Acidentes.

PROPOSTA DE REUTILIZAÇÃO DA ÁGUA DO AR-CONDICIONADO NAS FIPMOC

MELO, Leonardo Araujo¹; XAVIER, Moacir Filho¹; FERNANDES, Victor Lucas¹; CANDIDO, Pedro²

¹Discente do curso de Engenharia Mecânica das FIPMOC

²Docente do curso de Engenharia Mecânica das FIPMOC

O ar condicionado é um equipamento utilizado para tornar o clima mais confortável através do controle da temperatura ambiente. O controle da temperatura é possível, devido ao evaporador, que é um elemento que efetua uma troca térmica retirando calor do ar. Com a diminuição da temperatura, a água dissolvida na atmosfera ambiente tende a condensar formando gotículas de água. O processo de condensação ocorre no evaporador e às gotículas de água formada são depositadas numa bandeja que através de uma tubulação é descartada no meio ambiente. As gotas que saem do ar condicionado, ainda que possa não parecer muita coisa, ao longo do dia, podem acumular vários litros de água, permitindo serem utilizados em práticas sustentáveis. Este reaproveitamento é simples e barato, e, principalmente, colabora com o desenvolvimento ecológico do planeta oferecendo economias para usuários ou instituições que praticam. A água expelida pelo ar condicionado é imprópria para o consumo, pois contém impurezas presentes no ambiente. O objetivo dessa pesquisa tem propõe construir um sistema de drenagem da água dos ar-condicionados de todos os pisos do prédio das Faculdades Integradas Pitágoras, voltado para o desenvolvimento ecológico. Com base nos levantamentos e pesquisa a campo, o terceiro piso do prédio das FIPMoc possui 41 máquinas condensadoras (Com exceção dos ar-condicionados do auditório, pois são irrelevantes uma vez que não ficam ligados com frequência). Quanto ao cálculo para dimensionar a vazão da água que será drenada, este dependerá da umidade do ambiente, assim tornando-o não tão preciso. As condensadoras das FIPMoc em sua maioria são da marca KOMECO, e possuem uma capacidade de 33000BTU/H, que segundo a (webarcondicionado, 2013), gera cerca de 825ml de água por hora. Se o ar condicionado ficar ligado 14 horas/dia será drenado cerca de 11,55 litros, multiplicando esse valor por 41 condensadoras (Que possui no 3º piso), chegamos a 473,55 litros por dia no terceiro piso. De acordo com a tabela da tarifa de água da COPASA (Companhia de Saneamento de Minas Gerais), o mínimo 6m³ tem um valor da conta R\$21,21, ao longo do mês as condensadoras possuem um dreno de 14,57m³, assim tendo uma economia de R\$51,89 ao fim do mês. Para o dreno da água foi feito todo um planejamento, onde visa unitizar cada setor da faculdade. Com baixo custo de material e mão de obra, a tubulação de PVC recolhe a água das máquinas que climatizam as salas de aula e redirecionam para um recipiente formato torre “X litros”. A água coletada pode servir para fins de serviços gerais como, por exemplo; regagem dos jardins, lavagem da calçada e conforme a necessidades dos setores onde serão instaladas.

Palavras-chave: Reaproveitamento. Drenagem de água. Políticas Ambientais.

Referência:

webarcondicionado. (2013). (jornalismo do portal webarcondicionado) Acesso em 13 de Abril de 2015, disponível em Site da Web Ar condicionado: <http://www.webarcondicionado.com.br/reaproveitamento-da-agua-do-ar-condicionado>

PROPOSTA DE UMA SOLUÇÃO SUSTENTÁVEL PARA UTILIZAÇÃO DE ENERGIA FOTOTÉRMICA EM HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL (HIS)

BORGES, Matheus Silveira¹; REGO, Thaís Cristina Figueiredo²

¹Pesquisador de Iniciação Científica das FAPEMIG e Discente do curso de Engenharia Civil pelas FIPMOC. ²Docente das FIPMoc

A energia solar é uma das principais fontes de energia renovável usadas pelo homem. Seu funcionamento consiste na captação dos raios solares por placas devidamente fabricadas e instaladas. O processo de geração dessa energia não degrada os recursos naturais, o que a torna sustentável. Entretanto, o custo para implantação do sistema de energia solar é alto, sendo inviável em algumas situações. Assim, torna-se necessário o estudo de novas técnicas e materiais que proporcionem o mesmo resultado dos painéis convencionais com um investimento menor, tornando sua utilização viável, principalmente em projetos de Habitações de Interesse Social (HIS). Este estudo propõe um projeto de uma HIS que utiliza Aquecedor Solar de Baixo Custo (ASBC) sustentável para aquecimento de água para chuveiro. Realizou-se um estudo bibliográfico para verificação de projetos de ASBC, já elaborados, para que fosse possível escolher os materiais com relação custo/benefício mais favoráveis. A partir do filtro no Google Acadêmico de artigos

publicados desde o ano 2010, na língua portuguesa que apresentavam a frase “Aquecedor Solar de Baixo Custo”, foram selecionados quatorze textos de um total de cinquenta e três. Para escolha dessa amostra utilizou-se o critério de leitura dos resumos dos artigos encontrados. Para elaboração do projeto utilizou-se *softwares* CAD e de Modelagem 3D para confecção dos desenhos técnicos, perspectivas da residência e detalhamentos do sistema escolhido. Com base nas análises feitas, constatou-se que as garrafas PET são mais indicadas para a confecção das placas de captação por ter fácil aquisição e facilidade de montagem do sistema, além de excelentes resultados no aquecimento de água. Além desse material, foram utilizados tubos e conexões de PVC e CPVC e boiler de zinco. Outro resultado obtido foi que a relação custo/benefício de um ASBC é mais viável que o convencional, pois apresentou uma redução de custo na ordem 85% em sua fabricação. O projeto arquitetônico e detalhamentos elaborados para essa HIS apresentam as especificações técnicas necessárias para implantação do sistema ASBC. Concluiu-se com esse estudo que os ASBC, são uma alternativa financeiramente viável e possível de ser implantado em projetos de casas populares. Outra questão importante na conclusão desse estudo é que a utilização de garrafas PET, muitas vezes descartadas na natureza sem nenhum tipo de cuidado, contribui para a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Habitação de Interesse Social. Aquecedor Solar de Baixo Custo. Sustentabilidade.

PSICOMOTRICIDADE E EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA COMUNICAÇÃO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO

OLIVEIRA, Amanda Ferraz; SOUZA, Daniella Tolentino de¹; COELHO JUNIOR, Achilles Gonçalves²; VOLKER, Valéria³

¹Discentes da FIPMoc; ²Docente da FIPMoc; ³Docente da FIPMoc e supervisora de estágio

Na faixa etária correspondente ao processo de escolarização da educação infantil, a criança toma consciência do seu corpo, da lateralidade, da sua situação, da sua relação com outros objetos no espaço e do domínio temporal; para tanto torna-se imprescindível trabalhar nesta fase, a psicomotricidade onde a criança adquire habilidades de coordenação de seus gestos e movimentos. Este trabalho apresenta a descrição das práticas de um estágio extra-curricular realizado desde 2014, em uma escola particular de Montes Claros. Para realização do mesmo, buscou-se respaldo nos conceitos de psicomotricidade, bem como conceitos de relacionados aos processos de aprendizagem, desenvolvimento infantil e das atividades lúdicas que auxiliaram no processo de desenvolvimento psicomotor. As atividades aconteceram com as turmas do maternal II e III nas aulas de educação física. O estágio se fundamentou em uma perspectiva material histórico dialético que permite uma visão de homem e sociedade com um caráter emancipatório e teve como a finalidade um compromisso ético e político do profissional para os sujeitos atendidos. O objetivo deste trabalho é comunicar a experiência de estágio que aconteceu em 2014 numa escola da rede privada de ensino da cidade de Montes Claros, buscando apresentar os resultados verificados a partir das práticas realizadas. Para a elaboração desta pesquisa, utilizamos metodologia pesquisa qualitativa, que busca compreender o fenômeno humano entendido como parte da realidade social; e pesquisa documental analisando o projeto do estágio apresentado à escola, os relatórios elaborados pelas estagiárias com as observações das intervenções e outros registros dos encontros de supervisão. Esta pesquisa está fundamentada ainda nos fundamentos de uma pesquisa ação. A partir das atividades lúdicas realizadas foi possível identificarmos os seguintes resultados: (a) uma melhoria no conhecimento e domínio do próprio corpo, melhorando também as suas relações afetivas entre pares e com os professores; (b) o estabelecimento de uma parceria com os professores de educação física, onde os mesmos passaram a reconhecer a importância de considerar a relação entre o corpo e os aspectos emocionais e simbólicos relacionados a este; (c) melhoria no esquema corporal e no desenvolvimento da praxia global e fina das crianças e, ainda, (d) a orientação de pais acerca de temas vinculados ao desenvolvimento psicomotor. No momento, a referida escola planeja construir uma sala com aparelhos psicomotores com a intenção de dar continuidade no projeto, o que sinaliza uma compreensão da instituição da necessidade de uma atenção mais integral diante da relação do processo de desenvolvimento com a aprendizagem. Através dos resultados obtidos foi possível concluir que trabalhar a psicomotricidade precocemente, auxilia no desenvolvimento psicomotor das crianças da educação infantil. Ao final, fica o questionamento de como as outras abordagens psicológicas poderiam também incluir o trabalho com este tema, visto que ele não tem sido muito discutido atualmente na Psicologia, bem como explicitado nas práticas de educação infantil e física.

Palavras-chave: Psicomotricidade. Desenvolvimento psicomotor. Educação Infantil.

QUE TIPO DE CIDADE VOCÊ QUER? REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E A PERGUNTA NÃO- FEITA NA HISTÓRIA DO DESENVOLVIMENTO DE MONTES CLAROS/MG.

COUTO, Felipe Fróes¹; SILVA, Lorena Fonseca².

¹ Professor-Substituto do ICA-UFMG. Mestre em Administração pela UFMG. Especialista em Direito Tributário pelas Faculdades IBS/FGV e pela Fordham Law School (EUA). Especialista em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria pelas Faculdades IBS/FGV. Bacharel em Administração pela UNIMONTES² Bacharel em Direito pela Unimontes, Advogada, Pós-graduanda em Direito Constitucional

A compreensão dos fenômenos históricos, sociais e culturais dos diferentes lugares e em diferentes tempos é aspecto importante para a melhoria da qualidade das decisões políticas que norteiam determinados grupos sociais. Os lugares ditam as suas próprias lógicas e podem, a partir de suas dinâmicas, trazer à tona formas inovadoras de desenvolvimento que retratem as características próprias dos indivíduos que os compõem. O presente trabalho visou estabelecer um paralelo entre a construção histórica do município de Montes Claros/MG, e a representação dos indivíduos na esfera política local. No presente trabalho, foram levantados dados e informações locais e foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental. A análise se deu a partir de interpretações historiográficas regionais. A chegada da ferrovia em 1920 abriu um corredor através do qual Montes Claros foi conectada à rede urbana do Sudeste. Da mesma forma, foi inserida, pela SUDENE, a partir da década de 1950, uma lógica de produção que reproduzia padrões europeus de desenvolvimento que, *a priori*, atendiam mais os interesses dos industriais do que da população em geral. Foi a partir daí que o fluxo de informações, de valores, de objetos e de interesses econômicos do mundo ocidental capitalista tornou-se mais intenso e atuou como um agente transformador na cidade. A região, antes isolada, foi integrada a um mercado mundial e busca o desenvolvimento urbano como um símbolo do progresso. A cidade, ao longo dos anos, se modificou, incorporando uma nova lógica, caminhando para um novo modo de viver de se reproduzir. Esse processo, que atendia mais aos interesses dos que possuíam mais recursos, não contemplou o posicionamento dos sertanejos. O projeto político local de desenvolvimento não partia de uma representação comum dos interesses sociais, mas sim dos interesses daqueles que, àquele tempo, tinham interesse no desenvolvimento de novas estruturas urbanísticas. Os saberes locais e fazeres típicos da região passaram a ser representados socialmente como símbolos de atraso e de ineficiência, ou como produtos do conhecimento popular, incapazes dar conta da produção conforme as novas exigências do mercado. Em meio a esse contexto, observa-se que a cidade tornou-se uma região de transição e de incentivos fiscais que se caracterizavam como “úteis” na linha do centro-sul. Nesse processo, a população sertaneja foi a mais prejudicada, pois se viu conduzida a uma condição de miséria e trabalhos precários que, em alguns pontos, nos parece ter sido “planejada” – conduzida pelas pessoas a partir de 1920 que, aparentemente, possuíam legitimidade política para representá-las. O desenvolvimento significou, para a região, a adoção de padrões existentes de cidades-modelo que apresentavam condições de urbanização mais avançadas, em detrimento das dinâmicas locais até então existentes. O caso do município de Montes Claros possui suas particularidades, mas retrata uma situação similar em diversos municípios brasileiros que se encontram em regiões de incentivo e de desenvolvimento, cujas lógicas locais são substituídas por relações “progressistas” que levam aos indivíduos não apenas novas relações sociais e econômicas, mas novos efeitos adversos dessas novas dinâmicas que, nem sempre, são benéficos aos moradores locais.

Palavras-chave: Representação Política. Desenvolvimento. Urbanização. Cidades.

RABDOMIÓLISE EM PACIENTE POLITRAUMATIZADO: RELATO DE CASO

REBOUÇAS, Larissa Santos Bonelli¹; NETO, Rodrigo Pereira Santos¹; COELHO, Vítor Machado ²

¹Discentes das FIPMoc; ² Docente das FIPMoc

Rabdomiólise é a injúria do tecido muscular que provoca escape do conteúdo intracelular para o meio extracelular. Pode ser de causa metabólica, uso de drogas, traumas, exercício físico ou infecciosa. É diagnosticada pela aumento sérico de TGO, TGP, aldolases e, principalmente CPK. Objetivou-se enaltecer a importância de pesquisar rabdomiólise no paciente politraumatizado, e a possível prevenção de danos renais através a instituição de hidratação precoce. Relato do Caso: Paciente de 23 anos, vítima de acidente automobilístico, consciente, estável, vias aéreas pervias. Apresentava trauma por esmagamento no MID, edema e dor em queimaduras dos MMSS, totalizando 10% de superfície corporal queimada em 2º grau. Foi internado e atendido no centro cirúrgico para terapêutica das lesões. Apresentava colúria e oligúria. Iniciada hidratação venosa e realizados exames laboratoriais. Paciente evoluiu com anúria e anasarca. Exames de entrada: CPK: 7.500, Creatinina: 6,8, Ureia:168, Hb:16, GL: 20.000 sem desvio, íons normais. Persistiu com aumento das escoras renais, piora da anasarca e anúria, sem resposta à hidratação inicial. Foi submetido à hemodiálise de 2 em 2 dias por 14 dias. No 30º dia voltou a urinar com volume satisfatório, foi interrompida a hemodiálise com resolução completa da anasarca. A lesão muscular oriunda do trauma gera aumento plasmático de eletrólitos, catabolismo das purinas e saturação de mioglobina, que se torna presente no plasma e urina. Assim, a necrose muscular leva a IRA, associada ao quadro de rabdomiólise. O diagnóstico de rabdomiólise é estabelecido quando a CPK aumenta em cinco ou mais vezes o seu valor normal, com quadro clínico sugestivo, na ausência de lesão cardíaca e/ou cerebral. A medida profilática mais efetiva para a prevenção da IRA por rabdomiólise é a expansão do volume extracelular através da infusão de fluidos.

Palavras-chave: Rabdomiólise. Anúria. Anasarca. CPK.

REABILITAÇÃO CARDÍACA NO PÓS-OPERATÓRIO DE ANGINA E INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO

OLIVEIRA, Isabela Marangoni¹¹; CARVALHO, Isabela Lobato de²²; PEREIRA, Carolina Murielle Gonçalves³³; LOPES, Valéria Ramos⁴⁴; CALDEIRA, Roseane D.55
1234 Discentes das FIPMoc; 5Docente das FIPMoc

O infarto do miocárdio se conceitua como a morte de cardiomiócitos provocada por isquemia prolongada. Essa isquemia é provocada por vasoespasmo e/ou trombose através de uma placa de gordura ou coágulo sanguíneo. Já a angina é uma síndrome clínica caracterizada por dor ou desconforto em qualquer das seguintes regiões: mandíbula, epigástrio, tórax, dorso, ombro ou membros superiores, sendo tipicamente desencadeada ou agravada com estresse emocional ou atividade física e atenuada com uso de nitroglicerina e derivados. A fisioterapia é um componente fundamental na reabilitação de pacientes com doenças cardiovasculares com o intuito de melhorar o condicionamento cardiovascular e prevenir ocorrências tromboembólicas e posturas antálgicas. Objetivou-se: descrever a atuação da fisioterapia no pós-operatório de angina e infarto agudo do miocárdio. Foi realizado uma revisão de literatura nos principais periódicos indexados no *Bireme* e *Scielo*. Foram encontrados dez artigos científicos que exaltaram a importância da reabilitação cardíaca nos pacientes pré e pós-operatório de Angina e Infarto Agudo do Miocárdio (IAM). Em todas as quatro fases da reabilitação cardiovascular devem incluir três períodos distintos: aquecimento, fase aeróbica e desaquecimento. A fase I da reabilitação é realizada ainda na unidade coronariana e se fundamenta em atividades de baixa intensidade (< ou = a 2 METS). A fase II consiste em atividades físicas monitoradas e desenvolvimento da capacidade de automonitoração (FC, percepção do esforço, sintomas). A fase III começa cerca de 2 meses após o evento cardiovascular e consiste em evitar a evolução da cardiopatia bem como prevenir a reincidência de um evento cardiovascular. A fase IV é feita em ambiente externo e consiste na manutenção da prática física. A fisioterapia é de extrema importância no pré e principalmente, pós operatório de Angina e IAM sendo importante em todas as fases da reabilitação, já que essa possui um papel fundamental na readaptação do paciente para o seu cotidiano, promovendo a melhora da capacidade funcional e da qualidade de vida após a cirurgia cardíaca.

Palavras-chave: Angina. IAM. Fisioterapia .

REDES DE SENSORES PARA MONITAMENTO DA QUALIDADE DO AR.

¹CIRQUEIRA, Caíque Araújo; ¹NASCIMENTO, Matheus Gomes; ² NASCIMENTO, Pedro Cândido Filho; ¹OLIVEIRA, Adrienne Nunes de; ¹SICUPIRA, Ismael Pinheiro; ¹VIEIRA, Gabriela Santos

¹Discentes do 1º período do curso de Engenharia Mecatrônica das FIPMoc

²Docente do curso de Engenharia Mecatrônica das FIPMoc

As redes de sensores são sistemas de coleta de dados interligados que podem ser utilizados em aplicações práticas em diversas áreas desde a segurança patrimonial aos modernos sistemas coletores de *big data*. O estudo das redes de sensores é necessário para a compreensão dos conceitos de internet das coisas, computação embarcada e sistemas distribuídos, temas atuais que vem gradativamente afetando, em diversos níveis, o desenvolvimento de soluções em engenharia e sistemas. Assim, as redes de sensores encontram as mais diversas aplicações e como um tema inovador, há muito ainda a descobrir e desenvolver. No presente trabalho uma rede de sensores é proposta como método de medição de variáveis ambientais como nível de ruído, nível de partículas do ar, humidade, pressão atmosférica, luminosidade e índice pluviométrico. O desenvolvimento desse trabalho foi norteado pelos objetivos de identificar tecnologias de baixo custo e baixa complexidade de montagem, analisar as arquiteturas existentes e propor uma arquitetura adequada para esta aplicação. Os métodos de pesquisa foram baseados em pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório e com desenvolvimento de um modelo computacional da rede de sensores. A rede de sensores proposta foi capaz de monitorar as variáveis identificadas e enviar dados via rede física ou sem fio para um banco de dados a partir do qual análises e decisões podem ser tomadas. A simulação foi elaborada usando modeladores computacionais como PacketTracer e Proteus, onde a arquitetura foi avaliada quanto ao grau de eficácia da medição e comunicação, tendo resultado em um funcionamento estável e isento de falhas graves. Conclui-se então que uma rede de sensores pode ser utilizada como forma de monitoramento de dados ambientais em um sistema distribuído, e enviar com eficácia esses dados para sistemas remotos com fins de análise.

Palavras-chave: Redes de sensores. Simulação. Variáveis ambientais.

REDESENHO ERGONÔMICO DE UMA CADEIRA SOB A ÓTICA DA BIOMIMÉTICA

SILVA, Aline Soares e¹; SILVA, Letícia Rodrigues¹; LEITE, Alexsander Aquino¹; CANDIDO, Pedro²; VERSIANI, Andréa Maria Oliveira².

1 Discente das FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc

O biomimetismo vem sendo amplamente abordado com o intuito de aplicar soluções inspiradas pela natureza na resolução de problemas comuns, projetando e trabalhando em harmonia com o meio, possibilitando também a obtenção de respostas para lidarmos com a destinação dos resíduos gerados. Segundo Janine Benyus, “a biomimética é uma nova ciência que estuda os modelos da natureza e depois imita-os ou inspira-se neles”. Com essa visão sistêmica podemos redesenhar o mundo, criar soluções através do biomimetismo, facilitando assim o nosso cotidiano. O presente estudo irá analisar as relações existentes entre a ergonomia do produto e o biomimetismo, utilizando os conhecimentos proporcionados pela natureza para desenvolver melhorias ergonômicas no redesenho do projeto de uma cadeira universitária. Para o desenvolvimento do trabalho, realizou-se o levantamento bibliográfico que possibilitou estabelecer a junção de conforto na usabilidade do produto e características biomiméticas do organismo humano. A estrutura das cadeiras disponíveis em sala de aula foi testada. De acordo com as análises ergonômicas, nota-se que a cadeira utilizada pelos acadêmicos propicia o surgimento de más posturas causando dores e desconforto, sendo assim, inadequada ergonomicamente. Portanto, torna-se necessário fazer o redesenho do projeto da cadeira adequando-o às medidas antropométricas do organismo humano e aos requisitos ergonômicos de produto.

Palavras-chave: Biomimetismo. Ergonomia do Produto. Cadeira de sala de aula.

Referência:

BENYUS, Janine M. **Biomimética: Inovação Inspirada pela Natureza**. 1. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

REFLEXÕES JURÍDICAS, PSICOLÓGICAS E SOCIAIS NOS CASOS DE RESPONSABILIDADE CIVIL POR ABANDONO AFETIVO

SILVA, Lorena Fonseca¹

¹ Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Advogada, Pós-graduanda em Direito Constitucional

A legislação brasileira preceitua que compete aos pais a criação, educação, companhia e guarda do filho menor. Ocorre que, em muitos casos, os pais não agem de acordo com o que é esperado de seu papel social e o resultado disso é a falta de amparo afetivo e psíquico para a criança. A ausência de referência materna ou paterna pode acarretar a violação de direitos da personalidade, e, em razão disso, valores como honra, dignidade, moral e reputação social podem sofrer prejuízos substanciais. Discute-se, então, com o presente trabalho, se o abandono afetivo decorrente do descumprimento dos deveres inerentes ao poder familiar poderia ensejar indenização por dano moral. Busca-se analisar, através de uma leitura multidisciplinar, como se dá o dano psíquico e social na vida da criança, observando, de igual forma, se há lesão juridicamente tutelável. Ademais, prima-se por constatar se os outros elementos caracterizadores da responsabilidade civil estão devidamente preenchidos para que a indenização seja devida. Para responder à problematização, foi feito o uso da documentação indireta (doutrina, jurisprudência), além de documentação direta (pesquisa de campo), que consistiu na coleta de dados obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas com 2 juízes, 2 psicólogos e 2 sociólogos. Para analisar os dados foi utilizado o método qualitativo de análise de conteúdo. Apesar das mudanças na configuração das famílias, a função familiar se faz importante pela influência circular e recíproca entre os membros. A família permite a presença de modelos estruturantes na vida da criança e do adolescente, propiciando um ambiente de desenvolvimento, bem estar e de edificação do caráter do menor. Deste modo, o fim da conjugalidade não poderia encerrar a corresponsabilidade pela prole, vez que, por meio de uma perspectiva psicológica-social, ambas as funções são essenciais na formação da criança. Tanto a função materna relacionada ao afeto, ao conforto, quanto à função paterna ligada à noção de lei, à transmissão de valores e à interiorização de regras morais. Entretanto, constatou-se que só com a análise do caso concreto é possível verificar quando o descumprimento das funções provoca dano passível de indenização. É necessário ponderar como e por quem foram exercidos os lugares paterno e materno na infância do requerente e, a partir disso, conferir os efeitos na personalidade e no ingresso na vida adulta. Além disso, há de se notar se houve culpa do genitor não guardião e se há nexo de causalidade entre essa conduta e o dano sofrido. A indenização por abandono afetivo se torna adequada para compensar a negativa de amparo moral. Além do papel compensatório, há uma função punitiva para o ofensor e um caráter pedagógico de desmotivação social da conduta lesiva. Com isso, alerta-se a sociedade para o exercício da paternidade responsável e busca-se alteração de valores sociais e paradigmas jurídicos. Assim concebida, a indenização estará em consonância com a hermenêutica de proteção dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, mas se feita uma análise distante da humanização nas relações familiares, pode-se chegar a uma monetarização das relações.

Palavras-chave: Abandono afetivo. Dano psicossocial. Reparação civil.

RELEVÂNCIA DA RELAÇÃO DE PSA LIVRE/PSA TOTAL NO DIAGNÓSTICO DE CÂNCER DE PRÓSTATA

OLIVEIRA, Leonardo Ferreira¹; DIAS, Alexia Mendes Gonçalves²; PEDREIRA, Bruna Karine Lacerda²; SOUZA, Tamara Alves de¹; RESENDE, Meriane Gonçalves³;

1 Graduado(a) em biomedicina pelas FUNORTE; 2 Graduada em farmácia pelas FASA;

3 Discente das FIPMoc

O antígeno prostático específico (PSA) é uma glicoproteína originária na próstata e seu nível elevado na corrente sanguínea é considerado um importante marcador biológico para algumas doenças da próstata, dentre elas o câncer de próstata. Por se tratar de um marcador demasiadamente importante, estudos devem ser conduzidos com intuito de atribuir maior acurácia diagnóstica ao mesmo. O objetivo desse estudo é analisar os valores de PSA livre, PSA total e relação PSA livre/PSA total dos pacientes atendidos no Laboratório Microrregional de Brasília de Minas - MG. Os dados foram coletados a partir dos arquivos informatizados do laboratório onde foram analisados 1008 pacientes no período de julho de 2011 a fevereiro de 2013. Em relação aos valores de PSA total, 816 pacientes (81%) apresentaram valores de PSA inferior

a 4,0 ng/mL, 135 pacientes (13,4%) com valores de 4,0 a 10,0 ng/mL e 57 (5,7%) portavam valores superiores a 10,0 ng/mL, sendo que todos os pacientes tinham idade acima de 40 anos. Aplicando os *cutt-off* de 0,15 e 0,25 aos valores de PSA de 4,0 a 10,0 ng/mL para avaliar a necessidade ou não de biópsia prostática, verificou-se que 26% dos pacientes estavam entre estes dois pontos de corte, o que representa 34 pacientes. Em conclusão, pode-se inferir que o *cutt-off* de 0,15 é mais indicado para evitar biópsias desnecessárias, no entanto, faz-se necessário a realização de estudos longitudinais para definir o ponto de corte para seguro.

Palavras-chave: PSA. Relação. Próstata. *Cutt-off*.

REPERCUSSÕES Das MÁ S FORMAÇÕES UTERINAS EM MULHERES DIAGNOSTICADAS COM ÚTERO BICORNO

VIEIRA, Débora Ribeiro¹; SANTOS, Érica Aline Andrade²; MATTOS, Frankellyn²; FREITAS, Ronilson Ferreira³; SANTOS, Max Rogério Vieira dos⁴

¹ Discente do curso de Medicina das FIPMoc - ² Graduada em Medicina pelas FIPMoc - ³ Graduado em Farmácia Faculdade Integradas Pitágoras de Montes Claros e Mestrando em Saúde, Sociedade e Ambiente pela UFVJM - ⁴ Graduado em Geografia pela Unimontes

As más formações uterinas são achados raros na clínica ginecológica devido às dificuldades diagnósticas. Porém, apesar de pouco comum, o seu estudo reveste-se de grande importância, uma vez que tais anomalias uterinas acarretam transtornos na vida sexual, reprodutiva e psicológica da mulher. O útero bicorno é um tipo dessas más formações embriológicas relacionada com falha parcial na fusão embriológica dos ductos de Müller. Através dos achados diagnósticos no caso da paciente S.S.R., 33 anos, G1P0A1, atendida no Centro de Saúde do Maracanã na cidade de Montes Claros/MG, no dia 04/02/2013, com um quadro de abortamento precoce devido à má formação uterina - útero bicorno; este trabalho objetivou compreender as suas repercussões na portadora desta doença e como conduzir este caso. Para isso, foi realizada uma revisão de literatura sobre o assunto e quais condutas deverão ser estabelecidas. As anomalias congênitas do útero estão potencialmente associadas à infertilidade, aborto espontâneo no primeiro ou segundo trimestre, ou complicações no final do terceiro trimestre de gravidez. Pacientes inférteis têm maior incidência de malformações uterinas (6,3%) do que pacientes férteis (3,8%) e estéreis (2,4%). O útero bicorno tem sido relacionado com abortamentos tardios, mas não com perdas gestacionais precoces. O melhor tratamento segundo os especialistas é o tratamento cirúrgico, podendo reduzir as perdas gestacionais de 90-95%. Através deste trabalho foi concluído que há necessidade de maiores esclarecimentos sobre como conduzir uma má formação uterina. Ainda é controverso se os defeitos uterinos causam abortamento precoce, por isso é necessário mais trabalhos científicos sobre o assunto. Dessa maneira, os profissionais terão uma maior assistência durante o diagnóstico e às consultas subsequentes, orientando melhor as pacientes e auxiliando na sustentação de suas expectativas em gestar.

Palavras-chave: Útero bicorno. Más formações uterinas. Abortamento.

REUTILIZAÇÃO DA ÁGUA NOS APARELHOS DE AR CONDICIONADO EM PROL DE QUESTÕES SOCIAIS

DUPIN, Pedro Henrique Soares¹; FONSECA, João Paulo Alves¹; ANJOS, Igor Higino Rocha dos¹; MALVEIRA, Eduardo Eugênio Cardoso¹; SILVA, Diogo Ferreira da¹. CÂNDIDO, Pedro.²

1 Discentes das FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc

O Brasil é o país com a maior receptividade hídrica no mundo, pois concentra 12% de toda a água doce no mundo e tendo 90% do país tendo altos índices de chuva (PROJETO BRASIL DAS ÁGUAS, 2013). Mas com os problemas de poluição e má utilização desse recurso, o Brasil como um todo, principalmente, o sudeste brasileiro sofre com a escassez de água. Pensando nisso, resolveu-se pesquisar sobre como economizar água ou até mesmo reutilizá-la. Sendo assim, descobriu-se que ar-condicionados são grandes

“consumidores” de água para a refrigeração do local e acaba por lançar boa parte da água utilizada fora. Visto isso, o objetivo foi aproveitar-se dessa água, de um modo consciente, para que ela pudesse vir a ser útil. Método: primeiramente, seria necessária a captação dessa água através de tubos PVC que levariam essa água para um local para armazená-la e, a partir desse ponto, pudesse ser utilizada. A água que sai das unidades condensadoras é chamada de água cinza por não conter minerais, sendo assim, imprópria para consumo humano. Logo, opções viáveis seriam a limpeza de locais, irrigação e demais atividades. Mas, diante dessas opções foi pensado na criação de um jardim vertical no próprio campus da faculdade, trazendo além da questão visual em si, que possa melhorar, um ambiente mais fresco e, possivelmente, mais agradável ainda de se estar. E a irrigação dessas plantas serem feitas com a água coletada dos condensadores. E ainda, com a utilização dessa água em eventos a cada duas semanas, como lavagem de carros, onde seria possível cobrar essa lavagem e o dinheiro arrecadado seria revertido para alguma instituição. Fazer dessa água que é desperdiçada uma fonte de auxílio a outras pessoas é o principal resultado esperado desse projeto. Concluiu-se, assim, que se trata de um projeto que não tem um custo elevado, sendo necessário tubos de PVC para uma unitização desses canos em um local para armazenamento e a mão de obra para ser posto os tubos. Acredita-se que os fins são justos, uma vez que visa-se explorar um recurso não utilizado por muitos para ajudar outras pessoas.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Consciência Ambiental. Cidadania.

Referência:

PROJETO BRASIL DAS ÁGUAS. *A importância da água*. 2013. Disponível em: <<http://brasildasaguas.com.br/educacional/a-importancia-da-agua/>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

REVISÃO SISTEMATIZADA SOBRE A COMPLEXIDADE PARA ESTABELECE O DIAGNÓSTICO DE FIBROMIALGIA PARA O PROFISSIONAL DA MEDICINA DO TRABALHO

VELOSO, Leandro De Oliveira; OLIVEIRA, Ramon Alves de

O presente artigo objetivou-se analisar a complexidade em estabelecer o diagnóstico de Fibromialgia (FM) para o profissional da medicina do trabalho. A FM é conceituada como uma síndrome de etiopatogenia desconhecida, que acomete preferencialmente as mulheres, caracterizada por dores difusas pelo corpo, referidas como de origem muscular e locais de palpação dolorosa específicos, associada frequentemente a distúrbios do sono, fadiga, cefaleia crônica e síndrome do colo irritável. O diagnóstico da FM tem sido ao longo dos tempos desafio para os médicos, em especial o médico do trabalho, que por sua vez, não possuem os recursos necessários para estabelecer o diagnóstico conclusivo da doença e definir conduta sobre licença e afastamento temporário do serviço devido às condições de saúde deste trabalhador que o torna impossibilitado de exercer as atividades laborais. Objetivou-se analisar a dificuldade do diagnóstico da FM pelo médico do trabalho. Trata-se de um estudo de revisão integrativa da literatura, qual se levantou a problemática: “Quais são os possíveis contratempos para estabelecer o diagnóstico de fibromialgia?”. Tendo o desenvolvimento realizado através de busca de dados nas bases eletrônicas: Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde (LILACS), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e base de dados de Enfermagem (BDENF) e UP TO DATE, por meio das palavras-chaves selecionadas segundo a classificação dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Fibromialgia; Diagnóstico; Medicina do trabalho. O diagnóstico de fibromialgia tem substituído muitas vezes o de lesão por esforços repetitivos (LER) ou distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT). Percebe-se que a dificuldade em realizar um diagnóstico objetivo sobre a FM, seja pela complexidade em diferenciá-la de outras patologias, devido à sobreposição de sintomatologia, seja pela ineficiência dos métodos de diagnósticos usados, ou ainda pelas controvérsias que envolvem tal síndrome. Através dos resultados, percebe-se, também, a necessidade de uma abordagem mais ampla sobre o tema, pela sociedade científica e acadêmica, buscando maior compreensão e auxiliando os profissionais de saúde, em especial, o médico do trabalho em sua abordagem. Enfim, pode-se afirmar que foi possível averiguar a necessidade, por parte da medicina do trabalho de estar mais inserida no contexto de vida do trabalhador, para que se possa entender melhor os processos de adoecimento a quais estes estão expostos, tal como, é necessário ampliar o conhecimento

sobre a FM e desenvolver melhores métodos para diagnosticá-la, para que, só então, possa ter a noção exata de sua relação com o trabalho.

Palavras-chave: Fibromialgia. Diagnóstico. Medicina do trabalho.

SERVITIZAÇÃO: UMA FORMA EFICIENTE DE ELISÃO FISCAL?

COUTO, Felipe Fróes¹.

¹ Professor-Substituto do ICA-UFMG. Mestre em Administração pela UFMG. Especialista em Direito Tributário pelas Faculdades IBS/FGV e pela Fordham Law School (EUA). Especialista em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria pelas Faculdades IBS/FGV. Bacharel em Administração pela Universidade Estadual de Montes Claros. Bacharel em Direito pelas FIPMoc

Ao consumidor contemporâneo, o que interessa são as *finalidades* de suas aquisições – e não os meios (ou bens) pelos quais eles se utilizam para alcançar esses fins. Esse é o fundamento da chamada *servitização* – relação de negócios que se direciona, por meio de produtos e serviços integrados, a eliminar o foco em negócios intermediários e chegar diretamente às finalidades intangíveis buscadas pelos consumidores. O presente artigo visou analisar como (não) aplicar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS – às práticas de *servitização* atuais. Trata-se o presente artigo de uma pesquisa do tipo documental e exploratória, de análise teórica com discurso expositivo-argumentativo. Ademais, trata-se de uma *pesquisa multidisciplinar* por tratar de temas relacionados a evoluções na ciência da Administração da Produção e de Serviços e suas respectivas implicações no Direito Tributário. Na categoria **Produto Orientado ao Serviço**, o produto é vendido normalmente; os serviços são contratados à parte. Há a incidência Normal de ICMS sobre os produtos (art. 2º e incisos da LC 87/96); Os serviços são tributados pelo ISS quando previstos na legislação municipal. Caso não sejam previstos, as mercadorias com serviços são tributadas residualmente pelo ICMS. No caso de **Uso Orientado ao Serviço**, há a venda de uso do bem. A propriedade é mantida pela empresa fornecedora. É o caso do, do arrendamento mercantil (*leasing*) e *Product Pooling*. A doutrina considera inadequada a cobrança do tributo. No caso de aquisição do produto ao final do contrato de leasing, há a incidência do tributo. A não-incidência do ICMS nesses casos também tem sido a posição do STF e STJ sobre o assunto. Até o fechamento deste artigo, estava suspenso o julgamento dos RE 226899 e 540829 pelo STF, onde se definirá se há ou não a incidência de ICMS nas operações de importação a título de leasing. Por fim, no caso de **Serviços Orientados para o Resultado**, há a fisionomia de serviços tradicionais. Bens são utilizados ao longo do serviço e, por vezes, são disponibilizados aos clientes, que não detêm sua titularidade. É o caso de *outsourcing*, pagamento por unidade de serviço e por resultado funcional. *A priori*, trata-se, aos olhos da lei, de mera prestação de serviços. A posse de fato não é suficiente para a caracterização da mudança de titularidade. A lei trata da questão de *mercadorias com serviços*, mas não trata de *serviços com mercadorias*. Configura-se zona cinzenta onde subsistem duas possibilidades: a primeira seria a aplicação residual do ICMS (art. 2º, IV da LC 87/96), enquanto a segunda e, conforme nosso posicionamento, a mais acertada, seria a não-incidência do ICMS. Caso não haja previsão do serviço prestado na lista que configura o fato gerador do ISS, a melhor opção seria a não-tributação. Observou-se que o ICMS não é um instrumento fiscal adequado às aos conceitos de valor agregado e relações mercantis – trata-se de um tributo utilizado de forma extremamente positivista e sem demais aprofundamentos que não sejam instrumentais, o que prejudica a sua aplicação a novas perspectivas.

Palavras-chave: Servitização. Administração da Produção. Direito Tributário. ICMS.

SÍNDROME DE BURNOUT EM UNIVERSITÁRIOS DA ÁREA DE SAÚDE DE UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA DO NORTE DE MINAS GERAIS

CARDOSO, Áurea Karina dos Santos¹; PÊGO, Lígia Luiza Miranda¹; FADIGAS, Ludmila da Silva¹;

DA COSTA, Maria Cláudia Prates¹.

¹Graduanda em Medicina pelas FIPMoc

A Síndrome de *Burnout* é vista como uma modalidade de *stress* ocupacional, que pode atrapalhar profissionais no desempenho de suas funções..Esta síndrome, por sua vez, também é diagnosticada no campo acadêmico. Deste modo, o presente estudo buscou direcionar a análise para estudantes a maior pretensão em desenvolver a síndrome, sendo eleitos, os acadêmicos da área de saúde. Uma vez que além de estressores típicos que afligem a qualquer indivíduo, estes acadêmicos carregam consigo problemas e conflitos encontrados nos pacientes, que ainda não sabem lidar (CARLOTTO et al., 2006). Além de os

estudos relataram que nas primeiras intervenções práticas terapêuticas é comum o surgimento de dúvidas, ansiedades e medos relacionados às suas atividades acadêmicas (MARTINS et al., 2001). Objetivou-se investigar a presença da Síndrome de *Burnout* em estudantes universitários da área da saúde de uma instituição privada da região norte de Minas Gerais. Trata-se de pesquisa analítica, quantitativa com delineamento transversal. Obteve-se um campo amostral de n=540 acadêmicos das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros (FIPMOC), nos cursos da área de saúde, sendo que, os dados foram obtidos através do questionário fundamentado na escala de Burnout de Maslach para estudantes (Adaptação de J. Maroco e M. Tecedero, a partir da versão de Schaufeli). A pesquisa foi composta por três dimensões chave: Exaustão Emocional, Descrença e Eficácia Profissional. Obteve-se dentre as variáveis estudadas, um maior número de marcadores positivos para a presença da síndrome, quando se avalia a dimensão exaustão emocional (média=2,75), em alunos nos anos iniciais de curso em comparação com os acadêmicos dos anos finais de curso. A variável qualitativa “desempenho no curso” associou-se positivamente com os melhores índices de “eficácia profissional” (m=5,05), tendo sido encontrados previsivelmente menores médias para “exaustão profissional” (m=2,34) no segmento com bom desempenho no curso. As médias mais elevadas para exaustão profissional (m=3,08) se relacionam com desejo de desistência do curso, juntamente com altos índices de descrença (m=1,92). Os menores índices de rendimento para “eficácia profissional” foram encontrados nos universitários que declararam considerar seu desempenho ruim no curso (m=4,35). Não se pode constatar a presença demasiada da síndrome de Burnout na população selecionada. Suscita-se, entretanto, a adoção de medidas por parte da instituição pesquisada e pela iniciativa pública que busquem atenuar os efeitos estressores do complexo multifatorial que incidem sobre os acadêmicos, que apresentam prevalência de marcadores positivos para o distúrbio nas variáveis discutidas.

Palavras-chave: Síndrome de Burnout. Acadêmicos. Área da saúde.

Referências:

CARLOTTO, Mary Sandra; NAKAMURA, Antonieta Pepe; CAMARA, Sheila Gonçalves. Síndrome de Burnout em estudantes universitários da área da saúde. **Revista Psico**, São Leopoldo, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p. 57-62, jan./abr. 2006.

MARTINS, Maria Cezira Fantini Nogueira. Humanização Das Relações Assistenciais: **A formação do profissional de saúde**. Casa do Psicólogo, 2001.

SÍNDROME DE BURNOUT: ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DA ÁREA DA SAÚDE DE UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA DO NORTE DE MINAS GERAIS

BRANT, Ailton Gomes; ANDRADE, Alisson Oliveira¹; CARVALHO, Fernanda Dantas¹; RIBEIRO, Rayan de Melo¹; Brant, Josiane².¹Discente das FIPMoc; ²Docente das FIPMoc

A síndrome de Burnout pode ser considerada como uma resposta ao estresse vivido de forma ininterrupta, causando comprometimentos emocionais, na personalidade do indivíduo e no desenvolvimento profissional (OLIVA COSTA et al, 2012). O estudo teve a finalidade de caracterizar a presença da Síndrome de *Burnout* nos acadêmicos da área da saúde das FIPMoc considerando para isso variáveis sociodemográficas, bem como a avaliação das 03 dimensões: exaustão emocional, descrença e eficácia profissional. Trata-se de um estudo quantitativo, analítico e transversal, sendo utilizadas técnicas probabilísticas que levaram em consideração os estudantes da instituição. Para isso, utilizou-se a *Escala de Burnout de Maslach* para estudantes (Adaptação de J. Maroco & M. Tecedero, a partir da versão de Schaufeli et al., 2002). O Maslach Burnout Inventory/student survey (MBI-SS) é uma escala de auto avaliação do tipo *Likert* de 7 pontos, cuja as categorias de respostas vão de “nunca” a “todos os dias”. O instrumento consiste de 15 questões que se subdividem nas 3 dimensões investigadas. A população que compôs o estudo era formada por 917 alunos matriculados nos cursos de Biomedicina, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina e psicologia. Para os critérios de inclusão era necessário que o entrevistado além de estar matriculado em algum curso da área da saúde, nessa instituição, que no período vigente também participasse ativamente das atividades acadêmicas e concordasse com o termo de participação da pesquisa. A amostra foi de 656 acadêmicos. No entanto, a coleta aconteceu com uma população total de 540 sujeitos, uma vez que alguns acadêmicos não estavam presentes nos dias da realização da coleta de dados. Dos participantes, 66,5% são do gênero feminino. Um total de 63,1% das pessoas não apresentaram parceiros fixo, dentre essas as que são viúvas, separadas ou solteiras e 320 pesquisados vivem com os pais, representando 59,3% do total. Em relação à medicação 64,9% dos avaliados declararam não fazer uso de medicação devido aos estudos. O

estudo indicou ausência da síndrome de Burnout quando levado em consideração as 03 dimensões, sendo que as médias encontradas estão fora do limite proposto pela escala para a presença da Síndrome de Burnout, ainda que diversas variáveis dessas dimensões tenham apresentado resultado significativo para a presença do quadro. Conclui-se que, no geral das dimensões investigadas, a Síndrome de *Burnout* não está evidente na população em questão, mas o estudo aponta para um quadro de diversos fatores que podem caracterizar-se em indicadores da Síndrome de *Burnout*, desde a formação dos profissionais da área de saúde. É mister que propostas de intervenções surjam com vista a adequar as ações que são implementadas para amparo aos estudantes com risco para o desenvolvimento da síndrome de Burnout, bem como a disseminação de informações, pela própria instituição, para esses estudantes e assim melhorar a qualidade e desempenho acadêmico.

Palavras-chave: Síndrome de Burnout. Universitários. Saúde Ocupacional. Estresse.

Referência:

OLIVA COSTA, E.F; SANTOS, A.S; ABREU SANTOS, A.T; MELO, E.V; ANDRADE, T.M. **Burnout Syndrome and associated factors among medical students: a cross-sectional study.** Clinics (USP. Impresso), v. 67, p. 573-579, 2012.

SISTEMA DE MONITORAMENTO E SEGURANÇA PARA CRIANÇAS “ESQUECIDAS” EM VEÍCULOS UTILIZANDO PLATAFORMA ARDUINO

Brito, Joao Gorayeb 11; Nascimento, Matheus Gomes 12; SALES, Alfredo Afonso 13; Lopes Lopes Júnior, José Osmane 21; Nascimento, Pedro Candido do 22;
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

O desenvolvimento da pesquisa iniciou-se a partir do interesse em compreender as causas do elevado indicador de mortes de crianças recém-nascidas e buscar um meio que atue no decréscimo das elevadas estatísticas. Em média 39 crianças morrem por ano, vitimadas por descuidos aliados aos eventuais esquecimentos destes em veículos automotores, segundo dados apresentados no *blog* norte americano “*Kids and cars*”. O objetivo do presente estudo é automatizar um sistema de controle com sensores, atuadores e uma placa arduino (plataforma de controle) para atuar como um acessório automotivo na identificação de presença humana ou animal no interior do veículo. O projeto ainda em execução visa contemplar a tecnologia aliada à segurança familiar, destinado a evitar falhas humanas que poderão vir a serem fatais. Com base neste pressuposto, foram realizadas pesquisas bibliográficas relacionadas ao âmbito automobilístico com a finalidade de eliminar possíveis deficiências decorrentes das variações dos modelos de veículos, e assim proporcionar uma maior confiabilidade no protótipo. Tem-se como principais componentes do sistema, o arduino mega 2560 R3+, sensor piroelétrico Hc-sr501, sensor de temperatura LM-35, sensor de pressão “*Push button*”, relé de acionamento duplo, placa *GSM-Shield* (adaptada), motor de corrente contínua para acionar os vidros elétricos do automóvel e o sensor piezoelétrico, que indicará sinal a placa de controle para alertas audíveis fora do veículo. O sistema verifica previamente duas condições necessárias na ativação dos atuadores, sendo que, a primeira condição trata-se da instalação de um sensor no bebê conforto que verifica se há presença de algum corpo com base na força-peso. Este sensor deve ser posicionado de forma a visualizar o espaço destinado à criança, pois o mesmo é responsável por detectar presença de fontes de calor e movimento, verificando assim, se o corpo presente no interior do veículo é humano ou animal. A segunda condição consiste em aferir a temperatura em tempo real do meio, tornando possível a detecção de bruscas elevações na temperatura. Ao atingir o valor limite de 41° Celsius, o sistema de arrefecimento será acionado, resfriando o ambiente. Se estas condições assim permanecerem por determinado período de tempo ajustado na placa de controle, iniciam-se sinais de avisos sonoros bem como, intermitentes chamadas para números de telefones cadastrados para ligação de emergência. Até o presente momento o sistema apresentou funcionamento satisfatório nos testes de simulação em laboratório. A próxima etapa consiste em testar o protótipo em um automóvel, que por motivo de segurança será realizada na presença de um supervisor.

Palavras-chave: Arduino. Segurança. Crianças. Acessório. Automotivo

TECNOLOGIA ASSISTIVA UTILIZANDO SENSORES E A PLATAFORMA ARDUÍNO

COSTA, Jonas Magalhães¹; GUSMÃO, Amanda Veloso¹; ROCHA, Renan Pablo Mendes; TEIXEIRA, Paulo Henrique da costa.

¹Alunos do primeiro período do curso de engenharia elétrica, FIPMoc.

O arduino, tem se mostrado uma plataforma, muito eficiente, e barata, combinada com o uso de sensores, pode-se criar uma gama gigantescas de projetos, entre eles alguns, que podem não só facilitar a vida, como também possibilitar que pessoas com limitações físicas consigam superar algumas de suas limitações. Tendo como base o que foi dito, tem-se como objetivo o desenvolvimento de uma luva que seja capaz de auxiliar deficientes visuais, utilizado sensores ultrassônicos, e um sensor RFID, sendo estes conectados ao arduino; Os sensores ultrassônicos, tem como objetivo medir a distância entre o portador da luva e obstáculos ao seu redor, sendo que, caso este se aproxime demais de algum obstáculo, a luva emite vibrações graduais através de mini motores vibradores, que o alerta sobre o quão próximo está em relação ao obstáculo; Já o sensor RFID, deve ser utilizado em um ambiente preparado para tal, que deve conter algumas etiquetas RFID alocadas em locais específicos, como portas e entradas, portanto, caso o portador da luva aproxime-a da etiqueta RFID, o arduino, através de um fone de ouvido ira informar com mensagens de voz o deficiente sobre o ambiente ao qual ele está prestes a acessar. A princípio o projeto foi desenvolvido tendo como fundamentação algumas das dificuldades enfrentadas pelos deficientes visuais, através de revistas e depoimentos coletados dos mais diversos meios; Após essa análise, foram feitas pesquisas para se determinar quais os sensores e qual versão do arduino que se adequariam melhor ao projeto; Tais pesquisas se deram através da internet em sites especializados em eletrônica e especialmente em arduino, uma vez que esta foi a plataforma de microcontrolador utilizada, por facilidade e acessibilidade, além de fácil disponibilidade de conteúdo e peças. Após a etapa de pesquisa, foram selecionados o sensor ultrassônico HC-SR04, o sensor RFID 522, e o modelo de arduino UNO, escolhidos tendo em vista seus custos-benefícios e facilidades de uso; com isso, foram iniciados os testes com os sensores e o arduino. Após testes realizados como os sensores envolvidos e algumas simulações, o projeto se mostrou promissor, dentro da proposta, sendo que estudos para seu aperfeiçoamento ainda são realizados.

Palavras-chave: Arduino. Ultrassônico. RFID. Tecnologia Assistiva.

TELHA CERÂMICA COM ELEVADO DESEMPENHO TÉCNICO SEMELHANTE AO PORCELANATO

FELIPE, João Carlos Chagas.
Discente das FIPMoc

Esse artigo apresenta um estudo sobre a telha cerâmica com elevado desempenho técnico, semelhante ao porcelanato. Nesse diapasão, essa pesquisa tem como objetivo analisar a qualidade da referida telha utilizada na construção civil no Brasil à luz das NBR(s) 15463 e 15310, haja vista esse tipo de telha ser relativamente recente no mercado e ainda não dispor de muitas informações técnicas comprovando a sua qualidade. Para desenvolver os objetivos dessa pesquisa foram utilizados os métodos: documental e pesquisa de campo de caráter experimental. A pesquisa documental caracterizou-se pelo uso das normas que regem os componentes cerâmicos, ou seja, a NBR 15310 que trata das telhas, a NBR 15463, que por sua vez versa sobre as placas cerâmicas de porcelanato para revestimento, e a NBR 13817 que diz sobre a classificação das placas cerâmicas para revestimento. A pesquisa de campo do tipo experimental caracterizou-se pela visita ao laboratório das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros - FIPMoc, nos dias 04 e 05 de novembro de 2014, com a finalidade de realizar teste de carga de ruptura e teste de absorção de água. Para fomentar a pesquisa, foi elaborado um questionário, o qual enviado via e-mail, após prévio acordo, a um fabricante obtendo-se os seguintes posicionamentos: o produto base para a fabricação da telha é a argila e recebe o mesmo acabamento que o porcelanato esmaltado, ou seja, o esmalte

(transformado em vidrado). Além disso, o processo de fabricação é o mesmo utilizado na fabricação da placa cerâmica para revestimento, sendo totalmente automatizado, sem nenhuma interferência humana no tratamento direto com a telha. Por fim, focando no aspecto da absorção de água sob a ótica analógica, uma das telhas com elevado desempenho técnico atenderia aos requisitos estabelecidos pela NBR 13817 semelhante aos exigidos para as placas cerâmicas para revestimento do grupo BIb (placa cerâmica prensada com absorção de água maior que 0,5% e menor que 3%, inclusive), atribuindo a esta uma elevada qualidade técnica. Nota-se que os resultados obtidos através dos testes laboratoriais são bastante superiores aos índices exigidos pela NBR 15310, tanto para absorção de água quanto para o teste de ruptura da telha. Com os resultados deste estudo, concluiu-se que a referida telha oferece padrões superiores aos exigidos pela NBR 15310 e que possui elevado desempenho técnico semelhante ao desempenho do porcelanato quando comparado com as demais placas cerâmicas, pois os índices de absorção de água e o teste de ruptura foram bastante elevados.

Palavras-chave: Construção. Desempenho Técnico. Telha Cerâmica.

TEORIA DO PROCESSO COMO RELAÇÃO JURÍDICA

REIS ABREU, Beatriz¹; LINHARES COSTA, Júlia¹; SILVEIRA ALVES, Maria Clara¹; DIAS, Maria Luísa¹.

¹ Discentes da Unimontes

A Teoria do Processo como Relação Jurídica se iniciou com a publicação da obra “Teoria dos pressupostos processuais e das exceções dilatórias” (1868) de Oskar Von Bülow, sistematizando a distinção da relação processual da relação de direito material. Bülow via na relação processual uma relação das partes entre si e o juiz, submetendo as partes ao processo (os sujeitos tinham direitos e obrigações). Para esta teoria, o processo é um instrumento à serviço da paz social. Toda a atividade exercida pelo Estado visa a um objetivo maior, que é a pacificação social, sendo o processo um meio efetivo para a realização da justiça. A teoria de Bülow destacou-se das demais pela sistematização ordenadora da conduta dos sujeitos processuais em suas relações recíprocas. Objetivou-se abordar as inovações da teoria criada por Oskar Von Bülow, sua fundamentação e aplicação, vez que se trata da teoria adotada pelo Código de Processo Civil (CPC) brasileiro. Foram realizadas pesquisa bibliográfica e análises dos fundamentos jurídicos. A relação jurídica, de acordo com a Teoria do Processo adotada pelo CPC, é o nexa que liga dois ou mais sujeitos, atribuindo-lhes poderes, direitos, faculdades, e os correspondentes deveres, obrigações, sujeições, ônus. O processo como relação jurídica apresenta-se composto de inúmeras posições jurídicas ativas e passivas de cada um dos seus sujeitos. O processo então é concebido como uma relação jurídica, haja vista que seus sujeitos, investidos de poderes determinados pela lei, atuam em vista da obtenção de um fim. Existem duas categorias distintas de relações jurídicas: a relação jurídica material e a formal, que se diferem pelos seus sujeitos, pelo seu objeto e pelos seus pressupostos. O autor, ao exercer seu direito de ação, pede ao juiz sua tutela jurisdicional, este possuindo a faculdade de outorgar ou não. Contudo, o juiz jamais pode decidir sem ouvir o réu. Há, então, a correspondência do direito de ação do autor e do direito do réu de se defender – oportunidade esta que não pode ser retirada dele, já que possui aceção constitucional. O réu pode até abrir mão deste direito, correndo à revelia, mas jamais lhe pode ser negado o direito de defender-se. Com o conhecimento do réu de que uma ação fora ajuizada contra ele, ocorre a ligação entre ele e os demais sujeitos processuais (o juiz e o autor), formando a então relação jurídica. Em síntese, a teoria do processo como relação jurídica concebe o processo como uma relação entre sujeitos, investidos de poderes determinados pela lei, que atuam em vista da obtenção de um fim. O grande mérito da teoria foi a sistematização que ordena e organiza condutas e ligações recíprocas existentes entre os sujeitos do processo.

Palavras-chave: Processo. CPC. Relação jurídica.

Referências:

DINAMARCO, Cândido Rangel. CINTRA, Antônio Carlos de Araújo. GRINOVER, Ada Pellegrini. **Teoria Geral do Processo**. 29. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

LEAL, Rosemiro Pereira. **Teoria Geral do Processo**. 6. ed. São Paulo (SP): Thomson Iob, 2005.

TRANSPORTE NA MINERAÇÃO

FREIRE, Jonas Martins¹; SANTOS, Victor Barbosa¹; DIAS, Max Stephan Fehr¹, CÉLIO, Domingos P. Queiróz¹; LIMA, Valeria Cristina Gomes¹; FERREIRA, Jonathan Danilo¹

¹Discentes das FIPMoc

Mineração é uma atividade industrial de extração de substâncias mineral natural que necessita de um transporte adequado para cada tipo de operação. Fazendo com que necessite de um planejamento adequado. Fatores como volume de produção e condições operacionais interferem diretamente na seleção de equipamentos e forma de transporte, sempre com vista aos menores custos de operação. A constante busca por aumento de produtividade e redução de custos operacionais exige um bom planejamento e gerenciamento em todas as etapas do processo. Através de um estudo de caso, a forma de transporte para uma mineração utilizando indicadores de produção, concomitante com a análise do comportamento dos custos total e unitário com a variação do tamanho e volume de produção. O estudo foi desenvolvido a partir da análise dos métodos e conceitos fundamentais da seleção de equipamentos, tipo de transporte e estimação dos custos de operação presentes na literatura atual. O método de análise de eficiência de veículo proposto por esse estudo é aplicável a quaisquer tipo de transporte, independente do seu porte e volume de produção, bastando alterar os valores das variáveis imputados nos cálculos para a estimação dos custos, diferentes para cada mina. Pode-se concluir que o número mais interessante de equipamentos é o equilíbrio entre produtividade, tipo de serviço e custos, ou seja, transporte melhor não é necessariamente a que resulta em maior produção, mas sim a que tenha a melhor relação custo-produção, segurança e forma de trabalho.

Palavras-chave: Tipo de transporte. Mineração. Produtividade. Custos.

UM ESTUDO DE CASO DOS ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS DA CATEDRAL NOSSA SENHORA APARECIDA DE MONTES CLAROS EM COMPARAÇÃO A CATEDRAL SANTA EULALIA DE BARCELONA

BARBOSA, Micaela Cardoso¹; VELOSO, Marijam Gomes²; BRAGA, Gabriel³

¹Discentes do curso de Arquitetura e Urbanismo das FIPMoc. ²Docente das FIPMoc

Esta pesquisa faz uma abordagem aos elementos arquitetônicos da Catedral da cidade de Montes Claros no Brasil com a Catedral da cidade de Barcelona na Espanha, com perspectiva histórica da construção de ambas. O objetivo geral é comparar a catedral de Montes Claros com a Catedral de Barcelona, para verificar os estilos de ambas. A pesquisa é de cunho qualitativo, com revisão bibliográfica, do conteúdo histórico destas catedrais, e de análise fotográfica dos elementos construtivos das mesmas, recolhidas na internet e tiradas pelos próprios autores da pesquisa. Neste estudo foi verificado que o estilo da Catedral que conforme dados históricos de sua construção, a catedral de Barcelona teve em sua origem um estilo totalmente Românico, e após sucessivas reformas, possui atualmente um estilo gótico. Por sua vez, a catedral de Montes Claros, possui elementos românicos, entretanto não se fideliza a este estilo. Conclui-se que o presente estudo ao comparar duas Catedrais, de Montes Claros com a da Barcelona, podemos encontrar algumas semelhanças por via de elementos helenísticos, onde ambas mesclam estilos, a românica e a gótica, certificando que a Catedral de Montes Claros sofreu com influências de estilos que dominavam a cultura europeia e por sua vez a catedral de Barcelona seguiu com os estilos que dominavam sua época.

Palavras-chave: Catedral Nossa Senhora Aparecida de Montes Claros. Catedral Santa

USO DA BOLA SUÍÇA NO TRATAMENTO DE DISFUNÇÕES EM DIFERENTES ÁREAS DE ATUAÇÃO DA FISIOTERAPIA

CAMPOS, Maika Juliana Nascimento¹; SILVA, Mariana Desalira²; QUIRINA, Niliane Santana³;

LADEIA, Verlane Cardoso⁴; ESCOBAR, Érika Goulart Veloso Ferreira⁵

1Discente das FIPMoc; 2Discente das FIPMoc; 3Discente das FIPMoc; 4Discente das FIPMoc; 5Docente das FIPMoc

A Fisioterapia é a ciência que trata, habilita, ou recupera a saúde de pacientes com disfunções física, mental ou de desenvolvimento com intuito de alcançar a máxima funcionalidade e qualidade de vida. O profissional Fisioterapeuta possui várias especialidades reconhecidas e uma vasta área de atuação. A bola Suíça é um instrumento terapêutico muito utilizado na Fisioterapia, cujo conceito neuroevolutivo busca solucionar problemas e otimizar as funções do paciente. Objetivou-se identificar o uso da bola suíça como recurso terapêutico cabível no tratamento de disfunções em diferentes áreas de atuação da fisioterapia. O presente trabalho foi desenvolvido através de uma revisão bibliográfica descritiva, no qual foram utilizados 9 artigos científicos correspondentes ao intervalo do ano de 2006 a 2013, no idioma português. Materiais bibliográficos, como livros referentes ao assunto também foram utilizados, totalizando um número de 1. A busca informatizada para localização dos artigos foi feita através de bancos de dados como *Scielo*, *Acta Fisiátrica*, *Lilacs* e *Crefito*, empregando termos como “Bola Suíça”, “doenças”, e “sinais e sintomas”. Tabulou-se 8 disfunções de diferentes áreas de atuação fisioterapêutica, incluindo a neurologia, músculo-esquelética e uroginecologia. As patologias foram : Acidente Vascular Cerebral, Atraso do desenvolvimento motor, Distrofia miotônica de Steinert, Doença de Parkinson, Paralisia Cerebral, Espondilite Anquilosante, Anemia Falciforme e Incontinência Fecal. Em todas as condutas utilizando a bola suíça no tratamento fisioterapêutico houve melhora nos sinais e sintomas das patologias: ganho de força muscular e melhora na manobra deficitária de barre; ganho de estabilidade, independência em executar os movimentos, aumento do equilíbrio estático e dinâmico; ganho de força muscular; ganho de equilíbrio e de amplitude de movimento; refinação de habilidades motoras, melhora do controle postural, inibição do tônus anormal e aumento da qualidade das funções; ganho de extensão lombar e flexibilidade; diminuição da frequência cardíaca e melhora da performance; e fortalecimento da musculatura do assoalho pélvico, respectivamente. **Conclusão:** Conclui-se que é possível estabelecer uma relação positiva entre a utilização da bola suíça no tratamento de diferentes disfunções em diversas áreas de atuação da Fisioterapia, uma vez que o emprego desse recurso desencadeou melhoras no quadro clínico dos pacientes.

Palavras-chave: Bola Suíça. Doenças. Sinais e sintomas. Tratamento.

UTILIZAÇÃO DE SOFTWARES NO GERENCIAMENTO DE PROJETOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

MACHADO, Bruno dos Anjos¹; BRANCO, João Paulo Aires Castelo²; COSTA, Antonio Carlos

Moreira da 3

1 e 2 Discentes das FIPMoc; 3 Docente das FIPMoc

Desde o final do último século, o setor da construção civil transcorre por um momento de considerável modernização, com o aumento da produtividade e melhoria das técnicas construtivas. Essa evolução está diretamente ligada ao início da aplicação de técnicas de gerenciamento de projetos que intensificaram a importância de questões voltadas para a organização e planejamento dos empreendimentos. Introduzido nesse contexto, o uso de *softwares* no auxílio à gestão de projetos transformou-se em algo essencial para a obtenção de uma melhor eficiência produtiva. Este estudo foi realizado com o objetivo de expor quais são os benefícios gerados pela utilização de *softwares* no gerenciamento de projetos da construção civil. O método utilizado para sua realização foi o bibliográfico, através da leitura, análise e interpretação de artigos e bibliografias. Por meio do diagnóstico dos *softwares* mais empregados nos escritórios de gerência de projetos foi possível comprovar que a adoção de recursos computacionais na construção civil é uma realidade, e que através da escolha do *software* mais adequado para atender às necessidades do empreendimento pode-se obter uma melhor relação custo-benefício aprimorando ainda mais o resultado final. Assim, mediante a conclusão desta pesquisa, pôde-se inferir que o uso de *softwares* no gerenciamento de projetos traz benefícios como facilitar a comunicação e o trabalho das partes interessadas, organizar e

planejar as tarefas a serem realizadas, simplificar a atribuição de funções e o cumprimento dos prazos, reduzindo custos durante a vida útil do projeto e potencializando a produção e eficácia no resultado final.

Palavras-chave: *Software*. Gerenciamento de Projetos. Construção Civil.

UTILIZAÇÃO DOS ENSAIOS MECÂNICOS EM UM PROJETO DE ENGENHARIA

GOMES, Lucas Rodrigues¹; MAIA, Luiz Carlos Andrade¹; CARDOSO, Daner Vinicius Lima¹; DE CASTILHO, Pedro Otávio França¹; FREITAS, Marlon Stevão Ferreira¹; HIRAMATSU, Rodrigo Gomes¹; CATRICK, Tereza Cristina Pimenta Gonçalves²

1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Em um projeto de engenharia, seja ele de grande ou pequeno porte, é de suma importância o conhecimento do comportamento do material empregado no projeto, isto é, suas propriedades mecânicas, em diversas condições de uso. Estas condições de uso envolvem uma gama de variáveis, tais como o tipo de carga aplicada, entre outros. Objetivou-se conhecer os fundamentos básicos relativos a cada ensaio mecânico, para avaliar propriedades visando uma aplicação. De acordo com os artigos e livros os ensaios mecânicos podem ser destrutivos e não destrutivos. Assim, focamos nos ensaios mecânicos destrutivos, os ensaios de tração permitem conhecer como os materiais reagem aos esforços, quais os limites de tração que suportam e a partir de que momento se rompe, já a de dureza e uma propriedade mecânica cujo conceito está ligado à resistência que um material apresenta ao risco ou à formação de uma marca permanente quando pressionado por outro material ou por marcadores padronizados. Observou-se que tendo conhecimento da carga que será aplicada a estrutura e do módulo de elasticidade do material, pode-se determinar o dimensionamento correto para estrutura. O acesso a novas matérias-primas e o desenvolvimento dos processos de fabricação obrigaram à criação de métodos padronizados de produção, em todo o mundo. Entende-se que o controle de qualidade precisa começar pela matéria-prima e deve ocorrer durante todo o processo de produção, incluindo a inspeção e os ensaios finais nos produtos acabados.

Palavras-chave: Ensaio Mecânicos. Destrutivos. Ensaio de Tração.

USO DA BOLA SUÍÇA NO TRATAMENTO DE PATOLOGIAS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

NOGUEIRA, Amanda Teixeira¹; SANTOS, Luanna Batista¹; ALKMIM, Lorryne Santos¹; ABREU, Maianne Evelin Muniz¹; ESCOBAR, Érika Goulart Veloso Ferreira²

1Alunos do curso de Fisioterapia FIPMoc, 2Docente do curso de Fisioterapia FIPMoc

A bola suíça também denominada *fitball*, usada desde 1960 em tratamentos neuroevolutivos e patologias ortopédicas, para a finalidade de alongamentos, fortalecimentos, sendo indicada para aumento de flexibilidade, força, resistência, equilíbrio, coordenação, consciência corporal, elevando a atividade neuromuscular, proporcionando estabilidade dinâmica corporal principalmente nos músculos estabilizadores do tronco. A bola suíça auxilia nos sinais e sintomas como rigidez articular, através do ganho de flexibilidade, mobilização articular, também irá influenciar na instabilidade muscular, uma vez que ela proporciona um ganho de força, resistência, estimula a propriocepção resgatando o feedforward dos músculos. O objetivo da pesquisa foi analisar as formas de tratamento associada à bola suíça nas doenças Acidente vascular cerebral, escoliose e Parkinson, bem como o seu resultado para o paciente desse tratamento. O presente trabalho foi desenvolvido através de revisões bibliográficas descritiva, a qual foi realizada uma análise comparativa de estudos em que a bola suíça é usada como auxílio dos exercícios, ou fonte principal, no tratamento de disfunções em pacientes com AVC, escoliose e Parkinson. O exercício com bola suíça é bastante utilizado, pois traz resultados satisfatórios, sendo um recurso que trabalha toda musculatura, porém cada disfunção possui a sua técnica e/ou método ideal de ser realizado, bem como seu benefício, que é específico a cada paciente. Este estudo demonstrou que a bola

suíça como instrumento de auxílio no tratamento das patologias abordadas, traz melhoras significativas no quadro clínico apresentando pelas doenças, sendo um importante instrumento para o alívio de dor.

Palavras-chave: Bola suíça. Sinais. Sintomas. Patologias.

UTILIZAÇÃO DA BOLA SUÍÇA NO TRATAMENTO FISIOTERAPÊUTICO PEDIÁTRICO

CAMPOS, Maika Juliana Nascimento¹; SILVA, Mariana Desalira²; QUIRINA, Niliane Santana³; LADEIA, Verlane Cardoso⁴; VIEIRA, Francielle⁵

1Discente das FIPMoc; 2Discente das FIPMoc; 3Discente das FIPMoc; 4Discente das FIPMoc; 5Docente das FIPMoc

A Fisioterapia pediátrica procura utilizar equipamentos lúdicos que favoreçam a evolução no tratamento. A bola suíça possui características que motivam o paciente ao longo do tratamento e deve ser estudada por completo para que seu uso seja eficiente. A utilização desse recurso é identificada no tratamento de lesões neurológicas, ortopédicas, na geriatria e em pacientes na Unidade de Terapia Intensiva. Objetivou-se identificar o uso da bola suíça como recurso terapêutico cabível no tratamento de diferentes disfunções pediátricas. O presente trabalho foi desenvolvido através de uma revisão de literatura descritiva, no qual foram utilizados 11 artigos científicos correspondentes ao intervalo do ano de 2006 a 2014, no idioma português. Materiais bibliográficos, como livros referentes ao assunto também foram utilizados, totalizando um número de 1. A busca informatizada para localização dos artigos foi feita através de bancos de dados como *Scielo*, e *Lilacs*, empregando termos como “Bola Suíça”, “Fisioterapia”, “Doença”, “Tratamento” e “Pediatria”. Foi confeccionada uma tabela para facilitar as variáveis em estudo: patologia; descrição da conduta utilizando a bola suíça e o resultado do tratamento. Tabulou-se 6 disfunções diferentes características da infância em que a bola suíça foi utilizada no tratamento fisioterapêutico: Paralisia Cerebral, Síndrome 18 Q, Síndrome de Down, Síndrome de West, Atraso do desenvolvimento Motor e Doença de Charcot-Marie-Tooth tipo2. As condutas foram descritas em cada estudo, e os resultados dos tratamentos foram: treino de habilidades motoras, melhora do controle postural, inibição do tônus anormal e aumento da qualidade das funções; ganho de força de membros superiores e inferiores, aumento da qualidade da função; melhora do equilíbrio e da mobilidade; ganho de equilíbrio e força de membros superiores e inferiores; aumento do equilíbrio estático e dinâmico, aumento da estabilidade, independência na execução de movimentos; aumento do desempenho funcional, respectivamente. A Paralisia Cerebral foi a patologia de maior achados literários, incluindo diferentes abordagens da bola suíça. Apenas um estudo considerou que a bola suíça aliada à Fisioterapia convencional não demonstrou mudança no desempenho funcional de uma criança com Paralisia Cerebral, precisando incluir outras modalidades no tratamento. Contudo, na maioria dos estudos, os quais abordaram diferentes patologias, todos os pacientes obtiveram melhoras em seu quadro clínico. Concluiu-se que a bola suíça pode ser utilizada no tratamento pediátrico de diversas disfunções, já que seu uso foi benéfico para a maioria dos pacientes. No entanto, é preciso conhecer as particularidades da bola suíça para o seu melhor aproveitamento.

Palavras-chave: Bola Suíça. Fisioterapia. Pediatria.

VIDROS TRANLÚCIDOS EM EDIFICAÇÕES

FIGUEIREDO, Arianne Rabelo ¹; OLIVEIRA, Bruno César dos Santos ¹; PONCIANO, Charles Tarso Leite ¹; PESTANA, Ícaro Gabriel dos Santos ¹; LEITE, Marcos Mardey Pinto ¹; SANTOS, Matheus André Lima dos ¹; OLIVEIRA, Rafael Santos¹

1 Discentes das FIPMoc

O vidro translúcido possui pelo menos uma superfície irregular, não permitindo a visualização nítida das imagens que se encontram no outro plano, devido ao feixe de luz que atravessa o material se difundir no seu interior. Para o vidro se tornar translúcido é necessário inúmeros processos, aplicações, acabamentos e tecnologia. O estudo expõe a utilidade do vidro translúcido para fechamento de edificações e novas tecnologias em materiais de translucidez. Para realização do trabalho houve levantamento bibliográfico, artigos publicados em anais, livros, dissertações e teses, dos materiais brasileiros e internacionais, também

os em estudo que prometem garantir controle de transmissão de radiação solar na edificação, bem como o desempenho térmico. Os translúcidos vítreos aplicados como elemento de fechamento, assim como os materiais em estudo foram pesquisados com o objetivo de modernizar plasticamente a edificação minimizando o ganho de calor solar. Utilizando-se vácuo no lugar de gases, estruturas capilares, tubulares, aerogel, colmeias é possível o racionamento de energia, pois funcionam como isolante e redirecionam a luz difusa para o interior do ambiente. O resultante do aerogel é um material translúcido leve, poroso, composto de até 97% de ar. O vidro *Helioram* é alemão e consiste em um sistema de duas lâminas de vidro, intercaladas com inúmeros tubos finos, também em vidro, porém encontra-se em estado de desenvolvimento. Tanto o resultante do aerogel quanto o *Helioram* difundem e redirecionam a luz natural melhorando a luminosidade do ambiente interno. Outro sistema de vidro é o *Kapilux*, painel hermeticamente selado, constituído de duas lâminas de vidro e preenchido em seu interior com o *kapipane* (estrutura capilar que combinam a máxima transmitância da radiação solar, com excelente propriedade de isolamento térmico). Parecido ao *Kapilux* tem-se o Okasolar, constituído de duas chapas de vidro, formando uma câmara de ar, mas é utilizado persiana ao invés de material translúcido no seu interior, é um painel hermeticamente selado. O Okatech, também possui duas chapas de vidro, que podem ser metalizadas ou laminadas, formando uma câmara com série de fios, constituindo uma tela metálica. O vidro Serigrafado tem como objetivo barrar a luz ou diminuir a sensação de ofuscamento, considerado uma alternativa ao vidro jateado. O *Translucent Insulating Material* – TIM é considerado o melhor isolante com característica translúcida disponível no mercado, encontrado de diversas maneiras como folhas, polímeras, capilares, perfis celulares. O Vidro Isolante, conhecido também como vidro insulado, é composto por duas ou mais lâminas de vidro separadas por uma camada de gás inerte, hermeticamente selado com materiais de resistência a altas e baixas temperaturas. Materiais cromogênicos são termicamente sensíveis, denominados de inteligentes, pois possuem capacidade de escurecer ou tornarem completamente transparentes, dependendo das condições que são impostas, porém ainda estão em fase de desenvolvimento. Foi possível, através deste, constatar inúmeras opções em vidros e materiais translúcidos, visando o conforto térmico e luminoso. Alguns modelos ainda estão em fase de pesquisa e a maioria também só se encontra em mercado internacional, pois tratando-se de translúcidos de alta tecnologia, o mercado brasileiro ainda se encontra em descobertas e crescimentos.

Palavras-chave: Translúcidos. Fachadas. Conforto térmico.